



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

*Intercalação, (Meta)enunciação e Autoria:
uma análise textual-discursiva da interposição*

Julienne da Silva Barros

Tese apresentada ao Curso de
Lingüística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de
Campinas – IEL/UNICAMP – como
requisito parcial para a obtenção do
título de Doutora em Lingüística.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sírio Possenti (Orientador) – IEL/UNICAMP

Profa. Dra. Ingedore Grünfeld Villaça Koch – IEL/UNICAMP

Profa. Dra. Maria Bernadete Marques Abaurre – IEL/UNICAMP

Profa. Dra. Raquel Salek Fiad – IEL/UNICAMP

Profa. Dra. Maria Virgínia Leal – DL/UFPE

Campinas, 01 de março de 2003.

*A **Deus** e a “**Minha Sta. Aparecida**”, meus pontos de contato em horas de “aperreio” ou de “assossego”.*

*A meus pais – **Manoel** e **Nete** – e irmãos, com quem aprendi o valor do afeto, da solidariedade e do otimismo; aos meus **sobrinhos** amados, lindos presentinhos que eu fui ganhando da vida.*

*Ao **Edson**, que é sal, sol e som.*

*A **Inge**, por me fazer gostar dos textos.*
*A **Sírio**, por me fazer gostar de um certo modo dos textos.*

*Aos **juazeiros** do Nordeste, meus sinais de vida verde em terra tostada; aos **livros**, que me dão casa e comida desde muito cedo; às **intercalações**, porque elas muito me ensinam sobre a complexidade e a incerteza das coisas.*

*A **Osmário** (i.m.), ainda com tristeza e saudades...*

*A vocês **dedico o que hoje me tornei** e tudo o que ainda vou conquistar.*

Agradecimentos

Pelas alegrias, dificuldades e diálogos que caracterizam o meu percurso de pesquisa e de vida, gostaria de agradecer:

De todo o meu coração:

A meus pais, que, mesmo analfabetos, fizeram da valorização do estudo uma lei; aos meus irmãos mais velhos, que saíram de casa cedo, abrindo caminhos e servindo de faróis para que pudéssemos segui-los (e também pela ajuda...); e aos mais novos, companheiros inseparáveis... A cunhados e cunhadas, agradeço.

Ao *Orfanato Professor Joaquim Aristóteles*, aqui representado por Wilson F. Costa (em memória), porque foi lá que cedo entendi a necessidade e a urgência de dialogar com as instituições.

Pela inestimável dívida intelectual e humana:

A Sírio Possenti, **meu orientador**, porque ele é simplesmente ótimo. Com ele tenho um inestimável “débito” intelectual e moral. Não é menor meu compromisso afetivo. Com sua competência, aprendo; com sua irreverência, rio – Si rio! (Pô, sen ti...).

A Ingedore Koch, **ex-orientadora e minha mestra**. Não tenho palavras para agradecer a generosidade intelectual com que deu sua contribuição a esta tese. Não as tenho igualmente para agradecer seu carinho por mim. Tornei-me sua orientanda. Deixei de sê-lo. Mas sempre a tive por perto. E a ela sempre retornarei – para dialogarmos sobre as possibilidades de *desvendar segredos no texto* ou apenas para *um dedinho de prosa*.

A Virgínia Leal, que, por sua extrema generosidade e sua destacável competência, pode representar aqui todos os meus ex-professores e as tantas pessoas que me ajudaram. E também porque ela é como as intercalações... Sua complexidade a torna tão enigmática e tão querida.

A Bernadete Abaurre, Raquel Fiad e Maria Laura, pela contribuição importante para minha tese, tanto por disponibilizarem os dados do Projeto, como por orientarem trabalhos meus. Agradeço especialmente a Bebel, pelas ótimas discussões que me aguçaram o “faro” para os *dadinhos*. (Acato seu desafio de tornar-me uma “lingüista perplexa”...).

Aos professores do IEL, que muito contribuíram com minha formação: Raquel, Wanderley, Jonas, Mônica, Rajan, Ilari; e amigos: Rubber, Livia, Cosme, Chico, Juan, Jorge, Sandra, Edvânia, Neli, Nilza, Moacir.

Aos professores da UFAL, como Roberto Sarmiento, Aldir de Paula e Januacele Costa, que me prepararam para ser aluna da Unicamp. A **Renira Lisboa**, agradeço especialmente por haver acompanhado meus primeiros passos nesta pesquisa.

A Ingedore Koch, Bernadete Abaurre, Virgínia Leal, Raquel Fiad, Maria Irma Coudry e Clélia Jubran, pela leitura e a contribuição como membros da banca examinadora.

Ao/À parecerista da Fapesp, pela avaliação favorável à bolsa de estudos e pelo acompanhamento do projeto através da leitura cuidadosa dos meus relatórios.

Agradeço, com destaque:

**À CAPES, pelo financiamento concedido no Mestrado.
À FAPESP, pelo financiamento concedido no Doutorado.**

RESUMO

Esta tese parte de uma busca de re-interpretação das intercalações como um fenômeno textual-discursivo e culmina com a proposta de um espaço de trabalho nas fronteiras que separam/juntam a Lingüística Textual e a Análise do Discurso. A reorientação teórica da compreensão deste fenômeno justifica-se por não haver ainda um tratamento satisfatório, o que se explica, a meu ver, por duas razões: apesar dos avanços das abordagens enunciativas, permanecem alguns resquícios da visão fragmentária e dispersiva que perpassa os estudos não-enunciativos das intercalações; o recorte teórico efetuado pelos estudos de texto e de discurso faz com que as análises direcionem-se, respectivamente, à face textual ou discursiva das intercalações, de modo a não haver um olhar para as duas faces ao mesmo tempo. Para re-orientar essa visão e propor uma análise do fenômeno levando em conta sua natureza textual-discursiva, trabalho no interior de uma perspectiva em que textualidade e discursividade são tratadas sob um mesmo enfoque. Desta perspectiva dúplice, mobilizo o conceito de metaenunciação – para analisar o processo de materialização das intercalações; e o conceito de autoria – para explicar o trabalho do sujeito neste espaço ambíguo. Mas as intercalações não apenas se amoldam a esses conceitos; dialogam com eles. O instrumental teórico trazido para a análise, ao mesmo tempo em que permite melhor compreender o fenômeno, também se presta à análise: o objeto ajuda a explicar os conceitos mobilizados para explicá-lo. Assim, procedo a uma reconsideração da metaenunciação, onde destaco a textualização do intradiscurso e não apenas a descrição das formas de interdiscurso; e da autoria, pois, ao inserir-se numa perspectiva de renovação deste conceito, a análise acrescenta elementos, tornando-o mais preciso. Enfim, a configuração de um espaço de trabalho ambíguo para explicar as intercalações reafirma a pertinência de análises que concebem o entrecruzamento dos conceitos de texto e discurso, e permite, como consequência da análise, perscrutar a constituição de um outro objeto, o texto-discurso (num sentido específico de discurso), alçando a questão ao domínio da epistemologia. Uma reflexão que é fruto de um exercício dialógico – entre dado e teoria, pesquisador e objeto e pontos de vista diferentes – ao configurar-se, permite levar além o gesto que a constitui, tornando-se, ela mesma, um espaço para a discussão – um convite ao diálogo.

Palavras-chave: *intercalação; metaenunciação; autoria; texto-discurso; interface-teórica.*

RÉSUMÉ

Cette thèse part d'une recherche de ré-interprétation des **intercalation** en tant que phénomène textuel-discursif et s'oriente vers la proposition d'un espace de travail aux frontières qui séparent/rejoignent la Linguistique Textuelle et l'Analyse du Discours. La réorientation théorique de la compréhension de ce phénomène se justifie du fait qu'il n'y a pas encore de traitement satisfaisant, ce qui s'explique, selon moi, pour deux raisons: malgré les progrès des abordages énonciatifs, perdurent quelques vestiges de la vision fragmentaire et dispersive qui caractérise les études non-énonciatives des intercalations; le découpage théorique effectué par les études de texte et de discours font que les analyses se dirigent vers la face textuelle ou discursive des intercalations, de manière à ne pas avoir un regard vers les deux faces en même temps. Pour réorienter cette vision et proposer une analyse du phénomène tenant compte de sa nature textuelle-discursive, je travaille dans une perspective dans laquelle textualité et discursivité sont traitées sous un même angle. De cette double perspective, je mobilise le concept de **méta-énonciation** – pour analyser le processus de matérialisation; et le concept de **qualité d'auteur** – afin d'expliquer le travail du sujet dans cet espace ambigu. Mais les intercalations ne se conforment pas seulement à ces concepts; elles dialoguent avec eux. L'instrumental théorique utilisé pour l'analyse, en même temps qu'il permet une meilleure compréhension du phénomène, se prête à l'analyse: l'objet aide à expliquer les concepts mobilisés pour l'expliquer. De cette façon, je procède à une reconsidération de la **méta-énonciation**, où est mise en valeur la textualisation de l'intradiscours et pas seulement la description des formes d'interdiscours; et de qualité d'auteur, puisque s'insérant dans une perspective de renouvellement de ce concept, l'analyse lui ajoute des éléments, le rendant plus précis. Enfin, la configuration d'un espace de travail ambigu pour expliquer les intercalations réaffirme la pertinence d'analyses concevant l'entrecroisement des concepts de texte et discours, et permet, comme conséquence de l'analyse, l'examen profond de la constitution d'un autre objet, le **texte-discours** [dans un sens spécifique du discours], élevant la question au domaine de l'épistémologie. Une réflexion, fruit d'un exercice dialogique – entre donnée et théorie, chercheur et objet et points de vue différents – en prenant forme, permet de transmettre, en plus du geste qui la constitue, se rendant elle-même, un espace pour la discussion – une invitation au dialogue.

Mots-clés: *intercalation; méta-énonciation; qualité d'auteur; texte-discours; interface-théorique.*

SUMÁRIO

PREFÁCIO	09
INTRODUÇÃO: Gênese da pesquisa: da inquietação ao dado.....	14

PARTE I

Capítulo I

INICIANDO PELA LINGÜÍSTICA ENUNCIATIVA

1.0. Os estudos enunciativos e as intercalações.....	21
1.1. A propósito da Lingüística Textual.....	21
1.2. Entrando na Análise do Discurso.....	33
1.3. Arrematando (provisoriamente) o tópico.....	43

Capítulo II

FAZENDO UM PARÊNTESE PARA A TRADIÇÃO

2.0. Os estudos não-enunciativos e as intercalações.....	45
2.1. Sobre os estudos retóricos.....	46
2.2. Por falar nos estudos gramaticais.....	54
2.3. Sem esquecer os manuais de redação.....	69
2.4. Fechando o tópico.....	76

PARTE II

Capítulo III

ABRINDO UMA PERSPECTIVA DE INTERFACE

3. Textualidade e discursividade sob um mesmo enfoque.....	81
3.1. Reorientação conceitual.....	85
3.2. Dialogização interna da Linguagem.....	104
3.2.1. Intercalação: planos e níveis do dizer.....	109
3.2.1.1. Planos enunciativos: o eu frente à alteridade.....	110

3.2.1.1.1. Inclusão do outro: particular e plural.....	110
3.2.1.1.2. Inclusão do outro: interno e externo.....	114
3.2.1.1.3. Inclusão do outro: diferenciação e exclusão.....	119
3.2.1.2. Níveis informacionais: pondo ordem na dispersão.....	123
3.2.1.2.1. Especificações no tópico.....	123
3.2.1.2.2. Espaços textuais.....	134
3.2.1.2.3. Modos de coesão.....	140
3.3. Coerência e heterogeneidade.....	145

Capítulo IV

TRABALHANDO NA INTERFACE

4. Entre o texto e o discurso: a autoria.....	149
4.1. Onde estariam, então, os autores?.....	158
4.1.1. A emergência da autoria nos textos infantis.....	159
4.1.1.1. Organizando o texto.....	160
4.1.1.2. Entrando pelos gêneros.....	167
4.1.1.3. (Sobre)saindo pelo estilo.....	179
4.2. O que sistematizar sobre a autoria?.....	200
Apêndice I: A eloquência da <i>marginalia</i>	205
Apêndice II: Sobre autoria na oralidade.....	221

PARTE III

Capítulo V

CONCLUINDO COM UMA PERSPECTIVA

5. Por uma lingüística textual-discursiva.....	233
5.1. Um ponto de vista ético(-estético).....	248

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	265

ANEXO I: Referências dos dados.....	277

ANEXO II: Dados escaneados.....	281

*E eu me persuado cada vez mais, quer ao escrever, quer ao ensinar, que a operação fundamental desse método de desprendimento é, ao escrever, a fragmentação, e, ao expor, a digressão, ou para dizê-lo por uma palavra preciosamente ambígua: a **excursão**. Gostaria pois que a fala e a escrita que aqui se trançarão fossem semelhantes às idas e vindas de uma criança, que brinca em torno da mãe, dela se afasta e depois volta, para trazer-lhe uma pedrinha, um fiozinho de lã, desenhando assim ao redor de um centro calmo toda uma área de jogo, no interior do qual, a pedrinha e a lã importam finalmente menos do que o dom cheio de zelo que deles se faz (Barthes, 1977:43-44).*

Prefácio

Esta tese poderia começar de maneiras diferentes. Isso é devido, em termos gerais (e não menos óbvios), ao fato de ser uma característica de todo e qualquer texto a possibilidade de modos diferentes de iniciar. Mas é devido, também, ao conjunto diferenciado de questões específicas que constituirão este texto, cada uma com peso e importância suficientes para orientar a escrita e a leitura. Em virtude desta última razão, eu poderia, por exemplo, puxar o fio da discussão para a **re-consideração da metaenunciação**, para a **elaboração de um conceito renovado de autoria**, para a **proposta de articulação entre estudos de texto e de discurso**, que são as três questões anunciadas no título. Mas não farei isso, não de forma prioritária. E, para deixar claro meu modo de proceder, anteciparei algumas considerações que julgo fundamentais para estabelecer um primeiro cont(r)ato com o leitor.

A melhor maneira de definir esta tese é dizer, de antemão, o que ela não será, ou o que não pretenderá ser. Devo, de fato, problematizar, de partida, o próprio conceito de tese. Não estou certa quanto a se o que apresentarei aqui poderá ser chamado adequadamente “tese”, dada a imagem que se faz de uma tese: primeiro, porque tenho ainda dúvidas quanto a se o conjunto de questões que desenvolverei convergirá em algo que possua o caráter de agregação que caracteriza uma tese – pois talvez essas mesmas questões pudessem ser mais apropriadamente chamadas “teses”, num sentido menor, ou mesmo hipóteses; segundo, porque também não sei se o que escreverei será bem aceito como uma tese do ponto de vista do que se entenderia por “gênero-tese” – pois pretendo, do interior deste gênero, contar uma história, ou re-constituir momentos de uma história. Expresso minhas preocupações com a recepção deste texto, pois ele apresenta uma variação de interesses e um modo de escrita que talvez o distanciem do estilo que se exige de uma tese. Não há apenas uma questão de pesquisa e uma resposta respectiva; há, antes, um conjunto de questões com ensaios de respostas respectivas.

Mas, como aqui se aplica perfeitamente a metáfora de “pescadores que consertam o barco em pleno mar”, encontro-me em meio a um percurso que constitui, ele mesmo, as

perguntas e as respostas, de modo que não tenho como sair dele para buscar soluções, mas devo ir reconhecendo as aberturas e remendando-as com material maleável, que irá sendo ajustado no decorrer da própria viagem, até que possam ser fechadas, para abrir novas fissuras. Meu ajuste provisório para essa primeira brecha é, portanto, continuar usando o termo tese, de modo um pouco anêmico, que se sustenta num sentido mais funcional: tese como texto que consuma um curso de doutorado. Assumo apenas essa expectativa em relação à escrita que seguirá e é, por ora, o que posso autorizar ao leitor.

E o conceito de tese não é minha única preocupação. Ele apenas abre a perspectiva para um outro aspecto que gostaria de considerar. Do ponto de vista da organização conceitual, alerto que não haverá uma parte teórica, uma parte metodológica e uma parte de análise de dados, nitidamente demarcadas. Toda a escrita será, em sentido amplo, **análise**, desde o primeiro capítulo; a **metodologia**, no sentido de um ponto de vista teórico-metodológico que define o olhar sobre os dados, orientará toda a reflexão, definindo, inclusive, o modo de escrita do texto; embora assuma alguns pressupostos de partida (é impossível trabalhar sem eles!), a **base teórica** será construída paulatinamente no decorrer do processo de escrita, de forma que os conceitos específicos serão mobilizados apenas no momento em que se fizerem necessários à análise.

Além disso, não se tratará de um típico texto dissertativo, porque haverá espaço para fragmentos de uma narrativa – em primeira pessoa – que reconstituirá aspectos importantes do processo de pesquisa. Daqui a pouco, falarei dessa minha atuação como “narradora protagonista”, mas antes quero dizer algo mais sobre o modo de escrita. As teses, de maneira geral, para se transformarem em textos dissertativos, como é exigido pela academia, abstraem o tempo, que me parece uma categoria visceralmente constitutiva da produção do conhecimento. A subtração dessa categoria disfarça, implícita e pode mesmo suprimir o processo reflexivo – embora eu entenda que alguns trabalhos tenham que proceder assim. Mas o tempo é, em minha escrita, categoria fundamental e imprescindível.

Isso não quer dizer, é claro, que eu vá contemplar todas as minúcias que, direta ou indiretamente, foram dando corpo a este percurso de pesquisa. Apenas pretendo dar vida a este texto (ou dar a vida que é deste texto), recuperando o fôlego que o conduziu, por

um lado; e pretendo tratar a metodologia como algo que é constitutivo da reflexão e não apenas uma técnica de abordagem de dados, por outro. Por dissertar narrativamente, acho que o que adiante chamarei de “partes” da tese poderia adequadamente ser chamado de “momentos”, eventos da escrita. Um fato corriqueiro é que os projetos de pesquisa – textos, por definição, programáticos – chamam as diferentes partes da reflexão que, em muitos casos, estão delineadas na metodologia, de passos ou etapas; na escrita da tese, que é um texto de resposta às questões delineadas no projeto, essas etapas viram partes e, em muitos casos, exclui-se toda a idéia de movimento que, em instância mais aprofundada, faz de todo texto – inclusive de uma tese – um processo e não um mero produto.

Voltando à posição de narradora protagonista. Se vou mesmo narrar, eu não seria bem caracterizada como narradora onisciente, impessoal, porque não estou fora deste texto (e não vejo ganhos em dissimulá-lo, por mais que se diga ser essa a vocação do texto científico), por um lado; não sou onisciente porque acredito que este texto reservará surpresas inclusive para mim (já que é uma escrita em processo), por outro. Acho que melhor me enquadro na categoria de narradora protagonista, porque estaremos nos constituindo – (re)nascendo e (re)vivendo –, eu e a escrita, conjuntamente, a cada página. Como pesquisadora em ciências humanas e, especialmente, no domínio dos estudos de linguagem, assumo pressupostos como indeterminação (condicionamentos, sim!) e constitutibilidade (a partir do que existe!), da linguagem e da subjetividade, de forma que não posso escrever de modo impessoal. Preciso assumir as vicissitudes e as incertezas de produzir conhecimento científico (!) nesse domínio. Essa aparente falta de distanciamento é, no limite, um modo de distanciar-se e marcar diferenças, para estabelecer diálogos.

Posiciono-me dessa forma em função do modo como vem se constituindo meu olhar e minha escrita no interior das pesquisas em Ciências Humanas, mas a leitura recente de um texto de Amorim (2001)¹ tornou mais claras as minhas inquietações, razão pela qual darei voz a questionamentos por ela formulados, fazendo minhas as suas palavras:

¹ A descoberta deste texto corroborou intuições, reafirmou posições e sistematizou inquietações. Como minha escrita pretende ser um exercício dialógico, abri espaços num texto “quase-pronto” para a defesa, como este foi reconhecido quando a leitura me foi sugerida, para incluir essa importante discussão em alguns pontos, e também para mantê-la, em seus aspectos centrais, paralela a minhas reflexões.

O que torna um texto dialógico? Como fazer aparecer o caráter de construção do objeto no lugar de uma pretensa neutralidade ou transparência da descrição? Como distinguir a necessária reflexividade do discurso cognoscente de uma ilusória reflexividade do pesquisador? (p.128).

Se essas interrogações justificam, em parte, meu modo de escrita, lançarei mão ainda de um outro grupo de esclarecimentos. O fato de escrever em primeira pessoa, ao mesmo tempo em que me afirma, me nega (o mesmo gesto que identifica me dilui – mas isso não quer dizer “anula”...). Colocar-me como “eu” não quer dizer que esta tese seja “minha”, só minha; ao contrário, considerando a heterogeneidade que o termo “eu” condensa, deve ficar claro que o texto é de todos nós que seremos puxados como fios para constituir este tecido que é a escrita, especialmente a (dita) científica. Como diz Michel Schneider (1985), “O meu não é nunca plenamente meu, é quase meu, é *como* que meu” (97). Olhando por um outro prisma, o do trabalho do sujeito, o gesto de escrever em primeira pessoa me afirmará, por duas razões: sou eu que trabalharei de tecedeira; e serei eu a assumir a responsabilidade pelas costuras realizadas (marcar-se como “eu” é, mais que um desejo de ser, um modo de assumir responsabilidades).

A inquietude, por assim dizer, que atravessa os componentes maiores desse texto é devida ainda ao conjunto de dados cuja riqueza e complexidade definiram meus interesses de pesquisa (mesmo antes da pós-graduação, quando eu sequer havia definido qualquer preocupação sistemática com a linguagem). Tenho-me interessado por um conjunto de dados que não só inspiraram a metodologia, como sugeriram a teoria. Por isso, ao invés de seguir uma organização imposta pelas teorias ou pela filiação a algum método definido *a priori*, vou basear minha argumentação nos dados² – ou, mais adequadamente, nos indícios (des)velados nos dados – acompanhando o percurso teórico que eles me têm feito

² Acho que isso ficará claro nas páginas que seguem, mas não será demais antecipar que não sou alheia à problemática a respeito de que dados não são fenômenos brutos, mas dados construídos, ou recortados, como se diz. Minha posição é a de que é preciso assumir um meio termo: nem é fenômeno bruto, nem é só um recorte, porque sem haver uma dinâmica entre dado e pesquisador, a teoria pode definir o modo de abordagem de dados e dar as respostas antes das pesquisas. Para que os dados dialoguem com as teorias, é preciso flexibilizar de algum modo a idéia de que a teoria define o método, que o olho teórico previamente construído guia o olhar sobre dados. É necessário conceber uma dinâmica entre o “fenômeno” e o “recorte”. Aliás, quando eu empregar o termo “fenômeno”, não estarei querendo dizer “dado bruto”, mas estarei me referindo ao poder de indagação dos dados com que trabalho.

empreender e apresentando os resultados que este percurso torna possíveis, bem como as perspectivas que se abrem a partir das análises.

Por ser este trabalho o resultado de uma atitude de “ouvir os dados”, ou melhor, de “dialogar com os dados”, não apenas o modo de escrita pretende estar em sintonia com essa atitude, conforme dito, como a própria organização mais “superficial” e mais “profunda” também será condicionada por este gesto. Esta tese será organizada em três partes, as duas primeiras com dois capítulos cada e a terceira com um capítulo apenas. Em cada um desses exercícios de análise, a escrita perseguirá indícios, proporá hipóteses e tentará prová-las por meio de análises, configurando critérios de rigor e sistematicidade próprios – próprios das Ciências Humanas, bem entendido.

Talvez os leitores achem essa tese mal comportada; mas, na verdade, não se trata disso: é apenas uma escrita intranquã, quanto ao objeto de pesquisa a ser explicado, à perspectiva teórica a ser constituída, ao ponto de vista metodológico a ser exercitado e talvez, até mesmo, aos pressupostos epistemológicos a ser afirmados. E eu gostaria que essa tese “prestasse” por isso, por essa sua “consternação”, por ser assim fundada sobre uma busca de um outro ponto de vista, gerada por um inconformismo teórico-metodológico e (por que não dizer?) epistemológico, causado pela atenção dispensada a dados muito “loquazes”; gostaria também que ela fosse lida pela chave da tentativa, permitindo-me os riscos correlatos da ousadia e da insegurança.

Ao longo desse trabalho, deixarei claro esse ponto de vista, essa atitude. Porque, no limite, será a busca de um ponto de vista (motivada por um olhar para dados...) a única forma segura que, em profundidade, prende todos os fios deste texto. O que perpassará cada linha será o fato de eu trabalhar numa posição desconfortável, *en train de se faire*, mas que (e para que o leitor não abandone o texto) pagará os riscos de seu mal-estar, acredito, pelas possibilidades analíticas e pela produtividade que permite vislumbrar.

INTRODUÇÃO

1. Gênese da pesquisa: da inquietação ao dado

É, sabemos, hábito silenciar essas origens da elaboração teórica (...), ignorá-las mesmo, pela consciência da disparidade entre a provocação e a resposta, da relatividade sob a perfeição aparente, da violência e ruptura entre a reflexão irregular que informa e relaciona precariamente experiências e contexto, que contrapõe os propósitos às exigências do discurso científico. Corremos, aqui, o risco de evidenciar essas fontes espontâneas, em uma exposição intuitiva de pressupostos (...) indicando nosso posto particular de observação (Franchi, 1992: 9-10).

O interesse que tenho por fenômenos reconhecidos como digressões, inserções e notas de rodapé e outros dessa natureza – que designo por *intercalações*¹ – é muito anterior a minhas “vinculações” teóricas. Para ser mais precisa, já nas primeiras memórias que guardo (ou que reconstituo...) de minha relação com a linguagem, há episódios envolvendo as intercalações.

No ambiente doméstico, eu era constantemente repreendida por meus pais porque (além de “falar pelos cotovelos”)² não conseguia jamais “terminar uma história” – eu ia atrás de todos os detalhes e excursionava por eles, tornando-os temas, de forma que era quase sempre necessário ser convidada “a voltar ao assunto”, tarefa que, sem a ajuda do interlocutor, eu possivelmente não realizaria, de tanto que me afastava, por vezes.

No ambiente escolar, vivenciei certos dilemas tanto da condição de leitora como da de escrevente de textos escolares. Na escrita, fui presa fácil para os professores que, não raro, abriam parênteses nas laterais dos meus textos, para me reprimirem por “comentários desviantes”, que, segundo eles, me faziam “fugir do tema”, “perder o fio principal”. Eu (que sempre gostei de dizer coisas entre parênteses) ficava obviamente sem

¹ Chamarei esses fenômenos de intercalação, antes de justificar tal uso do termo; mas, mais adiante, o leitor compreenderá a opção.

² A minha mãe diz de pessoas assim que “tomaram água de chocalho quando crianças...”

entender por que assuntos que vinham justamente a propósito dos temas em questão poderiam ser assim tão desviantes – eis o que codifico retrospectivamente como minha primeira indagação frente às intercalações... Como leitora, a situação também era de desconforto, mas me permitia entender um pouco sobre esses fenômenos: diante de parênteses e digressões, meus julgamentos oscilavam entre elogios e críticas, conforme antecipassem ou retardassem o que eu perseguia na leitura. Quando perturbavam a leitura, podia entender que as intercalações de outros poderiam fazer comigo o que as minhas faziam com os professores e leitores mais próximos.

E assim vivi, como aluna e como sujeito de linguagem, fases de inquietação, cuja constância e intensidade foram aos poucos se dissipando. A situação foi se tornando menos dramática, porque os dispositivos de subjetivação, para aludir a Foucault, vão nos disciplinando. Devo ter ido aprendendo às pressas a intercalar de acordo com o que se exige ou a fugir das intercalações (disfarçando-as no meio do texto), a retirá-las na reescrita ou simplesmente a não lhes dar vazão quando emergissem. Independentemente de como tenha solucionado (provisoriamente) este problema, o certo é, talvez porque me tenha adequadado de algum modo, que praticamente não me lembro de mais transtornos envolvendo as intercalações ao longo dos meus anos de escrita – já escolarizada ...

Quando, porém, passei a atuar como professora, inicialmente nas primeiras séries do (hoje chamado) Ensino Fundamental, tornei a encontrar as intercalações, desta vez nos textos das crianças. Se é verdade que meus dramas aos poucos dissiparam-se, também é verdade que não foi porque eu tenha entendido o que eram as intercalações, de modo a solucionar minhas inquietações. Talvez não tivesse condições de responder, mas certamente não seria nenhum despropósito supor hoje que naqueles momentos devo ter-me questionado, como muitos outros professores, diante de textos de alunos, por que aquela pulsão a sair pelas laterais dos assuntos o tempo inteiro, por que aquele risco inevitável e constante de perder o fio da meada, por que aquele apelo à fragmentação.... É, sem dúvida, intrigante constatar como as intercalações emergem com tanta frequência, especialmente nos textos de algumas pessoas, mesmo que não sejam convidadas, digamos.

Como professora, a questão era saber o que fazer para que elas não perturbassem os textos e nem tornassem a escrita dos alunos incompreensível. Aqui, é claro, o problema principal não é a idéia de intercalação em si, de inclusão de algo mais específico em meio ao que se diz, mas a não-identificação do segmento inserido, pela falta de domínio dos recursos formais envolvidos para destacá-las – acho que a minha segunda questão frente às intercalações, já da posição de professora, era relacionada à necessidade de marcação adequada. Acredito que, às vezes, nem mesmo se percebe/concebe a intercalação, o propósito de intercalar, mas apenas o desvio de assunto, o sobressalto de um outro tema que foge ao que se vinha tratando, sem uma licença, sem um alerta ao leitor³.

E, quando o que está ocasionando o desvario nos textos dos alunos é percebido, não se sabe igualmente como agir, porque, e o leitor deve lembrar-se, as intercalações não são temas de nenhum dos níveis de ensino. Constam um tanto sub-repticiamente nas gramáticas (os parênteses e travessões) e nos manuais de redação e também outros (as notas de rodapé), como veremos adiante, embora o tratamento seja – em vista das questões que hoje coloco – claramente insatisfatório; mas nós professores não temos, especialmente nas primeiras séries, nenhuma “teoria” explícita para lidar com as intercalações. Para ser mais precisa, neste momento, nem mesmo as proibições quanto ao uso, decorrentes do tratamento dado ao fenômeno pela gramática, que servem, direta ou indiretamente, de apoio aos professores, estão disponíveis. Isso porque, nas primeiras séries do Ensino Fundamental, ainda não se tematiza a sintaxe e a estrutura textual e, muito menos, as habilidades sintáticas e textuais exigidas para um “domínio” da capacidade de efetuar intercalações (pus o termo “domínio” entre aspas, porque, é bom antecipar, a sintaxe e o texto não são suficientes para dar conta das intercalações, embora desempenhem um papel muito significativo).

As intercalaçõe(zinha)s – que são fenômenos complex(íssim)os e se tornam ainda mais em textos de crianças, porque é mais difícil compreendê-las e, então, explicar qualquer coisa sobre elas para meninos e meninas em fase de aquisição – emergem nos

³ É claro que a questão não é tão simples, porque adiante veremos como a rejeição às intercalações ocorre mesmo quando estão bem marcadas.

textos das primeiras séries, onde não trabalhamos com nenhuma teoria particular de texto ou de gramática; onde se teve, por muito tempo (e talvez ainda se tenha, disfarçadamente) como parâmetros apenas os “textos insossos” (para falar como o Possenti) das cartilhas.

Se as intercalações eram uma inquietação (que vez por outra voltava) e nela se esboçavam as primeiras indagações sobre questões com que hoje me ocupo, também é verdade que não fiz grandes esforços para solucionar esse problema. Talvez por alguma covardia, talvez por não ter mesmo o que fazer, tendo em vista os instrumentos com que trabalhava, desobriguei-me de uma atitude qualquer e fui dando às minhas inquietações com a linguagem e às questões que se me colocavam as soluções provisórias que me eram possíveis, até me encontrar mais uma vez com as intercalações.

Neste novo contato, eu já havia ingressado no Curso de Letras Clássicas e Vernáculas, com especialização em Português-Literatura, na Universidade Federal de Alagoas. Mas preciso dizer que as intercalações não foram – ao menos que eu saiba... – motivação para eu ingressar no curso de Letras. Eu não tinha ativas na memória as inquietações que relatei. No entanto, lá chegando, as intercalações começaram a me desafiar de novo (sim, porque não sou eu quem as persegue, são elas que o fazem: quando eu menos esperava, ei-las diante de mim de novo...). As notas de rodapé que lia nos textos teóricos e as que era levada a fazer nas muitas resenhas e monografias solicitadas pelos professores, e as muitas digressões que lia nos textos literários⁴ me puseram de novo intrigada com o fenômeno.

Inicialmente, meu interesse derivava de mera simpatia e tinha objetivos bem práticos: usar em meus textos ou ler em textos de outros. Mas, no terceiro ano, por exigência de elaborar um projetinho de pesquisa para uma disciplina chamada Seminário de Monografia, que preparava para o Trabalho de Conclusão de Curso no ano seguinte, lembro que se (me) pôs como objeto de pesquisa **a relação entre digressão e coesão**. Nesse momento, começou a configurar-se como **dado** o que antes era uma curiosidade, uma inquietação, (embora marcante); nesse mesmo momento, comecei a acumular, junto à posição de “usuária” da linguagem e de professora de língua portuguesa, a posição de

⁴ Devo direcionar aqui uma grata notinha a meus ex-professores, para dizer que no Curso de Letras da Ufal líamos muita Literatura.

analista⁵: eu não apenas efetuava ou deixava de efetuar intercalações (com as interrogações que elas me despertavam), nem apenas tinha que aqui e lá deliberar algo sobre elas (mesmo que fosse o seu silenciamento), mas também necessitava agora explicá-las (se possível, indo além dos julgamentos que as relacionavam à mera perturbação, os quais sempre tive dificuldades em aceitar).

Eu já tinha, desde o segundo ano do curso, um interesse declarado pela Lingüística Textual (e, paralelamente, começara a ler *Análise do Discurso*...) e, a esta altura, já estava familiarizada com muitos dos temas, conceitos e formas de dar respostas na área. Não sei se pela história contada ou se porque meu olhar era atento a seu funcionamento, que me fazia vê-las como dados de pesquisa, comecei a estudá-las. Acho que pelas duas razões, a inquietação que eu tinha e o desejo de agora resgatar sua importância, comecei a configurar um projeto cuja hipótese central era a de que as intercalações efetuavam algo que eu designei como **coesão discursiva**. Tinham a ver com a conexão entre texto e memória enciclopédica, com o contexto, enfim, com essas categorias que, do ponto de vista da Lingüística Textual, dão conta da emergência do discurso nos textos. No meu entender, elas faziam algo como a coesão, mas de uma outra forma, uma coesão entre texto e discurso, no sentido de que o texto era o tempo inteiro atravessado pela história, por efeito das intercalações (como afirmei anteriormente, eu já começara a ler *Análise do Discurso* e unia, sem reflexão, as duas áreas numa mesma hipótese, dando ao discurso um sentido diferente daquele que ele assume na Lingüística Textual). Eram “laços coesivos”, num certo sentido – eis a minha primeira hipótese teórica.

Essa idéia não vingou porque os professores, diante dos quais a expus, não a acataram, com base num argumento muito óbvio e, do ponto de vista deles, muito correto: coesão une; digressão separa. Além disso, coesão é feita por recursos lingüístico-gramaticais, ou por seqüência ou por referência (num momento em que referência se identificava muito com co-referência), como pensar nos mesmos termos a digressão?⁶ Não

⁵ A posição de analista, por mais que recupere “experiências vividas”, trata-as de um lugar que não é mais o do sujeito real, mas do que Amorim (2001:206) chama *instância epistêmica*.

⁶ Neste momento, já existia a reflexão de Dascal e Katriel (1979), e eu já havia lido menções a este texto nos livros de Koch, mas, apesar de sua inegável importância, as discussões aí conduzidas não respondiam ao que eu buscava.

tendo argumentos, até me acanhei por ter tido uma idéia tão disparatada. Mais que sentir acanhamento, censurei-me: como pudera cair numa contradição tão grande? Digressão separa; coesão une!...

Acreditando ter-me resignado, fui estudar as digressões de acordo com o que dizia a Lingüística Textual. Mas, na verdade, apenas ataquei por outro lado a mesma inquietação, escrevendo uma monografia que tinha por título *Digressão: fragmentação ou estratégia discursiva?*⁷. Para investir contra a conotação de mera quebra e ruptura, comecei a enfocar o lado estratégico das intercalações, trazendo por tabela para a discussão o papel do sujeito que intercala. Embora ache que muitas daquelas intuições permanecem nas minhas reflexões de hoje, aquele texto é o que eu chamaria de “salada teórica”, o cúmulo da ingenuidade acadêmica que, ignorante quanto aos construtos teóricos (e suas necessárias fronteiras), não deixa de ver e afirmar as relações entre texto e discurso, sem aqueles cuidados que, ao longo do disciplinamento na vida acadêmica, vai-se aprendendo a tomar.

Insatisfeita com as conclusões e tomada por muitas outras indagações, resolvi continuar a pesquisa na pós-graduação. Antes de apresentar minha proposta e como a questão não suscitou interesse apenas em mim, vou começar esse empreendimento retomando outros estudos sobre as intercalações, buscando entender de que forma essas pesquisas contribuem (por aproximação ou por afastamento) para responder a minhas indagações.

⁷ Esse texto, elaborado como Trabalho de Conclusão de Curso (Letras-UFAL/2000), sob orientação da Profa. Dra. Maria Virgínia Leal, foi publicado, em comunicação individual, no IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

PARTE I

Capítulo I

INICIANDO PELA LINGÜÍSTICA ENUNCIATIVA

1. Os estudos enunciativos e as intercalações

O ponto de vista cria o objeto (Saussure, 1916:15).

Nos estudos de base enunciativa, as intercalações foram abordadas no interior da Lingüística Textual e da Análise do Discurso¹. São perspectivas de análise diferentes e, como tais, promovem explicações diferentes, embora seja interessante instigar o leitor antecipando que se podem explorar certas convergências, no que diz respeito ao tratamento dado às intercalações, entre as duas perspectivas. Acompanhemos primeiramente a trajetória que têm percorrido os teóricos da Lingüística Textual.

1.1. A propósito da Lingüística Textual

Ao iniciar o percurso de pesquisa pela Lingüística Textual, minha primeira impressão foi de curiosidade por não haver na área estudos específicos sobre as interposições nos textos escritos – embora fossem dados exemplos de inserções e digressões (não de notas de rodapé!) nessa modalidade. Nesse campo, os fenômenos que aqui interessam foram trabalhados especialmente na oralidade e, por conta disso, são concebidos e analisados sob a ótica da interação.

Conforme amplamente sabido, a Lingüística Textual (naquilo que se chama sua segunda fase) (re)definiu sua unidade de análise, o texto², tendo este o seu estatuto garantido pelo princípio da *textualidade*, o qual se efetivaria a partir de fatores de ordem

¹ É preciso considerar que se trata de concepções diferentes de enunciação, conforme se trate de Lingüística Textual ou de Análise do Discurso, dadas justamente as especificidades que definem cada campo. Mas, ainda assim, é possível usar o termo em sentido mais genérico para referir os dois campos simultaneamente.

² É claro que anteriormente a preocupação era com o texto, mas a ênfase era muito mais na análise transfrástica, na construção de gramáticas textuais, e menos no texto como foi redefinido a partir das pesquisas, advindas de diferentes frentes, elaboradas nos anos setenta e oitenta.

lingüística e também extra-lingüística. Dentre esses fatores, viram-se contempladas desde a *coesão* e a *coerência*, até categorias como a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, a *situacionalidade* e outras (Beaugrande e Dressler, 1981), assumindo-se que a área re-assenta seus pilares para atuar numa interface entre sintaxe, semântica, cognição e discurso, e concebe o sentido como fruto de uma necessária interação entre autor, leitor e texto, conforme discutido em Koch (1997).

Assim, assentadas as bases da Lingüística Textual numa concepção de linguagem como *lugar da interação social*, por influência dos estudos pragmático-enunciativos (que foram a tônica dos anos oitenta), e elaborados princípios teóricos para trabalhar com as questões envolvidas na produção e compreensão textual nesse campo, parece terem-se estabelecido as condições apropriadas para uma abordagem das intercalações. É constatável, todavia, que essa importante mudança de perspectiva dos estudos de texto (que os retira do estigma das mal-sucedidas tentativas de estruturação de Gramáticas Textuais dos anos sessenta e início dos setenta) não foi suficiente (e nem poderia) para que as intercalações se vissem, já de início, “acomodadas”, por assim dizer, nos muitos princípios e unidades textuais que serviam como categorias de análise; na verdade, verifica-se, no tratamento desse fenômeno, uma evolução que acompanha, num certo sentido, o próprio avançar da área.

No início dessa fase de estudos, quando não se tinham ainda tirado as conseqüências devidas do que deveria significar uma abordagem sociointeracional e considerava-se que a coerência (assim como a coesão) seria uma categoria lingüística apenas, atestável na materialidade lingüística do texto, num momento em que se concebia a indistinção entre esses dois princípios (tal é a posição de Charoles (1978))³, foi natural a exclusão ou o estatuto residual atribuído a certos fenômenos que parecem ser mais da ordem da enunciação do que propriamente do enunciado, como as intercalações.

³ Conforme pode ser lido em Koch (1989), quando a autora alerta para as oscilações terminológicas entre os termos coesão e coerência, “Muitos autores não distinguem entre coesão e coerência, utilizando um termo ou outro para os dois fenômenos. Alguns fazem distinção usando expressões como “coerência microestrutural” e/ou coerência local, quando querem se referir à coesão e expressões como “coerência macroestrutural” ou coerência global, quando desejam se referir ao que foi definido como coerência” (p.14).

Mesmo com o claro avanço no sentido de distinguir coesão de coerência e de definir este último princípio num horizonte bem maior que o lingüístico⁴, parece ter sido vista, nessa abertura, a perda dos limites da unidade de análise e a (consequente?) necessidade de critérios para atribuir coerência a um texto. Em decorrência, talvez, nota-se o apelo ao *princípio da relação* (necessário, sem dúvida; mas que deveria ser mais bem definido)⁵, como forma de prevenir a dispersão nos textos e garantir a “unidade” do tópico discursivo. Prova disso tem-se na recorrência à *máxima da relevância*, de P. Grice (1975), a qual é retomada pela *metarregra da relação*, em M. Charolles (1978) e pelo *princípio da relevância*, em R. Giora (1985), trabalhos estes que, mesmo inscrevendo-se numa fase posterior dos estudos, excluem – pelo primado da relação – as intercalações, sobretudo as digressivas.

É constatável que, nesse ambiente, as intercalações são incluídas nas análises de forma indireta, a título de contra-exemplos, haja vista a advertência de que os assuntos de um texto deveriam ser relacionados ao tópico central e, no caso das digressões, quando houvesse, deveriam ser devidamente marcadas, pois a marcação evitaria a fragmentação (essa é claramente a posição de Giora, para quem um texto seria coerente se os enunciados fossem relevantes para um mesmo tópico em andamento)⁶. O porquê desse apelo a um princípio de relação (que anda par e passo com uma concepção de tópico) no interior desses estudos é uma resposta a ser buscada ao longo desse texto. Continuemos.

Assumido o alargamento do conceito de coerência, começou a configurar-se um tratamento bem mais satisfatório do fenômeno, mas que parece *indiciar*⁷ ainda resquícios dessa visão. Num pioneiro estudo de Dascal e Katriel (1979), onde a questão é definida no

⁴ Como pode ser visto nas pesquisas de Beaugrande e Dressler (1981), Bastos (1985), Koch (1989) e outros. O que é uma posição importantíssima da Lingüística Textual.

⁵ Em pontos diferentes deste texto, voltarei à discussão sobre relevância.

⁶ Isso não deixa de ser pertinente, mas é preciso considerar que muitas das digressões não são avisadas, por um lado; e há textos humorísticos, por exemplo, que tiram sua coerência da fragmentação e da dispersão, por outro. De qualquer modo, nesta tese, estarei dando atenção apenas às intercalações marcadas.

⁷ O uso do termo “indiciar” não é gratuito. Trata-se de uma inscrição dessa pesquisa nos estudos clássicos de abdução, que remetem ao nome de Peirce, e em desenvolvimentos desses estudos, nas pesquisas do historiador Carlo Ginzburg. As noções de indícios e hipóteses explicativas e outras que comentarei oportunamente reportam-se ao *Paradigma Indiciário* de reflexão, cuja explicitação de seus elementos constitutivos será administrada homeopaticamente nas páginas que seguem, tendo um tratamento intensivo apenas no último capítulo.

interior da pragmática, o qual serve de base para muitos trabalhos posteriores, os autores firmaram o postulado de que as digressões não perturbam a coerência conversacional, e, na verdade, até ajudam a constituí-la. Esse postulado, além da reconsideração do fenômeno em si, teve uma grande importância para os estudos de conversação, porque nessa época sobrevivia um forte preconceito contra a oralidade, a ponto de se pensar que textos falados não possuíam ordem e que era difícil, portanto, atribuir-lhes uma estrutura.

Essa rediscussão que Dascal e Katriel promovem sobre as digressões, no sentido de concebê-las como segmentos relacionáveis, implica uma reconsideração dos conceitos de tópico e de relevância discursiva. Incluir as digressões, que eram tidas como contra-exemplos do que contribuía para a configuração do tópico, exige maior flexibilidade da noção de tópico (que não pode ser visto como constante, nem indivisível) e o *alargamento* do conceito de relevância (que deve ser concebida em tipos distintos). Nesse sentido, a marcação das digressões (por meio de *bracketing-devices*) teria por função separar diferentes tipos de relevância, de modo diferente do que foi discutido nos estudos anteriores em que se isolavam segmentos dispersivos para que a fragmentação não se efetivasse. Segundo os autores, o tópico deve estar além de questões de ordem sintática e semântica, incluindo relevâncias pragmáticas, por exemplo. Assim, cada tópico possuiria, atrelado a si, um conjunto de relevâncias, não permanecendo constante, de modo que, se algo é previsto por esse conjunto de relevâncias, logo, não tem por que ser desviante.⁸

Evidência desses diferentes tipos de relevância há nos subtipos de digressão tratados pelos autores. Eles classificam as digressões em três tipos: *digressões baseadas na interação* (sem relação com o tópico); *digressões baseadas no enunciado* (relacionadas semanticamente, pragmaticamente, etc); *digressões devidas a seqüências inseridas* (atos de fala corretores e clarificadores). Esses três tipos teriam a propriedade de substituir relevâncias tópicas por outras; haveria, por exemplo, a substituição de relevâncias tópicas por relevâncias linguisticamente baseadas, por relevâncias metalingüísticas e por relevâncias

⁸ O problema da relevância não é simples, porque se trata de um problema filosófico, além de ser um problema teórico e mesmo cotidiano; há uma discussão interessante de Dascal (1982), em “Relevância Conversacional”, que pode intensificar essa discussão. A flexibilização do conceito de tópico, por outro lado, é sem dúvida um gesto teórico de suma importância. Mas acho que há mais a ser dito sobre esses dois conceitos.

não-tópicas – mas todas motivadas e não-disfuncionais. Fica claro como, mesmo em caso de não haver relação semântica, não se trata de irrelevância, nem de um mero desvio. A tentativa de tornar o fenômeno pertinente é, aqui, indiscutível.

Apesar disso, gostaria de chamar a atenção para um detalhe que, embora possa parecer marginal, tem, em minha reflexão, muita importância, porque pode estar indicando um possível resquício da visão dispersiva e fragmentária das intercalações antes detectada. Trata-se da manutenção da designação genérica “digressão” para toda e qualquer intercalação da oralidade (dentro dessa categoria maior é que se fala em inserções, *digressões baseadas em seqüências inseridas* – as seqüências pergunta/resposta no interior de um tópico). Isso permite, a meu ver, que se interprete ainda uma ênfase na descontinuidade textual e informacional. A visão que se tem da digressão é, como veremos adiante, condensada nesse termo, mas os autores não discutem a terminologia. Mudam sua caracterização, reorientam seu papel, mas a insistência na denominação não implicaria resquícios da visão anterior? Se o conteúdo dessas interposições é ajustável dentro dos diferentes tipos de relevância e se o efeito não é de dispersão, não haveria por que chamá-las, genericamente, “digressão”, já que esse termo serve para definir um efeito de afastamento. Além disso, a descrição dada ao fenômeno é a de que ele seria um segmento de tipo B, localizado num intervalo entre um tópico A, suspenso, ao qual se retorna a seguir; essa é, antes de tudo, a descrição de uma inserção, de um encaixe, um parêntese (e os exemplos o confirmam), sem que se remeta necessariamente a seus efeitos.⁹

Outro estudo que deve ser tomado como um dos pilares para a orientação enunciativa do fenômeno em questão é o conjunto de artigos de Jubran (publicados em diferentes volumes da *Gramática do Português Falado*), nos quais a autora aborda, por focos variados, as *orações parentéticas*. Como não há razão para retomar seus vários trabalhos em detalhes, farei uma apreciação mais geral – que não deixa de ser cuidadosa. Destacaria como um avanço desses trabalhos a denominação de *parênteses*, atribuída às inserções em

⁹ O que discuto em Dascal e Katriel não é o tratamento dado ao fenômeno, que é até bem coerente; o problema que vejo é definir o fenômeno como algo que não desvia e usar uma terminologia que significa afastamento e, com o uso, passou a desvio, subterfúgio, dados certos efeitos que pode causar. Talvez essa reivindicação pareça aqui sem propósito, embora a discussão feita nos parágrafos anteriores possa perfeitamente autorizá-la, mas adiante ficará mais claro meu alerta para o uso do termo digressão.

geral, e, também, a problematização da classificação proposta por Dascal e Katriel, pois, como a autora mostra, os subtipos propostos pressuporiam uma separação entre enunciado e enunciação, no sentido de separar o texto dos aspectos interacionais.

Nossa opção teórica de conceber o lingüístico e o pragmático amalgamados no texto e a decorrente definição de parênteses como estratégias de engaste do que é dito na situação de dizer, são incompatíveis com a classificação de digressões de Dascal e Katriel, porque esta polariza dois tipos de inserção, com base na cisão entre enunciado e enunciação (Jubran, 1993: 34).

Trata-se de uma reivindicação bem pertinente porque esse é um problema com o qual a Lingüística Textual sempre se preocupou e, a meu ver, deve preocupar-se ainda. Pelo modo como se define o texto, como entidade lingüística e não-lingüística ao mesmo tempo (para falar simplificada), o olhar para o lingüístico não pode ser o gesto decisivo, por um lado; e o olhar excessivo para o não-lingüístico descaracterizaria uma “Lingüística” do texto (ou do discurso ou de quaisquer “*strata*” da linguagem), por outro lado – e aí se cai na verborragia, como bem dizia Carlos Franchi (1997), ao se reportar a “falas puramente conceituais”, que redundam em “idéias vagas e imprecisas”.

Mas essa não é a única contribuição de Jubran ao tratar dos parentéticos. Pode-se depreender dos trabalhos dessa autora uma configuração bastante ampla do fenômeno, posto que são analisadas *as propriedades identificadoras* (Jubran, 1991), a *classificação de diferentes modalidades de inserção* (Jubran, 1993), as *funções textuais-interativas* (Jubran, 1999) e outras implicações importantes. Por tomar o conceito de tópico como a unidade de análise (que, aliás, é a unidade de análise das pesquisas do grupo voltado para os aspectos textuais-interativos na *Gramática do Português Falado*) a autora retoma a conceituação proposta em co-autoria com outros pesquisadores, a que cito na íntegra, porque o conceito será retomado adiante.

O tópico é definido de uma perspectiva discursiva, a partir de dois traços básicos: centração e organicidade. A centração é a propriedade de concentração em um determinado assunto, revelada pelo fato de que um conjunto de referentes implícitos ou inferíveis, concernentes entre si, torna-se relevante em um determinado ponto da mensagem. A organicidade é a propriedade pela qual a

topicalidade manifesta-se por relações de interdependência que se estabelecem simultaneamente em dois planos: no plano hierárquico, conforme as dependências de superordenação e subordenação entre tópicos que se implicam pelo grau de abrangência do assunto; no plano seqüencial, de acordo com as articulações intertópicas em termos de adjacências ou interposições na linha discursiva. (Jubran, 1993:62).

Nessa conceituação de tópico, as intercalações parecem ficar devidamente alocadas e não há dúvidas de que a autora procede de fato a um tratamento *textual-interativo do fenômeno*, como anuncia.

No entanto, insistiria que o conceito de tópico deve, a meu ver, incluir outros elementos, mas não tratarei deste ponto agora. Além disso, recorrem em seus trabalhos resquícios de uma visão dispersiva que ainda perpassa sutilmente as pesquisas de Dascal e Katriel e elas são ligadas à caracterização do fenômeno. Citarei dois indícios, antecédidos do que acredito serem suas causas. Por adotar o conceito de *graus de digressionalidade*, proposto por Dascal e Katriel para apreciar justamente os níveis de relevância, a autora associa várias vezes os parentéticos a termos como “desvio”, “irrelevância”, “não-concernência”, “não-pertinência” e outros, sem, no entanto, deixar de acrescentar sua funcionalidade. Por definir o fenômeno a partir de um *critério de descontinuidade*, considera o que denomina “inserções autocondicionadas”, ou seja, aquelas cuja iniciativa parte do falante, como “frases hóspedes”.

Mesmo que se trate de questões de definição, de escolha lexical, esse modo de caracterização parece sintomático. Primeiro, porque o conceito de tópico adotado pela autora excluiria esse tipo de julgamento; e, segundo, porque, se a inserção tem funções interativas e a interação não se separa do texto, chamar a inserção de hóspede não poderia dar a entender que se chama a interação de hóspede? Esse questionamento pode não ser aceito como pertinente, mas não consigo ver a questão de outro modo. As palavras têm história e, portanto, carregam consigo sentidos de outros discursos. Por isso, acredito que

certas *escolhas* lexicais usadas para caracterizar os fenômenos **indiciam** um discurso que é incompatível (pois pareceria anacrônico?), com uma Lingüística Enunciativa.¹⁰

Por que critérios de descontinuidade (e não de continuidade); por que pensar em graus de digressionalidade (e não de centralidade), se o compromisso aqui é com a unidade? Não é possível responder a não ser com uma hipótese explicativa, que precisa ser confirmada no decorrer dessa análise: há indícios, nos estudos citados, de uma visão implícita segundo a qual as intercalações têm a ver com perturbação, independentemente de ser afirmado o contrário disso; isso se desvela na escolha lexical e também nas caracterizações – daí a “digressão” e os “graus de digressionalidade” em Dascal e Katriel, e as “frases hóspedes” e os “critérios de descontinuidade” em Jubran. Pode parecer um avanço em relação aos apelos de unidade, feito pelas variações da máxima da relação de Grice, já que aqui se considera a dispersão e se reporta a ela com critérios e categorias, mas acho que Jubran e Dascal se encontram, por caminhos diferentes, com o mesmo problema de Giora. Parece tratar-se, em ambos os casos, embora por gestos diferentes, da exclusão pela tentativa de inclusão. (Veremos se isso se sustentará).

Uma última evidência que citarei para demonstrar a evolução no tratamento dado às intercalações pela Lingüística Textual, apesar dos probleminhas detectados, são os trabalhos de Koch (1997 e 1990). Embora não possa contemplar aqui todo o seu percurso a esse respeito, e não querendo reduzi-lo ao que será dito, buscarei explicitar a suposição de que seus trabalhos são, no âmbito do percurso evolutivo que estou tentando acompanhar, os que mais se distanciam da visão que desloca as intercalações do texto, porque, embora a autora se baseie grandemente nos autores citados no que respeita à

¹⁰ Poder-se-ia assumir que esse indício de não-pertinência não é um problema no tratamento das intercalações, mas o reconhecimento de que esses fenômenos são de natureza mais discursiva do que textual, mais da ordem da enunciação do que da ordem do enunciado, ou que uma intercalação pode ser uma frase hóspede sim, no sentido de que põe em cena, às vezes, um outro discurso – um “discurso hóspede”, portanto. Mas, em relação a isso, como disse, a Lingüística Textual assume a não separação entre enunciado e enunciação (o que Jubran critica em Dascal e Katriel), entre texto e interação e também não concebe o texto sem o discurso (mesmo que a aceção do termo não seja a que aqui me interessa). Além disso, baseio-me na importante idéia de que texto e discurso não são *camadas* que se excluem, ou se sobrepõem (Possenti, 1999), de modo que podemos analisar a dimensão discursiva como constitutiva da textualidade e também como uma via para a análise de textos. Se o discurso se constitui (não se reflete, porque a linguagem não é espelho; nem é veiculado, pois a linguagem não é instrumento) no texto, nada mais justo do que assumir o discurso para analisar os textos, sem considerá-lo um hóspede.

consideração das funções enunciativas desempenhadas pelas intercalações, intensifica reflexões que diferenciam suas análises das anteriores, principalmente em relação aos problemas de definição e caracterização do fenômeno, como destaquei nos outros autores.

Essa hipótese é respaldada pelo relacionamento de, pelo menos, três importantes indícios: Koch contesta o estatuto digressivo dos subtipos de digressão tratados por Dascal e Katriel, mostrando que, especificamente no caso das digressões baseadas no enunciado e das *quase-digressões*, não teria sentido manter a terminologia, já que, pelos conteúdos inseridos (explicações, alusões, justificativas, comparações), são desmembramentos naturais do tópico, e não desvios. Em termos gerais, revendo o que os próprios autores dizem a respeito das funções desses três tipos de digressão, a autora considera que o “principal objetivo [das ditas digressões] é justamente impedir que a conversação seja interrompida e garantir que o tópico em curso continue a ser desenvolvido” (Koch,1997:117). Um outro indício pode ser lido no gesto de a autora tratar de modo diferenciado (ainda em separado, porém!) digressões e inserções, acrescentando que “o material inserido ou reformulado não pode ser considerado supérfluo, isto é, eliminável sem prejuízo para o conteúdo” (p.66). E, por fim, o que estou lendo como o principal indício de independência de seus trabalhos, que funciona como prova¹¹ da hipótese levantada anteriormente: considerando a dinamicidade do tópico conversacional e as funções informacionais dos fenômenos inseridos, questiona – numa interrogação retórica! – se de fato existem *digressões*: “A propósito, existem mesmo digressões?” (Koch, 1990b:126).

Essa interrogação – que fora, por vezes, interpretada literalmente e recebeu, a meu ver, críticas indevidas¹² – parece-me o que mais se aproxima de um tratamento realmente

¹¹ A distinção entre indícios e provas será feita no último capítulo. Para o momento, apenas antecipo que, ao lado das reconhecidas discussões de Ginzburg sobre indícios, hipóteses e outras dessas noções que dão corpo a seu modo de pesquisa – o paradigma indiciário – ele faz uma discussão específica sobre a noção de *prova*, como forma de defender que é possível trabalhar com provas em história, desviando-se, assim, do que chama relativismos recentes.

¹² Em Andrade (2001), por exemplo. Aliás, Andrade tem se dedicado a estudar as digressões em diferentes trabalhos. Sugiro a leitura de seus textos, mas não os comentarei aqui porque não há grandes diferenças entre suas conclusões e as dos trabalhos mencionados. Acredito que o recorte efetuado é suficiente para apresentar o percurso que têm percorrido os autores que tratam das intercalações nesta perspectiva de estudos, e para comentar os avanços e os problemas remanescentes.

interativo e de um verdadeiro “encaixamento” das intercalações na textualidade. Koch não se pergunta se existem digressões, no sentido de interposições, sobreposições, encaixes, posto que ela discorre longamente sobre isso, reconsiderando funções, ajustando classificações etc; o que a autora parece contestar é se os fenômenos por ela analisados são, realmente, digressões, no sentido de desvio, irrelevância, descontinuidade, num questionamento da pertinência mesma do termo. Essa atitude, a meu ver, abre caminho para a resolução de um problema ligado à terminologia, para que seja proposta uma outra designação para o fenômeno. Abordarei essa questão adiante, inclusive porque as notas de rodapé têm de ser levadas em conta nessa designação e, como anunciado (e confirmado), elas não são abordadas porque os trabalhos nessa perspectiva se voltam primordialmente para a oralidade.

Antes é necessário discutir uma outra questão que atravessa o percurso de pesquisa constituído em torno das intercalações na Linguística Textual. Além de detectar a evolução do tratamento dado ao fenômeno e o quanto isso põe em discussão os conceitos de tópico e de relevância (e, com eles, o de coerência), as intercalações são fenômenos que, mais que outros, põem em evidência a subjetividade. Falar em inserções ou digressões no interior desta perspectiva de estudos é falar de um espaço privilegiado de ação do sujeito, no sentido de que nesse domínio se considera que esses fenômenos desempenham funções interacionais e intersubjetivas bem precisas. As interposições são amostras privilegiadas da intervenção do sujeito na co-construção dos sentidos. Para abordar rapidamente essa questão, que será de grande interesse adiante, vou refazer o percurso em sentido inverso.

Quando os autores identificam as funções específicas dos segmentos inseridos, afirma-se claramente o espaço da subjetividade e as ações mais específicas dos sujeitos. Destacarei algumas funções. Koch (1997) aponta, por exemplo, que o locutor suspende temporariamente o tópico para efetuar a inserção de *conhecimentos prévios*, *comentários metaformativos*¹³ e outros. Em Jubran (1999), justamente no artigo em que a autora trata das (muitas) funções textuais-interativas dos parênteses, são destacadas aquelas que têm

¹³ Esse caráter “meta” que aqui é ligado a apenas uma das funções das intercalações é a tônica dos estudos de Authier-Revuz, que serão considerados adiante. No meu entendimento, essa característica define toda e qualquer intercalação.

um foco no locutor e outras que, correlativamente, têm o *foco no interlocutor*. A ação da subjetividade por meio das intercalações, portanto, mostra que elas estão ligadas à materialização no texto da presença do eu e do outro e do trabalho de ambos no sentido de conduzir a progressão tópica e a (co)construção dos sentidos, à constituição, em alguns casos, de uma meta-atividade do sujeito, e à emergência de conhecimentos prévios, reiterando que um texto é sempre atravessado por outros textos¹⁴.

Essa concepção de sujeito perpassa o trabalho de Dascal e Katriel, que se inscreve numa perspectiva pragmática. Esta perspectiva lançou as bases para que se reorientasse a compreensão de muitos fenômenos que, como as intercalações, não cabiam nas análises estruturais porque, como já se disse em demasia, essas análises excluía(m) (porque eram obrigadas a excluir) temas como sujeito, contexto, história e outros. É nessa perspectiva que se desenvolvem as referidas pesquisas de Giora e outras, que, talvez viciados a formas anteriores de trabalhar o texto, não vinculavam claramente as intercalações à temática da subjetividade, ou melhor, não exploraram adequadamente o que significaria vincular as intercalações à temática da subjetividade (daí as falhas comentadas), circunscrevendo a análise à “imanência” do texto (a palavra “imanência” deve mesmo ficar entre aspas porque é forte demais para falar de pesquisas da Linguística Textual dos anos oitenta, mas, na falta de outra mais precisa, uso-a de modo impreciso...). Mesmo assim, de forma geral, pode-se dizer que, além de a vinculação precisa das intercalações estar nas “dependências” de conceitos como tópico e relevância¹⁵, tratou-se também uma vinculação ao domínio dos sujeitos e de suas ações com a linguagem.

Concluo, assim, o percurso mencionado no início deste tópico, que pode, a título de síntese, ser retomado por três afirmações: primeira, a Linguística Textual é um dos espaços privilegiados para abordar as intercalações, porque elas são fenômenos textuais (enunciativos) – já que trazem implicações diretas para alguns dos mais importantes princípios de análise textual, confirmando a pertinência de uma abordagem textual, a depender de como se conduza essa análise; segunda, com as pesquisas nessa área, houve o

¹⁴ Sobre isso, conferir Koch (1997): “O texto e a inevitável presença do outro”.

¹⁵ É interessante notar como as intercalações são discutidas frente a uma concepção explícita ou implícita de tópico. Essa unidade de análise tem mesmo de ser considerada no estudo desses fenômenos, mas não como questão central, muito menos com uma concepção linear.

paulatino avanço de assumir o postulado de que as intercalações devem ser tratadas como fatores que não perturbam necessariamente, notando-se, assim, um progressivo (mas não definitivo) desvencilhar-se da visão que as considerava formas de fragmentação do texto; e, finalmente, reconheceu-se e discutiu-se o caráter estratégico das intercalações, por relacioná-las diretamente à ação do sujeito pragmático.

Mas esse mesmo percurso permitiu observar também, à revelia do que os autores quiseram dizer (numa alusão a Valter Benjamin quando ele fala em “escovar a história ao contrário”), alguns problemas que adiante serão consideradas mais detidamente: as análises feitas contemplam a conversação e não o texto escrito, de forma que as notas de rodapé, específicas dessa modalidade, não são abordadas detidamente; o fenômeno é ainda nomeado por terminologias diversas, muitas das quais motivadas por efeitos isolados ou pela aparência formal; as digressões e as inserções são vistas em separado, e a ênfase, portanto, é dada a funções específicas e não a uma macro-função, por assim dizer, que lhes revele a natureza comum; apesar de o objetivo ser contrariar o famigerado efeito de desvio, ele foi, em alguns casos, reafirmado, – quer pelas escolhas terminológicas, quer pelas caracterizações (alguém preferiria: pela referência e pela predicação); as análises de fala, respaldadas pelos fundamentos da pragmática, conceberam a atuação da subjetividade que se mostra nas intercalações como ligada à intenção do sujeito, do ponto de vista mesmo do planejamento textual, sem que se tenha dado o peso necessário às pressões e restrições discursivas ligadas às intercalações.

Essa última observação, especialmente, parece identificar-se com críticas normalmente feitas à Lingüística Textual pela Análise do Discurso; ou melhor, as posturas cobradas parecem tarefas para a análise do Discurso e não para a Lingüística Textual. Acho que os estudos de texto não precisam esquivar-se a essas questões, podendo ensaiar respostas, mas depois é que voltarei a isso. Por ora, devo admitir que, embora pudesse definir-me como uma pesquisadora do texto, meu olhar fora “afetado” (uso em sentido positivo uma palavra que serve para ironizar o engajamento de alguns pesquisadores em AD) pelas pesquisas em Análise do Discurso, especialmente pela problemática levantada sobre a constituição da subjetividade, por um lado; e, por outro lado, porque acredito que

as pesquisas realizadas em Análise de Discurso, podem, em alguma medida, ajudar na solução das carências acima apontadas. Isso justificou, no meu percurso de pesquisa, uma incursão por este campo.

1.2. Entrando na Análise do Discurso

Do mesmo modo que os trabalhos sobre as interposições na Lingüística Textual, ao relacionarem o fenômeno ao sentido na interação, permitem descrevê-lo como um lugar privilegiado para a evidência da subjetividade, do eu e do outro, na construção do texto, no que diz respeito à Análise do Discurso¹⁶ poder-se-ia, de certa forma, fazer uma confrontação, observando que as análises também situam o fenômeno em meio à problemática da subjetividade, precisamente no que diz respeito à heterogeneidade enunciativa. E não só isso, as pesquisas que citarei adiante são iniciadas também na segunda fase dos estudos e, tal como na Lingüística Textual os trabalhos se inscreveram em uma perspectiva da continuidade em relação a um trabalho marcante de Dascal e Katriel, onde a questão é discutida a partir da pragmática, na Análise do Discurso também há uma pesquisa marcante, a de Authier-Revuz, e as demais se constituem em torno dela. Portanto, é possível acompanhar um percurso evolutivo, discutindo trabalhos mais representativos no que eles possam ter de ganhos e de problemas remanescentes.

Authier-Revuz (1990)¹⁷ trata a *heterogeneidade enunciativa* como o fundamento do discurso e do sujeito. Os trabalhos desta pesquisadora têm o reconhecido mérito de, juntamente com as pesquisas de outros autores¹⁸, consolidarem o que se conhece por segunda fase da Análise do Discurso francesa – a que se caracteriza pelo primado do interdiscurso sobre o discurso. Além de destacar essa contribuição para a área em si,

¹⁶ Leia-se Análise do Discurso de filiação francesa.

¹⁷ Como as pesquisas dessa autora são muito conhecidas no meio ao qual me dirijo, não farei uma resenha longa, optando por explicitar alguns elementos centrais de sua reflexão e a retomada desses elementos em outras pesquisas; esse é um modo de inseri-la numa perspectiva maior, qual seja, suas reflexões de base e outros trabalhos que nela se baseiam. Uma outra razão para não resenhar longamente seus textos é o fato de eu não me basear em categorias de análise específicas por ela elaboradas, não porque desconheça sua produtividade, mas porque pretendo enfocar outro lado das questões que a ela interessaram.

¹⁸ Maingueneau, Courtine, Marandin e outros.

interessa-me destacar com algum detalhamento especificidades de seu trabalho, não só porque Authier-Revuz não poderia ser esquecida numa análise que – mesmo com um olhar teórico distinto – aborde a heterogeneidade, mas também porque sua reflexão é a base para as pesquisas que se voltam, por ângulos diversos, sobre a realização da pluralidade enunciativa.

A tese de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do discurso fundamenta-se em duas bases: a primeira delas vê-se representada na idéia de *dialogização interna da linguagem*, na qual se tem o discurso como produto de interdiscursos, tal como desenvolvida pelo círculo de Bakhtin; a outra base é justamente a abordagem do sujeito em suas relações com a linguagem, tal como se depreende de uma leitura de Freud e de uma releitura sua por Lacan. Sobre esses pilares assentam-se as reflexões da autora para classificar a heterogeneidade em duas formas: a *constitutiva* e a *mostrada* (podendo essa última ser marcada ou não).

A heterogeneidade constitutiva estaria ligada ao que Pêcheux (1975) concebe como *esquecimento número um*, o que significaria dizer que essa modalidade de heterogeneidade se definiria de modo inconsciente, no sentido de que todo discurso é necessariamente e sempre atravessado pelo discurso do outro, mesmo que não haja marcas disso. Já a heterogeneidade mostrada se definiria por uma negociação do sujeito com esse esquecimento, para, por uma ilusão subjetiva, colocar-se no espaço do outro e constituir sua identidade. Conforme sabido, a autora conduz suas análises enfocando apenas as diversas formas de heterogeneidade mostrada, formas estas que, para usar palavras suas, “remetem o interior ao exterior do discurso”: outro registro discursivo, outra língua, outro interlocutor, postos no texto por meio de aspas, discurso indireto livre, retoques e glosas, que inscrevem um “lugar” e uma “alteridade”.

Essas formas de heterogeneidade mostrada são expressas por duas modalidades diferentes: a *autonímia simples* e a *modalização autonímica*. A primeira possui duas características: a de um elemento a que se faz *menção*, e a de uma *ruptura sintática*, pela qual o objeto é mostrado, extraído da cadeia e remetido a um outro plano (como o discurso direto ou o discurso introduzido por termos metalingüísticos). Já a segunda tem por

característica condensar *menção* e *uso* e *não constitui ruptura sintática*. Nela, o objeto é, ao mesmo tempo, *marcado* e *mostrado*, caracterizando um modo de dizer complexo, *desdobrado*, em que a enunciação realiza-se como uma representação do dizer em se fazendo. A enunciação se desdobra em comentário de si, numa *metaenunciação*, havendo, para tanto, modos de dizer implícitos (aspas, negrito) ou explícitos (“como se diz”..., “se é que você entende o que quero dizer”...).

Embora muito mais se possa dizer das pesquisas de Authier-Revuz, essa breve exposição é suficiente tanto porque explicita os elementos em que irei me basear (para acatar ou me distanciar de suas reflexões) quanto porque expõe a base teórica que fundamenta os trabalhos realizados posteriormente em *Análise do Discurso* a respeito dos fenômenos de interposição de que venho tratando. São análises que se debruçam sobre formas de heterogeneidade mostrada, conduzindo reflexões específicas sobre as notas de rodapé e as inserções parentéticas, na fala e na escrita.

Um trabalho digno de menção é o de Zoppi-Fontana (1991). Neste texto – que tem como título *Os sentidos marginais* – a autora aborda especificamente as notas de rodapé¹⁹ e procura observar seu funcionamento discursivo e seus efeitos de sentido no que se refere à construção de uma imagem do leitor e da leitura. (As primeiras pesquisas de Authier-Revuz não se voltavam para as notas; seria bom observar se dos quatro mil exemplos discutidos pela autora há alguma notinha). Retomando Foucault, rediscutido em Orlandi (1990a)²⁰, Zoppi-Fontana considera as notas como sendo da ordem do *comentário*, no sentido de que dizem de outro modo o que de certa forma já estava dito. Elas seriam da ordem do que não pode deixar de ser dito, não porque seja novo, mas porque seja

¹⁹ O texto que serve de material de análise é a obra *Marcovaldo ovvero le stagioni in città*, de Ítalo Calvino, Editora Giulio Einaudi (Torino, 1986).

²⁰ Segundo Zoppi-Fontana, “Orlandi (1990a) desenvolve as colocações de Foucault referente ao funcionamento discursivo do comentário visando articular uma definição teórica que dê conta da especificidade do funcionamento dos prefácios e das notas de rodapé que acompanham as reedições (realizadas a partir do século XIX) dos relatos dos missionários e dos viajantes franceses ao Brasil, datados nos séculos XVI e XVII. A autora descreve as notas como um movimento descentralizador do texto: “as notas são um sintoma do fato de que um texto é sempre incompleto, e que se podem acrescentar novos enunciados indefinidamente... (elas) procuram ser as suas margens, limites laterais... colocando-se como *suplementares ou acréscimos marginais ao texto* [o grifo é meu, explicarei adiante], constituem não um discurso sobre o discurso, mas um ‘discurso paralelo’ (e posterior) ... que intervém no interdiscurso (o mesmo) sob a forma de intradiscurso (acréscimos) (p.116).

conhecido. As notas analisadas, segundo a autora, teriam a ver com *mecanismos normalizadores* do texto literário, que operam sobre diferentes funcionamentos lingüísticos e discursivos como: o privilégio de campos discursivos logicamente estabilizados; a instauração de classes de equivalência em que o segundo termo da comparação é o dominante; e redução dos processos de significação às operações de denotação/referência e de designação definição (p.50).

Ao analisar em separado cada um desses três mecanismos, a autora parte da discussão sobre as “medidas de estabilização” e mostra que, mesmo as notas se configurando predominantemente como *glossários*, não se trataria de uma mera definição porque (e os exemplos dados o confirmam) se efetivaria um duplo deslocamento, da definição para a descrição e desta para a explicação (isso permite ver “o entrecruzamento, no espaço discursivo das notas, do discurso **didático** e do discurso **enciclopédico**, configurando, assim, o lugar/função da escola no processo de ensino/aprendizado da prática de leitura dos textos literários” (p.51)). Em seguida, ao analisar “o viés das equivalências”, retoma Authier-Revuz para conceber as notas como um tipo de *reformulação do dizer*, por meio do qual se predica a equivalência, já que elas preencheriam uma estrutura do tipo *ou seja, isto é*, permitindo, assim, o funcionamento de um discurso paralelo e não de uma repetição tautológica. Essa idéia é aprofundada quando analisa o que as notas têm de *clarificação* do texto, que se efetivaria como fruto de um *retorno metaenunciativo* sobre o dizer, em busca de literalidade (são explicitadas ironias, metáforas, metonímias).

Na análise desses três mecanismos, a autora busca desnaturalizar o funcionamento das notas de rodapé, questionar os mecanismos pelos quais funcionariam como discurso evidente (uma boa forma de observar isso é ver como analisa a imagem de leitor e de leitura construída em função das notas que analisa), buscando, como ela mesma diz, “provocar no leitor uma saudável desconfiança”, já que as notas seriam mesmo sintomas da incompletude do texto. Por isso, problematiza a função de mero glossário, porque este poderia ser também um lugar da crítica ou do intertexto literário. Mas, embora problematize a função de glossário, a finalidade facilitadora das notas, o material que ela analisa só oferece notas desse tipo, de modo que as importantes considerações feitas

terminam por se direcionar a elas: *notas de conteúdo*, no dizer de Umberto Eco, cujo efeito é de tradução, definição.

Quero chamar a atenção para o fato de que, em textos acadêmicos, por exemplo, há muitas notas de citação, de alusão, de indicação e outras, que, mesmo sem poderem ser relacionadas à função de glossário, e talvez não podendo ser analisadas pelas mesmas categorias mobilizadas pela autora, serão adiante abordadas como metaenunciação, porque, a meu ver, funcionam igualmente como um retorno do sujeito sobre o seu dizer, caracterizando um gesto metaenunciativo²¹. As notas em geral realmente não podem ser relacionadas apenas à função de glossário, de “tradução”. Seu conteúdo recobre muitas outras funções e nenhuma delas é *a priori* sem importância ou, ingenuamente, uma facilitação.

Há um ponto do texto de Fontana em que ela comenta justamente o conteúdo das notas e é interessante destacá-lo para re-orientar a argumentação em função de outros aspectos desse seu bem articulado texto

Assim [por meio de notas] se introduzem **especificações que não são essenciais** à definição do objeto, mas que explicitam suas condições de uso, suas aplicações ou finalidade, ou que simplesmente acrescentam informação de tipo geral apenas justificada aos efeitos do objeto que está sendo definido (p.51, grifo meu).

Interessa chamar a atenção para a caracterização de “especificações não essenciais”, pois, mesmo se assim fosse, não significaria que é acessória do ponto de vista de seu funcionamento – e a autora não deixa de reconhecê-lo. Mas, ainda assim, acho importante destacar tal caracterização, porque a consideração de que o conteúdo é “não-essencial”, mesmo aparentemente descritiva, pode estar desconsiderando justamente o outro, o leitor, a quem a nota se dirige, o qual pode percebê-la como essencial (apesar de o conteúdo não ser essencial para a definição). Por que um comentário deste tipo num domínio em que a nota é discutida do ponto de vista da heterogeneidade e esta é fundamental, ou essencial,

²¹ E instauram o que adiante chamarei **planos enunciativos** e **especificações no dizer**. Isso permitirá incluir nesta designação as longas intercalações e também as notas, inclusive as de comentadores.

para falarmos simetricamente? Antes de tentar responder a esta indagação, vejamos mais um indício dessa postura numa outra pesquisa que trata (não de notas, mas) de inserções.

Agustine (2000) afirma que

No imaginário da atividade de linguagem, as dobras interdiscursivas funcionam como ***acréscimos contingentes*** que se caracterizam como recursos da estratégia retórica do sujeito falante, uma vez que a emergência das dobras interdiscursivas está relacionada aos processos imaginários da construção enunciativa dos sentidos (p.14, grifo meu).

Mesmo a discussão estando situada *estrategicamente* no domínio do imaginário, justamente para não comprometer a análise com um *sujeito estrategista*, essa aceitação acrítica de que o conteúdo das inserções é um “acréscimo contingente”, baseada, em muitos casos, no olhar do analista, parece problemática, pois essa estratégia dá lugar a um julgamento que descarta novamente o outro a quem se dirigiria a intercalação, se acaso a interação fosse concebida²².

É preciso notar como em Análise do Discurso não existem críticas à *dispersão*, como as que perpassam algumas das análises na Lingüística Textual, porque a fragmentação (num sentido bem além de desorganização textual, mas que talvez não a exclua totalmente...) é constitutiva do discurso. Então voltemos à pergunta: por que sobrevivem julgamentos, diretos ou indiretos, de “acessório” e “contingente”,²³ ao lado da caracterização de dizeres marginais, mesmo que sejam mais raros, localizados e discretos (mas muito loquazes...) num domínio em que a dispersão é constitutiva, é considerada um pressuposto fundamental. Que a Lingüística Textual tenha feito certas apreciações,

²² É claro que essas pesquisas não se resumem a isso. Nem é esta a visão que se afirma, mas para quem trabalha com indícios e tendo em conta a visão sobre esse fenômeno, esses dois são suficientes para fazer a hipótese de que sobrevive aqui também um discurso que não combina com a área. Muitos outros autores poderiam ser citados, para discutir problemas semelhantes, mas tive de fazer um recorte, mantendo apenas os mais representativos.

²³ A idéia de que um texto é constituído de essências e contingências não funciona igualmente para quem escreve e para quem lê. Pensemos num texto de divulgação científica, de uma área de ciências médicas, físicas, ou mesmo um manual ou bula de remédio que vem permeado de definições, exemplificações, traduções e outras, interpostas em notas e inserções. Como julgar que seriam contingentes?

explica-se pelas razões já expostas, mas que as tenha feito a Análise do Discurso é um pouco mais enigmático.

Mas esse enigma poderá ser esclarecido se for possível fazer a hipótese de que se trata do mesmo problema detectado na Lingüística Textual, só que expresso de um outro modo: os julgamentos de desvio, descontinuidade, fragmentação e dispersão (esses dois em sentido negativo, digamos), por um lado, e as apreciações de acessório e contingente, por outro, se encontram, por caminhos diferentes, com um mesmo problema. Ou seja, são contra-partes de um mesmo problema: a sobrevivência de uma visão negativa do fenômeno (que precisa ser analisada), apesar de todo o esforço para fazer dele um tema. De um ponto de vista, fala-se de seus possíveis efeitos nefastos, tendo-se em vista a progressão para a unidade; de outro, reproduz-se um julgamento sobre uma consequência possível desse efeito que relega o conteúdo das interposições a um estatuto marginal do ponto de vista do valor para o texto. A caracterização de “sentidos marginais”, como está no título do texto de Fontana, ressoa diretamente com o trecho destacado no comentário de Orlandi: “suplementares” ou “acréscimos marginais”, nota 20). A primeira impressão que se tem é que a motivação para essas caracterizações é apenas espacial, digamos, pelo fato de as notas emergirem nos limites do texto, nas fronteiras do texto; mas, talvez o “marginal” signifique também marginalidade em relação ao conteúdo, à importância para o texto, já que, nesse sentido, se fala também em “acessório” e “contingente” – mesmo que se destaque seu interessante funcionamento discursivo. A pertinência ou não dessa hipótese será avaliada no capítulo seguinte. Continuemos.

Esse trecho em que Augustine se reporta às intercalações como “acréscimos contingentes” é retirado de um texto em que a pesquisadora estuda esses fenômenos como *Dobras interdiscursivas*. Seu primeiro gesto (ao qual ela relaciona a contribuição de seu texto) é uma repulsa à designação de “parentético” porque, segundo ela, estaria marcada por um “lugar teórico” com o qual não concorda. Embora considere justa a discussão de termos, especialmente quando se passa de um campo a outro, porque palavras têm

história²⁴, seria proveitoso para esta discussão que este “lugar teórico” houvesse sido nomeado e não silenciado (ou assumido para poder ser silenciado). Porque se o lugar teórico aí aludido é a Linguística Textual e se se trata das pesquisas de Jubran (e há indícios de que o seja), a designação é perfeitamente pertinente, já que toda e qualquer interposição constitui de fato um encaixe, um parêntese, no nível superficial; e não há incoerência em assumir essa designação quando se trata do texto (como um objeto teórico-prático). Aliás, é preciso reconhecer que nem mesmo haveria incoerência no interior da Análise do Discurso, se esses pesquisadores atentassem uma assunção de base da área, segundo a qual o discurso tem no texto sua materialidade; assim, as designações de “dobra interdiscursiva” e de “parentético” não se excluíam necessariamente; seriam, dependendo de como se olhassem as coisas, duas faces de uma mesma manifestação.

Isso, é claro, implicaria considerar o texto como mais que um produto para as análises. O objeto aqui é, porém, o discurso e as intercalações, quer sejam notas ou parênteses, porque relacionadas à exterioridade, são tratadas como “exigências exteriores”, ou seja, da ordem do discurso. Sua caracterização mais precisa é a de “marcas do interdiscurso no intradiscurso” (essa é a posição dos textos já referidos de Fontana e Augustine e também de Morelo (1996), Orlandi (1999) e, se me permitirem uma previsão, de todos os outros no interior da AD que venham a se voltar sobre a mesma questão).

O último trabalho de que tratarei neste percurso é justamente uma pesquisa que dá indícios de se afastar discretamente dessa posição centrada exclusivamente no discurso. Trata-se de Paiva (1999). A autora propõe uma análise enunciativa das *inserções parentéticas*, enfocando dois aspectos: a caracterização desses enunciados como formas de heterogeneidade mostrada; e a descrição das funções metaenunciativas desempenhadas pelos enunciados em questão. Ela faz uma apreciação do fenômeno nas gramáticas descritiva e normativa e na Linguística Textual, reconhece os avanços e, finalmente, propõe uma caracterização de natureza enunciativa para as inserções parentéticas, com base no conceito de heterogeneidade mostrada e suas formas de modalização: autonímia simples e modalização autonímica. O que mais importa a meus propósitos é o tratamento

²⁴ Segundo Amorim (2001:133), “A palavra não esquece jamais seu trajeto, não pode se desembaraçar inteiramente da influência dos contextos concretos de que faz parte (...)”.

que a autora dá às funções específicas das inserções, pois ela as considera como *figuras ou representações metaenunciativas*, baseando-se em Authier-Revuz. Com base nessa categoria, são analisadas explicações, ressalvas, exemplificações, alusões e outras figuras metaenunciativas. Não tenho interesse em repetir as muitas análises que existem a respeito das funções específicas do fenômeno, mas preciso destacar o gesto de Paiva ao considerar funções como representações, pois isso significa não negar terminantemente o texto. Tratar das representações metaenunciativas mais específicas é abrir a porta para que se observem as formas de materialização da metaenunciação. Essa questão será retomada.

Independentemente desse gesto mais particular, pode-se inverter esse percurso, para justificar sua razão de ser, vendo as consonâncias entre os demais trabalhos. A análise do “fenômeno” (aqui, não posso deixar de pôr aspas) é situada na temática da heterogeneidade, no domínio da dispersão constitutiva do discurso, e sua análise reconstitui muito claramente o pressuposto de um sujeito clivado pelo inconsciente, interpelado pela ideologia, nos termos da Análise do Discurso, assujeitado. Por isso, é que tanto Agustine como Fontana repetem o gesto de relacionar a emergência das intercalações em geral ao atravessamento do interdiscurso e de situá-las no domínio da ilusão de subjetividade e de sua necessária ilusão de unidade. Agustine reafirma que as dobras interdiscursivas “disciplinam a polissemia do dizer”, sendo, portanto, um “mecanismo de controle do sentido”, de “construção imaginária da unidade de sentidos”. Fontana vê as notas como “interdição à interpretação”, algo com “efeito estabilizador”, que revela por isso mesmo a pluralidade e a dispersão do sentido.

Esta é a posição de Authier-Revuz, ao tratar as glosas de explicitação como contenção da deriva dos sentidos, “bloqueio absoluto da sinonímia” (Authier-Revuz, 1998:48). Isso, obviamente, não quer dizer que se trate de um controle do sujeito, mas de uma ilusão necessária, pois, embora fundamente a constituição da subjetividade no princípio do dialogismo bakhtiniano, acrescenta-lhe as determinações históricas e inconscientes e sua representação em forma de esquecimentos, como definidos em Pêcheux & Fuchs (1975). Em *Semântica e discurso* (1975), Pêcheux discute, de forma muito consistente, o caráter das orações incidentais – que constituem formas de intercalação

como as aqui analisadas – criticando as posições dos que tratam da “evidência (lógico-lingüística) do sujeito”, em defesa da “forma-sujeito (e, especificamente, o “sujeito do discurso”) como um efeito determinado do processo sem sujeito” (p.77).²⁵

Posso, então, concluir a breve retomada sobre os trabalhos realizados na perspectiva da Análise do Discurso. O interesse principal aqui foi estabelecer o contato com os trabalhos de Authier-Revuz, e o fiz não apenas retomando os postulados da autora, mas acompanhando rapidamente a aplicação e o desenvolvimento de suas idéias através dos trabalhos expostos. Esses trabalhos confirmam a tese da autora e a ampliam, no sentido de abordarem as notas e as inserções parentéticas, reafirmando-as como formas de heterogeneidade mostrada. É, pois, necessário (re)afirmar que a Análise do Discurso é também um lugar privilegiado para a abordagem das intercalações.

Reverendo as indagações do fim da subseção anterior, é possível mostrar como as análises promovem um tratamento diferente em relação às carências apontadas na Lingüística Textual. O fato de se considerarem os fenômenos de interposição no âmbito da dispersão discursiva e dos constrangimentos que a exterioridade exerce sobre a enunciação permitiu que se atentasse para o que as intercalações têm de dispersão (elas não causam dispersão; elas são dispersão), interpretando sob um outro prisma seu caráter de desvio, por um lado, e considerando sob um outro enfoque a emergência mesma das intercalações, no que elas têm de não planejado, ou de imprevisível, por outro; sendo produto do interdiscurso, sua emergência teria que ser vista aqui no domínio da injunção da historicidade e não da vontade, por assim dizer, do sujeito; ademais, se na Lingüística Textual tratei da possibilidade de revisão terminológica, aqui encontrei um forte fundamento (mas tratarei de outros) para justificá-la em razão das pesquisas de Authier-Revuz, que considera esse modo de dizer dobrado, reflexivo, meta-enunciativo.

No entanto, esse percurso permite ler por outra chave algumas dessas questões, pois merecem ser discutidas: há ainda avaliações indiretas e esporádicas (mas muito significativas) a respeito de o conteúdo inserido figurar como acessório e contingente; as

²⁵ Nesse mesmo texto, o autor se questiona sobre o porquê da circularidade nas pesquisas lingüísticas, semânticas e nas filosofias. Hoje, ele possivelmente se espantaria com a circularidade de alguns trabalhos na área em que ele, como fundador, certamente gostaria de ver a continuidade.

análises não se preocupam com a articulação do fenômeno em termos da textualização, da materialização desses processos interdiscursivos no texto, olhando apenas sua face discursiva; os fundamentos aprisionam as análises à problemática do assujeitamento, mais precisamente no domínio do que aí se entende por ilusão de subjetividade, que define o Esquecimento número dois, desconsiderando qualquer possibilidade de intervenção do sujeito; as intercalações não motivam rediscussão, mas confirmação de pressupostos, conceitos (embora mudem de *corpus*, descrevam outras variações), enfim, reafirmam os fundamentos de base – são, se é possível aludir a Possenti, apenas “dados rentáveis”.²⁶

Se o percurso permite detectar esse tipo de problema, é indício de que as análises são importantes, ajudam, mas têm carências que parecem não se resolver dentro de seus próprios limites, porque tais carências são criadas justamente pelo que lhes constitui limites. Se lembrarmos as indagações com que encerrei os comentários sobre a Linguística Textual, anteriormente, podemos observar o inverso daquela atitude: lá, aparecia a Análise do Discurso pondo questões para a Linguística Textual; aqui, aparece a Linguística Textual pondo questões para a Análise do Discurso. Isso leva a concluir que o que falta numa perspectiva é extremado na outra e, dessa forma, as análises não se complementam jamais e os problemas permanecem. (E as intercalações não são devidamente explicadas assim).

1.3. Arrematando (provisoriamente) o tópico

Tendo deixado claras as contribuições dos trabalhos realizados nas duas perspectivas, vou me deter a partir de agora nos problemas, porque é da discussão sobre eles que dependem a progressão desse texto e as novas vicissitudes desse percurso. Esses problemas são ligados, por um lado, ao extremo que se cria entre os pontos de vista que tratam da “mesma coisa”; e, por outro lado, à sobrevivência de julgamentos de desvio no tópico, e de acessório e contingente para as funções (não exatamente para o funcionamento) da metaenunciação. Sobre o primeiro, poder-se-ia contra-argumentar

²⁶ De acordo com Possenti (1996), o “dado rentável” (que se aproxima do dado *ladoo* = dado herdado) difere do “dado crucial” (que se aproxima do dado *ladoo* = dado bom!), porque, enquanto o segundo tem poder de interrogação e pode pôr a teoria à prova, o primeiro tem apenas função de confirmação.

dizendo que não há problemas: seriam análises diferentes, apenas. Mas o curioso é que as análises se reclamam ao depararem-se com suas próprias aporias; reclamam-se mas não se encontram: há pontos em que se põem em paralelo, mas num paralelo antitético (para usar a linguagem dos *Sermões* de Vieira). E se elas se reclamam é porque o fenômeno, para ser explicado, “reclama” os dois pontos de vista, ao mesmo tempo... Sobre o segundo problema, considerando que função tem a ver com texto, é possível unir duas questões numa só para dizer que as funções das intercalações são insinuadas como acessórias, porque o texto é considerado acessório – isso no que toca à Análise do Discurso; e se há julgamentos de desvio é porque as análises no fundo ainda tratam o texto como unidade, mesmo que considerem, a seu modo, o discurso – no que toca à Lingüística Textual.

O primeiro problema, ou a tentativa de reorientação desse problema – a questão do extremo – será a base do terceiro capítulo. Para encaminhar o próximo capítulo, me debruçarei sobre o segundo problema. Quando discuti os resquícios de uma visão negativa do fenômeno, levantei a hipótese, na Lingüística Textual e da Análise do Discurso, de que se tratava de “anacronismos” para uma lingüística enunciativa (como diz Ginzburg, a exploração do contexto faz emergir anacronismos). Retomarei esse ponto para configurar uma hipótese que fecha essa discussão e abre a perspectiva do segundo capítulo.

O leitor possivelmente lembrou, durante a apresentação de minha incursão pelos estudos de texto e de discurso, o relato que fiz na introdução desse texto, quando me referia, da posição de aluna, aos julgamentos que os professores de Português faziam sobre as interposições. Lá se observava não só a ênfase no caráter de desvio das intercalações, mas o complemento de que desviavam com comentários acessórios e irrelevantes. Falando mais objetivamente, acho, portanto, que as análises enunciativas, apesar de suas propostas, mantiveram certos julgamentos em decorrência de um vício advindo do tratamento dado por estudos anteriores e isso impede que se atente para uma abordagem coerente das intercalações, que amenize os extremos. Proponho, então, uma hipótese explicativa a ser testada no capítulo seguinte: as análises enunciativas, apesar de, a seu modo, contestarem o estatuto de desvio e acessório das “análises” não-enunciativas, essa conotação permaneceu como premissa implícita nos estudos enunciativos.

Capítulo II

FAZENDO UM PARÊNTESE PARA A TRADIÇÃO

2. Os estudos não-enunciativos e as intercalações

(...) o maior defeito deste livro és tu, leitor. Tu tens pressa de envelhecer, e o livro anda devagar; tu amas a narração direta e nutrida, o estilo regular e fluente, e este livro e o meu estilo são como os ébrios, guinam à direita e à esquerda, andam e param, resmungam, urram, gargalham, ameaçam o céu, escorregam e caem... (M. de Assis, 1881:112).

Não seria exagero afirmar que o interesse dos estudiosos pelas intercalações é tão antigo e recorrente quanto são as preocupações a respeito da própria linguagem, pois há estudos sobre isso desde as especulações da antiguidade clássica. Com efeito, um gesto retrospectivo nos remeterá (não sem muitas intercalações) aos estudos tidos (apesar de controvérsias) como a gênese de grandes temas da epistemologia ocidental. Nesse sentido, pode-se dizer que está na Grécia Antiga a, por assim dizer, *dêixis fundadora*, também dos estudos sobre as intercalações; e, como tal, lança as bases para um grande número de estudos que voltam a elas, nos mais diversos empreendimentos teóricos.

Para constatar essa diversidade de abordagens, pode-se tomar como ponto de partida os estudos de retórica e de gramática. Tendo em vista a hipótese com que concluí o capítulo anterior, posso abrir este capítulo com a afirmação de que a força das considerações feitas sobre o fenômeno nesses estudos parece percorrer uma trajetória milenar, de modo a poderem-se atestar certas analogias, com respeito aos resultados e conclusões, mesmo em acepções modernas, como as gramáticas descritivas e a retórica moderna, que, embora circunscritas a outros fundamentos e sublinhando um horizonte diverso de preocupações, não avançam significativamente em relação às abordagens clássicas. Em parte por conta disso, a força dessa visão prolonga-se para dentro dos estudos enunciativos.

Essa é uma hipótese que explica os problemas levantados anteriormente. A busca de testemunhos para confirmá-la no interior deste capítulo (de modo a poder voltar-se

como prova para o capítulo anterior)¹ justifica a excursão (uma real excursão!) pelos estudos mencionados, e, se possível, para além deles, posto que interessa não apenas retomar o que efetivamente se disse sobre o fenômeno, mas também buscar as razões pelas quais essas postulações foram feitas. Esse olhar retrospectivo, porém, não deixará em silêncio as boas intuições que os estudiosos tiveram sobre a natureza das intercalações ao longo dessas abordagens. Por isso, enfatizarei não apenas os problemas, porque são atuais e interferem nas reflexões feitas modernamente, mas também as intuições relevantes para uma reorientação conceitual das intercalações.

2.1. Sobre os estudos retóricos

2.1.1. Começando pela Retórica Antiga

Na retórica, a digressão, do grego *parekbasis*, significava justamente “conteúdo sem relação com o restante” – conteúdo descentrado. Nesse ambiente, as digressões motivaram julgamentos diversos, sendo o motor de uma polêmica, cuja síntese é importante mencionar. Um bom fio para seqüenciá-la é observar o modo como os autores trataram a *dispositio*, pois é no âmbito da discussão sobre como se constitui essa parte dos discursos que se verifica a referida polêmica a respeito da digressão.

Nos *Prolegômenos à Retórica de Hermógenes*, cuja autoria é incerta, há uma divisão do discurso que compreende cinco partes: *prelúdio*, *narração*, *argumentação polêmica*, *digressão*, e *conclusão*.² Embora definida como conteúdo estranho ao assunto tratado, a digressão tinha um uso estratégico, sendo uma parte fixa do discurso. Essa foi uma posição recorrente na obra de muitos retores que antecederam Aristóteles.

Em *Retórica*, Aristóteles abre seu Livro I em meio a uma polêmica em que é clara a censura à digressão. Numa posição de arauto, e sem referir uma única vez a expressão

¹ Talvez eu devesse deixar você concluir essas coisas, leitor. Mas eu sou mesmo assim: além de uma preocupação de querer o tempo inteiro levá-lo pela mão, minha proximidade com as intercalações tem-me feito por demais metaenunciativa e eu fico comentando o que faço o tempo inteiro. Mas o conselho a não aceitar pacificamente todas as minhas orientações, a desconfiar da aparente coesão desse texto, ou melhor, a fazer comigo o que faço com os demais pesquisadores: “escove esse texto ao contrário”.

² Essa questão pode ser lida em maiores detalhes em Andrade (2001) e Reboul (1998), pelo menos.

parekbasis (isso não engana, porque uma poderosa forma de repressão e exclusão é a não-nomeação, o silenciamento), ele abre seu livro criticando os retores que o precedem, que elaborariam estratégias para incluir nas partes do discurso elementos que se localizam a sua margem.

(...) não resta a menor dúvida de que matérias externas ao assunto são descritas como arte por aqueles que definem como arte aquelas outras coisas como, por exemplo, o que devem conter o proêmio, a narração e cada uma das demais partes do discurso (p.45, Livro I).

Cícero e Quintiliano mostram uma clara simpatia pelas digressões, considerando-as como recursos que favorecem o discurso. Esses autores criticam supostos abusos aristotélicos de desconsiderar os retóricos menores e, em meio a esta discussão, recobram o lugar da digressão no sistema retórico, fazendo, no entanto, duas críticas: elas não seriam uma parte fixa do discurso, como nos *Prolegômenos*; nem seu uso deveria ser gratuito e exaustivo. Eles a consideram uma técnica retórica de ampliação, que não possui um lugar canônico, podendo surgir em qualquer ponto da *dispositio*.

A posição de Cícero e de Quintiliano é, sem dúvida, a mais razoável, não só por recobram o lugar da digressão, mas também por lhe retirarem o estatuto de parte fixa. Mas não se deixa de perceber como, ao elencarem funções e prolongarem usos da digressão, eles continuam definindo-a como tudo o que é fora do assunto, estranho ao plano do discurso. Ou, nas palavras de Andrade (2001): [Cícero] “define negativamente, fora das cinco partes da disposição” (p.34). Apesar disso, trata-se de uma posição razoável, se pensarmos em Aristóteles, que a censura silenciando-a, ou em Navarre (*apud* Andrade, 2001), que a considera como algo fora do assunto e inútil. Mas clara está uma imprecisão de base: a digressão não é parte do discurso, mas é útil.

Essa posição é verificada em Reboul (1998), quando o autor trata dos estudos tradicionais de retórica: “no texto judiciário prevê-se um momento de relaxamento, **a digressão**, trecho móvel, destacável (...) que se pode colocar em qualquer momento do discurso, mas de preferência entre a confirmação e a peroração” (p.59). O autor continua, para destacar as características e funções o fenômeno: “narrativa ou descrição viva

(*ekphrasis*), a digressão tem como função distrair o auditório, mas também apiedá-lo ou indigná-lo; pode até servir de prova indireta quando feita como evocação histórica do passado longínquo” (p. 59). Essa citação de Reboul deixa claro como – apesar de seu caráter desviante – faz-se um uso estratégico da digressão. Ela é um artifício de que se lança mão no exercício interlocutivo.

Esse uso estratégico pode ser confirmado também em relação ao texto literário. Dubois, Edeline *et al.* (1970), ao tratarem das *figuras das formas da expressão no discurso narrativo*, abordam as *relações de duração* e, dentro delas, trabalham com três categorias – *supressão*, *adjunção* e *supressão-adjunção*. É a adjunção que interessa aqui, porque é essa a categoria usada para dar conta de *acréscimos* diversos que se fazem a um texto. Sobre ela, os autores dizem: “uma primeira figura surge quando a análise se prolonga em monólogo interior, em que a instância narrante se dilata em ínfimas porções de parcelas temporais (o fim de *Ulisses*, de Joyce)”. (248).

Ao lado dessa primeira função, a literatura conhece outros desvios de adjunção no plano das relações de duração: a *descrição* e a *digressão*. A descrição também pode sustentar a narração, inscrevendo uma outra duração na duração narrativa: a duração da instância narrante. Já no que se refere à digressão, os autores dizem tratar-se de um fenômeno mais ambíguo.

Constitui um apanágio do autor e só interrompe a continuidade narrativa para dirigir ao leitor a instância enunciativa; surge como digressão no discurso. Ex. Penso, respondeu meu tio Toby, tirando o cachimbo da boca e batendo o forninho duas ou três vezes na unha do polegar esquerdo, ao mesmo tempo em que iniciava sua frase – penso, disse ele – **mas para compreender devidamente as idéias de meu tio Toby a esse respeito, convém inicialmente, dar-vos a conhecer um pouco de seu caráter...** (Sterne). (Trecho que se estende por 39 páginas) (p.249).

Comentando o exemplo, os autores afirmam que, nesse caso, o tio Toby é um retransmissor para o narrador, razão pela qual se trata de uma digressão temporal, a qual não altera a continuidade de duração básica. Eles dizem ainda que – isto é importante – há, nesse caso, uma afirmação da relação narrador/leitor, em detrimento da relação

narrador/narrativa. Convém notar essa ênfase no fato de que o narrador interrompe a narrativa estabelecendo uma relação com o leitor (vimos que o mesmo é abordado na *Linguística Textual*). Há também outros casos de digressão comentados nesse texto, mas não me deterei neles, posto que não há interesse em tratar da digressão na literatura, mas apenas em chamar a atenção para o fato de que as intercalações revelam um lugar de trabalho do sujeito, tanto em relação à composição da narrativa quanto em relação ao diálogo entre autor e leitor – o que reafirma seu uso estratégico.

Esse caráter de estratégia é um dos fatores levados em conta para definir as digressões na retórica antiga; especialmente para os que a consideram figura, servem como artifícios prontos para a interlocução, por terem origem em lugares comuns. Verifica-se na literatura uma série de críticas tanto às idéias de lugar comum (matrizes de onde advêm os conteúdos e os argumentos prontos para a elocução), quanto à idéia de artifício. Embora não haja interesse em recuperar tais críticas aqui, é importante anotar alguns indícios de uma polêmica, para introduzir outra questão no parágrafo que segue. As figuras são acusadas de compor um *cadastro* ou *cartografia dos artifícios verbais*, como se vê, por exemplo, na crítica de P. Kuentz à *Retorique Générale* (1970), do Grupo de Liège. Em resposta às críticas, nota-se uma tentativa de vincular as figuras aos contextos, dizendo que elas não são palavras soltas, mas que o processo de figuração se estende a todo o enunciado (Cf. os trabalhos do Grupo De Liège); de mesma forma, enfatiza-se que as figuras não são expedientes exteriores, mas têm origem em lugares comuns.

É o que traduzem as palavras de Plebe e Emanuele (1992): “De fato (...) as chamadas ‘figuras’ (ou artifícios) não são uma série de manipulações verbais elaboradas à maneira de um catálogo, mas surgem em relação a alguns importantes procedimentos de pensamento” (144). É, pois, a articulação entre artifício e lugar comum o que retira das figuras a feição de catálogos, ou folhas secas – como diz Perelman. Mas não só isso: essa vinculação dos artifícios às matrizes conceituais, a procedimentos de pensamento, intensifica as idéias de criação e de estratégia atribuída ao sujeito nessa modalidade de estudos. Quer se tenha a retórica como arte de persuadir pelo discurso, quer como técnica

da elocução, quer, ainda, como a arte de criação dos argumentos, é de um sujeito estrategista que se fala.

Sem esquecer, portanto, esse caráter estratégico, retomemos a assunção de que as digressões têm por função específica justamente promover um afastamento do assunto em questão. Essa concepção de afastamento, a que a retórica clássica atribuía um caráter estratégico, parece ter ido derivando, ao longo do tempo, para uma acepção pejorativa, ligada à idéia de descontinuidade e fragmentação – um problema de seqüência das idéias num texto e não mais um artifício³. Não é sem razão que o mesmo Reboul, após apresentar a digressão como um dos componentes do sistema retórico, a define como *desvio de rumo*⁴. Ao questionar-se sobre a utilidade da disposição, o porquê de um plano, o autor reafirma a necessidade da organização que conduz o leitor, e acrescenta que “essa metáfora do caminho é confirmada por termos como preâmbulo (sinônimo de exórdio) e digressão (desvio de rumo)” (p.60). O comentário de Reboul não é gratuito, mas sintomático de uma visão recorrente em manuais de retórica, de redação e dicionários.

Testemunhos disso vêem-se em Moisés (1974). Baseando-se em Aristóteles, ele reafirma que as digressões, segmentos próprios do discurso oratório, consistem na inserção de “matéria estranha àquela tratada no momento” – embora acrescente algumas considerações a respeito dos conteúdos que podem dar corpo a uma digressão e de seus modos mais específicos de expressão. Podem conter a inserção de um texto narrativo, poético ou elogioso, tomando a forma de *asserção* e assumindo que o adversário tem razão num ou noutro argumento; de *licença*, quando consistem na expressão franca de um pensamento que choca o público; de *dubitatio*, quando o orador pede ao público conselho acerca da conformação do discurso; ou de *apóstrofe*, quando o orador se dirige ao adversário, a pessoas ausentes ou a nações coletivas.

³ É claro que não se pode discutir a questão sem examinar o conteúdo das digressões; o problema é que ele seja avaliado negativamente.

⁴ É bom advertir que não estou condenando a idéia de que haja uma suspensão, um afastamento; o problema é que isso seja julgado necessariamente como um defeito. Enfatizo essa questão porque é da idéia de desvio que se passa à de irrelevância, como mostrarei nas páginas seguintes. Sobre o desvio, em alguns casos, não se pode deixar de reconhecer que ele pode “desviar” de fato, causando descontinuidades textuais, mostrando uma falta de intervenção do sujeito (autor?) que escreve. Mas casos isolados não autorizam que seja esta a forma pela qual as intercalações em geral devam ser concebidas.

A conotação de desvio atribuída à digressão fica ainda mais evidente quando colocada ao lado da definição de *excursão* – uma outra modalidade de interposição tratada por Aristóteles. Ainda conforme Moisés, lê-se que o conceito de digressão pode ser formulado a partir de sua definição etimológica. Originado do latim *digressione(m)*, significa afastamento, separação. “Digressionar” é o mesmo que desviar o assunto tratado ou suspender o tópico em andamento, ainda que temporariamente; é inserir informações não relevantes, paralelas ou mesmo alheias ao enunciado. Em Bueno (1984), pode ser encontrado um conceito semelhante: digressão é um desvio de rumo ou de assunto; excursão, passeio, subterfúgio. Diferente da digressão, que consiste na inserção de material estranho ao assunto tratado, Aristóteles trata do *excursus* (Latim: *scursus*), e este consiste na interpolação de material necessário ao assunto em causa, que não pode ser explanado numa simples nota de rodapé.

Notemos que os dois incisos – embora com a mesma possibilidade de uso estratégico, dada justamente por sua definição de artifício – diferem no que respeita à natureza do relacionamento do conteúdo inserido com o contexto onde se inserem. Mesmo que se trate, nos dois casos, de figuras de afastamento, a digressão estaria para a divagação, o subterfúgio, a perda de rumo, enquanto o excursus estaria para o passeio, a viagem (por itinerários previsíveis...). No caso do excursus, o assunto interposto é necessário, no sentido de que se trata de questões concatenadas; já, em digressões, trata-se efetivamente de conteúdos não relacionados.

Essas contraposições permitem detectar, de fato, um princípio de relação atuando no sentido de separar conteúdos pertinentes e conteúdos não pertinentes – estes, mesmo assim, de alta recorrência e de uso estratégico. É preciso deixar bem claro que, embora nem todo “desvio” seja “não relevante”, não se pode deixar de conceber que algumas intercalações podem levar ao efeito de perturbação textual, em parte pela falta de domínio dos recursos formais por meio dos quais se processa seu vínculo como o texto. Se isso não for assim concebido, ficar-se-á com a idéia de que não existe texto problemático, por exemplo. Retomarei esta questão adiante. Continuemos, para finalizar esse subtópico. Nesses estudos de Retórica Antiga, considerava-se que digressões e excursos poderiam

apresentar qualquer tamanho, adaptar-se a qualquer discurso, aparecer em qualquer parte do texto e em obras de qualquer natureza, como a poesia épica, o romance e o ensaio.

Mesmo com esse reconhecimento da recorrência e das funções interlocutivas, não se consegue esconder a definição dos segmentos, digressivos sobretudo, como segmentos desviantes. Ou seja, a consideração dessa previsibilidade e também da desejabilidade do fenômeno em textos vários, e até mesmo o seu caráter de *tropos*, não anula ou não é suficientemente forte, digamos por falta de um termo mais preciso, para disfarçar o efeito dispersivo, porque é este que o define, antes que sejam elencadas as suas funções. Até mesmo no caso do excursão, a definição de segmento relacionado é colocada ao lado da idéia de expediente pronto, de algo como uma categoria prévia e, portanto, exterior ao discurso – mesmo que advenha de um lugar comum, de uma matriz conceitual, é algo de que o sujeito dispõe, mas que não é parte intrínseca do texto.

Isso permite interpretar que na Retórica clássica trabalha-se com uma definição do fenômeno baseada nitidamente nas possibilidades de uso, nos efeitos, negativos ou não, pois o fato de se tratar inicialmente de um processo de inserção é secundário; a ênfase toda é em relação ao efeito de desvio. Há um afastamento que toma a forma de uma inserção (mesmo que não se dê ênfase a esse modo de manifestação) e não uma inserção que pode surtir um efeito de afastamento. Esse deslocamento assenta as considerações feitas sobre as digressões na retórica clássica, nitidamente na face negativa de uma dicotomia do central/descentrado e, assim, do relevante/irrelevante – mesmo, como já enfatizei *ad nauseam*, que se faça dela um uso estratégico. É justamente esse uso estratégico, mais que a conotação de desvio, que se enfatizará na Retórica Moderna.

2.1.2. Falar em Retórica Moderna é, sem dúvida, abrir uma perspectiva bastante ampla, haja vista as variadas concepções que essa expressão recebe atualmente. Sob essa designação são encampadas variadas tendências que, muitas vezes, pouco se relacionam. Mas o interesse por esses estudos é simplesmente o de retomar algumas questões enfocadas na Retórica Clássica, no que diz respeito às intercalações. Para tanto, retomarei

apenas Plebe e Emanuele (1992)⁵, pois dão tratamento interessante às chamadas *interclusões*. Meu interesse por esse texto é ver como os fenômenos de interposição são abordados de uma perspectiva de leitura. A interclusão é uma figura relevante, não mais do ponto de vista da produção, como na retórica clássica, mas do ponto de vista da recepção.

Ela não se resumiria a uma figura de inversão (o *metatropê*), mas seria uma mediadora, a *interclusio* (Grego: *paremptosis*, conforme se trate de frases interpostas; e *tnesis*, se se trata de palavras). Esse privilégio da interclusão se justificaria pelo fato de ter como consequência um vazio e abrir, assim, a possibilidade de várias leituras, que seriam mediadas pelo leitor⁶. Da parte do autor, o *tropo* funciona como informação interrompida, que causa, no leitor, um vazio de espera e de conteúdo, cuja coerência deve ser preenchida retrospectivamente.

Os autores acrescentam ainda que o *blank* causado pela interclusão suspende o fio da leitura, sendo, por isso, usada como uma eficiente estratégia para prender a atenção do leitor e tornar viva a sua participação, no sentido de preencher *os vazios intercalados*. Observemos que o conceito de interclusão assemelha-se, na Retórica da Leitura, ao que é a digressão, na Retórica da Escrita. É a digressão vista de uma ótica de leitura. Sendo definida por Plebe e Pietro, como a “inserção parentética no interior de um determinado contexto de frases, ou de um ou mais episódios conceituais ou factuais” (p.174), a interclusão causa um vazio a ser preenchido retrospectivamente. Esse vazio não tem sempre uma interpretação positiva, posto que, segundo os autores, a abertura por eles causada pode dispersar a leitura.

⁵ Sem dúvida, as várias tendências englobadas pelo que se conhece como Retórica Moderna não poderiam ser adequadamente representadas por essa obra, muito menos pelo capítulo que me interessa aqui. Em primeiro lugar, porque se trata de um manual, com abordagens bem panorâmicas dos diversos estudos retóricos, desde seu surgimento; em segundo, porque o capítulo específico de que tratarei aqui recobre apenas mais uma tendência dentro desses estudos, conhecida por Retórica da Leitura – o que não refere adequadamente a retórica moderna, já que muitas das abordagens retomam os fundamentos aristotélicos, re-significando-os, mas sem sair de uma perspectiva da criação. Dito isso, justifico a insistência em trabalhar com essa obra, porque é nela que melhor vejo desenvolvida a tendência conhecida como Retórica da Leitura e, mais precisamente, porque é nela que vejo um tratamento dos fenômenos de interposição de um ponto de vista da recepção. Isso interessa porque quando abordar os manuais de redação adiante, retomarei o tratamento das inserções de um ponto de vista da leitura.

⁶ O leitor não é uma pessoa, nem um modelo de leitura criado por pessoas, mas “uma matriz geradora de uma série de leitores empíricos” (op. cit. p.174). Essa matriz de leitura – o leitor – funcionaria como um mediador entre texto e leitor.

Nessas duas perspectivas, o fenômeno analisado mostra-se como um princípio de escritura e um princípio de leitura, respectivamente, embora se acentue, em ambos os casos, a possibilidade de dispersão oferecida pelo texto. Do mesmo modo que se enaltece seu emprego estratégico, enfatiza-se o efeito que causa no leitor. Esse efeito dispersivo atribuído a digressões e interclusões nos estudos de texto, como uma consequência da quebra na sintaxe e da descontinuidade no fluxo informacional, talvez tenha motivado uma visão negativa ou, no mínimo, ambígua de todas as intercalações, pois até mesmo os excursos e as pequenas inserções assumem, não raramente, uma conotação de desvio, subterfúgio ou divagação, sendo relegadas a um estatuto residual ou acessório em estudos subseqüentes, como na longa tradição gramatical.

2.2. Por falar nos estudos gramaticais

2.2.1. Nas gramáticas tradicionais, o fenômeno chamou a atenção dos estudiosos porque as *inserções* se mostram como aspectos escorregadios para uma tentativa de sua domesticação dentro da sintaxe. Por isso, se justificam as recorrentes observações a respeito de certas orações que figuram como parênteses, haja vista serem desprovidas de vínculo com a estrutura do período. Tais orações causaram dificuldades de conceituação, sendo definidas pelo aspecto gráfico que as caracteriza – o de uma parentetização. Daí serem denominadas em muitas gramáticas de “orações intercaladas e interferentes” (Kury, 1960: 70), “justapostas ou parentéticas” (Melo, s. d., p.328).

De um ponto de vista mais específico, quando se busca uma categorização, esses fragmentos são tratados por alguns gramáticos como subtipos de “orações justapostas”. Evidências disso tem-se em Lima (1960), que distingue quatro tipos dessas orações: intercalada, apositiva, objetiva direta, e adverbial. Em relação à oração intercalada, o autor afirma “Nesse caso, há duas orações de sentido independente, uma das quais se intercala na outra, interrompendo-lhe a seqüência”, após o seguinte exemplo: (Meu pobre companheiro **(que perda irreparável!)** morreu nos meus braços). (p.262). O exemplo seguido de seu comentário permite notar a categorização e também uma sutil avaliação do fenômeno: oração intercalada, de sentido independente, interruptora de seqüência.

Essa avaliação permite, de passagem, encaminhar algumas reflexões, para discutir certos equívocos. Além de mostrar questões de ordem conceitual e taxonômica, não posso deixar despercebidos certos atributos que seguem a classificação. Analisando a afirmação como um todo, é possível dizer que há, em duas linhas, três curiosidades que merecem discussão: a afirmação de que as inserções são justapostas, a avaliação de que interrompem a seqüência e a classificação do fragmento exemplificado como oração.

Quanto ao primeiro problema, é possível dizer, com base em exemplos, que os segmentos inseridos nem sempre figuram sem conectivos; o fato de estarem interpostos não significa que devam ser sempre justapostos. Isso o próprio autor confirma, quando, ao tratar das funções da vírgula, afirma que esses sinais podem separar orações adjetivas (as quais, em seu texto, são sempre exemplificadas em sua forma desenvolvida – isto é, introduzidas por conectivos e com verbos flexionados). “A oração explicativa pode vir separada por vírgula, ou, se lhe quisermos dar relevo, por travessão” (Exemplo: Aquele ilustre professor – **que em sua longa vida sempre honrara a cátedra** – morreu sem glória, nem fortuna) (p.257).

Esse mesmo exemplo serve para introduzir a segunda questão – o julgamento de que o segmento inserido interrompe a seqüência. Nesse exemplo, a inserção é até maior que o restante da seqüência, interrompendo-a, portanto, muito mais longamente do que no exemplo em que o autor fala de interrupção. Lá, o sujeito é separado do predicado por “(*Que perda irreparável!*)”, havendo uma quebra, mas isso não provoca a perda da seqüência, já que o segmento interposto é limitado pelos parênteses e a suspensão é breve.⁷

Explicitemos a terceira questão, que mostra imprecisões dentro da própria gramática: o segmento interposto (*Que perda irreparável!*) simplesmente não tem o estatuto de oração, pois – como exigiria a gramática – não inclui um verbo (nem flexionado, nem em uma de suas formas nominais), para começar; além disso, mesmo que fosse uma oração, essa designação excluiria a idéia de sentido independente (esse é um apanágio das frases e períodos e, num certo sentido, das coordenadas – a mesma gramática!). Não é

⁷ Essa questão relativa à descontinuidade – embora justificável nesse contexto por apelos de linearidade e clareza – é de especial interesse, porque se trata de uma avaliação que recorre em outros estudos, como vimos na *Linguística Textual*. Além disso, a brevidade, por si só, não é critério definitivo para analisar os efeitos das intercalações. Neste caso, talvez se possa apelar também a este critério.

que a inserção não possa ser uma oração (dei exemplo de um caso entre travessões); é que, no caso, não é: trata-se de uma frase nominal.

E é justamente de frase que fala Garcia (1976)⁸. Ao retomar Bechara, esse autor também considera as *frases parentéticas* como um subtipo da justaposição.

Existe, no âmbito da justaposição, uma classe de orações que não pertencem propriamente à seqüência lógica das outras do mesmo período, aí aparecendo como elemento adicional com propósito esclarecedor. São as chamadas orações parentéticas ou intercaladas (p. 115).⁹ (Exemplo: Meu espírito **(permitam-me aqui uma comparação de criança)** meu espírito era naquela ocasião uma espécie de peteca (M. de Assis, 1881: 282)).

Neste e em todos os demais exemplos, o autor cuidadosamente expõe casos de justaposição, além do que, realmente, se trata de frases (períodos, mais precisamente, já que são frases *com verbo e sentido completo*), não contradizendo as definições com os exemplos.¹⁰ Mas, novamente, quero chamar a atenção para as avaliações dirigidas aos segmentos inseridos. Aqui, enfatizo não mais a interrupção da seqüência, mas duas outras questões: a afirmação de que os *segmentos interpostos não pertencem à seqüência lógica do período* e a conotação de meramente acessórios – *elementos adicionais, com propósito esclarecedor*. Tratarei

⁸ Este livro não é uma gramática, nem um manual de redação, mas pode ser retomado nos dois sentidos, porque trata dos fenômenos de interesse aqui do ponto de vista gramatical, descritivo.

⁹ Garcia acrescenta ainda uma tipologia de orações parentéticas, ponto ao qual me voltarei apenas adiante, posto que tal classificação remete claramente às funções dos segmentos interpostos e, nesse momento, interessa-me primeiramente retomar algumas questões de ordem formal.

¹⁰ Aqui, é necessário intercalar um esclarecimento a respeito da terminologia usada pelos gramáticos. O modo enfático com que denuncio a oscilação da terminologia usada para referir os segmentos inseridos não tem por objetivo simplesmente criticar a inadequação do tratamento dado às intercalações pelos gramáticos, desde a conceituação; mas chamar a atenção para o fato de que, mesmo que se unificasse a terminologia, isso não teria resolvido o problema – ou essa primeira parte do problema. Não adiantaria chamá-las de frase, oração ou período, porque também se intercalam palavras, expressões, parágrafos, capítulos e até mesmo sinais gráficos que expressem dúvida, espanto, humor, interrogação (?). A unificação de uma terminologia, baseando-se em unidades gráficas, sintáticas, semânticas, ou mesmo textuais não é a solução, pelo fato de que as intercalações não emergem e nem se justificam nesses “níveis” (a questão será retomada adiante). Daí preferir chamá-las interposição, segmento interposto, fenômeno de interposição, ou, como proponho designá-las, intercalação, em lugar de unidades sintáticas, para desvincular a questão desse nível estrutural. O que se pode dizer é que, como fenômeno metaenunciativo, pode dar-se a interposição em qualquer nível estrutural. Voltemos ao *continuum*.

mais cuidadosamente dessas duas questões adiante, quando considerarei os níveis morfossintático e semântico.

Como as citações comentadas mostram as designações mais recorrentes e também seu modo de classificação, não me alongarei em buscar mais provas em outros textos; antes, tentarei intensificar a reflexão, mencionando outras postulações sobre o fenômeno, que revelam mais precisamente suas implicações tanto para questões formais quanto para questões de sentido. Como forma de relacionar esses postulados, muitas vezes dispersos dentro das gramáticas, irei discuti-los no interior dos níveis de análise de que provêm as considerações feitas – o morfossintático e o semântico.¹¹ No que diz respeito ao nível morfossintático, tratarei de duas questões: a relação dos segmentos interpostos com o período e a marcação utilizada para limitá-los; já no que se refere ao nível semântico, retomarei as funções pontuadas pelos gramáticos.

Iniciemos pelo que eles dizem a respeito das relações do fenômeno com o período em que se insere. São muito recorrentes as afirmações a respeito da inexistência de relacionamento gramatical entre o segmento interposto e as demais orações do período. Testemunho disso é, por exemplo, Saviolli (1990), que assim as define: “orações sintaticamente independentes” (p.98). Essa falta de vínculo é postulada ainda com mais ênfase por Cegalla (1970), que as trata como orações “acrescentadas à margem da frase, figurando no período como elementos estranhos a sua estrutura” (p.286). Isso tudo resulta em dizer, como na citação anterior de Garcia, que essas orações não pertencem *à seqüência lógica das outras do mesmo período*.

Se se tomar como orientação de interpretação que essas considerações emergem do princípio segundo o qual, nesses estudos, as relações sintáticas entre as orações se resumem aos processos de coordenação e subordinação, os segmentos interpostos realmente têm de ser vistos dessa forma, já que, às vezes, prescindem das referidas relações. Ocorre que essas postulações não recobrem nem mesmo os exemplos dados

¹¹ Neste ponto, retomo, em certa medida, o trabalho antes comentado de Paiva (1999), mas com algumas diferenças: estou tomando a pontuação no domínio da sintaxe e não da fonologia (como fazem a autora e também e Tenani (1996)); estabeleço diferenças entre marcadores verbais e não verbais; não considero gratuita a substituição dos sinais de pontuação; e, em relação aos *verbos dicendi*, não os considero apenas como lugar de evidenciação da “presença do outro”, mas também do “eu”.

pelos autores, como explicitarei anteriormente, pois há casos em que há relação sintática de coordenação ou subordinação e o segmento vem interposto, como visto.

Para dar um outro exemplo, vejamos um fragmento retirado novamente de Rocha Lima, quando ele prescreve um não-uso da crase: “Basta que tal palavra, ainda que feminina, ‘desaceite o artigo’ **(quer pela própria natureza dela, quer por já vir acompanhada de um determinativo incompatível com o artigo, quer, ainda, por sua situação no contexto)** para não haver crase” (p.365). No segmento que se chamaria de justaposição (já que não haveria vínculo sintático explícito), há um período composto por coordenação, com três orações coordenadas alternativas, introduzidas em *quer...quer*. Isso significa que haver ou não vínculo sintático não é o mais importante; as intercalações não são justificadas nesse nível (o que há em relação à sintaxe é uma consequência da mudança de plano enunciativo – antecipo).

Passemos à segunda questão a ser enfocada no nível sintático – a marcação dos segmentos interpostos. Reunindo informações dispersas em partes distintas das muitas gramáticas analisadas, foi possível encontrar dois tipos de marcação: sinais gráficos – alguns sinais de pontuação –, e verbos de elocução – os verbos *dicendi*. Destes, tratarei adiante. Em relação aos sinais de pontuação, tradicionalmente vistos como tendo a função de limitar um segmento inserido, são destacados os sinais duplos, como travessões e parênteses, além das vírgulas – desde que funcionem em pares ou com marcação combinada, o que ocorre também com os travessões.

Começemos pelos parênteses, os marcadores mais característicos, cuja denominação interfere não só na definição, mas, ao que parece, na avaliação das funções. Com relação a eles, as gramáticas se repetem largamente ao afirmar que são usados para “isolar palavras, locuções ou frases intercaladas no período, com caráter explicativo, as quais são proferidas em tom mais baixo” (Cegalla,1970:68)¹². Afirmção semelhante pode ser vista em Said Ali (1966): “Parênteses são dous sinais arqueados, ou angulares, de

¹² Quero chamar a atenção para este ponto em que Cegalla refere-se ao “tom” em que são proferidas as intercalações, porque é um aspecto importante a ser considerado no que diz respeito aos aspectos prosódicos das intercalações. Sobre isso, sugiro a leitura da dissertação já citada de Tenani (1996).

abertura oposta, entre os quais se colocam dizeres meramente explicativos com que às vezes se interrompe o discurso” (p.233).

Aos travessões são atribuídas outras funções mais específicas, como: “indicar a mudança do interlocutor nos diálogos, início de fala de personagem, separar expressões explicativas ou apositivas, isolar palavras ou orações que se quer realçar ou enfatizar” (Cegalla, p. 68), funções que revelam o caráter limitador de segmentos intercalados. Disso falam objetivamente outros autores, como Lima: “Se for muito longa a intercalação, ou quisermos dar relevo à palavra, expressão, ou oração intercalada, podemos usar o travessão” (p. 543).

Já a vírgula não tem a limitação de inserções como sua função precípua; esta é apenas uma de suas aplicações, desde que venha em pares, em posição intra-sentencial, ou combinada com o ponto, em início ou fim de período. Assim, as vírgulas são usadas para “isolar certas palavras e expressões explicativas, corretivas, continuativas, conclusivas (...)”; “para isolar orações ou termos intercalados” (Lima, p. 543); “para mostrar que se interrompe o seguimento natural das idéias e se intercala uma expressão adverbial ou uma reflexão secundária” (Said Ali, p. 230).

Os gramáticos chamam a atenção também para a possibilidade de substituição mútua desses sinais de pontuação – para a qual não há gratuidade, ênfase. Retomando mais uma vez Cegalla, lê-se que os parênteses às vezes substituem a vírgula e o travessão. “E o travessão às vezes substitui os parênteses e mesmo a vírgula (...)”. (p.68). O “às vezes” dessas duas citações parece ser “traduzido” em Lima, quando, após falar da função parentetizadora da vírgula, explicita algumas possibilidades de substituição. Sobre o travessão, o autor diz que este sinal substitui a vírgula em casos de a intercalação ser mais longa ou por se querer dar-lhe relevo, como mostramos no parágrafo anterior. Em relação aos parênteses, a possibilidade de substituição se coloca no caso de o segmento intercalado “figurar sem relação sintática com o resto, fora do fio principal do discurso, à maneira de esclarecimento ou observação suplementar” (p.543).

Retomando, em breves considerações, o exposto a respeito dos sinais gráficos, destacarei alguns aspectos que julgo interessantes, antes de passar à apreciação dos verbos

de elocução. No intuito de deixar bem claros meus propósitos, tratarei de indícios decifrados nas citações, conforme sejam positivos e indícios negativos, respectivamente: a ênfase na necessidade de marcação, a concepção de que os sinais se substituem, mas não se equivalem¹³, a reafirmação das funções esclarecedoras dos segmentos e a marcação do sujeito do discurso; o julgamento direcionado ao fenômeno, desta vez, destacando as expressões *reflexão secundária* e *dizeres meramente explicativos*, utilizada para caracterizar o tipo de segmento interposto entre parênteses. Feito esse breve levantamento, passemos aos verbos marcadores de intercalação.

Conforme discussão anterior, estou considerando como recursos verbais marcadores de intercalação, os *verbos dicendi*, ou *verbos de elocução*, tal como destacados nas gramáticas. Tais verbos são tradicionalmente vistos como tendo a função de introduzir a voz das personagens no texto (uma função semelhante à dos travessões). Eles são referidos geralmente em três pontos da gramática: quando se trata efetivamente de segmentos intercalados; quando se trata da pontuação; e quando se trata de discursos direto e indireto.

No que diz respeito à menção aos verbos *dicendi* quando se trata dos segmentos interpostos, as gramáticas dizem geralmente que eles teriam usos semelhantes aos do travessão. Já me detive na pontuação, mas é importante retomar os dois sinais de pontuação comumente ligados ao uso de verbos de elocução. Os dois pontos, que os sucedem, como em *João disse: o dia está bonito!*. E o travessão, a) usado em pares, quando interpõem o segmento introduzido pelo verbo *dicendi*, como em ***Essa triste situação não tem jeito – disse João – ao ver os pequenos usando droga.***, b) ou usado sozinho, quando antecede um segmento introduzido por verbo *dicendi*, como ***Essa triste situação não tem jeito – disse João.***

No entanto, o ambiente privilegiado pelas gramáticas para o tratamento desses verbos é, finalmente, no ponto em que os autores tratam dos textos dialogados e narrativos. Aí são considerados os modos de elocução pelos quais o narrador introduz a

¹³ Talvez a substituição não se deva somente às razões que os gramáticos mencionam, mas a questões de gênero e estilo, conforme discutirei no próximo capítulo. Possivelmente, a idéia de que não há sinonímia absoluta possa ser aplicada aqui.

fala das personagens nos textos – o que caracteriza discursos diretos e indiretos, ambos por meio de *verbos dicendi*. Ao lado do caráter introdutor de vozes desses verbos, é geralmente acrescido o fato de tais verbos refletirem sentimentos, emoções, reações psicológicas. O reconhecimento dessas outras funções antecipa uma reflexão importante. Tais verbos não só introduzem o outro, como expressam seus estados psicológicos. O uso de um *verbo dicendi* é, portanto, um lugar onde se capta não apenas a subjetividade do outro, mas também a do eu. Ou seja, o eu não apenas põe o outro em cena, mas também lhe interpreta os atos de fala, as atividades cognitivas, as atividades languageiras etc., mostrando-se a si mesmo, mostrando sua intervenção. Nesse ponto, faço uma alusão a Possenti (2001)¹⁴, quando o autor, ao tratar de possíveis indícios por meio dos quais se analisaria a autoria, comenta que a variação de um *verbo dicendi* por outro não é gratuita. Não é gratuita, assim como não o são as funções dos segmentos interpostos. Passemos à última implicação das inserções.

Nesse bloco, tratarei precisamente das funções desempenhadas pelas intercalações, para observar suas implicações de ordem semântica. Apesar de serem unânimes em enfatizar o deslocamento sintático das inserções, os mesmos gramáticos enfatizam suas funções informacionais. Segundo Kury (1985), elas “representam um comentário, uma ressalva, um desabafo do autor, de valor antes expressivo, estilístico, do que sintático, gramatical” (p.70). Tratamento semelhante é o de Bechara (1967), que diz dos efeitos dos segmentos interpostos: “podem denotar advertência, citação, desejo, escusa, opinião, permissão e ressalva”. Para concluir, citamos Melo que, além de reiterar essas funções, afirma que elas não são necessárias: essas orações representam uma “explicação”, acrescentando que “podem ser omitidas sem afetar o sentido do período”.

Poderia, como faz Paiva (1999), quando passa por essa mesma questão, dizer simplesmente que os gramáticos antecipam questões interessantes sobre a subjetividade, posto que não apenas referem funções expressivas, particularmente subjetivas, como também assumem textualmente que elas são, por exemplo, um desabafo do autor, de valor

¹⁴ Sobre esse mesmo assunto, pode-se ler Maingueneau (1987) e Marcuschi (1991). Esses textos são anteriores, mas cito Possenti porque ele trata dessa questão no âmbito de suas discussões sobre a autoria – questão de interesse central nesta tese.

não sintático. Essa é realmente uma questão de interesse e irei retomá-la em etapas seguintes desse trabalho, como uma daquelas intuições dos gramáticos a respeito da necessidade de um tratamento enunciativo das intercalações.

Mas não se pode deixar de notar que, na verdade, estamos diante de aspectos que, do ponto de vista da sintaxe, não teriam relação nenhuma com o período, mas que, do ponto de vista semântico, desempenham funções importantes. Essa ênfase, por um lado, na quebra sintática e, por outro, nas funções específicas, permite notar que o tratamento dado às intercalações nesses estudos deixa transparecer uma nítida incongruência entre sintaxe e semântica (ou, falando de fora dessa perspectiva, entre sintaxe e enunciação, ou discurso), pois as funções são percebidas, mas os segmentos, em si, são tidos como fragmentários, deslocados, dispersivos em relação ao período. Notemos como, em tais estudos, nesse aspecto, a sintaxe vai na evidente contramão da semântica. Eis uma conclusão que se extrai desses estudos: há uma relação de aparente contradição no que respeita ao vínculo sintaxe e semântica.

Poderia apontar, então, o evidente encontro da gramática com a retórica, no sentido de que naqueles estudos, como nestes, situam-se os segmentos interpostos numa escala negativa da dicotomia relevante/irrelevante, com a diferença de que na retórica tratava-se de uma irrelevância semântica e na gramática a falta de relação é sintática. Mas, retomando o caráter meramente acessório e mesmo desnecessário dos segmentos interpostos, podemos ver por uma outra ótica essa contradição entre sintaxe e semântica. Observemos que na citação anterior se diz que os interpostos *podem ser omitidos sem afetar o sentido do período*. Nas páginas anteriores, havia chamado a atenção do leitor para avaliações recorrentes ao lado das definições e classificações, segundo as quais os segmentos de que venho tratando eram tidos como *reflexão secundária, dizeres meramente explicativos, elementos adicionais*, com que se *interrompe a seqüência*.

Assim, aprofundando a reflexão, é possível corrigir a observação anterior para dizer que há, em verdade, não uma contradição, mas uma simetria no tratamento dado em um nível e em outro, posto que os fenômenos são vistos como descentrados tanto em um quanto em outro. Não teriam relação do ponto de vista sintático e seriam desnecessários

do ponto de vista semântico, isto é, de uma semântica do período. Sobressai, então, uma outra dicotomia: essencial/acessório com a possibilidade de mudança para necessário/desnecessário. As gramáticas, nesse sentido, vão além da retórica (embora se deva reconhecer que seu âmbito é mais restrito), pois aqui as intercalações são duplamente descentradas: nem são centrais do ponto de vista sintático, nem do ponto de vista semântico; ao contrário, desviam (-se) nos dois casos – sendo, quando muito, apenas acessórias em relação ao período.

Feitas as devidas críticas e apontados também pontos que podem ser lidos como positivos dentro desses estudos, interessa-me tentar dizer que o tratamento que leio como insatisfatório parece justificar-se por duas razões fundamentais. A primeira é ligada ao gesto metodológico de “analisar” frases, sentenças, períodos, enfim, no nível estrutural¹⁵, com fragmentos curtos e desco(n)textualizados e, ainda assim, querer incluir o que provavelmente é de outra ordem; a segunda, aos apelos de linearidade, correção e clareza, que justificam aspectos do normativismo que às vezes segue as descrições feitas pelas gramáticas – desde os gregos. Vejamos como algumas dessas questões se repetem nas intituladas gramáticas descritivas.

2.2.2. Na gramática descritiva¹⁶, buscarei ver a reincidência de um certo tratamento, de modo que pretendo ser mais breve do que o fui quanto à gramática tradicional. Abordarei questões ainda mais específicas, e as considerações a fazer se destinam a testar as afirmações com que introduzi o tópico, no sentido de haver, nessa perspectiva, algumas retomadas do tratamento anterior.

Tomada como um todo, porém, temos de reconhecer o avanço – já muito sublinhado – da abordagem descritiva em relação à tradicional, não só no sentido de tratar-se de um empreendimento descritivo, mas por haver nesses estudos outros aspectos que, de fato, pretendem configurar um trabalho de pesquisa: uma perspectiva metodológica, critérios e categorias de análise – o que não era tão claro nas postulações de

¹⁵ Mas não sei se era possível fazer sintaxe de outro modo...

¹⁶ É preciso deixar claro que a Gramática Descritiva não é, digamos assim, um movimento tão claramente demarcado como a Gramática Tradicional – que foi, em grande medida, também descritiva, não esqueçamos. Mas, ainda assim, é possível agrupar dessa forma estudos como os de Perini e Mateus.

base especulativa, mas, ainda assim, de uso muitas vezes altamente prescritivo das gramáticas tradicionais. Desse modo, seria possível pensar que o tratamento dado às intercalações é diferente, pelo simples fato de as postulações serem feitas da ótica de uma descrição.¹⁷ Ocorre, entretanto, que as afirmações feitas sobre as intercalações, em alguns desses estudos, repetem – em parte – o que questionei na gramática tradicional.

Embora não venha a acompanhar todos os trabalhos realizados nessa área, há testemunhos suficientes para assumir essa posição nos textos de Perini. Antes, vejamos algumas questões preliminares. As gramáticas descritivas chamam o fenômeno em foco de *parentéticos*. Conforme mostra Paiva (1999), nos trabalhos de Mateus (1989), são tratados como inserções parentéticas certos elementos estruturais como as *construções apositivas* e os *epítetos*. As construções apositivas são descritas como estruturas que se aproximariam da coordenação em termos tanto sintáticos quanto semânticos, dando vez a aposições e evidenciando o discurso relatado. Já os epítetos, “são definidos como expressões parentéticas, isoladas por pausas no interior do SN, aparecendo na posição à direita do núcleo, integrada nos complementos do sintagma nominal” (Paiva, 1999: 31). Tomando essas considerações e os exemplos dados, Paiva aponta para a semelhança entre essas orações tratadas por Mateus e os fenômenos que os gramáticos tradicionais tratam como intercaladas.¹⁸

Em relação a Perini, eu o retomarei diretamente, mas assumo semelhanças em relação ao percurso (não exatamente às conclusões) feito por Paiva. Em Perini (1995), os segmentos interpostos são denominados *parentéticos*. Tais segmentos são definidos como “elementos que podem posicionar-se livremente entre os constituintes oracionais e que na escrita vêm sempre separados por vírgula” (p.120). Para ilustrar suas considerações, o autor fornece os seguintes exemplos:

a- **Creio eu**, Dorival dispensou o sócio.

¹⁷ Mas, a mudança de perspectiva por si só nem sempre resolve o problema. Além disso, as gramáticas tradicionais, apesar de assumirem posturas normativas e de se fazerem delas usos normativos, são, em grande medida, descritivas.

¹⁸ Paiva considera que alguns exemplos não são parentéticos, a não ser quando estão entre colchetes. O que é estranho, já que ela mesma destaca a possibilidade de substituição dos sinais de pontuação na parte anterior. Por que não seriam?

- b- Dorival, **creio eu**, dispensou o sócio.
- c- Dorival dispensou, **creio eu**, o sócio.
- d- Dorival dispensou o sócio, **creio eu**.

Essa definição e também os exemplos permitem destacar alguns aspectos curiosos. Inicialmente, observemos como a designação de “parentéticos” exclui totalmente a possibilidade de segmentos interpostos entre parênteses. O autor afirma que os parentéticos estão *sempre entre vírgulas* e, de fato, os exemplos confirmam a definição. Isso é bastante curioso, porque não encontrei (depois de cuidadosa pesquisa) menção às inserções limitadas por parênteses (os mais parentéticos dos parentéticos!) ou travessões, por exemplo. Perguntaria como classificar afirmações do tipo:

O parentético, no que pese sua independência de posicionamento na oração, vincula-se a esta pela concordância nominal (**quando aplicável**) e pela interpretação semântica (Perini, 1995:122).

Podemos, então, estabelecer como regra geral que *aquele* ocupa a primeira posição de SN, e *men* a segunda (**estou deixando de lado os itens *todos* e *ambos*, que poderiam ocorrer antes de *aqueles*; veremos em 4.3. que esses elementos ocupam uma função fora do SN**) (Perini, 1995:95).

Essas afirmações – retiradas do texto do próprio autor e tomadas aqui como objeto de análise – exigiriam uma classificação semelhante à dos exemplos dados (o que, aliás, as gramáticas normativas bem faziam). No entanto, tais casos são excluídos da definição e não encontrei referências a eles em outras partes deste seu trabalho. Isso posto, continuemos com o que diz Perini.

Frente aos exemplos dados (a - d), o autor acrescenta que “a estrutura interna dos parentéticos sugere que eles realmente não são termos da oração” (p. 120). O que se explicaria, segundo ele, por tais segmentos não possuírem as costumeiras marcas de coordenação ou de subordinação, *sendo orações independentes* (mas, com vínculos de concordância, em alguns casos), *simplesmente justapostas* (lembramos que é a justaposição a classe que engloba as orações intercaladas na gramática normativa). Para os exemplos

dados, é legítima a afirmação; no entanto, se retomarmos mais uma vez exemplos do texto desse autor, estaremos diante de mais um fato curioso. Vejamos.

Esta regra evidentemente não vale para todos os sintagmas possíveis (**já que em *meu computador* o item *meu* aparece em primeiro lugar**): ele se refere a uma espécie de “SN ideal”. (Perini, 1995:95).

Essa relação, como sabemos, é de natureza semântica (**embora possivelmente também inclua um componente sintático**) (Perini, 1995:109).

Como não se fez ainda um estudo das funções possíveis de sintagmas com base em um conjunto confiável de funções sintáticas, torna-se não só o sintagma adverbial (**que, de qualquer modo, não deve ser uma categoria única**), mas ainda um conjunto (Perini, 1995:119).

(...) estamos utilizando, para identificar o substantivo, um elemento que não figura na definição (**pois esta não menciona a possibilidade de ele ser núcleo de um sujeito**) (Perini, 1995:55).

Há – entre parênteses – quatro orações: três subordinadas e uma coordenada, com as devidas marcas habituais (há uma conjunção subordinativa causal: *já que*; uma conjunção subordinativa concessiva: *embora*; um pronome relativo: *que*; e uma conjunção coordenativa explicativa: *pois*, que lhes indica as respectivas funções sintáticas. Perini diz que a estrutura interna dos parentéticos sugere que eles não são termos da oração, basicamente porque não possuiriam as marcas de coordenação ou de subordinação. Como está claro, há tais marcas, de modo que, se fossem retirados os parênteses e usadas vírgulas, o mesmo autor os trataria como períodos compostos por subordinação e coordenação, onde, no caso das subordinadas, teríamos termos desenvolvidos das orações principais.

Aqui reincide o mesmo problema denunciado em relação à gramática tradicional a respeito de o segmento interposto não possuir vínculo sintático – daí ser chamado justaposição e ser excluído dos processos de coordenação e subordinação. Acho que – embora essas atitudes de expulsão revelem exatamente tentativas de aprisionamento das intercalações dentro da sintaxe – os gramáticos acertaram sem querer ao dizer que as

orações não se prendem às demais do período. Não pelas razões expostas, pois, como visto, nem sempre há “orações” interpostas; e, por outro lado, porque há orações e estas têm as devidas marcas de coordenação e subordinação (justamente dentro de parênteses, os marcadores tidos pelos gramáticos como o sinal que isola o que é menos relacionado).

Não é que sejam quebras efetivas na sintaxe, mas elas promovem uma interrupção e, por consequência, interferem na sintaxe; não é que ocorra simplesmente a quebra dentro de um nível, mas há a interpenetração de um outro plano, e isso afeta uma esperada ordem. Nesse ponto, são justificáveis as preocupações com a quebra na sintaxe, já que as análises gramaticais não passam desse nível. É como se se estivesse na sintaxe e se saísse dela ao mesmo tempo; há vínculos sintáticos, mas, no mesmo gesto, se prescinde deles, ou seja, ao mesmo tempo em que se lança mão das orações anteriores para compreender as justificativas, explicações, restrições colocadas entre parênteses, sai-se desse nível, dando aos segmentos interpostos o estatuto de um comentário.

Essa é uma questão bem interessante e tentarei discuti-la, acompanhando outras reflexões de Perini. Após afirmar que os parentéticos não têm vínculos sintáticos, caracterizando-se, portanto, como justaposição, acrescenta que esse processo não ocorre apenas com orações, mas com termos que se repetiriam, sendo separados por vírgulas. Por esse critério – o da *repetição* – Perini classifica também o aposto como um tipo de parentético. Essas reflexões o fazem acrescentar à definição inicial dos parentéticos a observação de que devem ser entendidos como “elementos que sintaticamente repetem a oração ou um de seus termos, separando-se deles por vírgula” (p.122). Logo, não seriam termos da oração, mas manifestações de um processo mais geral de *repetição*.

Com base nesse princípio, Perini rediscute o estatuto do *adjunto oracional* (considerado em outro momento um termo da oração), posto que ele teria, assim como o aposto e os demais parentéticos, a mesma flexibilidade quanto à posição na sentença, conforme o exemplo abaixo:

- a- **Felizmente**, Dorival dispensou o sócio.
- b- Dorival, **felizmente**, dispensou o sócio.
- c- Dorival dispensou, **felizmente**, o sócio.

d- Dorival dispensou o sócio, **felizmente**.

Mas o autor desiste de fazê-lo, porque, diferentemente do aposto, o adjunto oracional não repete um termo de idêntica classe gramatical. Paiva contra-argumenta que o problema nesse caso é de opção metodológica, por tratar-se de sentenças apenas e, assim, não se poder avaliar bem o escopo da repetição e afirma com procedência que se trata efetivamente de um parentético ao lado dos apostos, epítetos e outros. Talvez não seja apenas por um problema metodológico, sendo necessário que se dê à repetição de Perini a conotação de *retorno*, para que o problema do adjunto oracional seja resolvido. Acho que é essa a solução de Paiva, posto que ela retoma, para corroborar suas reflexões, Jurado Filho, que, ao analisar o ritmo da escrita através da pontuação, considera esses termos dentro da classe das parentéticas, pois todos eles teriam a característica de *voltarem-se sobre outras estruturas*. Repetimos a citação constante no texto de Paiva.

Uma última observação que gostaríamos de fazer a propósito de os sinais de pontuação delimitarem, na escrita, unidades organizadas ritmicamente por uma conjunção de várias dimensões da linguagem diz respeito à separação, por meio de sinais característicos, de estruturas às quais os gramáticos, de modo geral, atribuem caráter explicativo. Trata-se, dentre outras, de estruturas como os apostos e as orações adjetivas explicativas. Acreditamos que tais estruturas, no que se refere a sua configuração rítmica, poderiam figurar numa mesma classe juntamente com outras às quais se atribui caráter de citações, comentários, reflexões etc., freqüentemente delimitadas por travessões, aspas ou mesmo vírgulas. O que uniria as estruturas explicativas a estas outras é a que todas apresentam um **voltar-se sobre outras estruturas** (Jurado Filho, 1996:144).

Aquela intuição de Perini, aqui intensificada pela reflexão de Jurado Filho, permite encaminhar a reflexão em direção de um tratamento enunciativo das intercalações, pelo que elas teriam de retorno.

Seja como for, por tudo o que foi discutido, é possível confirmar que as tendências modernas de gramática e de retórica, neste quesito, não avançam em relação à tradição. Essa tentativa de aproximação, todavia, não deve ser vista como descuido, posto que não é ingênua (nem antiética) em relação aos avanços gerais processados na Gramática

Descritiva e na Nova Retórica. Mas, se pensarmos numa evolução no tratamento dado às intercalações, tendo em vista os testemunhos encontrados, efetivamente, não houve (nem poderia haver) – da Grécia Antiga ao século XX. O que há são *insights* interessantes, que podem ser lidos como intuições para um tratamento enunciativo; mas tais intuições dividem espaço com uma série de contradições e estas sim é que dão o tom às abordagens mencionadas, quando o assunto é intercalação. Por conta de assim pensar, não apenas agrupo tais estudos em um grande bloco, como também junto a eles outras menções sobre as intercalações (no mais das vezes silenciadoras – quer pela proibição, quer pelo esquecimento) atestáveis em manuais de redação, científica ou não.

2.3. Sem esquecer os Manuais de Redação¹⁹

Na parte em que tratei das abordagens retóricas, enfatizei o tratamento dado às digressões ou interclusões (conforme se tratasse de produção ou recepção) em textos; nos estudos gramaticais, a ênfase recaiu sobre as orações chamadas intercaladas ou parentéticas, numa perspectiva de sentença (de um ponto de vista normativo ou descritivo). Aqui, embora se trate também de mais uma perspectiva de estudos textuais, prefiro tratar os manuais de redação num bloco em separado (e não junto com a retórica), por, pelo menos, duas razões: posso dar um enfoque em separado às *notas de rodapé*, tema não tratado nas abordagens anteriores; e, como nos manuais de redação encontram-se referências também a digressões e inserções, posso abordar os três juntos no interior de uma mesma tendência e avaliar o alcance e a validade das abordagens anteriores nos estudos que normativizam a escrita de textos.

Começemos pelos manuais de redação científica, pois neles as notas de rodapé são abordadas como um dos componentes dos textos dissertativos. Em Garcia (1976: 394-395), no capítulo intitulado *Normalização Datilográfica e Bibliográfica*, são prescritos os usos e as formas de apresentação de aspectos como *espaços, tipo de papel, margens, uso de itálico*, e

¹⁹ Nem todos os textos que mobilizarei nesta seção são, de fato, manuais, daqueles que regem a escrita científica, por exemplo. Mas justifico a inclusão de textos que escapariam a essa classificação pelo fato de serem igualmente prescritivos no que diz respeito ao uso de intercalações.

também *citações* e *notas*. Quanto às notas, o autor destaca tanto os casos mais comuns de emprego quanto os aspectos formais pelos quais elas se caracterizam. No que respeita ao emprego, ele afirma o seguinte:

As notas de rodapé visam primordialmente a: indicação de fontes e trechos citados; explicações marginais não cabíveis no texto; ocasionais remissões para outros capítulos ou partes da obra ou de outras obras e autores relacionados com o assunto em pauta (p.394).

Observemos que, embora coerentes do ponto de vista descritivo, posto que essas funções são costumeiramente preenchidas pelas notas, há, relativamente a um dos usos, a avaliação dos segmentos postos no rodapé como *explicações marginais não cabíveis no texto* (o *marginal* aqui parece funcionar nos dois sentidos; remeto o leitor para os comentários feitos no capítulo anterior, quando esse mesmo termo aparece nos textos de Zoppi-Fontana e Orlandi). Poder-se-ia pensar que tal avaliação é irrelevante ou óbvia, porque, no geral, as considerações sobre as notas são bem positivas. Não discordaria de um contra-argumento assim, mas insistiria que essa avaliação é mais um testemunho de que as intercalações são, ao longo da tradição, concebidas como descentração, como venho desenvolvendo neste capítulo. Mesmo que sejam reconhecidas com propriedade as suas funções, há sempre uma sutil observação que liga os fenômenos em questão a um estatuto no mínimo marginal – mesmo, como no caso das notas, que já estejam à margem, ou principalmente no caso das notas que já estão à margem.

É justamente o fato de estarem à margem uma primeira exigência daquilo que antes destaquei como modos de apresentação das notas. Além dessa exigência básica, o autor ressalta outras questões como a numeração, o tamanho da fonte utilizada, as possibilidades de aparecer no pé de página, no fim de capítulos ou textos e outros. Esses cuidados com a marcação reiteram a necessidade de ver que esses fenômenos têm um modo de expressão característico, como já se destacava nos estudos gramaticais. As notas de rodapé, na verdade, teriam, além das diferenças entre o texto deslocado para a perigrafia e o texto maior, uma marcação indexical, feita numericamente, para remeter o leitor ao segmento interposto de modo preciso.

Esses mesmos cuidados – e também as questões ligadas ao uso – verificam-se no trabalho de um outro autor digno de nota, Eco (1977). No tópico intitulado *Para que servem as notas*, o autor inicia reconhecendo que há uma conotação de esnobismo ligada ao uso abundante de notas de rodapé, as quais parecem servir para demonstrar conhecimentos enciclopédicos ou para “lançar fumaça aos olhos do leitor”. A despeito de tal preconceito, o autor reconhece que “isso não impede que as notas, quando utilizadas em justa medida, sejam importantes” (130).

Essa “justa medida” deve ser avaliada, segundo Eco, de acordo com a necessidade das diferentes teses, mas acredito que elas podem ser ilustradas por alguns dos usos específicos enumerados pelo autor. Embora não recuperando todos os empregos listados por ele, podemos ter, com essas evidências, exemplo dos dois tipos de nota tratados por Eco – notas de citação e notas de conteúdo. Segundo ele: “as notas servem para indicar as fontes das citações; remissões internas e externas; introduzir uma citação de reforço, que no texto, dificultaria a leitura; ampliar as informações que se fez no texto; corrigir as afirmações do texto” (131).

Em alguns dos comentários que acompanham essas chamadas, o autor acrescenta que as notas permitem não sobrecarregar o texto com informações acessórias. Isso é enfatizado em vários pontos de seu texto, mas se evidencia de modo mais claro numa nota (numa nota!) em que o autor cita Campbell e Ballou: o uso das notas requer certa prudência: “É preciso ter cuidado em não transferir para as notas informações importantes e significativas: as idéias diretamente relevantes e as informações essenciais devem aparecer no texto” (p.131). Contudo, os mesmos autores afirmam que as notas devem justificar sua existência dizendo coisas importantes. Aqui, o discurso da descentração se recoloca pela dicotomia *essencial* e *acessório*. O conteúdo das notas é nitidamente caracterizado como acessório, irrelevante, em oposição ao texto, em que devem constar os assuntos essenciais e relevantes.

Essa exigência vai se verificar de modo excepcionalmente enfático, talvez com mais nitidez do que em todos os estudos até aqui referidos, em textos que tratam de redações escolares, onde são abordadas não mais as notas, mas inserções e digressões.

Opto aqui por não citar obras que se assumam efetivamente como manuais (pois as confirmações seriam muito evidentes), mas obras que se propõem como pesquisas teóricas direcionadas ao ensino, para observarmos a recorrência do mesmo tratamento dado às intercalações.²⁰

Iniciemos por um trabalho de Sayeg-Siqueira (1990) que contém considerações sobre as digressões. Esse texto, conforme dito, mesmo não sendo um típico manual, assume um caráter normativo-censurador, pelas críticas que faz ao uso de segmentos inseridos, já que, segundo ele, não se trata nem mesmo de uma estratégia, mas de um puro defeito textual; há, na verdade, uma reprovação declarada pelo fato de as digressões serem tidas como contra-exemplos do que seria desejável num texto, no sentido de que ilustram defeitos textuais. (Essa posição se repete largamente em obras sobre produção textual e leitura que se direcionam, ano após ano, ao ensino). No texto em foco (p. 71-72), as digressões são abordadas para exemplificar os “problemas de encadeamento lógico das idéias”, problemas que, segundo o autor, tornam as idéias vagas e inadequadamente relacionadas. O autor afirma que “problemas referentes às designações fazem com que o texto apresente digressões (textos que se desviam da referência tematizada) e redundâncias (uso repetitivo de termos anteriormente expressos, desnecessariamente)” (p.70). Esses problemas de seqüência lógica podem resultar em lacunas e em deslocamentos e, portanto, são indesejáveis.

Eis o único exemplo que o autor fornece para ilustrar o “problema” da digressão. “A televisão nos traz informações preciosas, **minha avó gosta de ver novela**, que nos colocam em contato com o mundo”. Observemos também o comentário que segue o exemplo: “a referência tematizada é informações televisivas, portanto a avó gostar de novela não tem nada a ver”. (p.71). Não discordaria de que a formulação desse fragmento não seja das mais desejáveis. Além disso, o conteúdo interposto parece relacionado: em princípio, televisão tem tudo a ver com novelas. O máximo risco que se correria seria o de considerar a frase ambígua e atribuir a capacidade de nos colocar em contato com o mundo às novelas e não ao jornalismo (ainda assim, a irrelevância não seria total...). Esse

²⁰ Não estou chamando grosseiramente essas pesquisas de manuais, mas, no que diz respeito ao tratamento dado às intercalações, elas não se afastam dos manuais de redação.

fragmento não parece digressivo por nenhum dos critérios considerados, quer por este autor quer por outros: não é conteúdo descentrado semanticamente, não é uma interposição longuíssima; trata-se, simplesmente, de um problema relativo ao fato de o exemplo haver sido inventado, de um indício talvez da pouca familiaridade de *seu autor* com os recursos e as condições de produção da escrita.

Vejamos mais um trabalho, no qual discutirei o tratamento dado às *inserções*. Em Fulgêncio e Liberato (1996), as autoras situam as questões referentes aos problemas de leitura no eixo de uma distinção fala/escrita e, para tanto, retomam Perini (1980), citando uma hipótese inicial: “Para o leitor inexperiente, os pontos em que os textos escritos diferem dos orais são pontos críticos em que pode haver problemas de compreensão” (p.12). Segundo elas, Perini reconhece ainda que, nas duas modalidades, podem ser acrescentadas informações adicionais, a partir de interrupções feitas no texto. Na linguagem oral, após tais interrupções, o falante repete – após as *inserções* – o que havia dito antes. Já na linguagem escrita, as autoras dizem não haver repetição nesses mesmos casos e isso pode “apresentar uma sobrecarga no mecanismo decodificador, com o perigo de quebra de compreensão, no caso de leitores fracos” (sublinhado meu) (p.13). Exemplos dados: *Ela achou no princípio que dava tempo* (escrita); ***Ela achou, no princípio, ela achou que dava tempo*** (oralidade). No exemplo que retoma a modalidade escrita, não haveria processamento imediato e assim ele “é mais difícil do que se não houvesse a inserção” (p.13). Haveria, dessa forma, diferenças de graus de legibilidade de acordo com a presença/ausência de inserções.

É o que se confirma a seguir, quando as autoras citam novamente Perini, a respeito de uma hipótese sobre a legibilidade: “a presença de uma inserção entre os grandes constituintes constitui um fator de dificuldade de leitura” (14). Vale retomar rapidamente o teste feito para validar a hipótese, com seus – conseqüentes – resultados. Segundo as autoras, Perini fez uma experiência com 172 alunos, da 8ª série, da classe média-baixa, com dois textos de 40 palavras cada. O texto foi apresentado em duas versões, uma delas com uma inserção de natureza adverbial deslocada para o início do período e outra com o mesmo aspecto interposto entre o verbo e o objeto. Após vinte segundos de leitura (!), os

alunos receberam uma pergunta escrita, a qual tinha por função “obrigá-los a relacionar o verbo ao objeto” (p.15)²¹.

Resultado:

texto/versão	corretas	incorretas	em branco
“ni”(sem inserção)	45,3%	38,4%	16,3%
“i” (com inserção)	18,6%	58%	22,7%

Esses resultados confirmariam a hipótese de Perini, segundo a qual a inserção causa dificuldades de leitura. Ocorre que o que se pede aos alunos é *relacionar verbo a objeto* e o resultado mostra que eles não conseguiram; ou seja, pelo que as autoras afirmam, pede-se ao aluno, na verdade, uma identificação-classificação de termos sintáticos, e não o sentido de um texto. Sob o desculpa da inserção, o teste parece levar os alunos a fazer um exercício de gramática e é nele que falham. Se o que digo procede, é possível, a partir desses resultados, chegar à seguinte conclusão: não é que a inserção dificulte a leitura; ela foi usada para dificultar uma análise sintática. Não é dito que os alunos confundiram-se entre sentidos possíveis, ou que tenham optado por um sentido não previsível por conta da inserção, mas que esses alunos não relacionam termos, porque uma interposição quebra-lhes a seqüência linear.

Mesmo frente a esses dados, as autoras concordam com Perini, quando ele diz que não é desejável excluir simplesmente as inserções do texto escrito, até porque a porcentagem de inserções nessa modalidade é relativamente alta. Mas, para as autoras, essa frequência tornaria os períodos “bastante inadequados”, o que elas provam como exemplo a seguir: “As pessoas que moram em lugares mais afastados das cidades servidas por redes de esgoto, **para não contaminar o solo**, devem construir seus próprios sanitários providos de fossa”. (Gowdak, D. *Nos domínios das ciências* – 5º série).

Essas “inadequações” podem decorrer de fatores vários. Em relação ao exemplo citado, as autoras dizem que “para eliminar o efeito negativo das inserções, coloquemos

²¹ O texto usado como teste para os alunos não consta no trabalho citado, por isso não o reproduzo.

fora das estruturas que interrompem” (p.16). Em outros casos, o efeito negativo decorre do fato de as inserções se relacionarem a outros termos diferentes do tópico, conforme uma outra hipótese: “inserções com informações relacionadas ao tópico da sentença são menos prejudiciais que aquelas que contêm informações relacionadas a outros elementos” (p.23). Por essas e outras hipóteses que não comentarei, as autoras confirmam que as inserções dificultam a leitura.²²

Não é difícil notar, a partir de um trabalho como este, que a intercalação pode chegar ao ponto de ser julgada não apenas como algo que é simplesmente desviante ou acessório ou mesmo desnecessário, mas de algo que é prejudicial. Os efeitos das inserções são declaradamente avaliados como negativos, mesmo que os exemplos dados não sejam inserções longas, nem desviantes em termos semânticos; são curtas inserções, interpostas na seqüência lógica dos períodos, para falar como os gramáticos. Não se pode perder de vista que as autoras consideram nessa análise questões relativas à Memória de Curto Termo, de modo que fenômenos como as inserções tenderiam a sobrecarregar essa memória do leitor. Esse aspecto da questão não pode ser simplesmente negado, porque certamente há algo a se dizer das intercalações em termos de seu processamento, por um lado; mas a teoria utilizada para explicar as intercalações não pode se resumir a esse aspecto, porque pode depor mais contrariamente a elas do que a seu favor, por outro lado (além disso, a pesquisa realizada desse modo favorece um preconceito que já se tem em relação ao fenômeno, por mais que seu propósito seja – e o das duas autoras é – outro).

Em relação às intercalações, portanto, parece tratar-se – eis uma possibilidade de leitura que sugiro – não só de um mesmo tema que recorre ao longo do tempo, em

²² Mesmo não as discutindo, vale a pena mencionar outras hipóteses das autoras. Elas concluem a tese defendida – a de que as inserções atrapalham a leitura – com as seguintes afirmações, que retomarei na íntegra: “inserções mais curtas são mais fáceis de processar que as mais longas; inserções complexas são mais difíceis que as mais simples; inserções que se colocam logo após o tópico da sentença, são mais fáceis de ser processadas; inserções que contêm informação sobre o tópico são menos prejudiciais à legibilidade; inserções que separam sujeitos tópicos do verbo são menos prejudiciais do que aquelas que separam sujeito não tópico do verbo” (p.24). É claro que não estou negando este lado da questão. As intercalações certamente têm a ver com processamento. Mas isso não dá conta da complexidade que esses fenômenos envolvem – muito menos com um teste assim. No capítulo seguinte, ficará claro que, do mesmo modo que não deixo de conceber a possibilidade de um desvio, não desconsidero que a intercalação possa causar problemas de leitura, se não forem respeitadas suas condições de uso. Assim, mantenho a discussão sobre um texto, cujos objetivos são diferentes dos meus (como todos os demais que comento, aliás!), porque aí há indiciada uma concepção de intercalação que me interessa discutir.

estudos distintos, mas, num certo sentido, de um mesmo tratamento, dada a possibilidade de relacionar os estudos mencionados, sugerindo para eles um princípio unificador: o fenômeno pode ser definido, muitas vezes por oposição ao que os estudos dizem, nos termos de uma descentração constitutiva. Acredito que nesses estudos há um ponto de encontro, por assim dizer, que permite referi-los como um grande bloco, quando – de uma perspectiva enunciativa – torna-se possível sustentar que a tradição (e estudos que se mantêm vinculados a ela) deixou a desejar (mesmo fazendo o que seus fundamentos permitiam) em relação ao que postulou sobre as intercalações, porque em todas as abordagens verifica-se, implícita ou explicitamente, uma visão de certo modo negativa em relação aos segmentos inseridos, relacionando-os à idéia de descontinuidade, dispersão, fragmentação – descentração, enfim.

1.5. Fechando o tópico

E possível recapitular, das breves considerações feitas, as seguintes conclusões: 1) As intercalações são tratadas em separado na tradição. 2) Sua consideração como digressões, inserções ou notas de rodapé é devida ao ambiente teórico em que são abordadas – na retórica, entre as partes que comporiam o discurso, são estudadas as digressões; na gramática, no âmbito dos períodos, são vistas as orações intercaladas; nos manuais de redação técnica, são abordadas as notas de rodapé. 3) As intercalações são o motor de, pelo menos, duas polêmicas, manifestas especialmente na retórica (mas presentes de certa forma nos outros estudos): uma divide posições entre a censura e a aceitação; outra concentra-se em relação ao seu estatuto dentro do texto – parte fixa ou técnica flexível? 4) A avaliação pela qual as intercalações são caracterizadas como fenômenos desviantes é postulada em relação à unidade frente à qual ela é considerada, sendo, portanto: desvios no curso da elocução oral; desvios no interior do período; e desvios de conteúdos, relegados às margens dos textos escritos – deixando implícita uma certa concepção de tópico e a atuação de um princípio de relevância no interior dessas abordagens todas. 5) As intercalações são, independentemente da tendência, fragmentos

exteriores: não são partes do discurso; não são da sintaxe; e não são do texto – no entanto, existem (e funcionam), como se preexistissem (talvez porque indiciem nosso comportamento em termos cognitivos...)²³.

Por tudo isso, é possível afirmar que as intercalações têm sido nomeadas de modos diferentes, conforme os estudos em que são tematizadas, mas a interpretação é, para além da superfície dos enunciados, fundamentalmente a mesma (a despeito de *insights* importantes). Apesar das funções elencadas, quando se pensou em sua pertença ao discurso ou à sintaxe, as avaliações revelam que elas estariam situadas na face negativa de dicotomias como essencial/acessório, relevante/irrelevante, central/descentrado. Isso é confirmado tanto pelo modo como, em alguns estudos, se faz referência ao fenômeno, quanto pelas predicções a ele atribuídas.

No decorrer do texto, explicitarei testemunhos para confirmar essa hipótese, procurando demonstrá-la através das avaliações, às vezes sutis, que seguem as designações e classificações do fenômeno. Chamei a atenção do leitor para o modo como o discurso da descentração, se assim podemos nomeá-lo, se lexicalizou em todas as abordagens, através das dicotomias que, a meu ver, deixam implícita a atuação de um princípio de relação. Mas mesmo a conotação de desvio sendo a base discursiva geral, essa análise permitiu explicitar um percurso, por assim dizer, pois o fenômeno sai da retórica clássica com uma conotação de irrelevância e desvio, mas com um uso marcadamente estratégico; passa pelas gramáticas onde a conotação de desvio se repete não só em termos sintáticos mas também semânticos, já que as suas funções são tidas como acessórias e até mesmo desnecessárias; chega, por fim, aos manuais e outros textos voltados para a redação, onde a avaliação é intensificada até o ponto da proibição mesma do uso, dados os julgamentos de que são prejudiciais e causam efeitos negativos.

²³ Por sugestão de Abaurre, quando do exame de qualificação deste texto, estou considerando que as intercalações, justamente pelo que revelam em termos de sua materialização, no domínio da enunciação, permitem fazer hipóteses sobre uma contra-parte cognitiva, que desvelaria a relação do sujeito com a linguagem em situações de enunciação. Não vou me aprofundar nesta questão neste momento, porque meu olhar inscreve-se mais na perspectiva da emergência, no domínio da enunciação, e da materialização, no domínio da textualização. De todo modo, isso permite inverter o olhar e observar sua contra-parte cognitiva. Espero voltar a este ponto em trabalhos futuros.

No interior desses estudos, esse tratamento parece explicável, e – mais que isso – pode ser lido como intuições importantes dos gramáticos, retores e outros a respeito da natureza enunciativa desses fenômenos: postular, de uma forma ou de outra, a não-pertença das intercalações ao texto (na concepção adotada por esses estudos) ou à sintaxe, foi, no fundo, intuir – e materializar os indícios dessa intuição – que os fenômenos exigiriam outra análise. O problema (no sentido de problema de pesquisa) é que essa visão dispersiva, desviante, tem avançado para dentro dos estudos enunciativos, embora esse parecesse o espaço teórico privilegiado para um tratamento diferente das intercalações.

O percurso traçado não quer, no entanto, propor uma idéia de continuidade²⁴ (essas tendências não se continuam), mas é possível falar de encontros e repetições; se não se trata da sobrevivência, trata-se ao menos da (re)emergência de um certo discurso através de estudos cujos fundamentos não são enunciativos e cuja postura, apesar de, no geral, ser descritiva, assume um caráter normativo, no sentido de prescrever o que é bom ou não é bom em termos de textos ou frases (talvez haja algum lugar para a prescrição, mas não se pode assentar a questão neste domínio, porque a intercalação termina por virar contra-exemplo do que é central, do que é relacionado sintaticamente, do que é aconselhável em termos de texto...). Acredito ser esta a justificativa para o tratamento dado, ao menos em alguns estudos. A continuidade, que, nesse caso, toma a forma de uma descontinuidade, pois a análise do fenômeno parece progredir regressivamente, não é dada pela história, já que os estudos, mesmo com retomadas ou refutações assumidas, têm suas próprias motivações, em cada caso.

Enfim, lendo conjuntamente as divergências e os consensos verificados ao longo desse tópico, poderia dizer que tanto nos aspectos destacados como positivos, quanto nos que considero negativos, houve, por caminhos diferentes, um tratamento motivado pela natureza do fenômeno. Quer se tenha chamado de desviante, acessório, adicional, desnecessário ou prejudicial; quer tenha sido concebido como ação do sujeito, falta de

²⁴ Com essa hipótese explicativa, eu não estou desconsiderando a idéia de história e, mais precisamente, de descontinuidade histórica. Sei que essas tendências firmam-se em lugares diferentes, delineiam espaços de reflexão diferentes e buscam resultados igualmente diferentes. Mas, numa análise realizada a partir dos indícios que escapam às tentativas, às vezes simpáticas, de considerar esses dados, é possível reconstituir uma “semântica” comum a todos esses estudos, no que respeita à avaliação das intercalações.

vínculo com a sintaxe, retorno sobre o dizer, ou comentário, foi de descentração que efetivamente se falou, em acepções positivas ou negativas (por isso um conceito de tópico esteve sempre subjacente...). Por caminhos diferentes, as divergências e os consensos se encontram, convergem de certa forma no sentido de que, tanto de um lado quanto de outro, as considerações foram motivadas pelo fato de o fenômeno escapar às possibilidades das análises propostas, não se deixando apreender pelos aparatos teóricos mobilizados. As intercalações são de natureza essencialmente enunciativa – daí não caberem em abordagens não-enunciativas.

Ao assumir que as intercalações são objeto de uma análise enunciativa, acredito que a primeira tarefa deva ser a problematização dessa semântica do desvio e do acessório (justificável na tradição, repito) que entrou em forma de premissa implícita ligada à definição das intercalações nas análises enunciativas. Mas essa passagem não se deu à toa. Além da força desse discurso da descentração, houve condições que a autorizaram. Retomando, então, as duas hipóteses com que encerrei os dois capítulos anteriores, é possível relacioná-las, para propor uma hipótese mais geral que fecha esta primeira parte da análise. Não há um tratamento satisfatório das intercalações pelas duas razões, conjuntamente. Na Linguística Textual, ao observar-se a unidade textual e o trabalho do sujeito nesse sentido, a face das intercalações relacionada à dispersão foi considerada desvio (tal como nos estudos tradicionais); na Análise do Discurso, ao observar-se a fragmentação discursiva e a dispersão do próprio sujeito, a face das intercalações relacionada à unidade, que, no plano da materialização, tem a ver com o trabalho do sujeito com o texto, foi considerada acessória (tal como nos estudos tradicionais). Os dois campos selecionaram, no tratamento das intercalações, apenas o que os fundamentos orientaram e a outra face foi avaliada negativamente, num claro aceno à tradição, pois a face excluída, por um campo ou por outro, entrou na análise significando negativamente. Isso fez com que as análises, conforme discutido no fim do primeiro capítulo, centrassem a atenção num só ponto da questão, impedindo-as de ver o fenômeno em sua complexidade – não configurando, a meu ver, uma contra-proposta em relação a esta semântica no que diz respeito às intercalações.

PARTE II

Capítulo III

ABRINDO UMA PERSPECTIVA DE INTERFACE

3. Textualidade e discursividade sob um mesmo enfoque

Um texto bom só pode ser avaliado em termos discursivos
(Possenti, 2002:108).

*Hoje a Linguística do texto é provavelmente melhor definida
como um subdomínio lingüístico de uma teoria transdisciplinar
do texto e do discurso* (Beaugrande, 1997).

Para abrir uma outra perspectiva de análise das intercalações, acredito ser necessário considerar tanto os avanços quanto os problemas detectados no tratamento dado por análises anteriores. Por tudo o que apresentei em relação à Linguística Textual e à Análise do Discurso, é possível concluir que, mesmo quando a intercalação não era efetivamente abordada, havia espaço para fazê-lo; o fenômeno é, *a priori*, relevante para as duas áreas (dado o horizonte aberto pelos pressupostos assumidos). E, de fato, tem havido um recorrente interesse pela questão com conseqüências importantes para os estudos. Para falar sinteticamente, na Linguística Textual tratou-se de um empreendimento direcionado à integridade textual; já na Análise do Discurso, o tratamento destinou-se sobretudo a confirmar a tese da heterogeneidade enunciativa: em outras palavras, a questão esteve/está no âmago das preocupações sobre o que se entende por textualidade e discursividade, respectivamente.

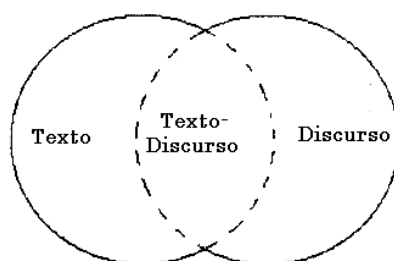
Articulando essas questões – a possibilidade de olhares distintos e os julgamentos localmente contraditórios denunciados em diferentes pontos deste texto – gostaria de reorientar a argumentação para encaminhar a abordagem que quero dar ao fenômeno. Os fundamentos assumidos pelas duas áreas justificam em parte a sobrevivência dos resquícios denunciados e também o tratamento dado. Assim, pode-se dizer que, apesar de os dois campos procederem a análises bastante coerentes com seus fundamentos, eles direcionaram o olhar teórico apenas para um ponto da questão. Ou seja, apesar de todos os avanços devidos à fundamentação mencionada, não houve, a meu ver, uma análise que

realmente dê conta da problemática que as intercalações envolvem, pois o direcionamento do olhar para uma face culminou com o extremo de não se considerar a outra (ou de só avaliá-la negativamente), de forma que o problema não foi enfocado como um todo.

No intuito de suavizar o “extremo” criado pelo modo como se conduziu a análise nos dois campos, ou de articular os pontos extremados, acredito que esse fenômeno, que se tem prestado a duas análises, constituindo, assim, dois objetos teóricos diversos, pode, por uma outra ótica – a que aqui defendo – ser analisado como um mesmo e único problema, cujas diferenças são intrínsecas à intercalação. A partir das pesquisas de Authier-Revuz, temos indicação de que muitos dos fenômenos considerados aqui podem ser tratados como metaenunciativos. Eu diria que as intercalações, mesmo as que não configuram casos de modalização autonímica, são de natureza metaenunciativa (justifico a proposta adiante), mas falta discutir que, justamente por sê-lo, o fenômeno tem a possibilidade de apresentar simultaneamente duas feições. Dessa forma, defendo a hipótese segundo a qual a metaenunciação é sempre passível de ser definida por uma ambigüidade constitutiva (não no sentido de imprecisão, mas de dubiedade): um direcionamento à *unidade*, de um lado, já que se serve de estratégias textualizadoras, revelando a intervenção do sujeito; e a tendência à dispersão, de outro, já que é um lugar privilegiado para evidenciar a emergência do outro, articulando o interior do texto ao exterior do discurso.

Essa dubiedade expressa, em si, duas faces diversas, mas indissociáveis, de um mesmo fenômeno enunciativo. Se, por um lado, tem-se uma possibilidade de dispersão, efeito da necessária intervenção do sujeito no texto, para remeter ao um e ao outro; por outro lado, e simultaneamente, há um trabalho de construção de relevância, no sentido de atribuir às interposições uma função textualizadora, articulando-as nas dependências do texto, tornando-as tópicas. Assim, põem-se sob um mesmo olhar a face textual e a face discursiva das intercalações. Trata-se – no limite – de um fenômeno que evidencia uma **imbricação entre textualidade e discursividade**, de forma que não apenas pode ser olhado sob uma ótica ou outra, mas sob as duas ao mesmo tempo, sendo, portanto, situável teoricamente entre as duas áreas e constituindo um ponto de encontro entre elas.

Essa interface entre os objetos motiva-me a promover uma interface teórica, no sentido de proceder a uma **abordagem textual-discursiva**¹, de modo a apreender as duas faces dessa ambigüidade, justificando-as. Essa abordagem não nega as duas áreas, ao contrário, pretende assentar-se numa articulação delas; não somando as análises feitas lá e cá, mas considerando sob um mesmo enfoque as questões que interessaram a um lado e ao outro. Quando, pela primeira vez, propus a hipótese de uma abordagem textual-discursiva, referia-me apenas a uma tentativa de “apropriação” (com os devidos cuidados) de conceitos da Análise de Discurso para “utilizá-los” na Linguística Textual, “re-significados”, como se diria. Essa atitude já era muito importante, porque oferecia possibilidades de fundamentar conjuntamente a análise. Mas, com o aprofundamento da reflexão, fui verificando que aquela não era a melhor atitude, por conta das implicações imediatas dessa inter-relação teórica – há um movimento conjunto de “modificação” dos conceitos de uma área, quando aproximados dos fundamentos da outra. Assim, resolvi deslocar a reflexão para um outro lugar, assentando-a numa zona que, a meu ver, já é de intersecção entre as duas áreas, para promover uma real interface teórica: nos limites entre uma e outra.



Não se trata, portanto, de simplesmente situar-se na Linguística Textual e re-significar conceitos da Análise do Discurso, ou vice-versa. Nesse espaço vislumbrado, os conceitos não (man)têm mais a pureza de suas áreas de origem, posto que passam a co-habitar um mesmo ambiente, sofrendo sutis e recíprocos contágios.² Por não negar as

¹ Não desconsidero que os trabalhos realizados no *Projeto Gramática do Português Falado* e outras das análises que mencionei procedam a uma abordagem que leva em conta o discurso, mas numa acepção diversa do que estou assumindo aqui. Estabeleço um vínculo com a Análise do Discurso Francesa.

² “Sofrer contágio”, “modificar-se” não significa descaracterizar-se. Se há uma síntese, ela não compõe um todo homogêneo, mas uma totalidade ambígua, com percepção de diferenças e fissuras internas.

duas áreas, a interface que proponho situar-se-á, portanto, num terceiro espaço de reflexão, que se faz, essencialmente, dos dois primeiros.

É certamente delicado propor uma interface entre campos teóricos distintos, pelo fato óbvio de que áreas diferentes assentam-se em fundamentos diferentes, constituindo, portanto, princípios teóricos e metodológicos próprios, os quais diferenciam as análises e os resultados, mesmo que os dados analisados sejam supostamente os mesmos. Esse é bem o caso da Lingüística Textual e da Análise do Discurso, se colocadas frente a frente. As áreas se distinguem por fundamentos tão centrais e exclusivos que pareceria, *a priori*, vetada uma tentativa de articular princípios. Além disso, há um outro ingrediente: não apenas são campos diferentes, mas também são próximos, situados num mesmo “espaço discursivo”, se é que posso evocar um conceito de Maingueneau neste caso. Esses campos inscrevem-se teoricamente no mesmo espaço e se tocam nas linhas limites, mesmo que esse contato não seja explorado, e nem sempre assumido – o que é compreensível.³ **A exploração desse espaço será o objeto desse texto.** Mas não vou ainda iniciar uma discussão teórica; apenas abro a perspectiva e vou arriscar uma análise, buscando os elementos necessários ao encaminhamento da reflexão; farei apelo aos conceitos no momento em que isso se fizer cabível, para efetuar, ao final, um arremate teórico.

Tendo deixado clara essa posição, vou trabalhar no domínio da contradição segundo a qual as intercalações comungam da possibilidade de serem unidade, mesmo sendo dispersão, e de serem dispersão, mesmo sendo unidade; no interior dessa perspectiva dúplice, digamos, avaliarei também em que sentido e em que condições ou sob que critérios uma intercalação pode ser (pode ainda ser?) considerada digressiva.

³ Em função disso, farei, no último capítulo, uma discussão sobre as relações entre os dois campos, para discutir a possibilidade de trabalho do domínio do que se chama aporia; não me interessa nem apenas nomear o irreduzível, nem solucionar contradições, mas trabalhar nelas; tentarei delinear um ponto de vista de interface.

3.1. Reorientação conceitual

Aberta essa perspectiva, pôs-se a mim um conjunto de questões, cuja abordagem terá a organização que segue (mas, possivelmente, essa não seja a única). Tendo em vista os problemas levantados nos capítulos anteriores, a análise deverá partir de uma reorientação da concepção do fenômeno, a partir da qual analisarei suas demais implicações. Essa reorientação (ou o início de uma reorientação) é um exercício de base, com três passos relacionados, que visam a organizar minimamente alguns dos muitos pontos discutidos na parte anterior: uma **renomeação** (porque tanto a literatura mistura vários termos como muitos deles são, como visto, inapropriados para uma designação ampla das formas metaenunciativas de interesse aqui), uma **classificação e uma justificação** das manifestações variadas (porque, por não se voltarem para as variações, as análises anteriores não atentaram para a necessidade de pôr às claras as possíveis regras que as presidem) e uma proposta preliminar de **redefinição** (que se faz possível a partir dos dois passos anteriores).

Para dar encaminhamento ao primeiro passo – a renomeação – buscarei uma terminologia que se volte, inicialmente, para a interpretação da constituição formal do fenômeno, e que, como tal, permita encaminhar outras questões relacionadas. Vejamos alguns dados:

Em (1), há o que se conhece por inserção.

(1) (...) Elas nem chegam mesmo a alterar o andamento do tópico em curso, já que visam justamente a clarificar ou corrigir algo, do contrário, poderiam prejudicar a intercompreensão, fazendo, pois, com que a interação progrida de modo desejado. **(Daí a possibilidade mesmo de encaixes múltiplos, como evidencia Marcuschi, 1986).** (...) (Koch, 1999:89. Negrito meu, em todas)⁴.

⁴ Quero alertar o leitor para o fato de haver dados repetidos no curso desta análise. Vou mantê-los dessa forma porque permitem analisar aspectos diferentes.

Trata-se de um pequeno encaixe, destacado por parênteses. Há outras interposições marcadas por travessões e vírgulas, como discutido nas páginas anteriores, que são de interesse aqui⁵.

Existem ocorrências semelhantes na linguagem oral. No fragmento a seguir, a repetição funciona como marcação da sequência inserida.

(2) Proposições “**TORNAM**”, **vamos por entre aspas mas é o que Pierce diz, TORNAM** de repente natural a explicação daquele fenômeno com o qual eu me surpreendia (Franchi, 1997).

Trata-se de uma forma comum de marcar pequenas inserções na fala. Mas é preciso ter claro que nem sempre há marcação explícita, conforme se pode ver a seguir.

(3) ... então todo artista deve sab::er...ah:: o conteúdo da peça o que vai acontece/e peça... e...com seu talento... **não estou quere::ndo com:: isso dizer que sou um grande artista porque quando eu fui artista longe disso...fui o pior possível...** mas acho que o camarada deve::eh::valorizar...o espetáculo que está do qual ele está participando... (DID.161 –NURC/SP: 351-357).

De qualquer forma, o fragmento interposto pode perfeitamente ser identificado por seu caráter de encaixe e de comentário.

No caso das interposições maiores, chamadas digressões, é mais comum aparecerem marcadas, tanto na escrita quanto na fala, especialmente por marcações verbais.

(4) (...) Redundâncias segmentais e redundâncias sequenciais constituem, juntas, as condições de estrutura morfemática de uma língua. **ANTES DE PASSAR AO EXAME DESSAS**

⁵ É claro que têm uma composição e um funcionamento semelhantes (ao menos em termos gerais), os itálicos, ironias e aspas, que já foram estudados abundantemente não só nos trabalhos de Authier-Revuz, mas em outras pesquisas neles inspiradas. Pela forma como Compagnon (1979) trata a *citação* e o *trabalho da citação*, poderia abordá-la como uma forma de intercalar o outro, porque não deixa de ser um modo, ou talvez o mais característico modo, de representação do dialogismo. Mas, neste trabalho, privilegiarei apenas as citações intercaladas em parênteses e notas de rodapé.

CONDIÇÕES É NECESSÁRIO, POR UM MOMENTO, FAZER-SE UMA DIGRESSÃO PARA SE FALAR SOBRE O MORFEMA.

Morfemas: A morfologia estuda de que modo palavras são construídas a partir de constituintes menores. As partes componentes de palavras são morfemas (ex: raízes, radicais, prefixos, sufixos, terminações de plural, terminações de pretérito). (...). **O Léxico:** O léxico de uma língua é uma lista dos morfemas da língua. Para cada morfema dão-se informações a respeito de seu significado, propriedades sintáticas (...). **Condições de Redundância Seqüencial**

TENDO CONSIDERADO O MORFEMA E SEU PAPEL NO LÉXICO, ESTAMOS PRONTOS PARA VOLTAR AGORA AO PROBLEMA ORIGINAL: A CONSTATAÇÃO DAS RESTRIÇÕES EM SEQUÊNCIAS SEGMENTAIS. São examinados dois tipos de restrição, as condições de estrutura silábica, as condições de se-então. (...). (Schane, 1973:65).

A notação verbal (destacada em caixa alta) alerta o leitor para a interposição de comentários, possivelmente porque, como se trata de um encaixe mais longo, faz-se necessário intervir para manter-lhe a atenção. É o que ocorre também neste fragmento oral.⁶

(5) O evangelho de hoje traz uma belíssima lição. A lição do amor e da fé. O exemplo daqueles que amam porque acreditam e por isso se salvam, porque não esperam receber para depois amar, mas amam a Deus e a Jesus porque acreditam, têm fé e não porque receberam graças, ou antes, sabem reconhecer as graças, (...). A leitura do Evangelho é a passagem da pecadora que entrou na casa do fariseu que tinha convidado Jesus para cear com ele. **COMO TODOS SABEM, os fariseus eram uma classe política e religiosa que queria desacreditar Jesus e procurava sempre um modo de flagrá-lo em erro ou buscava meios ou fatos que demonstrassem não ser ele o profeta que o povo acreditava ser. POIS BEM,** quando a mulher da passagem na casa do fariseu começou a lavar os pés de Jesus com as próprias lágrimas e a ungi-los com óleo perfumado, o fariseu logo pensou que Jesus aceitava aquelas homenagens por não saber que ela era uma pecadora e por isso não era realmente profeta. Jesus, que tudo sabia, deu então uma lição.

ANTES DE CONTINUAR É PRECISO LEMBRAR que no tempo de Jesus as pessoas

⁶ Acho que já é hora de esclarecer que não sou alheia a toda a discussão sobre as relações entre fala e escrita, especialmente como a questão fora tratada por Corrêa (1997) e vem sendo discutida por Marcuschi e outros pesquisadores. Mas essas discussões não proíbem que se fale de modalidades oral e escrita, ainda mais na perspectiva em que se inscreve este trabalho.

não sentavam em cadeiras como hoje, mas reclinavam – se em divãs sobre as quais colocavam os pés. Como as estradas e ruas eram poeirentas era costume e mostra de educação oferecer água e toalha para que o convidado lavasse os pés e assim não se visse constrangido a sujar de pó o divã em que se reclinasse (...). **POIS BEM, VOLTEMOS À PASSAGEM DO EVANGELHO.** Jesus leva o fariseu Simão a julgar sobre quem mais deve amar aquele que perdoa e compara o seu comportamento de anfitrião que não cumprira com seus deveres, talvez demonstrando com isso não amar o convidado, e o da mulher pecadora que revelava um grande amor por Jesus (...) (Koch & Travaglia, 1990:31).⁷

Mas a presença de marcação verbal na oralidade não é regra, porque nas conversações espontâneas, geralmente, “um assunto puxa outro” e vão se sobrepondo encaixes sobre encaixes, formando diversos “quadros tópicos” (conforme pesquisas mencionadas na *Gramática do Português Falado*).⁸ Na escrita, dá-se o mesmo, pois nem todas as longas interposições são limitadas verbalmente. Isso não é regra: há longas excursões entre parênteses, há outras que têm por limitação apenas as fronteiras de parágrafo e há ainda o recurso de efetuar deslocamentos para a perigrafia textual, como as laterais do texto, o chamado rodapé, o fim de texto e assim por diante. Eis uma nota de rodapé.

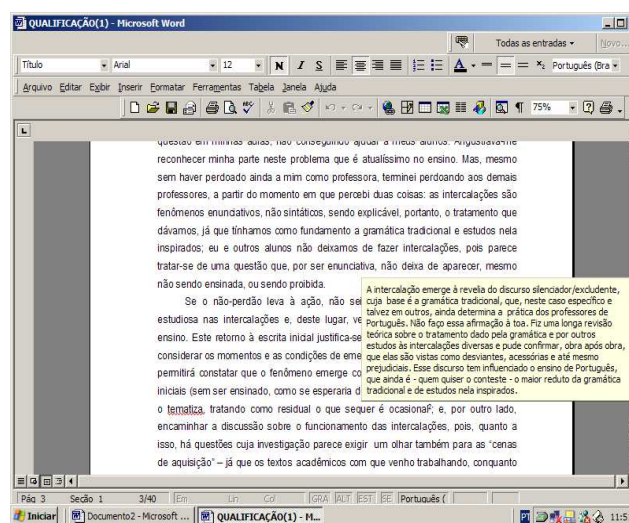
(6) O que me parece extremamente interessante são as doze vozes-discursos dessas doze artistas.
(2). (Nota (2): Note-se a maneira como não podemos deixar de pensar na força desse número, haja vista os doze pares de França, os doze signos do zodíaco, as doze tribos de Israel, os doze meses do ano (...), pois, ainda segundo Perez, as estruturas de poder estão imbricadas em uma obsessão quantificadora e qualificadora: “a guerra é medida por mortos, o domínio pelas contas bancárias, os amantes por números, a vida por números e o sexo por centímetros”, numa espécie, digamos assim, de bulimia numérica – para usar uma metáfora ainda do próprio Perez. Suas obras cantam em uníssono esse verso de Torquato Neto “vai bicho desafinar o coro dos descontentes”, o qual mantém uma relação paródica com o de Drummond: “Vai, Carlos, ser *gauche* na vida”. (...) (Virgínia Leal, 2000: s. p.).⁹

⁷ Esse fragmento de um Sermão é o único dado retirado de uma análise. Os demais são textos produzidos.

⁸ A propósito, dados como estes, especialmente quando postos lado a lado, servem para desmistificar certas idéias de que as intercalações são fenômenos da fala e que a fala é assim fragmentada. Se intercalações são critérios para se falar em fragmentação, veremos que a escrita é igualmente fragmentada...

⁹ Optei, nesta e em todas as demais notas de rodapé, por efetuar uma montagem, pondo o fragmento no lugar de sua indicação numérica, de modo a configurar o encaixe que elas caracterizam.

As notas de rodapé ou notas de fim de capítulo ou fim de texto podem acumular diferentes marcações. Uma marcação numérica, que remete o leitor para a nota; um deslocamento para a perigrafia; e/ou uma acomodação em fonte menor que a do texto (em geral!), conforme Eco (1977). De todas essas características, a que interessa neste momento é apenas o deslocamento efetuado. Como se pode observar, a nota do exemplo 6 é, do ponto de vista de sua materialidade, uma inserção como outra qualquer, que fora deslocada do *continuum* – inclusive a forma de iniciar dirigindo-se ao leitor (“Note-se a maneira como não podemos deixar de pensar”) é da mesma natureza de formas usadas para intercalar no corpo do texto, tais como, “É interessante notar”... “É importante fazer um parêntese para comentar”... Aliás, um bom argumento para pensar que as notas são como as demais intercalações é o recurso do *Windows Word*, que sobrepõe a nota ao texto, exatamente no ponto de sua indicação, tão logo se ponha o cursor sobre ela.



Assim, fica claríssimo que se trata de um deslocamento apenas.¹⁰

Expostos esses dados e destacados alguns aspectos de interesse adiante, quero amarrar essa primeira questão relativa à renomeação desses fenômenos. A observação sobre os dados anteriores torna possível considerar que os segmentos destacados constituem-se como uma adjunção, por parte do autor, a qual tem, da perspectiva do

¹⁰ Adiante retornarei a essa discussão sobre deslocamentos, pois há pontos importantes a observar.

leitor, a forma de um encaixe (que muitas vezes tem marcas explícitas, verbais e não-verbais, especialmente na escrita). Por conta disso, proponho que digressões, inserções e notas de rodapé sejam enfeixadas pela designação ampla de **Intercalação**¹¹, porque se trata, em todos os casos, da inclusão de algo no curso do que está sendo dito.¹² Isso pode parecer óbvio e certamente não passou despercebido aos olhos de quem já observou as intercalações antes, mesmo que não tenha se debruçado de forma mais demorada sobre elas. Mas, a meu ver, trata-se de uma atividade necessária, porque essa ênfase no caráter de inclusão – na definição do fenômeno – reorienta a idéia de desvio e de acessório (das análises não-enunciativas) e abre a possibilidade de observar a face textual da metaenunciação. Essa face da questão não é suficientemente contemplada nas pesquisas de Authier-Revuz.

Nos muitos trabalhos em que a autora trata de formas metaenunciativas de interesse aqui, usa expressões como *dédoublémanant meta-énonciatif*, *boucles réflexives*, *reflexivité du dire*, *auto-représentation du dire en train de se faire*,¹³ que, em português, têm sido traduzidas por *desdobramento metaenunciativo*, *laçada reflexiva* ou *laço reflexivo*, *reflexividade do dizer*, *representação do dizer em se fazendo*. Considero o lado da questão recoberto por esses termos, no que a metaenunciação tem de heterogeneidade e duplicidade, por um lado, e de retorno sobre o dizer, por outro; mas objetivo acrescentar a esta importante discussão o caráter **de encaixe no texto e toda a contra-parte textual implicada** na atividade metaenunciativa – o que me levará a assumir uma outra posição quanto à subjetividade e ao texto. Uma proposta assim permite, não apenas olhar de outra forma para a metaenunciação, como incluir no conceito outras manifestações, ampliando a própria definição.

¹¹ Venho usando o termo desde o início deste texto porque já me acostumei a chamar “Intercalação”. Aqui, então, o leitor tem a justificativa para o uso.

¹² Valeria a pela considerar, como mais um critério para relacionar os fenômenos sob a designação ampla de intercalações ou de metaenunciação, os resultados de pesquisas importantes como as de Jurado Filho (1996), para quem as metaenunciações teriam um ritmo e de Luciani Tenani (1996), que analisa os aspectos prosódicos das inserções parentéticas. Não discutirei essas pesquisas aqui, mas acato suas conclusões e as incluiria como mais um argumento a favor da semelhança entre vários desses fenômenos, porque serei redundante ao juntar critérios para dizer que são da mesma natureza. O que me interessa é, do domínio de reflexão em que me ponho, ressaltar seu caráter de inclusão e não de desvio. De qualquer modo, sugiro essas leituras, inclusive porque, no que diz respeito à dissertação de Tenani, é importante observar os aspectos relativos à prosódia, porque ela “marca topologicamente as camadas tópicas”, como sugeriu Abaurre no momento do exame de qualificação.

¹³ Authier-Revuz (1995), por exemplo.

Uma intercalação é, antes de qualquer caracterização relacionada a seus efeitos, uma inclusão, porque constitui um bloquinho, do ponto de vista material e também conceitual, se pensarmos que se insere algo ao lado e em meio ao que se está dizendo – ou paralelamente ao que se está dizendo. É preciso deixar bem claro que, por definição, as intercalações não são desvios ou acessórios; se tal ocorrer, fica por conta dos efeitos, e é um outro domínio da reflexão. Encaixe é ligeiramente diferente de acréscimo (sob esta categoria concebo adendos, anexos, posfácios, *post scriptum*, apêndices – adiante falarei deles). Um é simultâneo; o outro, não-coincidente do ponto de vista temporal. Fazer intercalações é, portanto, falar em dois planos ao mesmo tempo, é dizer simultaneamente, às vezes sustentando, mesmo brevemente, dois tópicos, duas narrativas.

Poderia ter optado pelo termo inserção, mas não o fiz porque este tem servido a propósitos distintos: ora remete ao processo geral; ora recobre apenas as pequenas inserções; ora é usado com o sentido de digressão, conforme visto nos estudos mencionados. Assim, escolhi um termo menos marcado (porém, não de todo desconhecido)¹⁴, pela ênfase que pretendo dar a uma designação mais ampla que refira a materialização de diferentes formas de intercalar, antes de observar suas demais implicações. O retorno (ou reflexividade) sobre o dizer, que caracteriza o gesto metaenunciativo, constitui um encaixe. Chamar de intercalação, portanto, abre a perspectiva para que se analise não apenas o funcionamento, mas a articulação no texto e os modos de articulação. Mas não antecipemos os sucessos, como diria Machado de Assis; antes, continuemos a reorientação.

Como pode ser notado, estou considerando sob a designação de metaenunciação fenômenos que não são incluídos dentre os exemplos dados por Authier-Revuz, como as notas de rodapé e as excursões mais longas. Mas, quanto às notas de rodapé, essa dilatação já fora efetuada por Zoppi-Fontana, conforme tratei no capítulo anterior. As notas analisadas pela autora teriam mais a ver com o que Authier-Revuz denomina *glosas de explicitação*, dado seu modo de funcionamento. No ponto em que discuti este trabalho de Zoppi-Fontana, acatei sua posição e somei às notas de explicitação as notas de referência,

¹⁴ É preciso lembrar que as gramáticas já utilizavam a expressão *oração intercalada*. Mas, por tudo o que tenho discutido neste texto, o uso de um termo aproximado não é uma mera analogia.

porque estas igualmente se voltam sobre um ponto do dizer e, como tais, caracterizam um retorno (um curvar-se e não necessariamente uma volta) do sujeito sobre a enunciação. Assim, são muitas das intercalações maiores. Pensando a questão dessa forma, mesmo casos que não preenchem exatamente o requisito de modalização autonímica, podem ser incluídos na categorização mais geral de meta-enunciação e, portanto, constituem o que adiante chamarei planos enunciativos diferentes e especificações no dizer.¹⁵

Proposta uma renomeação que leva em conta os aspectos gerais e comuns, voltarei aos mesmos dados para discutir as variações relacionadas às formas de manifestação. Ao dispor os dados anteriores com o objetivo de propor a renomeação de intercalação, também destaquei o que lhe serve de limite (e reitera, portanto, seu caráter de inclusão, com marcas na enunciação), independentemente ou de acordo com o “lugar” em que estejam (se na fala ou na escrita e, se nesta, no chamado corpo do texto ou na perigrafia). Destaquei a variação que acompanha os modos de intercalar: há diferenças quanto às formas de marcação; há diferenças quanto ao lugar da intercalação; e há diferenças quanto à extensão dos elementos intercalados. A partir dessa variação, é possível estabelecer critérios para catalogar as intercalações em algumas categorias que serão necessárias à continuidade da análise. De acordo com a posição no texto, proponho que as intercalações sejam classificadas em **presentes no *continuum* textual** ou **deslocadas para a perigrafia**; de acordo com a forma de marcação, proponho que sejam classificadas em intercalações **com marcação verbal**, **com marcação não-verbal** e **com marcação mista (verbal e não-verbal, ou vice-versa)**.¹⁶

¹⁵ Volto-me para estes esclarecimentos em função de uma observação de Koch, no exame de qualificação desta tese. Acato seus questionamentos, porque, de fato, muitos dos dados com que trabalho extrapolam as categorias propostas por Authier-Revuz. Mas, quanto a isso, além de deslocar a questão para o domínio da interposição do sujeito num gesto metaenunciativo, adiante lançarei mão de critérios que tornam possível considerar a intercalação, em suas diferentes manifestações, como metaenunciação. De todo modo, em função das sugestões de Koch, usei o termo “meta”, de metaenunciação, entre parênteses no título da tese, mas será para chamar atenção ao tipo de fenômeno metaenunciativo de meu interesse: as intercalações.

¹⁶ Poderia considerar que todas essas marcas são verbais, já que são da modalidade escrita. Mas, para separar o que é apenas um sinal das demais notações, trabalharei com os marcadores não-verbais (sinais de pontuação, números, setas e outros símbolos) e verbais (expressões, verbos *dicendi* e marcadores conversacionais em geral).

INTERCALAÇÃO	
posição	marcação
presente deslocada	verbal não-verbal mista

Gostaria de me debruçar de forma mais demorada sobre essa variação relativa ao tamanho das intercalações, para aproveitar a oportunidade de discutir uma questão de suma importância aqui. Conquanto em alguns lugares toda e qualquer intercalação seja chamada digressão, por vezes como sinônimo de desvio ou acessório, são as intercalações maiores as que mais assustam (dizem que “tamanho não é documento”, mas, vez por outra, está-se voltando a este tema – a questão aqui se (re)põe no domínio das intercalações...). Essa questão se verifica quando os próprios autores chamam excursões maiores de “digressão” (como no dado (4) e em muitos outros que serão expostos adiante). Baseando-me nisso (ou influenciada por isso...) e na possibilidade de vir a configurar-se um efeito de afastamento (mas, como discuti, nenhuma intercalação é, por definição, um desvio), propus, no projeto que dá origem a esta tese, o objetivo de classificar as intercalações **em digressivas e não digressivas**, levando em conta um **critério de contração** (contração não tinha a ver com proximidade semântica, mas com proximidade com o propósito enunciativo, o tópico do texto).

Trabalhei com essas duas categorias em alguns textos apresentados em congressos, mas os resultados obtidos em um deles¹⁷ me fizeram repensar a atitude. Após analisar cerca de setecentas intercalações presentes em textos de alunos do Ensino Fundamental (especialmente dos dois primeiros ciclos) e do Ensino Médio, não encontrei nenhuma que pudesse, de acordo com os critérios evocados costumeiramente para julgá-las, ser considerada digressiva. Isso foi surpreendente e curioso, porque grande parte do descaso do ensino em relação às intercalações é a crença, ou o vício de crer, de que elas são

¹⁷ Trata-se de “Sobre a emergência e o funcionamento das intercalações: um olhar para a escrita in(d)icial”, apresentado inicialmente como exame de qualificação de área específica e exposto posteriormente como comunicação individual no IV Encontro de Língua Falada e Escrita, realizado em Maceió, em novembro de 2002. Neste texto, analisei as condições de emergência e de funcionamento das intercalações na escrita infantil. Alguns aspectos aí discutidos serão retomados nas páginas a seguir.

digressões, perturbações. Com esse resultado parcial e com o aprofundamento dessa reflexão como um todo, tenho repensado a pertinência dessas categorias.

Hoje, acho que estou autorizada apenas a conceber a **possibilidade** de vir a configurar-se um efeito de afastamento, porque, como discuti anteriormente, a dispersão (num sentido que está além de desconstituição textual, mas que não a exclui totalmente) é constitutiva do fenômeno, mas não posso julgar, *a priori*, que isso é, em termos textuais (na relação texto-leitor), uma digressão; acho que não posso assumir esta categoria, pois significaria uma aposta certa na digressão (até onde sei, uma categoria só tem sentido se as variáveis se realizam). Por isso, abandono o critério e corrijo aqui minhas análises anteriores em que me referi a algumas intercalações como digressivas e intensificarei a reflexão para ver se é possível manter o termo para os efeitos. O termo “digressivo” que, a meu ver, já não serve para designar o fenômeno em suas diferentes manifestações, talvez tenha que ser repensado até mesmo em relação aos efeitos, pois o que assumo é apenas que, por serem as intercalações, por um lado, constitutivamente dispersivas, do ponto de vista discursivo, digamos assim, podem, no domínio da textualização, causar afastamento.

Assumida essa **possibilidade**, passo a discutir em que condições e sob que critérios uma intercalação pode ser considerada afastamento. Discordo, de partida, que um critério como o comprimento possa, por si só, ser a causa da perturbação. Da mesma forma, talvez se possam repensar outros critérios implícitos nos julgamentos da intercalação: se ela for grande e, além disso, estiver alocada no *continuum* textual; se versar sobre uma questão não-relacionada (aqui cabe dizer que é aparentemente não-relacionada, porque, se não tivesse relação nenhuma, não emergiria); ou porque está deslocada para a perigrafia (como as notas). A aceitação pacífica desses critérios precisa ser problematizada por um analista que deve, portanto, buscar justificativas que tornem pertinente ou não mantê-los.

Um primeiro passo talvez seja encontrar as condições em que tais critérios possam funcionar. Vejamos. As análises de texto e de discurso, no domínio das estratégias ou das ilusões, respectivamente, não deixaram de relacionar as intercalações ao sujeito. Defendendo uma posição de interface entre estratégia e ilusão, concebo que o sujeito

realmente trabalha com as intercalações e que, em seu trabalho de textualização, dirige-se ao leitor (nada mais óbvio, sim?). Aliás, uma prova concreta disso é que muitas das intercalações começam com formas do tipo “O leitor permita uma digressão”.¹⁸ Assim, penso que, se a intercalação é dirigida ao leitor, é interessante que ele seja considerado e que não julguemos, da posição de analistas, que as intercalações são digressivas (acessórias, contingentes...), porque o leitor pode não as ter avaliado dessa forma. Desse modo, voltando à busca de justificação para os critérios antes mencionados, por meio dos quais se julga uma intercalação como digressiva, acho que eles podem ter alguma pertinência nessas condições – na relação texto-leitor. O sentido de um texto não depende do autor apenas (o trabalho com a materialidade é o primeiro passo para a “construção” do sentido, ou efeitos de sentido), nem do posicionamento do analista, mas da relação com o leitor e é nestas condições que algo pode ser julgado como um afastamento¹⁹.

Encontradas as condições, outras questões se colocam. Todas as vezes que há uma intercalação deslocada, ou uma longa excursão presente no *continuum*, o leitor vai julgá-la como digressiva? Há algo mais a ser considerado, para que, na relação texto-leitor, se possa julgar uma intercalação como digressiva? Talvez sim. E, se o analista não deve conformar-se em ser porta voz dos julgamentos mencionados, é porque sua tarefa é outra: explicitar as regras que presidem tais julgamentos nessas condições. É a isso que me proponho. Essa é a explicação que, a meu ver, falta. Voltemos aos dados, para ver se lá há algum indício que possa autorizar uma hipótese diferente.

Os dados de (1) a (5) são fragmentos retirados de manifestações orais e escritas. Se pensarmos que, em tais manifestações enunciativas, é comum a emergência de intercalações mais curtas ou mais compridas, não se tem como postular *a priori* que sejam indevidas. Mas esses dados podem dizer mais que isso: nos dados da oralidade, há fragmentos de conversação espontânea e de um sermão; nos dados da escrita, todos os fragmentos foram retirados de textos acadêmicos (artigo, livro). Poder-se-ia, então, pensar

¹⁸ Machado de Assis não só pedia licença ao leitor para intercalar, como muitas vezes ao retornar perguntava “Você ainda está aí leitor? Sei que te fiz esperar demais, mas vamos de uma vez aos sucessos da personagem X...”.

¹⁹ Não estou polarizando em sentido inverso, não é que tudo pode ser decidido pelo leitor; apenas quero reafirmar que ele deve ser levado em conta – neste caso, essa categoria é crucial.

que não seriam dispersivos porque esses domínios são muito propícios à emergência das intercalações. Há muitas intercalações nas conversações diárias, mesmo em gêneros menos plurívocos, como o sermão, o colóquio, a conferência (que, é claro, não são “monológicos”). O texto acadêmico é o espaço por excelência das notas de rodapé, e, em alguma medida, de excursões mais longas. Poderia somar aqui ainda muitos textos literários. Vejamos um trecho de *Memórias Póstumas*.

(7) Capítulo II (O emplasto)

Com efeito, um dia de manhã, estando eu a passear na chácara, pendurou-se-me uma idéia no trapézio que eu tinha no cérebro.

Essa idéia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, desviado a aliviar a nossa melancólica humanidade.(...) a minha idéia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra virada para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: amor da glória.

Um tio meu, cônego de prebenda inteira, costumava dizer que o amor da glória temporal era o perder das almas, que só devem cobiçar a glória eterna. Ao que retorquia um outro tio, oficial de um dos antigos terços de infantaria, que o amor da glória é a coisa mais genuinamente verdadeira que dá num homem (...) **DECIDA O LEITOR ENTRE O MILITAR E O CÔNEGO; EU VOLTO AO EMPLASTO.**

Capítulo III (Genealogia)

MAS, JÁ QUE FALEI NOS MEUS TIOS, DEIXEM-ME FAZER AQUI UM CURTO ESBOÇO GENEALÓGICO.

O fundador da minha família foi um certo Damião Cubas que floresceu na primeira metade do século XVIII. (...)

Vivem ainda alguns membros da minha família, minha sobrinha Venância, o lírio do vale, que é a flor das damas de seu tempo, vive o pai, o Cotrin (...) MAS NÃO ANTECIPEMOS OS SUCESSOS; ACABEMOS DE VEZ COM O NOSSO EMPLASTO.

Capítulo V (A idéia fixa)

A minha idéia, depois de tantas cabriolas, constituíra-se uma idéia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho. Vê o Cavour, foi a idéia fixa da unidade italiana que o matou. (...) (Machado de Assis, 1881: 3-5).

Essa seqüência de curtos capítulos (ou de “magros capítulos”, como diria Machado) bem mostra os “vaivéns” de que é passível a escrita literária (e, exemplarmente,

a deste autor). Esse trecho beira a caricatura. Leva ao extremo a possibilidade de intercalar, num zigue-zague inconteste. E, ainda assim, tal como as intercalações da fala e da escrita acadêmica antes comentadas, no círculo em que são propostas, possivelmente, não poderiam ser tomadas como digressivas (há um efeito de domínio de texto, pois o autor não se perde). Isso é um primeiro indício de que as intercalações, mesmo aquelas mais extensas que seriam julgadas como digressivas, não o seriam, porque o gênero²⁰ em que emergem as acata e pressupõe um horizonte e uma expectativa de leitura em que são impertinentes tais julgamentos. Mas, para que essa possa ser interpretada como uma hipótese consistente, é necessário chamar para a discussão outros gêneros. Há alguns em que talvez nem mesmo se conceba a possibilidade de uma longa interposição. Uma receita, uma bula de remédio, um ofício, um comunicado, ou mesmo gêneros noticiosos do discurso jornalístico (im)põem restrições a essa liberdade, porque, pela brevidade desses textos e pela expectativa de leitura que eles instauram, não é pertinente uma longa excursão (em alguns nem cabe, em termos de espaço).

Assim, seria de gênero a regra que atua na disposição das intercalações de forma a justificar que elas sejam mais ou menos pertinentes (e possam, ou não, portanto, nas condições de leitura, causar um efeito de afastamento). Há indícios de que sim. E a configuração dos gêneros parece ter influência não apenas nisso. Na verdade, se retomarmos as categorias que propus anteriormente para dar conta das diferentes manifestações das intercalações em função dos lugares de disposição e das formas de marcação, veremos que parecem ser justificadas mais uma vez pelos gêneros. Uma primeira prova óbvia (uma ausência como prova, mais precisamente) é que, nos gêneros discursivos que emergem na oralidade, não tem como haver intercalação deslocada para o que se chama rodapé (é uma manifestação específica da escrita). Ainda sobre esse tipo de

²⁰ Cabe discutir que a re-emergência do conceito de gênero no cenário lingüístico, justamente por ter despertado interesse a estudos de discurso e de texto (inclusive fundamentando propostas para uma didática do ensino de língua – veja-se a este respeito os trabalhos do Grupo de Genebra e seus desenvolvimentos no Brasil por pesquisadores da PUC-SP, por exemplo), tem motivado discussões quanto ao modo de conceber o fenômeno: gênero textual ou gênero discursivo, conforme se enfatize mais a face textual ou a face discursiva dos gêneros, respectivamente. Baseio-me fundamentalmente em Bakhtin, porque meu interesse é vincular as intercalações à enunciação e a suas manifestações mais específicas, em função dos entornos sociais em que se fundam, mas considero tanto sua natureza discursiva quanto os aspectos textuais que caracterizam o gênero.

intercalação, é possível mencionar rapidamente gêneros escritos que o despreferem, por assim dizer, enquanto outros o privilegiam. Da mesma forma, pode-se falar das intercalações mais longas, presentes no *continuum* textual, pois elas não são características de todos os gêneros. E isso parece ter implicações para as formas de marcação: em gêneros que privilegiam interposições maiores, há predominância da marcação verbal, podendo, eventualmente, aparecer a marcação não-verbal e também a mista; já em gêneros que privilegiam intercalações menores, mais curtas, presentes no *continuum* textual, predominam a marcação não-verbal, ou a mista. Não vou fazer uma análise específica para provar isso, mas é uma hipótese plausível, tendo em vista os dados apresentados e os que ainda apresentarei.

Em síntese, então, proponho a seguinte hipótese explicativa: as intercalações, de forma geral, são fenômenos (meta)enunciativos e suas manifestações específicas são condicionadas justamente pelas manifestações enunciativas específicas, ou seja, os gêneros do discurso em que emergem. E essa hipótese pode ser teoricamente respaldada, se ancorarmos a reflexão nas considerações de Bakhtin (1979)²¹ sobre os gêneros de discurso. Ao defini-los, o autor considera três características principais: estrutura composicional, tema e estilo lingüístico.

Sobre o estilo, diz que:

[O estilo] está intimamente ligado ao enunciado e a formas típicas de enunciados, isto é, aos gêneros do discurso” (...). O vínculo indissociável, orgânico, entre o estilo e o gênero mostra-se com muita clareza quando se trata do estilo lingüístico ou funcional. De fato, o

²¹ Na verdade, esta hipótese pode ir buscar ancoragem muito antes de Bakhtin. Por respeito à tradição (ou seria por necessidade de *déixis fundadora*...), não posso deixar de reconhecer que essa atitude de relacionar os fenômenos de interposição ao gênero, pode ser interpretada já em Aristóteles. Mais que dizer que as manifestações ritualizadas da linguagem constituem gêneros diferentes, nota-se em suas reflexões os primeiros embriões da discussão a respeito de uma relação entre as digressões e os gêneros clássicos. Embora sem uma formulação mais detalhada, o pensador questionava a necessidade de digressões na disposição e mais especificamente no gênero judiciário, argumentando, contrariamente a outros retores, que, com “assuntos alheios à questão principal”, os advogados “deitavam e rolavam em cima dos juizes”, confundindo-os nos julgamentos (Andrade, op.cit.). Para Aristóteles, o judiciário deveria estar o mais próximo possível da verdade, e assuntos alheios só a afastariam. Conquanto seja verificada aqui a reconhecida censura de Aristóteles à digressão, pode-se, além disso, ver, por um outro lado, o pioneirismo do filósofo no que respeita ao relacionamento entre intercalação e gênero que pretendo desenvolver.

estilo lingüístico ou funcional nada mais é senão o estilo de um gênero peculiar a uma esfera da atividade e da comunicação humana (p.283).

A emergência das intercalações em função dos gêneros pode, então, ser situada com mais especificidade no domínio do **estilo lingüístico**. Cada gênero se define por uma seleção de recursos lingüísticos mais específicos e/ou por uma mobilização específica desses recursos, que o caracteriza e diferencia, apesar de caracteres comuns e gerais que estão em todas as demais manifestações verbais. Essa hipótese explica o funcionamento de muitas intercalações. Mas não de todas. Assumir, então, que as variações das intercalações dão-se em função do estilo dos gêneros parecia uma boa hipótese, mas, como é típico de análises que levam em conta os dados, tão logo comecei a firmá-la, deparei-me com outros dados que pareciam desdizê-la e investir contra ela. Como tratar dados em que os sujeitos parecem contrariar o estilo dos gêneros e efetuar interposições de um modo, digamos, menos previsível? O que poderiam estar indiciando tais imprevistos?

Foi o que me ocorreu ao deparar-me, por exemplo, com gestos como o de Possenti, em *Discurso, Estilo e Subjetividade* (1988), onde não é efetuada nenhuma intercalação deslocada para a perigrafia, sendo todas alocadas no *continuum* textual. Há muitas indicações bibliográficas, citações, remissões e outras, que, em tese, geralmente aparecem deslocadas como notas, entre parênteses, no próprio *continuum* textual. Não é que não haja intercalações que caracterizariam as chamadas notas; o que não há é o deslocamento – elas estão no *continuum*. Um outro gesto que ameaçou minha hipótese foi o de Ginzburg, em *O queijo e os vermes* (1976), onde ele assume que desloca as intercalações (não todas, há muitas no *continuum*) propositalmente para o fim do livro, sem indicação numérica, porque quer que o leitor as leia sem “atravancar a narrativa”, como ele diz. Além desses gestos, pode ser destacado que cada vez mais se vêem PS em e-mails, intercalações deslocadas em textos jornalísticos de opinião (onde costumava haver apenas asteriscos com indicações biográficas), intercalações deslocadas para as laterais do texto e não para a chamada posição de rodapé (não conformados com rodapés, fazem

rodabracos...) e outras variações que permitem perceber, ao lado de certa imprevisibilidade, uma possível decisão do escrevente.²²

É como se, diante do “consumo” previsto para as intercalações, dado o estilo de cada gênero, ocorressem “usos” mais particulares ou singulares. Diante de tais “táticas” dos sujeitos, se é que posso fazer um apelo às idéias de Certeau (1994) para cá, fiquei entre desfazer-me da hipótese por causa dos contra-exemplos ou buscar razões que justificassem essas novas variações, para avaliar a possibilidade de mantê-la ou não (o que não quer dizer salvá-la de qualquer forma, à revelia do que iria para “debaixo do tapete”). Resolvi apostar na hipótese e passei a questionar se tal imprevisibilidade não seria um indício de que os escreventes estariam intervindo no estilo dos gêneros. Se eles poderiam estar, por meio de seu trabalho com as intercalações, dando indícios de uma preferência por modos de intercalar. É o que parece. Assim, é possível pensar que, embora algumas dessas decisões possam ser mais localizadas, relativas a um texto, digamos, outras podem indiciar, que, por meio dessa intervenção no estilo do gênero, podem-se estar insinuando preferências que definem uma possível tendência estilística mais individual.

Também para esta hipótese, Bakhtin (1979) é importante ponto de apoio. Para ele, além de o estilo particularizar e diferenciar o gênero, pode definir também sujeitos enquanto individualidade e singularidade, em consequência do trabalho que fazem no interior dos gêneros. É assim que ele trata da possibilidade de conceber um estilo individual. O autor assume que “o enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e, por isso, pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras, possui um estilo individual” (p.283).

Essa tese de Bakhtin tem sido levada à frente pelo Projeto Integrado CNPq²³, que estuda estilo em gêneros que emergem na escrita de sujeitos ainda na fase de aquisição da linguagem. Esse projeto é desenvolvido no Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP, por Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson, que, desde 1992, vêm

²² Mas também é preciso reconhecer que algumas dessas decisões podem ser tomadas por editores, podem ter a ver apenas com diagramação. Além disso, os computadores agora permitem uma variação bem maior.

²³ Conquanto a modalidade de Projeto Integrado não exista no CNPq, as autoras continuam suas pesquisas, desenvolvendo trabalhos individuais e conjuntos e orientando alunos de graduação e pós-graduação.

contribuindo para a reinterpretação de fenômenos ligados à reescrita na fase de aquisição e, de modo inovador, para o entendimento da constituição do sujeito nos momentos de aquisição dos gêneros do discurso, o que tem direcionado as pesquisas também para questões relativas a estilo individual. Pode-se falar de três fases desse projeto, em função dos interesses específicos que têm conduzido as pesquisas. Em sua primeira fase (1992-1997), o projeto se intitulava *A relevância teórica dos dados singulares para a aquisição da linguagem escrita*. Nesse momento, as pesquisadoras tinham uma preocupação com a metodologia de investigação, no sentido de tornar explícitos os critérios de identificação e seleção dos dados, que poderiam ser tidos como singulares, procedendo-se a uma caracterização de histórias particulares de aquisição²⁴. Destaque-se, nesse momento, a inspiração dos estudos indiciários, particularmente as pesquisas de Carlo Ginzburg, nessa reflexão. O interesse por histórias particulares dá origem a uma nova fase de pesquisa. Nessa segunda etapa (1997-1999), o projeto vai chamar-se *Subjetividade, alteridade e construção do estilo: relação entre estilo dos gêneros e estilos individuais*, passando a ser interesse o modo como se vai constituindo o estilo ao longo das histórias individuais do processo de aquisição da escrita. Esse projeto pretendeu dar continuidade ao projeto anterior, agora verificando a relação entre gênero e estilo individual. Destaca-se, nessa fase, a influência dos estudos bakhtinianos, especialmente Bakhtin (1979), no que diz respeito às discussões sobre gênero e estilo. A partir de 2001, passa a ser interesse das pesquisas a investigação sobre a possibilidade de o estilo individual ser transgenérico, manifestando-se em diferentes gêneros – daí o projeto ser intitulado *Subjetividade, alteridade e construção do estilo: pode o estilo individual ser transgenérico?* Não pretendo com isso sintetizar a importância deste projeto, mas não posso deixar de enfatizar ainda sua contribuição de ordem teórico-metodológica para a pesquisa lingüística em geral e para minhas reflexões, que foram bastante influenciadas por essas pesquisas.

A pesquisas específicas realizadas no Projeto Integrado, retornarei no capítulo seguinte; aqui apenas introduzo a questão do estilo individual para propor uma hipótese mais geral sobre as manifestações das intercalações. Considerando que parece haver lugar

²⁴ Muitos dos resultados das pesquisas desenvolvidas nessa fase foram publicados em *Encontros da aquisição da Escrita* (1997).

não apenas para o **estilo dos gêneros**, mas também para o **estilo individual**, é possível formular a hipótese mais geral de que as intercalações são fenômenos de natureza enunciativa, cujas variações devem-se à atuação de uma **regra estilística** (que justifica as restrições e explica as escolhas). A explicitação dessa regra justifica as categorias antes propostas, porque dizer que uma intercalação é presente no *continuum* ou marcada verbalmente é meramente uma descrição (cuja importância será destacada adiante), que responde a perguntas do tipo “como”? e “onde”? (Como as intercalações se mostram, se realizam e onde se localizam?). Mas “por que”? elas variam da forma mostrada é uma questão mais profunda e de central interesse, cuja resposta não apenas explicaria a variação, mas também contribuiria para uma melhor compreensão do fenômeno, entendendo-o como um processo normal e regular da linguagem e não como um defeito de texto ou como um acessório de texto (nem é a deficiência, nem a prótese, talvez seja as próprias pernas do texto – ou “seu molejo”, como sugeriu Possenti, ao revisar uma versão anterior deste texto). Além do mais, trata-se de um ponto crucial dessa pesquisa, porque não apenas será a hipótese explicativa para este ponto da reorientação e a hipótese de trabalho para o capítulo seguinte, como também é minha proposta para justificar toda a crítica que fiz anteriormente ao tratamento marginal dado às intercalações (expus os demais pesquisadores e tenho de me expor diante deles – o contrário não seria justo). Assim, complemento a conclusão anterior onde assumi que as avaliações de afastamento ligadas às intercalações só se justificariam no domínio da relação escrita-leitura e ainda tendo em conta a adequação aos gêneros do discurso: é preciso considerar, ainda, que, mesmo em casos de aparente inadequação ao estilo dos gêneros, pode tratar-se de estilo individual.

Por tudo isso, fica quase impossível defender, *a priori*, a digressão, mesmo para o domínio dos efeitos, especialmente se mudar o tratamento, da forma como (acho que) estou fazendo. Então, embora vá considerar ainda um outro argumento na parte seguinte, antecipo que abandono o termo digressão até mesmo para o domínio dos efeitos, sugerindo, quando for o caso, que se fale de afastamento (em relação ao estilo do gênero ou ao tema do gênero, na relação escrita-leitura, e, se for no âmbito do ensino de língua

portuguesa, que seja para ensinar a marcação das intercalações, os mecanismos de progressão tópica, de coesão, e não para vetar o uso). Não acho produtivo enfatizar essa possibilidade como uma bandeira de alerta, com uma categoria pronta de antemão, porque as intercalações vêm impregnadas dessa conotação negativa desde a retórica antiga, em muitos casos, pela força da própria palavra. Como palavras têm história e evocam discursos (para dentro de outros), ou ecos indesejáveis de outros efeitos de sentido, não quero correr o risco; desprefiro, portanto, o termo “digressão”, porque considero que passa a não caber em minha análise.

Ao considerar as intercalações em função dos gêneros do discurso, inverte o foco do domínio do tópico discursivo e da heterogeneidade, como foi assentado na Linguística Textual e na Análise do Discurso, reorientando-o para o domínio da enunciação, no que diz respeito à emergência, e no domínio do trabalho do sujeito, no que respeita à textualização. Elas emergem da própria configuração da enunciação, no domínio da dispersão discursiva; olhar para sua materialização é que implica observar a situação no tópico e a heterogeneidade que, mesmo assim, elas caracterizam.

Isso posto, passemos ao terceiro passo da reorientação. Se intercalação é a materialização do processo (que se afigura como um encaixe), cujas manifestações variadas dão-se em função do domínio de uma regra estilística (que preside o estilo dos gêneros e o estilo individual), revelando, simultaneamente, a consideração das pressões e a intervenção, resta dizer que o fenômeno deve ser re-definido como **um lugar de interposição do sujeito**, que constitui um gesto metaenunciativo. É o sujeito que, ao interpor-se para comentar a enunciação, intercala e intercala-se. Assim, articulando os três passos da atividade mencionada no início deste subtópico, e lendo-os invertidamente para encontrar a ordem em que prosseguirá a análise, tratarei as intercalações como uma interposição do sujeito, a qual toma a forma de uma intercalação, que se materializa de formas diferentes em função de uma regra estilística, cujo domínio pressupõe uma situação do sujeito entre o texto e o discurso.

3.2. Dialogização interna da linguagem

Por considerar a intercalação como um lugar de interposição do sujeito, gostaria de deixar clara minha posição em relação à subjetividade, porque disso depende a continuidade da discussão sobre metaenunciação. Conforme afirmado ao longo desse texto, as intercalações são um lugar privilegiado para se entrever a necessária pluralidade da enunciação, da relação do eu com a alteridade. Em Authier-Revuz, e em toda a vertente da Análise do Discurso que ela representa, a relação do um com a alteridade é uma inscrição no discurso-outro.²⁵

Esta posição, no entanto, não é unânime e tentarei, por meio de uma discussão de dados, justificar minha inscrição em outra posição quanto à subjetividade. Inicialmente, é possível observar que as intercalações, enquanto lugares de evidenciação da heterogeneidade, não mostram apenas o outro. Há casos em que, realmente tem lugar a alteridade, como os dois que seguem.

1. Presente no *contínuum*

Neste dado, a intercalação mostra o outro em forma de um sentido em relação ao qual se marca diferença.

(9) A atividade estética que me é própria – **não a do artista criador, mas a que me compete na vida em que a estética e a não-estética se confundem** – e que encobre sincreticamente algo como uma imagem plástica criativa (...) (Bakhtin, 1979:60).

A posição que intercala, embora não possa permitir a deriva de sentidos tendo de contê-la, não deixa de nomear o outro sentido, de reconhecê-lo, ao trazê-lo, mesmo que por diferenciação, para seu interior.

²⁵ Para esta autora, estudar os processos metaenunciativos é abordar “formas concretas de enunciação tidas como puras manifestações superficiais da ‘ilusão objetiva’”. (Authier-Revuz: 1992:17).

2. Deslocada do *continuum*

Neste outro dado é também interposto um outro sentido, justamente para ser negado, para efetuar uma diferenciação. O outro não é incorporado, apenas intercalado de forma deslocada.

(10) Aí está o que tentamos demonstrar neste capítulo (9). **(9) Para teorias diferentes sobre a argumentação, cf. S. E. Toulmin, *The Uses of argument*, Cambridge University Press, 1958; J. –B. Grize, *De la logique à l'argumentation*, Genebra, Droz, 1982; Michel Meyer, *De la problématique*, Bruxelas, Margada, 1986, que continua Perelman, radicalizando-o.** Inicialmente, que a argumentação existe como meio de prova distinto da demonstração, mas sem incidir na violência e na sedução. (...). (Reboul, 1998:237).

O outro se mantém outro e não se mistura com o discurso que promove a remissão.

Mas além de mostrar o outro, e de formas diversas, há intercalações que se voltam claramente sobre o eu. Tal como há variação nas formas de mostrar o outro, há diferentes formas de mostrar o eu: ele pode ser identificável por pronomes de pessoa, mas (des)vela-se também por meio de desinências ou mesmo por construções sintáticas.

(11) Esses dados, basta elucidá-los dentro da sala de aula, pois estão programados no cérebro de cada falante da língua **(não quero dizer que não existam sérios problemas metodológicos na obtenção de dados para a análise gramatical; mas é possível evitá-los em um estágio inicial do estudo)** (...). (Perini, 1995: 31).

(12) No capítulo 7, dou a definição que me parece mais adequada **(sem querer dizer que não apresente problemas)** (Perini, 1995:48-49).

(13) Essa abordagem, coletivamente assumida **(inclusive pelo autor deste texto)**, fez acumular um saber sem o qual outras interrogações seriam impensáveis (Chartier, 1994:15).

Dados como estes tornam possível argumentar (e provar, simultaneamente) que a heterogeneidade enunciativa não aponta apenas para o outro, de modo que haveria um

primado do outro sobre o um. E não apenas isso. Mesmo nos dados que constroem a imagem do outro, o eu é desvelado igualmente pelo trabalho que realiza. Assim, não parece produtivo polarizar num sentido ou noutro, porque, se o eu se constitui pela alteridade, a alteridade não tem sentido sem o eu. A heterogeneidade é realmente constitutiva de sujeitos e de discursos, porque essa parece ser a própria constituição da linguagem. Conforme se pode notar, acompanhando o trabalho do Círculo de Bakhtin, o dialogismo não se resume ao diálogo face a face nem mesmo ao diálogo intersubjetivo; trata-se de um conceito com alcance bem maior, expresso por meio de um dialogismo interdiscursivo, que coloca a pluralidade na base de todo e qualquer exercício com a linguagem. Assim, a idéia de heterogêneo é basilar, mas, se constitui o outro, pode igualmente constituir o um. Ao enunciar, o sujeito é constrangido, pelo exterior, pelo já-dito, mas, apesar disso, ao intercalar, interpõe-se.

Assim, sem desconsiderar que todo dizer é sempre uma retomada ou recriação de outros dizeres (até os modos de inserção do eu...), mesmo que não se tenha consciência disso, quero considerar a intervenção do sujeito que conduz o processo enunciativo e defender que se trata de um **trabalho** em que o eu articula em seu discurso a presença do outro. Não é que o “eu” instaure a dialogia, que a autorize; o enunciado é dialógico e carrega em si a pluralidade e a alteridade, porque foi, como se diz, habitado por outros sentidos. Apenas enfatizo o lado do trabalho do sujeito, diante da alteridade, porque não me interessa contemplar e descrever a heterogeneidade. O outro emerge e faz-se presente porque esta é a **natureza dialógica da linguagem**. Assim, ao interpor-se para intercalar, o sujeito põe em evidência não apenas a alteridade, mas a si mesmo – mesmo passível de condicionamentos vários, o sujeito, em alguma medida, modela e não é apenas modelado.

Essa posição que concebe o atravessamento do sujeito e da linguagem evoca notadamente Bakhtin²⁶, mas a teorização do interdiscurso tem sido conduzida pela Análise do Discurso bem como esse ponto de vista mais específico segundo o qual o sujeito, mesmo atravessado pela exterioridade, não é “cera mole”. Foi problema sobre o qual Dominique Maingueneau debruçou-se propondo, inclusive, uma **competência**

²⁶ Mas certamente muitos outros, porque a temática da não unidade e da historicidade do sujeito está relacionada a nomes como os de Levinas, Lacan, Pêcheux e outros.

discursiva para o sujeito²⁷. A mesma coisa pode ser dita de Possenti, que, em *Discurso, Estilo e Subjetividade* (1988) e em textos subsequentes, inclusive recentes, (a)firma uma outra posição quanto à subjetividade. Questionando a tese do assujeitamento, este autor posiciona-se da seguinte forma: “Não acredito em sujeitos do/no discurso, livres nem assujeitados” (Possenti, 1997:264); [diferentemente] “Acredito em sujeitos ativos e que sua atuação se dá no interior de semi-sistemas em processo” (Possenti, 1996:37). Cabe deixar claro que esta posição de Possenti é acatada, inclusive, no interior da Lingüística Textual, pois Koch (2002) ancora-se no autor para deixar clara sua posição quanto à subjetividade – fato importante para esta pesquisa.²⁸ Adiante, retomarei os trabalhos de Koch. De qualquer modo, essa situação do sujeito entre o não livre e não assujeitado parece de muita pertinência para a perspectiva de interface em que trabalho.

A posturas de Maingueneau e de Possenti quanto à subjetividade deram um tom específico às suas considerações quando o assunto tratado é a metaenunciação – embora ambos partam das reflexões de Authier-Revuz. Ao tratar dos muitos fenômenos que constituem a heterogeneidade enunciativa, Maingueneau retoma o que denomina “metadiscurso do locutor”, considerando que se trata de uma questão complexa e difícil de ser definida. Sobre isso, afirma que

a heterogeneidade enunciativa não está ligada unicamente à presença de sujeitos diversos em um mesmo enunciado, ela pode resultar da construção, pelo locutor, de níveis distintos no interior do próprio discurso (p. 93).

No caso de Possenti, a metaenunciação é vista como uma questão de “interdiscurso e de relevância”, simultaneamente (Possenti, 2000). Ainda no que respeita a esse mesmo pesquisador, a metaenunciação é novamente considerada do ponto de vista da intervenção do sujeito, quando, ao discutir questões relativas a autor, propõe alguns indícios pelos quais se analisaria a autoria e, dentre eles, estão formas metaenunciativas como “dar voz

²⁷ A noção de *competência interdiscursiva* é definida em Maingueneau, 1984.

²⁸ Conferir Koch, 2002, p.15.

ao outro” e “manter distância” (Possenti, 2002). (Voltarei a essa questão no capítulo seguinte).

Meu interesse pelos trabalhos desses dois autores justifica-se não apenas porque ambos concebem alguma mobilidade (uma certa competência) para o sujeito que metaenuncia – isso não é novo, já que, afinal, como mostrei, é a idéia de base das pesquisas em Linguística Textual –, mas porque a assunção dessa possibilidade de intervenção é concebida apesar das pressões discursivas, ou melhor, no interior das pressões discursivas, e não significa, como em Authier-Revuz, mera ilusão subjetiva, fruto de um processo de esquecimento (o *Esquecimento Número Dois*, de Pêcheux). Isso dá um caráter específico à configuração do conceito de sujeito, porque caracteriza o espaço da subjetividade como uma intervenção em meio a restrições (e não estratégia ou ilusão).

Ao considerarem a questão dessa forma, abrem o espaço para que se analise a face textual das intercalações (porque, como afirmei, isso tem a ver com trabalho do sujeito). Assim, minha situação dentro dessa problemática é de inserção, por um lado, e de continuidade, por outro, num lugar de reflexão que já fora, de certo modo, concebido e que eu retomo enquanto posição de partida. No momento teórico em que esta discussão se encontra, não faz sentido levantar bandeiras, mas vale a pena explorar o terreno demarcado. É tempo, portanto, de explorar as consequências dessa posição, não apenas reconhecendo teoricamente, em alguma medida, o texto, mas assentando verdadeiramente a análise entre os dois campos que têm constituído como objetos teóricos o texto e o discurso, respectivamente, e, coincidem quanto ao objeto prático, o texto, mesmo que as acepções sejam “ligeiramente” diferentes. Porém, mesmo a opinião dos dois autores sendo muito importante, acho que a força de uma pesquisa não vem apenas das vinculações teóricas que assume, mas também (ou principalmente) das conclusões resultantes das análises de dados. Portanto, voltemos aos dados, tendo as pesquisas dos dois como balizas.²⁹

²⁹ Mas entenda o leitor que nunca se faz uma hipótese do nada, ou ela é motivada por uma crítica que obriga a assumir uma outra posição, ou é respaldada por uma posição.

3.2.1. Intercalação: planos e níveis de dizer

Retornando, então, à idéia de que uma intercalação é um encaixe conseqüente de uma intervenção do sujeito, gostaria de chamar a atenção para o fato de esse encaixe metaenunciativo constituir **um outro plano**, caracterizando uma duplicidade na própria enunciação e constituindo modos de dizer diversos, “não-coincidentes”, não no sentido de Authier-Revuz³⁰.

(14) Redundância Seqüencial

(...) Redundâncias segmentais e redundâncias seqüenciais constituem, juntas, as condições de estrutura morfeológica de uma língua. **ANTES DE PASSAR AO EXAME DESSAS CONDIÇÕES É NECESSÁRIO, POR UM MOMENTO, FAZER-SE UMA DIGRESSÃO PARA SE FALAR SOBRE O MORFEMA.**

Morfemas. A morfologia estuda de que modo as palavras são construídas a partir de constituintes menores. As partes componentes de palavras são morfemas (ex: raízes, radicais, prefixos, sufixos, terminações de plural, terminações de pretérito). (...)

O Léxico. O léxico de uma língua é uma lista é uma lista dos morfemas da língua. Para cada morfema dão-se informações a respeito de seu significado, propriedades sintáticas (...)

Condições de Redundância Seqüencial

TENDO CONSIDERADO O MORFEMA E SEU PAPEL NO LÉXICO, ESTAMOS PRONTOS PARA VOLTAR AGORA AO PROBLEMA ORIGINAL: A CONSTATAÇÃO DAS RESTRIÇÕES EM SEQÜÊNCIAS SEGMENTAIS. São examinados dois tipos de restrição, as condições de estrutura silábica e as *condições de se-então*. (...) (Schane, 1973:65).

O fragmento intercalado por marcadores verbais constitui, portanto, um plano paralelo que se sobrepõe e interpõe na suposta linearidade enunciativa. É um dizer que passa ao lado do que se está dizendo, que emerge como um já-dito, deflagrando a

³⁰ Quando me sirvo da expressão “não-coincidência”, refiro-me à diferenciação de planos enunciativos, resultante da metaenunciação. Para uma leitura mais detalhada das diversas formas de “não-coincidência” tratadas por Authier-Revuz, conferir (1995), e também (1998), onde a autora retoma sua tese de doutoramento, definindo e explicitando diferentes formas de não-coincidência, tais como: não-coincidência interlocutiva entre dois co-enunciadores; não-coincidência do discurso consigo mesmo; não-coincidência entre as palavras e as coisas; não-coincidência das palavras consigo mesmas.

dialogicidade constitutiva também do processo enunciativo. Dessa forma, tenhamos claro que a atividade metaenunciativa materializa uma interposição/sobreposição de **Planos Enunciativos**. Um **Plano Enunciativo A** é suspenso e sobrepõe-se um **Plano Metaenunciativo B**, que constitui um encaixe em **A**.

Esse segundo plano constituído pela metaenunciação, como pode ser observado neste mesmo dado, mas igualmente em qualquer intercalação, de forma mais explícita ou menos explícita, parece dar vazão, simultaneamente, a **diferentes níveis**, pois, no que diz respeito à estrutura informacional, suspende-se, por um momento, o assunto mais geral, para fazer-se uma inclusão de algo mais específico. Assim, proponho que o Plano Enunciativo constitui um **Nível de dizer** (mais) **Geral** e o Plano Metaenunciativo constitui um **Nível Especificado ou específico**. É assim, por meio de planos e níveis, que considerarei a face discursiva e a face textual das intercalações, respectivamente.

	discurso	texto
enunciação	plano enunciativo	nível geral
metaenunciação	plano metaenunciativo	nível específico

3.2.1.1. Planos enunciativos: o eu frente à alteridade

3.2.1.1.1. Inclusão do outro: particular ou plural

Para observar o lado discursivo das intercalações, me debruçarei sobre a heterogeneidade deflagrada pelo plano metaenunciativo, observando inicialmente a pluralidade do ponto de vista discursivo. Isso não significa confirmar a tese da heterogeneidade, mas, pondo o destaque no trabalho do sujeito, observar como ele se desdobra diante da alteridade, como ele se constitui pela alteridade, mas não é anulado por ela. A pluralidade constituída pelas intercalações pode apontar para o próprio sujeito que

conduz a enunciação, como visto, ou para o outro. Não tratarei das intercalações que mostram o eu³¹ porque, aqui, é mais produtivo enfocar o outro, inclusive porque, mesmo ao mostrar o outro, o eu se constitui também.

Convém esclarecer que privilegiarei gêneros da escrita acadêmica para discutir essas questões, porque, dado o estilo desses gêneros, há uma grande variedade de intercalações; mas é preciso reconhecer, que, dentro das possibilidades que o estilo dos gêneros do texto jornalístico e da oralidade apresentam, por exemplo, possivelmente seria defensável a análise que proporei (fica como hipótese para trabalhos futuros).

1. Presentes no *continuum*

As intercalações que mostram o outro revelam diferentes formas de como se dá essa inserção. Uma primeira distinção que merece destaque é a inclusão de um exterior mais específico ou mais amplo.

(9) (...) Elas nem chegam mesmo a alterar o andamento do tópico em curso, já que visam justamente a clarificar ou corrigir algo, do contrário, poderiam prejudicar a intercompreensão, fazendo, pois, com que a interação progrida de modo desejado. **(Daí a possibilidade mesma de encaixes múltiplos, como evidencia Marcuschi, 1986).(...)** (Koch, 1999:89).

Neste caso, tem-se uma heterogeneidade, em que o outro intercalado representa um ponto de vista particular, mas dentro do mesmo discurso. (É outro sujeito, não outro discurso). Por essa interposição, a autora retoma um outro sujeito, que corrobora sua reflexão com um pré-construído da área.

A heterogeneidade enunciativa deflagrada pelas intercalações, porém, conforme já antecipei, não marca apenas diferentes posições mais específicas, como no fragmento anterior. O outro interposto pode ser um discurso mais amplo, em que se faz menção a um campo ou disciplina.

³¹ Isso certamente daria uma pesquisa interessante. O eu se mostra e de formas variadas.

(15) **A fonologia gerativa**

(...) o final da década de cinquenta, quando ocorre, na Lingüística, a chamada revolução chomskiana, com a redefinição do objeto de estudo da Fonologia (mais especificamente por volta da segunda metade da década de sessenta, momento em que começam a se tornar conhecidos os pressupostos teóricos e metodológicos da Fonologia Gerativa Clássica).

A ESSE MOMENTO SINGULAR DA HISTÓRIA DOS ESTUDOS FONOLÓGICOS RETORNAREI UM POUCO MAIS ADIANTE. Nesse ponto das minhas considerações é necessário fazer menção a uma metodologia específica de investigação fonológica, a Fonêmica, também de cunho estruturalista, desenvolvida a partir dos trabalhos de K.. Pike. Missionário (...)

Pike nunca negou os objetivos eminentemente práticos da Fonêmica, que sempre nortearam as discussões fonológicas que fez. Simplificando (...)

CONCLUO ESTA SEÇÃO chamando a atenção para o fato de que a Fonologia estruturalista (...) A língua a ser investigada pelo estruturalismo está, pois, em um certo sentido, fora de seu usuário, o falante nativo, cuja competência lingüística passa a ser o objeto de estudo das teoria modernas, de inspiração mentalista, como veremos nas seções seguintes.

As indagações e questões centrais da Fonologia Gerativa

Para compreender os rumos que tomou a investigação fonológica de inspiração chomskiana é importante retomar algumas das considerações feitas por Chomsky e Halle em 1968, no capítulo introdutório (...) (Abaurre, 1983:14-15).

A sobreposição enunciativa efetivada por essa intercalação promove o diálogo intertextual (e interdiscursivo!), mostrando por meio da pluralidade que atravessa o discurso, a necessidade de reconhecer o já-dito.

Essas duas formas de inclusão do outro não se resumem ao subtipo de intercalação mostrado. Poder-se-á captá-la também nas intercalações deslocadas.

2. Deslocadas do *continuum*

Neste fragmento, há a citação de uma posição particular, deslocada para a perigrafia textual. Nela, podemos observar, como nas anteriores, um intertexto, que motiva a remissão.

(16) (...) Esta mesma estrutura permite, pelo contrário, que se dê livre curso, ilimitadamente, às correções aumentativas; por um lado, as partes do discurso podem ser multiplicadas indefinidamente (mesmo que apenas por meio da digressão) e por outro lado (e é isto sobretudo que aqui nos interessa) a frase pode ir sendo acrescida interminavelmente de incisos e de expansão.(13). **(Nota 13: SOBRE A EXPANSÃO, consultar André Martinet, *Elements de Linguistique*, Paris, 1960, 3ª parte do capítulo IV. (Barthes, 1972:72).³²**

Intercalações desse tipo são muito comuns de aparecerem deslocadas do *continuum*. Algo como as notas de citação, de Eco.

Já no dado a seguir, a intercalação deslocada interpõe um outro em forma de discurso mais amplo.

(17) (...) Na maioria das ciências, observa Saussure, não há dualidade entre diacronia e sincronia: a Astronomia é uma ciência sincrônica (embora os astros mudem); a Geologia é uma ciência diacrônica (ainda que possa estudar os estados físicos); a História é sobretudo diacrônica (sucessão de acontecimentos), embora possa deter-se em quadros (56). **(Nota 56: Seria preciso lembrar que, a partir de Saussure, a própria História descobriu também, a importância das estruturas sincrônicas. Economia, Geologia, Etnografia e História formam atualmente o *quadrivium* de ciências- piloto).** (Barthes, 1964:57).

Vale retomar aqui o que disse anteriormente a respeito de as intercalações deslocadas, pela natureza e também pela natureza do conteúdo inserido, poderem perfeitamente estar no *continuum* textual, como, aliás, ocorre com os dados anteriores. Feito esse esclarecimento, concluo essa seção destinada ao tratamento das diferentes manifestações do outro, conforme seja evocada uma posição mais particular ou mais ampla. Convém deixar claro que, mesmo em se tratando de um enunciador mais particular, ele fala de dentro de um discurso, sempre; mas isso é importante para mostrar que pontos de vista mais específicos constituem sujeitos particulares mesmo que não se

³² Esse dado colhido da escrita de Martinet deixa, entre parênteses, um indício interessante do menosprezo que se tem por digressões: “(mesmo que apenas por meio da digressão)”...

mude efetivamente a posição geral, o discurso. Outras vezes, porém, a intercalação encaixa efetivamente outro discurso, como é possível ver nos dados abaixo.³³

3.2.1.1.2. Inclusão do outro: interno e externo

Feita essa primeira categorização das formas de inclusão do outro, tornarei mais específica a discussão, mostrando como, por meio delas, há a possibilidade de retomar intertextos de um mesmo discurso, ou, de outro modo, como a alteridade representa, de fato, uma outra posição. Acho importante pensar nessa questão, porque ela pode evidenciar relações de incorporação e de diferenciação (que pode ser desdobrada em outras relações) entre os discursos, que se mostram não apenas, mas também, por meio de intercalações, no processo de produção textual. Para tentar uma catalogação dessas duas possibilidades de relacionamento do eu com a alteridade, gostaria de estabelecer um diálogo com os conceitos de *intertextualidade interna e externa*, propostos por Maingueneau (1984).

Para tratar desses conceitos, Maingueneau parte de uma distinção básica:

On distinguera *l'intertexte* d'un discours (l'ensemble des fragments qu'il cite effectivement) de son *intertextualité* (c'est-à-dire des types de relations intertextuelles que la compétence discursive définit comme légitimes) (p.83).³⁴

Dessa forma (e se o estamos interpretando corretamente), teríamos como intertexto o que realmente se materializa como discurso citado; já a intertextualidade diria respeito às citações possíveis, previstas pela formação discursiva (e que constitui a memória de um discurso). Maingueneau considera o intertexto como a *citação* realizada e a intertextualidade

³³ Aqui eu teria uma outra possibilidade de continuar a análise, enfocando as imagens constituídas pelas intercalações, do eu e do outro. Mas isso seria descrever possibilidades e prefiro continuar nesta mesma reflexão para intensificá-la, de modo a tratar dos modos de relação entre os discursos.

³⁴ Distinguir-se-á o intertexto de um discurso (o conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente) de sua intertextualidade (isto é, dos tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas). Tradução minha, em todas as ocorrências.

como o *possível* de ser citado dentro de um campo, esta, um princípio amplo que está na base de todo e qualquer texto.³⁵

Após a distinção inicial entre intertexto e intertextualidade, o autor passa a abordar uma outra, desta vez, entre intertextualidade interna e intertextualidade externa. Esses dois conceitos teriam a ver com o modo como o sistema de restrições define a natureza dos relacionamentos entre os discursos – o que pode ou não ser citado por um discurso. A intertextualidade interna teria a ver com a relação entre os discursos de um mesmo campo (tendo o termo campo o sentido de imaginário de uma formação e não de uma verdade indiscutível) e a intertextualidade externa teria a ver com o relacionamento do discurso com os outros.

Ce travail de la mémoire discursive intérieure au champ, on le dénommera *intertextualité interne*. (...) Un discours définit en outre un certain rapport à d'autres champs selon qu'ils sont citables ou non, ce qu'on appellera *intertextualité externe* (p.84).³⁶

Pois bem, conquanto não seja de interesse aqui tratar de relações interdiscursivas tomando por base discursos específicos, quero avaliar a pertinência de deslocar esses conceitos para tratar algumas das intercalações que mostram o outro no texto. Quero destacar que se trata de questões distintas das que tratei na seção anterior, mas não necessariamente independentes; há, na verdade, uma sobreposição, ou coincidência: uma mesma intercalação que mostra o outro de forma explícita pode evocar uma alteridade particular ou mais ampla, e estas podem caracterizar uma intertextualidade interna ou externa ao discurso no qual se efetua a remissão.

³⁵ A problemática da heterogeneidade e não-unicidade é tema, abordado de modos e sob terminologias diferentes, de muitos autores: Bakhtin, Pêcheux, Authier-Revuz, Maingueneau, Koch e outros, em cujos textos podem ser observados aspectos diferentes da questão. Talvez seja necessário explicitar aqui que também trabalho no domínio da heterogeneidade que se mostra.

³⁶ Este trabalho de memória discursiva interior ao campo, nós o chamaremos de intertextualidade interna. (...) O discurso define também uma certa relação com outros campos, segundo sejam citáveis ou não. É a intertextualidade externa.

1. Presentes no *continuum*

No dado a seguir, a intercalação constitui, como destaquei anteriormente, um lugar de inclusão do outro, uma alteridade particular, que, de acordo com o encaminhamento dado neste subtópico, constitui uma forma de intertextualidade interna, já que o intertexto realizado é um diálogo com um ponto de vista do mesmo campo.

(18) (...) Elas nem chegam mesmo a alterar o andamento do tópico em curso, já que visam justamente a clarificar ou corrigir algo, do contrário, poderiam prejudicar a interincompreensão, fazendo, pois, com que a interação progrida de modo desejado. **(Daí a possibilidade mesmo de encaixes múltiplos, como evidencia Marcuschi, 1986).(...)** (Koch, 1999:89).

Trata-se de um ponto de vista previsível e cabível dentro do discurso que cita. Já a intercalação que segue traz, para o interior de um discurso um outro discurso.

(19) (...) O leitor curioso e atento verificará que, efetivamente, uma coisa puxa outra, e que o sentido – o discurso – se constrói de fato por esse processo de enunciação **(como defende, aliás, a sua maneira, a Análise da Conversação, em alguns excelentes trabalhos sobre a chamada repetição, que supostamente caracterizaria apenas esta modalidade lingüística)** (...) (Possenti, 2001:196).

Sabendo-se que o lugar onde se intercala e o lugar de onde vem o recorte intercalado constituem dois discursos diversos, acredito ser possível afirmar que se trate aqui de um caso de intertextualidade externa – o que não impede, no entanto, que o discurso reconheça o outro como outro. Aqui não é o caso de citar, no sentido de corroborar uma posição com outra, mas de intercalar, remeter, mencionar. Isso reitera que o conceito de exterior é de “exterioridade interna” (para usar uma expressão de Authier-Revuz), porque, mesmo que não se “misture”, o diferente pode vir (delimitado!) para dentro de outros discursos. É importante notar que um princípio de relevância bem definido explica que se torne pertinente em um mesmo texto não apenas a intertextualidade, mas a intertextualidade externa.

1. Deslocadas do *continuum*

Vistos os dois modos de intertextualidade com intercalações presentes no *continuum*, observemos como a relação se dá também quando a intercalação se encontra deslocada para a perigrafia textual.

(20) A organização tópica

(...)

Pelo exposto, observamos que a descontinuidade é caracterizada basicamente por fenômenos de inserção, que consiste em sentido amplo, na ocorrência de um segmento no interior de um outro segmento tópico em desenvolvimento segundo o esquema $A \leftarrow B \rightarrow A$. Nesse sentido, as inserções implicam a retomada ou retorno do tópico anterior. (...)

Vistas por um ângulo restrito, as inserções constituem as chamadas digressões. **(9) (Nota (9): Marcelo Dascal & T. Katriel (1982:829) propõem a existência de três tipos de digressões: digressões baseadas no enunciado, caracterizadas pelo fato de existir algum tipo de relação “conteudística” entre o enunciado principal em curso e o enunciado digressivo; digressões baseadas na interação, em que tal relação não ocorre; e seqüências inseridas, constituídas por uma grande variedade de atos de fala corretivos e classificadores).** (Jubran, Urbano *et al*, GPF,V II, 367).

Temos aqui um caso de intertextualidade interna. Mais uma vez é intercalado um outro sujeito, mas não se trata de um outro discurso; são pontos de vista, de certo modo solidários, dentro de uma mesma base semântica mais geral.

Há também casos em que o discurso citado não é necessariamente do mesmo campo do que cita, mas é lido por sua semântica, está dentro de seu imaginário, de suas relações possíveis, sendo, por isso, trazido para seu interior.

(21) (...) Esta mesma estrutura permite, pelo contrário, que se dê livre curso, ilimitadamente, às correções aumentativas; por um lado, as partes do discurso podem ser multiplicadas indefinidamente (mesmo que apenas por meio da digressão) e por outro lado (e é isto sobretudo que aqui nos interessa) a frase pode ir sendo acrescida interminavelmente de incisos e de expansão.(13). **(Nota 13: SOBRE A EXPANSÃO, consultar André Martinet, *Elements de Linguistique*, Paris, 1960, 3ª parte do capítulo IV. (Barthes, 1972:72).**

Isso é comum em campos onde se dão relações complementares, porque, no fundo, têm, no mínimo, afinidade quanto aos pressupostos filosóficos. Como já destaquei, até nas relações de intertextualidade interna há diferenças mais específicas, digamos, em relação a certos aspectos particulares. Mesmo com relações de complementaridade, nunca se trata de uma repetição, uma sobreposição do mesmo, já que até o mesmo se faz de diferenças. Isso possivelmente levaria a pensar em diferentes concepções de outro, e manifestações diferentes da alteridade,³⁷ mas não é interesse específico discriminá-las, e sim considerar, em termos gerais, que a intercalação, da mesma forma que sempre se reporta ao sujeito, reporta-se sempre ao outro, porque ela própria constitui um outro plano enunciativo. Mesmo quando o eu metaenuncia sobre si, faz-se outro de si mesmo, não coincide com sua outra representação no plano enunciativo. Isso torna possível reiterar que a heterogeneidade é fundante e também que há um dialogismo fundamental, em que talvez não faça sentido a polarização na subjetividade ou na alteridade (talvez interesse a análise da polarização dicotômica como um todo).

Voltemos aos casos de intertextualidade externa, na modalidade de intercalações deslocadas.

(22) Para avaliar a especificidade da “escola francesa de análise do discurso”, basta confrontá-la ao que, genericamente, é entendido, nos Estados Unidos, como Análise do Discurso (...). A comparação é eloqüente e compreende-se que o livro *Introduction to Discourse Analysis* de M. Coulthard e nossa *Initiation aux methodes de l'analyse du discours* [que versa sobre a AD francesa], nada tenham em comum, como observa a autora no quadro. **(17) (Nota 17: As pesquisas em matéria de conversação, próximas às problemáticas anglo-saxãs, constituem um domínio cuja bibliografia já é considerável na França. Se o leitor desejar entrar em contato com tais questões, pode ler o excelente artigo de síntese de P.Bange, “Points de vue sur l’analyse conversationnelle”, DRVLA, nº. 29, 1983, p.1–28. Os pontos de encontro entre a AD e a análise conversacional no presente momento são mínimos; citemos o artigo B. Conein “Um cas de situation de discours: le parler d’assemblée”, consagrado ao estudo de sessões de Assembléia Legislativa durante a Revolução Francesa (...)** (Maingueneau, 1997:24).

³⁷ Uma abordagem consistente que pode respaldar o que afirmo é a descrição de diferentes formas de relação dialógica, conforme está em Amorim (2001).

Esses casos mostram que, mesmo com relações de intertextualidade externa, nas quais, segundo Maingueneau, o discurso não poderia ser citado, pode ser intercalado e nem sempre isso caracteriza uma “polêmica”, no sentido dado por este autor. Nem sempre há uma leitura negativa do outro. Às vezes, a intertextualidade externa que emerge é apenas caracterizada, nomeada, digamos assim, mas há casos em que há uma necessidade maior de estabelecer uma diferença e há outros casos em que há uma maior “animosidade” da parte do discurso que intercala (ou melhor, do sujeito, que, falando de dentro de um discurso, intercala), que não apenas se assume como diferente, mas expressa a conotação específica que, na relação interdiscursiva, essa diferença vai tomando.

3.2.1.1.3. Inclusão do outro: diferenciação e exclusão

No que concerne, portanto, às possibilidades de constituição da intertextualidade externa, é possível observar uma relação de diferenciação, como nos dados seguintes.

Essa relação se marca nas duas modalidades de intercalação com que venho trabalhando.

1. Presente no *continuum*

(23) A atividade estética que me é própria – não a do artista criador, mas a que me compete na vida em que a estética e a não-estética se confundem – e que encobre sincreticamente algo como uma imagem plástica criativa (...) (Bakhtin, 1979: 60).

2. Deslocadas do *continuum*

(24) É nessa direção, isto é, na procura de explicitar alguns componentes das condições de produção de leitura, que vai esse meu trabalho **(1) (nota 1) Gostaríamos de enfatizar a importância que têm os estudos no domínio da hermenêutica e das literaturas – tais como P. Ricouer, R. Coreth e outros – em relação à interpretação de textos. Nosso intento, porém, é contribuir com alguns aspectos da reflexão lingüística, mais especificamente,**

com a exploração de alguns princípios e conceitos que derivam da Análise do Discurso. (Orlandi, 1988:41).

Há outros casos, porém, em que não apenas se faz uma diferenciação mas se mostra um empenho, por assim dizer, em não permitir que o discurso seja confundido com o outro. Há uma exclusão de sentidos de outros discursos realmente – neste caso, por necessidade de manter a identidade num espaço em que há pontos de contato entre os discursos.

1. Presente no *continuum*

Neste caso, exclui-se rapidamente um sentido bastante conhecido que emerge, efetuando-se uma precisão de termos.

(25) O “super-homem” existe – **mas não no sentido nietzschiano de ente superior**; sou o ser-homem de outro como ele é de mim: minha posição exterior (minha “exotopia”) me dá o privilégio de vê-lo como um todo. (Bakhtin, 1979:16).

A deriva de sentidos do termo “super-homem” é contida pelo gesto metaenunciativo.

2. Deslocadas do *continuum*

Neste caso, um possível sentido de outro discurso é recusado, excluído da perspectiva aberta pelo termo competência.

(26) Os pressupostos teóricos de sua démarche lhes parecem incompatíveis com os da lingüística chomskyana. É verdade que Chomsky associou à competência (entendida como o conhecimento intuitivo que um locutor nativo tem de sua língua, a capacidade de produzir e interpretar uma infinidade de frases gramaticais inéditas), um plano de fundo **(3) (...) (Nota (3): De fato, a noção de “competência” está longe de estar estabilizada em gramática gerativa e**

transformacional. Tem-se a tendência, hoje, sob a pressão da corrente pragmática, de acrescentar-lhe um “competência comunicativa”, responsável por gerar boa parte das regras de enunciação. (Maingueneau, 1984: 4).

Como se trata de um já-dito de outro discurso que emerge e pode, se não for comentado, confundir sentidos, é veementemente recusado tanto no plano enunciativo quanto no plano metaenunciativo.

Nessa relação com o discurso outro, além de diferenciação e exclusão, podem-se ainda desdobrar incompreensões, “interincompreensões”, no sentido de Maingueneau (op.cit) e, possivelmente, má fé. Um dado como o que segue possivelmente poderia ser catalogado numa dessas possibilidades.

(27) Nesse processo desaparece a atribuição dos textos ao nome de seu autor, já que estão constantemente modificados por uma escritura coletiva, múltipla, polifônica, **que dá realidade ao sonho de Foucault quanto ao desaparecimento desejável da apropriação individual dos discursos – o que ele chamava “função-autor”**. Essa mobilidade lança um desafio aos critérios e categorias que, pelo menos desde o século XVIII, identificam as obras com base na sua estabilidade, singularidade e originalidade (Chartier, 2002: 25).

Um leitor cuidadoso da obra de Foucault poderia não concordar com a afirmação, feita entre vírgulas e completada entre travessões, de que o “sonho” de Foucault seria o desaparecimento da apropriação individual dos discursos. Esse leitor poderia argumentar que se trata de incompreensão, no mínimo, porque talvez fosse mais razoável dizer que Foucault não “deseja” que seja assim, mas “detecta” um funcionamento assim, no lugar de onde a crítica estruturalista supostamente retira o Autor. Como se sabe, ele parte da tese da suposta morte do autor e analisa o que se estabeleceu neste lugar e como isso funciona. Se este leitor tiver razão, podemos observar aí um desdobramento do modo de inclusão do outro: uma incompreensão ou, diferentemente, um simulacro das idéias de Foucault.

Avaliação semelhante pode-se fazer da intercalação presente no dado que segue.

(28) Todos sabem que, se viesse a ser instalada e a realizar as suas investigações, a CPI não produziria resultados diversos daqueles que seriam obtidos pela via judicial **(o que pretende a oposição – o PT à frente – é produzir factóides, e não apurar fatos)**. A proposta de constituição da CPI é, portanto, eleitoreira e demagógica. (Melo, 11/05/2003 – Folha de São Paulo).

Será que a oposição, especialmente a que é destacada entre travessões, se reconheceria neste discurso? Possivelmente, os enunciadores esquerdistas não reconheceriam essa caracterização negativa feita da semântica de seu discurso. Esse comentário intercalado, que intensifica e especifica o que já se assume no plano enunciativo, possivelmente caracteriza um simulacro, como é passível de ocorrer entre campos que se inserem num mesmo espaço e se tocam nas linhas limites (justamente porque se tocam nas linhas limites, pois, segundo Schneider (1985: 15) “(...) não há mais ódio do que pelo bem próximo, pelo próximo demais”).³⁸

Vistos esses desdobramentos mais específicos dentro das formas de intercalação do outro, afirmo, para fechar os comentários sobre a face discursiva das intercalações, que, de forma geral, o plano metaenunciativo é um lugar privilegiado para mostrar, como afirmei no início da análise, o discurso, ou, mais apropriadamente, o interdiscurso, tendo em consideração a heterogeneidade presente nos dados. As intercalações materializam o (inter)discurso, num jogo entre dizer duplamente e ao mesmo tempo não dizer, pois parecem um lugar onde se mostra para esconder, onde se inclui para excluir, onde se nega dizendo, onde se afirma negando. Em síntese, esse espaço ambíguo abre interstícios por onde escapam indícios (e por entra o olho do analista) – neste caso, indícios de que as intercalações são lugares privilegiados para a constituição e a observação dos diferentes modos de relação entre os discursos (filiação, complementaridade, diferenciação, exclusão, silenciamento e outras), permitindo entender que, mesmo em espaços de dissensões declaradas, onde não é possível citar efetivamente, o outro emerge e pode/deve ser intercalado.

³⁸ Ao fazer a última revisão deste texto, em março de 2004, já não tenho certeza se há aí um simulacro... De todo modo, mantenho a análise de setembro de 2003.

A pluralidade que determina a heterogeneidade dos dizeres e discursos faz, por consequência, com que a enunciação se constitua de planos distintos para sinalizar essas relações, conforme discutido. Daí, as várias formas de manifestação de heterogeneidade do um e do outro, que se textualiza, também, por meio de intercalações, não poder ser vista como um problema para o texto. São pressões do interdiscurso no discurso, lugares de emergência do já-dito e do “outramente” dito, que põe aos sujeitos uma árdua tarefa de desdobrar-se na pluralidade para configurar o particular.

Que o conteúdo das intercalações seja, quase sempre, portanto, conteúdo que não pode deixar de constar, não há como negar; mas, que há igualmente uma intervenção do sujeito no modo de efetuar seleções dentro das possibilidades de dizível, de silenciar uns saberes e de articular outros em planos enunciativos distintos, de efetuar isso de modos distintos, inscrevendo inclusive a si mesmo³⁹, é igualmente plausível, porque, se não, sequer se poderia pensar em texto ou em um discurso. Haveria apenas um entrecruzamento confuso de dizeres e sujeitos, caracterizando, no máximo, um emaranhado, onde a coerência, de um lado, e o particular, de outro, não teriam a menor possibilidade de ser detectados. Se não fosse a intervenção do sujeito, a polifonia seria apenas barulho. E é justamente a intervenção do sujeito, que trabalha na configuração do texto, articulando os planos enunciativo e metaenunciativo em níveis de dizer mais gerais e mais específicos, que abordarei no subtópico seguinte.

3.2.1.2. Níveis informacionais: pondo ordem na dispersão

3.2.1.2.1. Especificações no tópico

As intercalações evidenciam um trabalho do sujeito, quando exposto a pressões. Até aqui falei das pressões do discurso, que emerge inevitavelmente e exige ser textualizado. É hora de considerar as pressões do próprio texto, que, para constituir-se no

³⁹ Mesmo Authier-Revuz, e no domínio em que ela discute a metaenunciação (que “não deriva de uma intencionalidade” mas de uma “negociação obrigatória”) **reconhece** que “os discursos representam as realizações mais diversas dessa negociação, manifestando o tipo de imagem que eles produzem, em si mesmo, no jogo de não-coincidências, de ‘posições enunciativas’ próprias a sujeitos particulares, a tipos de discurso, a gêneros” (Authier-Revuz, 1998:21. Trad. Maria Onice Payer).

interdiscurso (e para textualizá-lo), impõe a si mesmo exigências de coerência, coesão, topicalidade, relevância. Parece haver pressões externas, no sentido de considerar a presença do outro e a emergência do já-dito; e pressões internas, no sentido de firmar uma unidade imaginária ou um efeito de unidade.

Uma das exigências criadas pela emergência de intercalações no texto parece ser a distribuição do componente informacional em níveis diferentes, que desmembram o dizer em estratos. São interpostos outros focos de informação na cadeia enunciativa e o dizer parece desdobrar-se em especificações, para acomodá-los. É sobre os níveis especificados que me debruçarei a partir de agora. Para deixar bem claro que se trata simultaneamente das duas coisas, o plano metaenunciativo constituindo um nível de dizer diferente, poderia re-analisar os dados anteriores, mas privilegiarei outros dados para introduzir uma outra modalidade de intercalações – aquelas que remetem a um exterior de forma implícita, um exterior que nem sempre é nomeado, digamos, mas, em muitos casos, reconhecível, pois isso facilita a discussão sobre a face textual das intercalações.

No intuito de observar em maiores detalhes a constituição desse nível específico construído pelo plano metaenunciativo, vejamos como se dá sua acomodação no texto.

(29) “Tomado em si mesmo, o signo é puramente idêntico a si mesmo, pura alteridade em relação a qualquer outro, base significante da língua, material necessário para a enunciação. Existe quando é reconhecido como significante pelo conjunto dos membros da comunidade lingüística, e evoca para cada um, grosso modo, as mesmas associações e as mesmas oposições” (p.65). **[Creio ser impossível interpretar o que Benveniste diz aqui sobre o signo como significando que o sentido depende da enunciação. Ao contrário, isso significa simplesmente que o sentido depende da língua, ou melhor, de um sistema do qual é parte].** E Benveniste continua, caracterizando agora o semântico. Com esse modo, diz ele, entramos no modo de significância que é engendrada pelo discurso **(fica imediatamente claro ao leitor que o que depende da enunciação é o modo de significância semântico, que, como se viu e se verá, tem a ver com referência, não com sentido).** A questão, agora, é da produção de mensagens que não se reduz à sucessão de unidades, já que esta não produz sentido; “é o sentido **(o “intencionado”)**, que se realiza e se divide em signos: havendo algo que o locutor quer dizer, esse intencionado se realizaria em signos. **[Esta passagem, especialmente por causa da palavra “intencionado”, serviria evidentemente aos que fazem coincidir intenção e sentido (o sentido é a intenção**

do falante) , mas creio que seria forçado (seria um simulacro do discurso de Benveniste) atribuir esta interpretação ao texto de Benveniste. Diria que esta passagem lembra mais o circuito da fala de Saussure do que os implícitos ou os atos de fala indiretos... que estariam, a depender da teoria, relacionados com a intenção dos falantes. No qual circuito, Saussure imagina uma relação Se/So na mente do locutor, relação que se materiliza finalmente numa cadeia falada. Portanto, não parece necessário imaginar que o sentido seja a intenção do falante, mas um efeito da relação Se/So, que, no que se refere ao locutor é ativa, mas não individual... Assim, parece possível manter a relação do sentido com a língua, ou seja, o sentido seria o “convencional”, o sistemático, o estrutural, quiçá o literal...] (Possenti, 2001:192-193).

Os encaixes feitos por meio de intercalações podem ser identificados como sub-blocos mais específicos, devidamente demarcados por marcadores verbais ou não-verbais, que os incluem e separam ao mesmo tempo. Há um propósito enunciativo mais geral e, dentro dele, são intercalados vários comentários, com propósitos enunciativos mais específicos em relação ao “assunto em questão”, incluindo-se, assim, desde comentários que visam a deixar clara a posição do escrevente, até traduções de expressões, paráfrases. Esses propósitos específicos exigem que o texto vá abrindo espaços e constituindo um outro nível de informação. Ou melhor, outros níveis de informação, pois o leitor pode notar como, neste mesmo dado, há encaixes dentro de encaixes – parênteses dentro de colchetes. Um nível já especificado abre-se para a constituição de outro, caracterizando uma cadeia metaenunciativa, pois o plano metaenunciativo e os níveis resultantes dele, vão-se desdobrando em outros. (Essa mesma possibilidade de cadeias de sobreposições pode ser verificada nas intercalações deslocadas, pois a enunciação não é linear ou rarefeita). Eis um outro dado.

(30) **A organização tópica**

(...)

Pelo exposto, observamos que a descontinuidade é caracterizada basicamente por fenômenos de inserção, que consiste em sentido amplo, na ocorrência de um segmento no interior de um outro segmento tópico em desenvolvimento segundo o esquema $A \leftarrow B \rightarrow A$. Nesse sentido, as inserções implicam a retomada ou retorno do tópico anterior. (...)

VISTAS POR UM ÂNGULO RESTRITO, as inserções constituem as chamadas **digressões**.⁽⁹⁾ (Nota 9: Marcelo Dascal & T. Katriel (1982:829) propõem a existência de três tipos de digressões: digressões baseadas no enunciado, caracterizadas pelo fato de existir algum tipo de relação “conteudística” entre o enunciado principal em curso e o enunciado digressivo; digressões baseadas na interação, em que tal relação não ocorre; e seqüências inseridas, constituídos por uma grande variedade de atos de fala corretivos e classificadores) .

Consideremos basicamente dois tipos de digressão: (a) *digressões baseadas no enunciado*, que ocorrem quando o segmento inserido constitui um tópico que se relaciona, de algum modo, a outro(s) tópico(s) da conversação, por se subordinar a algum tópico hierarquicamente superior a que esse(s) outro(s) tópico(s) se submete(m) (por exemplo, segmentos 23 e 27); digressões baseadas na interação, que não apresentam relações de conteúdo com outro(s) tópico(s), justificando-se por contingências interacionais (por exemplo, segmentos 20 e 61).

Pode-se questionar o estatuto digressivo do primeiro tipo, considerados os planos linear e hierárquico da organização tópica, embora a digressão se evidencie no confronto com os segmentos imediatamente contíguos. (...)

VOLTANDO ÀS INSERÇÕES EM SENTIDO AMPLO, verifica-se que podem aparecer combinadas com outros fatos da organização tópica, como a alternância, a qual, por sua vez, supõe estruturas paralelas, resultantes quer do assunto, quer da interação. São exemplos resultantes (...) (Jubran, Urbano *et al*, GPF,V II, 367).

Nesse, há uma intercalação destacada por marcadores verbais (VISTAS POR UM ÂNGULO RESTRITO... VOLTANDO ÀS INSERÇÕES EM SENTIDO AMPLO...) e, de dentro dela, sobressaem intercalações menores, destacadas por parênteses e, também, uma intercalação deslocada para o fim da página (que está sublinhada para destacar). O plano B, que constitui um nível específico, desdobra-se mais uma vez em plano C, caracterizando, desta vez, um segundo nível de especificação, uma subespecificação do dizer. Qual a importância de observar esses desdobramentos múltiplos? Talvez a reafirmação que assim é o funcionamento enunciativo (e a relação do sujeito com a linguagem) e sua forma de materialização e não um defeito de texto, porque tais blocos são devidamente distribuídos no tópico, constituindo uma hierarquia tópica.

O tópico discursivo é configurado pelo propósito enunciativo mais geral e todos os propósitos enunciativos mais específicos que vão sendo postos em relevo, em “saliência”

(Schutz, 1970), ao longo do texto. Assim, é possível retomar uma síntese da definição de tópico discursivo proposta por Jubran *et al.* (op.cit.), já apresentada, sobre as propriedades básicas do tópico: *centração* num determinado assunto (justamente, a meu ver, porque o texto tem um propósito enunciativo e interpõem-se muitos outros mais específicos), e *organicidade*, que dá conta das relações de interdependência que se estabelecem hierarquicamente e sequencialmente. Essa definição, que toma por base a constituição do tópico na oralidade, pode perfeitamente servir à escrita, porque nela também o tópico é heterogeneamente constituído. Essa heterogeneidade, porém, não tem a ver apenas com a pluralidade de assuntos e com variações quanto aos modos de alocação, mas também com outros aspectos sobre os quais retornarei adiante.

Qualifico esses níveis de hierárquicos porque estou trabalhando com os conceitos de geral e de específico e não porque um seja mais importante que outro. O nível especificado nem é um desvio, nem um acessório e sim uma sobreposição que se torna, ainda que rapidamente, o foco da atenção.⁴⁰ Tendo mostrado a intercalação de níveis nas dependências do tópico, vou tornar mais objetiva essa discussão, e justificar de um outro modo essa hipótese. Esses níveis são especificados porque preenchem um objetivo particular na configuração do tópico (e, portanto, exigem um modo de expressão e um lugar textual também específicos). Diante disso, proponho uma breve apresentação de algumas dessas **especificações do dizer**.

1. Presente no *continuum*

(31) (...) O leitor curioso e atento verificará que, efetivamente, uma coisa puxa outra, e que o sentido – **o discurso** – se constrói de fato por esse processo de enunciação (como defende, aliás, a sua maneira, a Análise da Conversação, em alguns excelentes trabalhos sobre a chamada repetição, que supostamente caracterizaria apenas esta modalidade lingüística). (Possenti, 2001:196).

⁴⁰ Quero, portanto, deixar bem claro que *específico* não deve evocar acessório, subalterno, descentrado ou irrelevante em relação ao tópico. Nada disso: simplesmente níveis distintos dentro de um propósito enunciativo mais geral, por questões de especificidade. Tais níveis, tomam a forma de um *comentário*, sobre aspectos pontuais ou não, mas sempre como um encaixe no dizer.

Nessa intercalação, destacada por travessões, é sutilmente intercalada uma precisão de sentido de um termo usado.

(32) Ela [filosofia] é para a alma o que a ginástica é para o corpo: formação intelectual e moral, boa para os jovens, mas inútil para perseguir por toda a vida **(a mesma crítica que será feita a Sócrates por Cálicles)**. Em suma, para Isócrates, “filosofia” é cultura geral, centrada na arte oratória; numa palavra: retórica. (Reboul, 1998: 12).

(33) Sócrates então faz uma pergunta capital para o que se segue: será que a Retórica tem ciência daquilo de que persuade? E Górgias responde que ela não precisa disso **(tanto quanto quem faz propaganda de remédio não precisa ser médico)**. Mas então para que precisamos dela: nos debates (...) (Reboul, 1998: 13).

Nessas duas intercalações, são efetivadas comparações entre parênteses, retomando já-ditos, conhecimentos partilhados e pondo em evidência um exterior não necessariamente nomeado, como em muitos dos dados que seguem.

(34) Les Provinciales de Pascal **(outra vez, mas em Retórica ele é inevitável!)** constituem uma bela ilustração; exatamente onde seus amigos jansenistas esperavam uma argumentação técnica, que não deixaria de ser pesada, Pascal retoma as mesmas idéias em forma de panfleto irônico (...) (Reboul, 1998: XVI-XVII).

Aqui, é interposta uma justificativa para o fato de haver sido citado várias vezes um mesmo autor. É clara a consideração do leitor, neste caso, mas, mesmo menos explicitamente, a intercalação sempre se dirige a ele.

(35) *Docere* **(instruir, ensinar)** é o lado argumentativo do discurso. *Delectare* **(agradar)** é seu lado agradável, humorístico, etc. *Movere* **(comover)** é aquilo com que ele abala, impressiona o auditório. (Reboul, 1998: XVII).

Neste caso, é efetuada uma tradução de termos, revelando também o caráter didático de muitas das intercalações, especialmente em textos acadêmicos, de divulgação.

(36) A lei fundamental da retórica é que o orador – **aquele que fala ou escreve, ou fala para comover** – nunca está sozinho, exprime-se sempre em concordância com outros oradores ou em oposição a eles, sempre em função de outros discursos. (Reboul, 1998: XIX).

Aqui, é interposta uma definição, uma especificação comum que tanto apresenta um conceito como marca uma posição em outros casos.

(37) De fato, não se delibera sobre o que é evidente – **por exemplo, para saber se a neve é branca!** - nem sobre o que é impossível; delibera-se sobre fatos incertos (...) (Reboul, 1998:37).

Essa intercalação põe em saliência uma exemplificação. É comum exemplificações aparecerem entre vírgulas, mas, para dar destaque ou por uma “preferência” do autor⁴¹, podem constar assim intercaladas em travessões e parênteses.

(38) Se pudermos comparar a demonstração a uma *cadeia* de argumentos (**“essas longas cadeias de razões” de Descartes**), em que cada um é comprovado pelos que o precedem, e cuja ordem é, portanto, lógica, a argumentação será mais semelhante a um fuso de argumentos, independentes uns dos outros e convergentes (...) (Reboul, 1998: 96).

Essa intercalação destaca uma breve citação. Também é comum aparecerem citações completas, com data e página, tanto no *continuum* quanto na perigrafia.

(39) Convém principalmente – **cremos nós** – distinguir entre demonstração lógico- matemática, puramente formal demonstração experimental na qual intervêm também outros critérios, além da

⁴¹ Quase todos os dados dessa seção são de Olivier Reboul. Nesses e em muitos outros há uma explícita simpatia pela metaenunciação e, especialmente, por intercalações curtas. Authier-Revuz não deixa de relacionar a emergência de certos tipos de intercalações com o modo de representação do enunciador. Ao sintetizar suas considerações sobre as glosas de explicitação, a autora afirma: “Trabalhei aquilo que, por sua especificidade (frequência dos pontos de encontro no não-um do sentido; palavras comentadas; tipo de não-um: polissemia ou homonímia; modo de tratamento do não-um: redução ou acolhimento;...), se diz sobre a relação subjetiva singular (permeabilidade ou fechamento) estabelecida com esse não-um do sentido. Assim, para tomar esquematicamente um exemplo fragmentário, a escrita teórica de um Lévi-Strauss (com glosas de redução do não-um) opõe-se evidentemente à escrita de um Barthes (com glosas superabundantes de acolhimento do não-um)” (1998:49). Trad.: Mônica G. Zoppi-Fontana.

validade lógica, como por exemplo a falsificação de Karl Popper, que seria muito instrutivo comparar à argumentação (Reboul, 1998: 98).

Aqui a intercalação dá lugar a uma hesitação, onde o autor pode estar hesitando de verdade ou fingindo, para preservar a face e não ser categórico. É preciso deixar claro que todas essas especificações no dizer, além de sugerirem certa habilidade do sujeito no processo enunciativo que o põe necessariamente “diante” de um leitor, deixam igualmente explícito que se trata de uma necessidade, de certo modo, de uma coerção.

(40) Se eu mesmo sou um ser acabado e se o acontecimento é algo acabado, não posso nem viver nem agir: para viver, devo estar inacabado, aberto para mim mesmo – **pelo menos no que constitui o essencial de minha vida** –, devo ser para mim mesmo um valor ainda por-vir (...) (Reboul, 1998:33).

E aqui é interposta uma ressalva.

(41) Pode-se achar que a persuasão não passa de um modo – **o mais insidioso de todos, por certo** - de tomar o poder, de dominar o outro pelo discurso. (Reboul, 1998: XX).

Nesse dado, a intercalação destaca uma rápida avaliação. Esses dois últimos dados, pelo propósito enunciativo que preenchem, permitem introduzir uma questão de interesse no próximo capítulo. Fazer ressalvas e avaliações pode significar ancorar-se numa posição existente, mas pode ser uma posição mais particular, que não é conhecida – é uma postura mais individual, digamos. Isso indica que, embora toda intercalação possa ser caracterizada como discursiva, nem tudo que se intercala é já-dito. Intercalações são lugares privilegiados para a emergência da historicidade e da memória, mas são também o lugar de constituição do particular e do “não-dito”, para recriar, justamente porque passam pelo trabalho do sujeito. O discurso é uma prática que se (re)faz a cada enunciação e não uma mera repetição.

Nessas curtas intercalações não caberia a marcação verbal. Mas, caso se quisesse comentar mais prolongadamente, poder-se-ia tanto usar a marcação verbal e deixar no

continuum (mas também não é regra, porque há longos parênteses nessa posição), quanto deslocar para a perígrafa, como pode ser visto abaixo.

2. Deslocadas do *continuum*

Esta intercalação promove uma explicação sobre o termo retórica.

(42) A Retórica não nasceu em Atenas, mas na Sicília grega por volta de 465, após a expulsão dos tiranos. E sua origem não é literária, mas judiciária. Os cidadãos despojados pelos tiranos reclamaram seus bens, e à guerra civil seguiram-se inúmeros conflitos judiciais (2). **((2) “Retórica”, portanto, na origem é um adjetivo, que significava oratória. Com Aristóteles, a tekhnè rhetorikè tornar-se-á simplesmente rhètorikè, assim como hoje se diz lingüística. Para maiores informações, ver Chaignet, Roland Barthes e sobretudo O. Navarre. Textos em Les présocratiques, org. J.-P. Dumond, Pléiade, Gallimard, 1988). (Reboul, 1998: 233).**

Intercalações desse tipo têm confundido os analistas que as vêem apenas como glossários. São resultantes de um gesto metaenunciativo como todas as outras e constituem um encaixe. Seu propósito metaenunciativo mais específico é o texto em que emergem, geralmente o acadêmico, lhes dão essa feição de glossário, relacionando-as à enciclopédia.

(43) Não-paráfrase e fechamento: demos numerosos exemplos disso em outros textos. **(7). (7) O. Reboul, La Rétoriquè, pp. 73-85. A paráfrase integral será por ventura possível ? Lembremos a célebre anedota: Um jesuíta envia a Roma o seguinte pedido escrito: “Pode-se fumar enquanto está orando?” Resposta: “Claro que não, é um sacrilégio”. Um colega manda outra pergunta: “Pode-se orar enquanto se está fumando?” Resposta: “Pode-se orar em todas as circunstâncias”. Na realidade, as duas perguntas não têm exatamente o mesmo sentido, e é aí que entra a retórica. Aqui ficaremos satisfeitos com um só (...). (Reboul, 1998: 233).**

Já nesta são realizadas uma exemplificação e uma citação ao mesmo tempo. Embora ambas sejam do mesmo autor que faz uma curta exemplificação entre travessões

(no dado 37), aqui ele opta pelo deslocamento – talvez porque a intercalação seja mais prolongada.

(44) Aí está o que tentamos demonstrar neste capítulo (9). **(9) Para teorias diferentes sobre a argumentação, cf. S. E. Toulmin, *The Uses of argument*, Cambridge University Press, 1958; J. –B. Grize, *De la logique à l'argumentation*, Genebra, Droz, 1982; Michel Meyer, *De la problématique*, Bruxelas, Margada, 1986, que continua Perelman, radicalizando-o.** Inicialmente, que a argumentação existe como meio de prova distinto da demonstração, mas sem incidir na violência e na sedução. (...). (Reboul, 1998: 237).

Aqui é efetuada uma referenciação, indicativa de outras leituras e, como já destaquei, há uma inclusão do outro por diferenciação.

(45) (...) A seção seguinte do artigo de Householder (pp.68-79) diz respeito ao uso dos traços distintivos (no sentido de Jakobson) para especificar a classe de elementos que desempenham um papel nas regras fonológicas. **(11) (Nota: O LEITOR SE RECORDARÁ QUE** nosso uso da palavra “fonologia” (=fonêmica sistemática) é o de Sapir, e não o da fonêmica taxonômica pós-bloomfieldiana. Assim, ela incorpora o que é designado agora como “morfofonêmica”, em alguns dos muitos e vários sentidos desse termo vago. Nossa decisão de voltar à terminologia mais tradicional é motivada pelo que nós consideramos ser uma descoberta empírica, a saber, que somente dois níveis de representação (fonêmica sistemática e fonética sistemática) podem ser isolados do componente fonológico. O termo novo “morfofonêmica” é justificado se houver um terceiro nível intermediário entre a fonêmica sistemática e a fonética sistemática, ao qual o termo “fonêmico deva ser aplicado. Mas desde que a existência de qualquer nível intermediário não foi demonstrada, até onde podemos determinar, não vemos nenhuma justificação para a inovação terminológica e portanto sugerimos uma volta ao uso inicial. (Chomsky & Halle: 1965. *in* Dascal (org),1981:125).

Nessa intercalação é efetuada uma explicação sobre a opção pelo termo “fonologia”, que funciona também como uma tomada de posição dos enunciadores.

Muitas outras especificações poderiam ser observadas, pois as descritas não contemplam os vários propósitos enunciativos mais específicos que podem ser

intercalados; mas não quero exaurir nem quantificar todas as possibilidades, apenas desejo mobilizar as manifestações necessárias ao encaminhamento dessa discussão. Não é relevante quantificar nem buscar a recorrência de um mesmo tipo, mas ver, nas citações, paráfrases, exemplificações e outros casos diferentes, a caracterização mais geral de especificação, conforme a hipótese inicial. São um dizer diferente que se põe, de forma diferente, num lugar textual diferente. São “formas” diferentes de enunciar. Poderíamos pensar algumas delas como fragmentos de gêneros dentro de outros, compondo outros (Bakhtin, 1979), que são reconhecidos e destacados como tais. Em sendo formas de dizer diferente, dou mais precisão à hipótese inicial de que se trata de especificações para chamar esses dizeres de **formas metaenunciativas**.⁴²

Como dito, todo texto possui um propósito enunciativo geral e uma possibilidade de vários propósitos específicos, realizados muitas vezes por intercalações; no entanto, caso entre demais em especificações, o texto pode ser sentido como difícil. Quando discuti em que sentido e em que condições uma intercalação poderia causar um efeito de afastamento, acionei como hipótese uma necessidade de considerar o estilo dos gêneros e o estilo individual e anunciei que depois trataria de um outro argumento. Trata-se da noção de tópico discursivo, porque um texto tem um propósito mais geral e este abre também uma expectativa de leitura; dando-se vez a dizeres específicos em excesso, pode-se não atender a esta expectativa gerada no leitor. Portanto, talvez seja desejável observar a reincidência e os modos de intercalação em função do propósito enunciativo que se configura. Aqui mais uma vez tem lugar um trabalho de construção de relevância. Tal como no subtópico referente ao discurso, este princípio parece atuar na inclusão/exclusão do que é pertinente/impertinente, orientando, neste caso, em que momentos se deve especificar mais ou menos e de que formas, e onde deve ter lugar no texto essa especificação.

⁴² Quando as gramáticas e a Linguística Textual passaram por esta mesma questão, chamaram-nas *funções*. Jaqueline Paiva, fundamentando-se em Authier-Revuz, chamou-as *figuras metaenunciativas*. Outras análises possivelmente as chamariam atos de fala mais particulares. Possivelmente, uma reflexão mais aprofundada veria pontos de contato entre minha proposta e essas. E não faço nenhum esforço em negá-lo; apenas justifico minha “escolha” porque quero referir a especificidade desse dizer intercalado, tanto em relação à forma de marcação e de localização, como a sua natureza enunciativa.

3.2.1.2.2. Espaços textuais

Além da instauração de níveis mais específicos, o desdobramento metaenunciativo parece dar lugar a uma outra exigência textual: a constituição de **espaços textuais diferentes** para alocar esses níveis. Introduzi essa questão na seção 3.1., em que propus uma reorientação da compreensão das intercalações, e venho trabalhando em todos os subtópicos com intercalações presentes e deslocadas, de forma que aqui é possível dar continuidade a essa discussão, destacando outros aspectos.

Pelo que foi dito até o momento, é possível fazer a hipótese de que essa distribuição dos níveis em espaços parece ter a ver com **exigências do tópico**, no sentido de alocar umas saliências ou deslocar outras, por um lado; e com o funcionamento de uma **regra estilística**, de que já falei, por outro, porque nem todos os gêneros, dado o estilo que os define, vão “permitir” a exploração desse espaço de maneira similar (conforme já comentei). Tanto o atendimento às exigências tópicas, quanto o domínio da regra estilística, parecem ser “coordenados” por um princípio de relevância e tal princípio e o que ele regula atuam tanto no *continuum* textual quanto naquilo que se reconhece por perigrafia do texto. Consideremos esse espaço.

Todas as questões discutidas sobre as intercalações até o momento têm respaldo nas manifestações metaenunciativas que ocorrem nesses dois espaços. Mas a perigrafia parece um domínio riquíssimo, onde se mostra, em comparação com o *continuum*, tanto quanto ou tanto mais variação no que diz respeito aos modos de intercalar. São feitas intercalações no fim da página, no fim do capítulo ou fim de texto e nas laterais do texto e também de formas variadas (inclusive quanto a quem enuncia, porque há casos em que comentadores e tradutores escrevem na perigrafia do texto de outros – adiante falarei disso). Mas isso não é tudo: a chamada perigrafia é não apenas o espaço das intercalações, disto que caracterizo como **encaixes**, mas também de outras formas metaenunciativas (posto que se voltam sempre sobre a enunciação), as quais podem ser subcategorizadas como **antecipações** (prefácios, apresentações, notas prévias, sumários, agradecimentos, dedicatórias) e **acréscimos** (*Post Scriptum*, anexos, adendos, apêndices, posfácios). Dizeres

não coincidentes do ponto de vista temporal, pois cercam, contornam, mas não se sobrepõem.

A consideração das antecipações e acréscimos demanda certamente uma análise mais específica e mais cuidadosa, o que talvez torne extenso demais esse capítulo. O leitor pode ter uma boa apreciação desses fenômenos em Compagnon (1979), que, conquanto tenha como foco de suas preocupações a citação, faz considerações importantes sobre os elementos de perigrafia textual, como prefácios, epígrafes, bibliografia e outros. Sobre a perigrafia textual o autor afirma:

Sa périphérie, ce qui n'est ni dedans ni dehors, comprend toute une série d'éléments qui l'enveloppent, come le cadre enserre le tableau d'un titre, d'une signature, d'une dédicace. Ce sont autant d'entrées dans le corp du livre: elles dessinent une *périgraphie*, que l'auteur doit surveiller et où il doit se surveiller, car c'est d'abord que ce joue la recevabilité du texte (p.328).⁴³

E justamente por ser o espaço onde se trama a receptibilidade do texto, a perigrafia deve ser cuidada. É nela e por ela, segundo o autor, que se inicia a entrada no texto, bem como as hipóteses sobre ele. Portanto:

Son apparence est essentielle. Telles des vitrines d'exposition, des épreuves ou des échantillons, ses avancées le font valoir: notes, tables, bibliographie, mais aussi préface, avant-propos, introduction, conclusion, appendices, annexes. Ce sont les rubriques d'une *dispositio* nouvelle qui permettent de juger le volume sans avoir à le lire ni à y pénétrer (p.328).⁴⁴

Este trabalho de Compagnon serve de inspiração para um trabalho de Marinho (2001), onde a autora dedica um capítulo de sua tese de doutorado ao estudo da perigrafia como “porta de entrada”, por assim dizer, para a análise dos novos PCNs de Língua

⁴³ “Sua perigrafia, o que não está nem dentro nem fora do texto, compreende toda uma série de elementos que o envolvem, como a moldura fecha o quadro com um título, com uma assinatura, com uma dedicatória. São outras tantas entradas no corpo do livro: elas desenham uma *perigrafia*, que o autor deve vigiar e onde ele deve se observar, porque é primeiramente nos arredores do texto que se trama sua receptibilidade.”

⁴⁴ “Sua aparência é essencial. Tal como vitrines de exposição, testemunhos ou amostras, seus transbordamentos valorizam-no: notas, índices, bibliografia, mas também prefácio prólogo, introdução, conclusão, apêndices, anexos. Essas são as rubricas de uma nova *dispositio* que permitem julgar o volume sem o ter lido, sem ter entrado nele”.

Portuguesa. Ao situar sua reflexão nesse espaço e por reconhecer-lhe a importância, tendo em consideração o que ele permite compreender do documento que analisa, contesta a idéia de que a perigrafia seja “acessório descartável”, e também discute a caracterização desse espaço como “paratexto” (conforme, segundo ela, é afirmado em Genette, 1982). Baseando-se em Compagnon trata esse espaço como “uma relação entre o centro e a periferia, as bordas e o miolo, entre o que está dentro e o que está fora, portanto, ela é uma parte do texto, se constituindo nele e para ele” (Marinho, 2001:154).

Respalhando o encaminhamento que venho dando a este texto com as reflexões de Compagnon e Marinho, arriscarei alguns comentários sobre os **espaços textuais** e sobre as conseqüências de considerá-los. Fenômenos metaenunciativos como encaixes, antecipações e acréscimos constituem espaços textuais diferentes – intercalados, deslocados, anexados, antecipados – que constituem um entorno do *continuum*, seus arredores, digamos assim. Mas, é preciso atentar para a palavra “perigrafia” porque ela não é apenas o espaço além-margem (a periferia, como deixa escapar, sem aspas, Marinho...), porque prefácios e adendos são alocados no chamado espaço principal, no corpo do texto, antes e depois. Além disso, esse espaço comporta fenômenos que, embora sejam da mesma natureza, fazem classes diferentes, pois intercalações deslocadas são encaixes e não acréscimos. E mais, se notas são, como defendo, intercalações, isso deixa claro que a “periferia” se instala no centro e vice-versa. Essa metáfora das grandes cidades aplica-se ao texto, por isso, embora possamos tratar de dois espaços, **continuum e perigrafia**, deve-se reconhecer que a perigrafia pode interpor-se no *continuum*.

O que proporia é que antecipações e acréscimos fazem o entorno textual, e, dado um certo grau de “completude” e “independência”, constituem **metatextos**; e intercalações deslocadas, por serem encaixes, têm uma dependência maior, inclusive em termos de marcação (o que não significa que não possam ser lidas sem o ponto de onde emergem e onde se encaixam), constituindo **formas metaenunciativas** – mas todas caracterizam um espaço textual diferente que se antepõe, interpõe/sobrepõe e pospõe.

Reconhecer que a perigrafia é o texto (não o não-texto, ou o acessório), implica pensar que os espaços textuais diferentes caracterizam diferentes modos de escrita e

também de leitura. As possibilidades de se entrar na perigrafia (a que fica no entorno) sempre foram bastante variadas: há quem a leia antes de entrar no *continuum*, há quem leia após a leitura do *continuum*, há quem a leia na ordem em que aparece e até quem não a leia. Da parte de quem escreve, o posicionamento também muda, a depender do espaço textual; isso caracteriza diferentes modos de o sujeito se colocar no texto.

Essa consideração de que a perigrafia constitui um espaço diferente no texto, que pode caracterizar diferenças em termos de escrita, leitura e constituição da subjetividade, e não um paratexto, faz pensar o texto como um espaço complexo, plural – um hipertexto, com domínios diferentes. O olhar para a escrita e a leitura que se tornou possível a partir do texto eletrônico permite compreender, por uma influência retrospectiva, que o texto tradicional era e sempre foi um hipertexto.

(...) levando em conta a concepção de texto adotada atualmente na Lingüística Textual, isto é, que todo texto constitui uma proposta de sentidos múltiplos e não de um único sentido, e que todo texto é plurilinear na sua construção, poder-se-ia afirmar que – pelo menos do ponto de vista da recepção – todo texto é um hipertexto (Koch, 2002: 61).

Assim, não é que o texto seja como o hipertexto, mas o hipertexto é como o texto, é uma metáfora do texto tradicional, e, dado o suporte, atualiza e incrementa potencialidades dele⁴⁵. A Lingüística Textual (se anteriormente não a negou, também) não deu a atenção devida à perigrafia. Mas ao serem convocados a opinar sobre o hipertexto e seu lugar nesta área, os pesquisadores não deixam de ser muito coerentes ao afirmarem que o hipertexto não é tão inovador assim em relação ao texto. Ainda segundo Koch

a novidade propriamente dita está na tecnologia, que lhe permite integrar, de modo eficaz, elementos que no texto impresso se apresentam sob a forma de notas, citações bibliográficas, referências, imagens, fotos etc., linearizando o deslinearizado e deslinearizando o linearizado, ou seja, invertendo os movimentos e redefinindo as funções dos constituintes textuais clássicos (p. 67).

⁴⁵ Conferir a esse respeito também Possenti (2002).

Eu arriscaria dizer que tenho dúvidas até mesmo em relação à possibilidade de o hipertexto redefinir as funções dos constituintes textuais clássicos (notas continuam notas e outras coisas também). Desculpem os amantes do novo, mas, por trabalhar com intercalações, não posso deixar de notar que o texto tradicional compõe-se de uma heterogeneidade (observemos as questões destacadas), que, de certo ponto de vista, é semelhante à do texto eletrônico (como diz uma anedota nordestina, “é tudo completamente diferente e totalmente igual”...). Se pensarmos bem, muitas das características atribuídas ao hipertexto já estavam, de certo modo, no texto impresso.

Xavier (2001) ressalta que no texto eletrônico predomina a fragmentação, porque esse suporte permite movimentos, deslinearizações várias. Mas, no texto tradicional, embora haja limitações por conta do suporte e uma tentativa de conter a dispersão pela atuação de um princípio de relevância (que funciona de outro modo no eletrônico), também ocorrem deslinearizações, saltos, leituras múltiplas, porque lá também ninguém é obrigado a ler linearmente, da primeira à última página, nem mesmo a concluir a leitura. Observemos mais um enunciado de Koch:

Pensemos, inicialmente, nos textos acadêmicos, povoados de referências, citações, notas de rodapé ou de final de capítulo. Temos aqui um hipertexto, em que as chamadas para as notas ou as referências feitas no corpo do trabalho funcionam como *links*. O leitor poderá, por exemplo, ler o texto de maneira contínua e só consultar as notas após essa leitura; consultar apenas as que mais lhe interessam ou mesmo não ler nenhuma. Poderá, também, interromper sua leitura a cada chamada e integrar o conteúdo da nota à leitura que está fazendo. Ao encontrar uma referência, quer no texto, quer na nota, poderá inclusive suspender a leitura para consultar a obra ali referendada. Nesta nova obra, por sua vez, poderá encontrar outras referências, que o levem a outros textos, e assim por diante. A diferença com relação ao hipertexto eletrônico está apenas no suporte na forma de rapidez e acesso (p. 61).

Sobre as leituras múltiplas (e é claro que essa idéia não se resume ao que comentarei), a própria visualização na página proporcionada por um texto impresso abre um espaço até maior do que no eletrônico, porque no primeiro se pode, por exemplo, ter acesso ao *continuum* e à perigrafia de uma só visada; na página eletrônica, a intercalação

deslocada sobrepondo-se, mas cobre o texto. E, mais, fala-se muito na multiplicidade de janelas, mas só se abre uma de cada vez e, ao fazê-lo, a outra automaticamente é encoberta...

Outra “novidade” é o que o hipertexto muda em relação à autoria. Até Chartier (2002), que é sempre muito contido, ao voltar-se sobre o mesmo tema, afirma que os *hyperlinks* e essa possibilidade que eles abrem de saltos, colagens, deslinearizações e outros mexem diretamente com a questão da autoria no texto eletrônico. Isso não deixa de ser verdade, mas, no texto tradicional, também há interferências igualmente importantes. Intercalar-se como tradutor e escrever na perigrafia do texto de outros, atualizando potenciais *links* que toda e qualquer enunciação prevê (a enunciação é passível de desdobramentos em todo e qualquer ponto), mas que o autor não efetivou, já interferia igualmente na compreensão da autoria, desde que o texto é texto.

Sobre a autoria, é importante introduzir uma questão aqui. A perigrafia não mostra apenas essa multiplicidade no que respeita à relação autor/tradutor (o que retomarei adiante); ela pode ser expressa na constituição do próprio autor, que se põe de formas diferentes conforme esteja no *continuum* ou nos metatextos específicos que constituem o espaço perigráfico. Michel Foucault, ao tentar responder “O que é um autor?” (1969), não deixou de considerar, como uma das características da autoria, a dispersão, justamente porque o autor se inscreve de formas diferentes conforme fale no prefácio, e outros. (Tratarei deste ponto no próximo capítulo).

Modos diferentes de escrita e de leitura, diferentes formas de constituição da subjetividade, diferentes espaços textuais, diferentes níveis de dizer – toda essa pluralidade é observada a partir do momento em que se considera a perigrafia como um espaço textual e não como o não-texto ou o quase texto. Sua heterogeneidade apenas reafirma, com mais força talvez que a do *continuum*, que o texto está, inclusive literalmente, para além de suas (imaginárias) margens.

3.2.1.2.3. Modos de coesão

Por ser a perigrafia um dos espaços textuais, uma parte do texto, está ligada ao *continuum*, e exige mecanismos que dêem conta dessa ligação e a explicitem. Assim, uma terceira exigência criada no texto por conta da emergência das intercalações parece ser justamente a amarração da perigrafia ao *continuum* e vice-versa. Impõe-se a necessidade de haver formas de coesão para encaixar o particular, a fim de que o geral possa progredir, de articular o interdiscurso, para que o texto e a posição discursiva que nele se configura possam ter lugar. Essa coesão entre *continuum* e perigrafia e entre texto e discurso (e discurso e interdiscurso) é efetuada por notações verbais e não-verbais ou por uma combinação dessas duas formas, como já mencionei, ao tratar dos marcadores de intercalação. Assim, proponho a possibilidade de estudar a **coesão verbal** e a **coesão não-verbal**.

Considerar a marcação das intercalações como mecanismos de coesão certamente contribui com a Linguística Textual, porque os pesquisadores sempre deram mais atenção aos mecanismos verbais, de natureza léxica ou gramatical, embora muitos dos sinais de pontuação já tenham sido considerados mecanismos coesivos. Aqui, há elementos não-verbais (parênteses, travessões, colchetes, asteriscos e outros símbolos, como números, nas intercalações deslocadas) funcionando como recursos coesivos. Dentre os verbais, há alguns de natureza sintática e textual, já que há não apenas frases inteiras marcando intercalações maiores, mas parágrafos, como os parágrafos de transição, e, a depender do gênero, capítulos longos⁴⁶ (até neste ponto, que pareceria ser mais fixo, há muitas possibilidades de variação também). Argumento a favor dessa hipótese, porque os marcadores não-verbais desempenham, em linhas gerais, papel semelhante ao dos marcadores verbais.

⁴⁶ Se pensarmos, por exemplo, na escrita literária, em que capítulos inteiros funcionam como marcadores de longas intercalações, veremos que as possibilidades vão bem além de formas cristalizadas. As *Memórias Póstumas* que o digam...; aliás, talvez não houvesse formas mais apropriadas para recontar, a não ser por intercalações, a longa vida de alguém, de além-túmulo, com agudo desprezo pelas convenções mundanas – inclusive as que regem a escrita –, e com a falta de pressa característica de quem tem a eternidade diante de si, como foi/é o Brás machadiano.

Para tornar mais precisa a relação desses mecanismos com os demais recursos coesivos, retomarei brevemente pontos de interesse na literatura. Sobre a *coesão*, Koch (1997) cita Marcurschi (1983), que assim a define: “os fatores de coesão são aqueles que dão conta da seqüenciação superficial do texto, isto é, os mecanismos formais da língua que permitem estabelecer, entre os elementos lingüísticos do texto, relações de sentido” (p.35). No mesmo texto, a autora revisa a classificação apresentada em outros trabalhos, na qual concebe duas modalidades de coesão – a *remissão* e a *seqüenciação*, para acrescentar que a remissão pode desempenhar “quer a função de (re)ativação de referentes quer a de sinalização textual” (p.36).

Tomando como ponto de partida a idéia de *seqüenciação superficial* proposta por Marcuschi e o acréscimo feito por Koch a respeito dos mecanismos de *sinalização textual*, proponho abordar os marcadores de intercalação – mesmo aqueles não-verbais, como parênteses, travessões e numeradores de notas – como marcadores de coesão, argumentando que tais recursos sinalizam a ordenação dos sentidos, no sentido de que permitem intercalar blocos textuais, orientando seu início, seu fim e os conseqüentes encaixes no propósito enunciativo mais geral.

Mas não apenas isso. Como disse, essa vinculação da coesão ao texto e às relações de sentido é apenas ponto de partida – um primeiro e importante lado da questão. Os mecanismos de coesão textual costumam também relações discursivas e a própria emergência desses marcadores é inscrita discursivamente, obedecendo a coerções diversas. Podem servir de confirmação ao que proponho os diversos fragmentos de texto apresentados nas páginas anteriores e outros que apresentarei a seguir, nos quais se pode observar, por um lado, a “costura” realizada e as suas marcas, e, por outro, o conteúdo específico do que está sendo intercalado em relação ao espaço onde se intercala, aquilo que é costurado e o que significa em relação ao espaço onde é feita a costura: a intercalação de uma posição mais particular dentro de um discurso, a intercalação de uma outra posição (um outro particular, plural, interno, externo, diferenciado, reduzido). Enfim, não apenas a coesão entre o texto e o discurso, a articulação do texto à historicidade que o constitui, mas também o contorno específico, ou a relação específica

que está sendo constituída – isso tudo é “costurado” pela coesão. Possenti (1988) já destacara o caráter discursivo de alguns mecanismos coesivos, ligados à coesão referencial e à coesão léxica.

Foucault (1968) diz que, ao contrário da de uma gramática, a questão que um discurso coloca é: como um enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar? (p.23). Creio que se pode tomar essa questão como guia e perguntar, a cada um dos elementos de coesão, porque um deles apareceu e nenhum outro em seu lugar. Transforma-se assim a questão do texto em uma questão de discurso” (p.96).

E o autor completa dizendo que aí se observa não apenas o sentido, mas as condições de aparecimento dos mecanismos coesivos.

Esse olhar para as condições de aparecimento de um mecanismo coesivo e, aqui, no caso, de marcadores de intercalação, pode ter a ver com as condições impostas pela regra estilística de que já tratei⁴⁷, na qual impõem-se as restrições do estilo dos gêneros e pelas escolhas feitas a partir do estilo individual – questões que, digo de passagem, Possenti também não deixou em silêncio.

(...) poder-se-ia, talvez, com base num levantamento de elementos de correferência preferidos por um locutor, estabelecer uma das marcas de seu estilo. Ou, para caracterizar as modalidades: em cento e cinquenta narrativas orais pesquisadas encontrei este dado curioso: a coesão léxica está praticamente ausente (pode-se concluir?) da oralidade, exceto por casos como “o cara”, “o homem”, etc., que, a rigor, são mais propriamente pronomes, isto é, anafóricos, do que outros nomes com certa relação semântica com os termos que correferem. Seria, então, a coesão léxica uma das características do “estilo escrito”? (p.95).

Deixemos as questões de estilo para o capítulo seguinte e voltemos à caracterização dos marcadores de intercalações como recursos coesivos. Por tudo que esses mecanismos parecem significar, em termos textuais-discursivos, pretendo especificar melhor a questão. Os marcadores de intercalação parecem efetuar um tipo especial de coesão – **a coesão**

⁴⁷ É claro que há outras coerções discursivas que ultrapassam sem dúvida o estilo dos gêneros. Parto dessa questão e, a partir disso, é que observarei outros sistemas de restrições.

tópica, pela separação/articulação de planos discursivos dentro de um tópico. É claro que todos os mecanismos tratados na literatura têm por função a progressão tópica, mas esses teriam a função específica de *costurar* os pontos em que o *fião* pode vir a ser solto, pelo efeito da interposição metaenunciativa. Eles estão no interior do tópico, conduzindo sua progressão, sem dúvida, mas cuidam especialmente de suas margens, de suas fronteiras. São vestígios de um trabalho de construção de relevância, que configura o tópico. E a costura feita nas bordas do tópico não quer dizer apenas que se configura o assunto do texto, mas, também a relação entre discurso e interdiscurso, e as relações específicas entre os discursos – servem não apenas ao texto, mas ao discurso, à posição que o texto configura. A idéia de propósito enunciativo que venho utilizando, agora deixo mais claro, quer dizer “assunto do texto” e posição ou modo de situar-se em relação a tal assunto. Nesse sentido, é possível, nesse ambiente de interface em que trabalho, redefinir a coesão, mas também a relevância e o tópico, como categorias textuais-discursivas. Quando anteriormente anunciei que retomaria tópico e relevância porque os conceitos incluíam outros elementos, outras implicações, era aqui que eu queria chegar: são **categorias textuais-discursivas**.

Sobre o tópico, a esta altura está claro que, além de representar o assunto do texto, trata da configuração de uma posição discursiva. Sobre a relevância, gostaria de acrescentar algo. Ela não se define previamente e isso implica que a centração também não pode ser dada *a priori* (e o tópico discursivo, muito menos). Mesmo considerando as cadeias isotópicas existentes (historicamente construídas), seria pouco produtivo sustentar que a relevância se resume a isso, pois é sempre possível construir outros níveis de relevância; é possível tornar relevantes aspectos aparentemente dispersos, não relacionados de antemão (a idéia de criatividade na linguagem não se resume apenas à geração de sentenças). A relevância é construída, é um trabalho. Como bem afirma a Linguística Textual, o processamento textual efetiva-se dialogicamente e *on-line* e a relevância não é diferente. Se o texto tem um propósito, este tem que ganhar corpo num tópico, tem de ser “vestido” por um tópico. A relevância, então, atua como “tesoura”,

mas, ao mesmo tempo, como “agulha e linha”, para prender “os fios”, torná-los coesos, “costurando” novos contornos enunciativos.

Assim, encerro a discussão sobre o que acredito serem exigências do texto diante da dispersão discursiva. Outras exigências possivelmente podem ser analisadas, como aspectos sintáticos, pois a intercalação interfere diretamente na estrutura oracional. Mas disso não tratarei neste trabalho⁴⁸. Se há pressões do discurso, elas geram pressões textuais – especificações de níveis, constituição de espaços textuais e modos de coesão –, que deixam clara a relação entre os dois. Essa interface entre texto e discurso, ao ser considerada nesta análise, desencadeou uma importante re-significação de conceitos da Linguística Textual, porque a intersecção teórica culmina num contágio dos conceitos e numa transformação deles, tornando-se ambíguos, complexos, quando aproximados dos fundamentos discursivos. Da mesma forma, na parte em que analisei a face discursiva das intercalações, por outro lado, a análise não pôde ser feita a não ser da perspectiva do trabalho do sujeito – o que permite ver de outro modo o processo de constituição/materialização das relações entre os discursos.

Concluo este subtópico reiterando, portanto, que o texto, diante das “exigências” do discurso, se põe exigências também. O contrário seria desconsiderar o trabalho do sujeito e desconsiderar que o texto é mais que um produto. Texto e discurso não estão, no entanto, separados: o discurso, para destacar-se na dispersão que o constitui, implica o texto como seu modo de se fazer, de se constituir (e não seu espelho ou seu instrumento ou seu material apenas); e o texto implica o discurso como a matéria mesma que o constitui e como condição de sua emergência e seu funcionamento. No ponto de vista que estou tentando conduzir aqui, trata-se de uma questão só; do contrário, seria olhar o discurso sem sua materialização⁴⁹ e olhar o texto sem o que o constitui.

⁴⁸ Se me voltar a esta face da questão, será no âmbito da discussão que já empreendo, para destacar o amálgama entre sintaxe e discurso, ou, tomando a enunciação como porta de entrada para os estudos da linguagem, observar o papel que a sintaxe desempenha.

⁴⁹ Neste e em outros pontos em que mencionarei os termos “materialidade” ou “materialização” não gostaria que se pensasse que reduzo o texto a produto; muito pelo contrário: ao chamar a materialidade para a discussão, cobro da Análise do Discurso o que foi anunciado e não desenvolvido, posto que focalizo os aspectos textuais. Estou, para ser mais precisa, chamando a atenção para o processo de materialização, para a textualização dos processos discursivos, sem, por outro lado, referir-me só à organização textual.

3.3. Coerência e heteroge(u)n[e]idade

Para fechar a discussão sobre a face textual e a face discursiva das intercalações e para amarrar com mais segurança essas duas faces, concluirei este capítulo com a discussão sobre um conceito que sintetiza todas as discussões feitas – a coerência.

Os conceitos antes mobilizados, como tópico, relevância e coesão (não definem, mas) servem à configuração da coerência de um texto. E, por isso, pelo modo como se comportaram na análise, fazem repensar esse conceito maior. Os conceitos se dilatam projetando-se em relação ao discurso, porque a análise das intercalações, pelo fato de haver-se constituído em função da ambigüidade que define o fenômeno e não exatamente em função do que diz uma ou outra área, em separado, explicita a heterogeneidade dos próprios conceitos, forçando-os a uma redefinição. Isso deixa claro que o conceito de coerência é uma categoria textual e discursiva simultaneamente, daí os demais conceitos que a ela servem terem denunciado suas fragilidades e seus desejos de significar mais.

Na Lingüística Textual, a coerência é tratada como o princípio de interpretabilidade, que se relaciona à continuidade de sentidos, à construção dos possíveis sentidos de um texto. “A coerência, portanto, longe de constituir mera qualidade ou propriedade do texto, é resultado de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional” (Koch, 1997:41).⁵⁰ Isso deixa muito claro que a idéia de coerência está entre o lingüístico e o não-lingüístico (memória, já-dito), é interacional, situada, que mobiliza locutores e interlocutores em situações dadas.

Mas, sem deixar de reconhecer isso, gostaria de afirmar que a coerência é discursiva, no sentido de discurso aqui buscado.⁵¹ Quando se faz uma definição de termos, uma paráfrase, uma ressalva ou outras das formas metaenunciativas abordadas, isso serve à “unidade” de sentidos, convergência em torno de um assunto, especificação para tornar mais claro, mais preciso, por um lado; mas, também é uma injunção do interdiscurso e

⁵⁰ Esses fatores foram tratados em Koch e Travaglia (1989 e 1990).

⁵¹ Preciso enfatizar, mais uma vez, que não desconheço o fato de que as pesquisas em Lingüística Textual, especialmente os trabalhos recentes de Koch, reconhecem, a seu modo, o discurso, chamando o texto de “texto-discurso”, em alguns casos. Mas não é a mesma noção de discurso aqui buscada.

pressão de um discurso mais específico para que se configure uma posição. Cada vez que se dá vazão ao interdiscurso, isso é destacado e, de algum modo, comentado para deixar claro de que posição se fala e/ou que posição se quer afirmar ou se tem de afirmar. Em síntese, um texto fala sobre algo, de certo modo, e de certo lugar. Por mais que o dizer seja atravessado pelo outro, por mais que possam emergir intercaladas outras posições, é possível dizer após a leitura: esse é um texto de esquerda e não de direita, jansenista e não humanista devoto etc...

O texto materializa, acomoda sem apagar, articula, enfim, textualiza as dispersões que constituem o discurso. E a coerência é, como bem reconhece a *Linguística Textual*, fruto de um trabalho – de autores e leitores – que visam a tornar relevantes e, por assim dizer, acomodadas dentro de um tópico (textual e discursivo), essas vicissitudes do próprio dizer. Re-pensando então a coerência, é possível dizer que se trata de uma **categoria textual-discursiva**, que contribui para **um efeito de unidade**, uma unidade apesar da heterogeneidade, e uma heterogeneidade que permanece e não se apaga com o apelo de unidade – trata-se de uma **heteroge(u)n[e]idade**.⁵²

Se o texto reclama o discurso e o discurso reclama o texto, uno essas duas carências para constituir como objeto o **texto-discurso**. Tratei da questão desenvolvendo as duas faces em separado, para ter um mínimo de clareza na análise, mas, em ponto algum assumi ou insinuei a independência de uma delas: trata-se de um mesmo objeto, constituído no domínio onde o objeto da *Linguística Textual* e da *Análise do Discurso* se tocam. **É um outro objeto, porque o olhar é outro.**

É natural que esta tomada de posição tenha lugar ao discutir a coerência. A história desse conceito, como cuidadosamente mostrei no primeiro capítulo, está visceralmente ligada à história da própria *Linguística Textual*. A partir do momento em que passa a ser distinguida da coesão (mas nunca separada dela de vez) afirma a não-separação entre enunciado e enunciação, configurando a fase pragmático-enunciativa dos estudos de texto. Neste momento, muito longe estou de querer inaugurar outra fase na área; mas acho que a

⁵² Devo fazer aqui uma intercalação para reconhecer que as pesquisas de Orlandi, mesmo numa perspectiva diferente e num nível mais teórico e não tanto analítico, tratam de “efeito de unidade”, de “unidade na dispersão” e de outras questões que me interessam. Não posso deixar isso em silêncio – muito menos ela, que tão bem entende de “formas do silêncio”.

definição da coerência, agora no sentido de concebê-la numa interface entre texto e discurso (na acepção que estou defendendo aqui) certamente abre a perspectiva de uma linha específica de trabalho nas bordas da Lingüística Textual, onde ela começa a encontrar-se/desencontrar-se com a Análise do Discurso – **é o lugar que quero marcar com esta tese.**

Acredito, estar, dessa forma, inserindo esta pesquisa nos desenvolvimentos e inter-relacionamentos da própria Lingüística Textual:

A Ciência ou Lingüística de Texto sente necessidade de intensificar sempre mais o diálogo que já há muito vem travando com as demais Ciências – e não só humanas! –, transformando-se numa “ciência integrativa” (Antos & Tiez, 1997). É o caso, por exemplo, do diálogo com a Filosofia da Linguagem, a Psicologia Cognitiva e Social, a Sociologia Interpretativa, a Antropologia, a Teoria da Comunicação, a Literatura, a Etnometodologia, a Etnografia da fala e, mais recentemente, com a Neurologia, a Neuropsicologia, as Ciências da Cognição, a Ciência da Computação e, por fim, com a Teoria da evolução Cultural (Koch, 2002:157).

Meu propósito é apenas acrescentar a este elenco a vizinha do lado – Análise do Discurso, deslocando a reflexão para as fronteiras onde se dão/não se dão encontros fortuitos, como fica claro com a análise das intercalações.

Capítulo IV

TRABALHANDO NA INTERFACE

4. Entre o texto e o discurso: a autoria

Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um (Ginzburg, 1976:25).

As intercalações evidenciam um trabalho do sujeito, quando exposto às pressões do texto-discurso, no sentido de atribuir-lhe coerência. Neste trabalho tenso é evidenciada, se não uma liberdade, pelo menos uma ação objetiva, a partir de manobras várias. As manobras do sujeito, as quais misturam componentes textuais e discursivos, deixam entrever um jogo entre a liberdade e a coerção, entre o geral e o particular, entre a dispersão e a ordem, entre o eu e o outro. Essa **competência textual-discursiva** torna possível que, apesar de toda a heterogeneidade, seja particularizada a ação de um sujeito, constituindo-o em autor – aquele que, em vez de apenas receber uma identidade do discurso de onde enuncia, constitui sua identidade e sua autoria.

Desde as versões preliminares do projeto que deu corpo a esta reflexão, vislumbrava a possibilidade de conceber a atividade do sujeito, efetivada a partir das intercalações, como um indício de constituição de autoria. Essa sempre foi uma questão presente, porque é notável que, apesar de toda a decantada dispersão dos sujeitos e dos discursos, são configurados textos coesos, julgados como coerentes, senão com unidade num nível mais profundo, pelo menos com uma organização visível da dispersão (visível a organização, mas, dentro dela, perceptível a dispersão), em diferentes gêneros de discurso, através de níveis tópicos distintos e de tipos diversos de relevância. Os sujeitos particulares textualizam, por assim dizer, o discurso, a partir de e em meio aos diversos outros discursos e outros sujeitos. O texto é o lugar dessa constituição do singular; o texto é o lugar onde se exercita a construção de uma identidade, em forma de um discurso, um

conhecimento que se propõe, justamente porque o discurso pode ser entendido como estrutura e como acontecimento, simultaneamente¹.

Por isso, objetivo – eu também – defender a hipótese de estudar autoria mesmo em textos de escolares, acadêmicos e outros, para os quais não há necessariamente um Autor, nas acepções clássicas do termo, mas apenas **alguém que trabalha e, ao configurar um texto ou um conjunto de textos, configura-se como singularidade – sob a ótica do leitor**. As intercalações parecem indícios privilegiados para analisar este trabalho. Será em função dessa hipótese que convocarei também o conceito de autoria para continuar a análise das intercalações – isso tornará mais específico o que no capítulo anterior chamei genericamente de trabalho do sujeito no domínio do texto-discurso.

Possivelmente, em alguns lugares, poderia parecer estranho falar em autoria tendo por base a análise do trabalho do sujeito com as intercalações, pois os feitos que, ao longo da história, convertem escritores em autores são “maiores” que as intercalações: livros, conjuntos de livros, teorias e outros feitos altos que não se confundem com uma mera competência para trabalhar com a “marginalia”, com isso que, para muitos, é da ordem do baixo. Mas talvez não seja de todo estranho falar de autoria tomando por base as intercalações, se pensarmos que, até mesmo na escrita dos (incontroversos?) grandes autores, especificamente naquilo que se reconhece por seu estilo, talvez algum traço lingüístico esteja relacionado ao trabalho que tais autores fazem com as intercalações. É importante ter isso em mente, pois poderá ser de alguma utilidade no curso da análise. Mas, de todo modo, não será desses grandes autores que tratarei, nem é pelo modo de constituição da autoria pelo qual eles foram convertidos em autores que me interessa.

Como deve estar sugerido nessas considerações prévias, a compreensão de autoria aqui pretendida não se compatibiliza com as concepções correntes em domínios como a Literatura, a Filosofia e outros campos. Trata-se de uma tentativa de trabalhar com um conceito renovado de autoria que já está, a meu ver, em configuração, se considerarmos conjuntamente, nessa discussão, os resultados particulares de diferentes pesquisas realizadas no Brasil, a partir dos anos noventa (Orlandi (1999), Galo (1992), Pfeifer (1995),

¹ Essa posição é a de Pêcheux (1988), e é também a posição assumida por Possenti (2002), ao definir a autoria entre “singularidade” e “tomada de posição”.

Carreira (2000), Tfouni (2001), Possenti (2001, 2002), alguns dos quais serão comentados detidamente, adiante). Minha situação nesse tema será, em síntese, de afastamento em relação a concepções tradicionais e de continuação de uma posição recente, com a qual pretendo contribuir, tomando por ponto de partida a análise das intercalações. Aqui, o objetivo é tratar a autoria no domínio da lingüística, mais especificamente no espaço teórico onde se configura o objeto que denomino **texto-discurso**, no espaço mesmo da constituição textual (ou seja, da produção/compreensão).

Como se trata de um conceito com vasta história, com funcionamento reconhecido em outros domínios, inclusive no da escrita, é necessário precisar o sentido que ele tomará nesta análise. Vejamos, portanto, alguns estudos sobre a questão, discutindo textos com os quais minha reflexão trava contato mais imediato – quer por afastamento, quer por aproximação. Desde que ressoaram os anúncios de que o autor revive, depois de sua morte anunciada pelas teorias de fundo estruturalista, não cessam de surgir trabalhos a este respeito. Um marco nessa temática, que talvez possa mesmo ser interpretado como uma transição entre os dois estados – “morte/pós-morte” –, dado o contexto e as motivações em que foi produzido (e dadas as interpretações a que tem sido submetido, como mostrarei adiante) é um texto de Foucault (1969), “O que é um autor?”. Esse texto é tido para muitos, dentre eles Compagnon (2001), como uma resposta direta ao igualmente marcante (e não menos controverso) texto de Barthes (1968), chamado “A morte do autor”, que condensa a visão de autores e críticos de uma certa posição sobre a autoria.

Numa evidente síntese do pensamento estruturalista, Barthes, investindo contra a visão romântica de autor como fonte do sentido, ou de intenção como definidora do sentido², nega a idéia de autor como fonte da interpretação, afirmando que “... a escritura é a destruição de toda voz, de toda origem” (p.65). Assim, o autor deve morrer em favor da escritura. Nessa perspectiva, o texto como “tecido de citações” teria sua unidade não na origem, mas em seu destino³. Daí a expressão categórica de uma inversão de extremos que mais tarde será igualmente contestada: “(...) o nascimento do leitor deve pagar-se com a

² Visão que perpassa movimentos críticos como o romantismo, o biografismo, o impressionismo.

³ Seria interessante ter-se posto a seguinte questão, já neste momento: um princípio como a intertextualidade nega necessariamente um como a autoria? A idéia que desenvolverei nas páginas seguintes é a de que um só faz sentido com o outro.

morte do autor” (p. 70). Essa postura se constitui no interior de uma estética da recepção que tornará o leitor uma espécie de autor da interpretação (Cf. Compagnon, 2001 e Chartier, 1994). Mas deixemos, por ora, o leitor (porque esse tema é ainda mais complexo que o da autoria e daria margem certamente para um capítulo inteiro) e voltemos a falar do autor.

O referido texto de Foucault aponta justamente para esse espaço de onde a crítica estruturalista supõe retirar o autor. De partida, ele expõe as dificuldades de verificar o desaparecimento da noção de autor, para ser substituída por noções como a de obra e a de escrita. A obra, além de ser de difícil delimitação, reclama a idéia de autor para ser considerada; a escrita, da forma como fora pensada por tendências pós-estruturalistas, retém sutilmente a presença do autor⁴. Diante disso, Foucault argumenta que o máximo que a crítica estruturalista conseguiu foi o apagamento dos caracteres empíricos do autor, transpondo-os para um “anonimato transcendental”, mantendo o autor “sob a salvaguarda do *a priori*”.

Afirmando não bastar fazer a “repetição oca de que o autor morreu”, Foucault trabalha, então, neste espaço onde se propusera seu apagamento em nome das formas próprias do discurso, com o objetivo de deslindar que regras passam a presidir seu funcionamento. “Trata-se, sim, de localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse espaço deixa a descoberto” (p. 41). Nesse espaço, Foucault detecta justamente o jogo de uma “Função-Autor”, que agrupa, em torno de um “nome de autor”, feitos com o caráter de obra e/ou de discursividade.⁵

⁴ E mais que isso, pois, segundo Compagnon (2001), Barthes, o mesmo a noticiar o óbito, faz análises de *seqüências paralelas*, desvelando, no limite, uma crença na unidade estilística de um autor.

⁵ Vale a pena reportar-se a Foucault para ver a configuração específica do “nome de autor”. Ler sobre autoria também em *L'ordre du discours* (1971) e *A arqueologia do Saber* (1972). Além do “indivíduo que se põe a escrever no horizonte em que paira uma obra possível” (Foucault, 1971:29), ou seja, dos autores de uma obra, haveria, no mundo dos discursos, autores que estão em posição transdiscursiva – são os chamados fundadores de discursividades. “Não são apenas autores de suas obras, dos seus livros. Produziram alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos” (Foucault, 1969:58). Como exemplos de discursividades, Foucault cita a psicanálise e o marxismo, cuja fundação permitiria o desenvolvimento de analogias e diferenças – o que, segundo ele, não ocorreria com a fundação de uma cientificidade.

Além de observar a situação da função-autor no domínio de grandes textos, pode-se introduzir uma outra questão importante tratada neste texto. Segundo Foucault, a autoria não funciona da mesma forma não só em diferentes épocas, mas também numa mesma época em domínios diferentes, pois, além de autores de obra e de discursividade diferirem entre si, há ainda os textos desprovidos dessa função (contratos, por exemplo, exigiriam signatários, mas não autores)⁶. Isso tudo é devido ao modo como é definida a autoria, às razões por que a função emerge e passa a funcionar. A emergência do autor é ligada à idéia de propriedade e de responsabilidade, é, também, uma noção jurídica.

A posição assumida por Foucault neste texto tem conduzido a leituras diferenciadas. Há quem o entenda como um prolongamento da reflexão estruturalista, como uma posição que leva ao extremo a idéia de morte do sujeito (associação explicável, já que se vivia uma época em que, segundo Schneider, morria-se muito), pelo fato de Foucault falar em função-autor, como uma das especificações da função-sujeito. É o caso de Jean d'Omerson e Lucien Goldmann, que intervêm ao final desta sua exposição no Collège de France, responsabilizando-o pela continuação de um ponto de vista estruturalista e pela afirmação da tese da morte do homem, respectivamente (diante do que Foucault sugere, também respectivamente, que não lhe imputem as facilidades do estruturalismo, e que contenhemos as lágrimas)⁷; e, de certo modo, de Roger Chartier (2002), que, ao comentar as novidades da tecnologia eletrônica, refere-se a mudanças na noção de autoria e comenta – entre travessões! – que agora, na era do hipertexto, teria vez o sonho de Foucault do desaparecimento desejável da individualidade em nome das grandes regras – avaliação um pouco distanciada dos objetivos de Foucault.

Mas, à parte essas leituras, há quem interprete este texto de forma diferente. Talvez porque, atentos à fina ironia de Foucault (tão sutil que, às vezes, permite realmente a ambigüidade), outros pesquisadores interpretaram esse gesto de partir da tese da morte do autor para ver o que surge em seu lugar como uma forma de simulação, ou de trabalhar

⁶ Aqui pode ser explorado um interessante paralelo com a discussão de Bakhtin (1979), quando o autor considera que uns gêneros são mais propícios que outros à expressão do estilo individual.

⁷ Talvez seja interessante notar que, se Foucault tivesse continuado o ponto de vista do estruturalismo, teria acatado a supremacia do leitor e versado sobre ele, mas seu texto é sobre autores. É claro que ele não recupera o tema do sujeito originário, mas não é ele seu algoz.

mesmo numa aparente contradição, fingindo-se partidário do argumento do outro para nele entrar e atacá-lo por dentro, como parece fazer. Para esses pesquisadores, “O que é um autor?” é uma afirmação de que há autor. Restrito a obras e a discursividades, mas há. Suas pesquisas vão consistir, portanto, em trabalhar (primordialmente, mas não apenas) em função das restrições impostas pelo texto de Foucault. Citarei apenas dois pesquisadores, porque marcam efetivamente pontos de vista mais nítidos e, assim, fornecem as condições para a citação e o desenvolvimento de pesquisas, a partir deles.

Orlandi (1999) retoma o conceito de autoria tratado por Foucault em “A arqueologia do saber” (1972), buscando transpor a restrição imposta pela exigência da *obra*. Assim, dilata o conceito, tornando-o aplicável a todo e qualquer texto. O princípio da autoria estaria, como em Foucault, ligado à idéia de foco de coerência do discurso, mas, nas pesquisas de Orlandi, ele funcionaria mesmo em textos destituídos de um nome de autor. Retomando a idéia de que a autoria é uma das funções do sujeito, a autora se reporta ainda ao esquema das funções enunciativas do sujeito propostas por Ducrot (1984) e propõe somar-lhes a função-autor, estabelecendo uma ordem hierárquica em direção ao social, qual seja, locutor, enunciador e autor – sendo a última a mais submetida ao social, mais determinada pela exterioridade. Daí a afirmação de que, na autoria “...a característica mais importante é a responsabilidade” (p.79). Numa consonância clara com a sua posição quanto à subjetividade, a autora afirma que “Explicar o processo de autoria é desvelar o que produz o apagamento do sujeito” (p.61)⁸.

É bastante significativo o gesto teórico de assentar a função-autor na base da textualidade, “estendendo-a” (como a autora diz) a todo e qualquer texto. Independentemente de como a idéia de texto passe nas reflexões de Orlandi (como “unidade de análise”), trata-se de uma formulação teórica de bastante importância, porque aponta uma perspectiva diferente de análise da autoria tomando por base o texto (ou de análise textual diferente tomando por base a autoria...). Reconheço a importância do gesto teórico e acho mesmo que Orlandi tem de ser considerada pioneira neste movimento e configuração de um conceito renovado de autoria. Além disso, em sua análise interessam-

⁸ Essa posição de Foucault e a ampliação feita por Orlandi, ora com mais ênfase em Foucault, ora com mais ênfase em Orlandi, é retomada em alguns dos trabalhos citados sobre a autoria.

me os conceitos de coerência e de dispersão, como características da autoria, mas, sobre isso, retornarei diretamente a Foucault, para, de lá, discutir uma apropriação (com os deslocamentos necessários e possíveis), porque o tratamento dado por Orlandi me parece, dentro de sua própria reflexão, impreciso, sobre certos aspectos e, para além dela, restritivo (adiante voltarei a isso), se pensarmos, por exemplo, numa tentativa de aproximação desses conceitos com análises que desejem assumir um ponto de vista como o que assumo.

O outro autor que leva além essa perspectiva de renovação do conceito de autoria é Possenti. Em trabalhos de 2001 e 2002, este pesquisador propõe estudar a autoria efetuando um deslocamento da reflexão de Foucault. Tal deslocamento pode ser sentido, pelo menos, em relação a três aspectos cruciais: quanto aos feitos que caracterizam a autoria; quanto às características que a definem; quanto ao seu modo de análise. Assim, Possenti (também ele) pretende tornar o conceito produtivo para a análise de textos escolares e outros; define-o como um amálgama entre intervenção do sujeito e inscrição, posto que considera tanto “singularidade” quanto “tomada de posição” como constitutivas da autoria; e inscreve sua análise no Paradigma Indiciário, considerando que a autoria se encontra por “indícios” e não por marcas objetivas (que fariam coincidir necessariamente marcas com presença de autoria). Ao efetuar o deslocamento do conceito dos grandes feitos e trazê-lo para “textos menores”, há um outro – e, ao meu ver, o mais importante – deslocamento, pois aqui a noção não se reporta ao “o quê” dos textos menores, digamos assim, passando a ter primazia o “como” – como identificar a presença do autor (mas, como adverte Possenti – numa intercalação deslocada! –, não se trata de forma sem conteúdo); por situar o conceito nas idéias de singularidade e posição, simultaneamente, acredito reafirmar-se que o discurso é estrutura e acontecimento, e que não há estilo sem posição; ao considerar que a autoria se mostra por indícios, inclui, reportando-se às pesquisas de Authier-Revuz, formas metaenunciativas como “dar voz a outros”, “manter distância”, “evitar a mesmice”.⁹

⁹ Possenti considerou, em aula, uma outra questão que interessa destacar: tratar como indício de autoria “constituir a imagem de leitor”, o que – e agora sou eu que estou falando – tem muito a ver com os outros indícios apontados, porque essa imagem é constituída, em muitos casos, por formas metaenunciativas.

As análises de Possenti apontam para um deslocamento importante, porque, em linhas gerais, muitas das concepções anteriores explicitam que a autoria é pensada em relação ao “o quê”, quer seja de um texto, de uma obra, de uma discursividade, de uma nova formação discursiva, de um texto infantil, de uma piada. Na concepção romântica, quando afirmada ou negada, e na concepção pós-romântica, digamos, independentemente de haver-se discutido a autoria no domínio de um sujeito pragmático ou jurídico, foi de um autor no domínio do “o quê” que se falou – mesmo que isso não tenha sido tema, perpassa as concepções anteriores e as une, sob este ponto de vista¹⁰. Mesmo em textos em que o sujeito é concebido como assujeitado, a autoria é relacionada à “obra” realizada. Neste sentido, a pesquisa de Possenti lança uma base fundamental para assentar essa nova concepção de autoria, que o gesto teórico de Orlandi inaugura. Além dessa base, a incursão de Possenti propõe elementos importantes para essa definição, os quais retomarei oportunamente.

Essa proposta tem sido bem aceita e uma confirmação disso é que alguns trabalhos em curso, teses de doutorado especialmente, têm-na tomado por base. De minha parte, e se minha posição em relação às teorias fosse outra, diria que, pelo conjunto de elementos envolvidos nessa definição de autoria e pelo modo como esses elementos são definidos, há uma grande adequação entre o que as intercalações me põem como questão e o que os dois textos mencionados de Possenti apresentam como hipóteses sobre um novo modo de constituição da autoria. Mas, essa não é uma boa forma de falar de meu vínculo, porque temo que a adequação entre afinidades teóricas silencie os dados e tenho aceitado a árdua tarefa de ouvir esses dados (a despeito das idas e vindas a que eles têm me conduzido). Além disso, esse texto de Possenti situa-se ainda na configuração de uma perspectiva, de uma proposta de trabalho, como o próprio autor assume, de forma que talvez seja mais valioso considerá-lo como um texto programático e não com respostas prontas, para corroborar hipóteses, porque aí estaremos, como diz Foucault na abertura do texto

¹⁰ Não estou afirmando que as análises anteriores não tenham considerado estilo e singularidade. São Jerônimo já falara de unidade estilística como característica da autoria. Mas, nessas concepções, a unidade estilística é um modo de chegar à unidade da obra ou da discursividade. Aqui, embora não se desconsidere o “o quê”, pois Possenti adverte que não se trata de forma sem conteúdo, trata-se de uma importante inversão de foco, já que direciona a análise ao “como”.

mencionado, usufruindo das conclusões de um texto que não foi ainda concluído. Outrossim, justamente por ser um texto programático, a definição carece ainda de desenvolvimentos e refinamentos que a ampliem e precisem.

Minha intervenção nesta proposta, portanto, será no sentido de continuá-la, reafirmando elementos centrais e ampliando-os e incluindo outros elementos que, a meu ver, faltam. Introduzirei esta questão sobre o que acredito serem restrições e, para tanto, considerarei juntamente as pesquisas de Possenti e de Orlandi, pois se trata das mesmas questões. Orlandi estende a reflexão de Foucault, Possenti a desloca; mas as análises de ambos continuam em consonância com duas posições (restrições?) foucaultianas: uma é a situação da autoria no domínio da escrita; outra é a reivindicação de que a autoria é uma questão discursiva. Ou seja, embora ambos puxem a reflexão para o texto, o texto parece não possuir exigências próprias (embora não possa deixar de reconhecer que não é assim que Possenti trata o texto em suas análises). Como considero o objeto texto-discurso, não vejo porque o conceito não ser uma exigência também do texto. Quanto ao fato de a autoria ser situada na escrita, não discordarei; mas há reivindicações a respeito de a autoria ser um conceito aplicado à oralidade, o que vale a pena ser investigado.¹¹ Voltarei a isso.

Há muitos outros trabalhos sobre a autoria, mas não há espaço nem razão por que considerá-los aqui, já que o recorte que fiz é justificado pelo fato de eu buscar apenas posições mais inovadoras, digamos, por falta de um termo mais gentil. De todo modo, não se pode perder de vista que a emergência de muitos trabalhos recentes sobre a questão é uma forma de reafirmar a (sobre)vivência do conceito, e, com ele, o espaço teórico para se trabalhar com autoria. Se não prevaleceu a visão romântica de autor, igualmente não foi definitiva a investida estruturalista. Dos interstícios abertos por essa inversão de extremos, começam a emergir novamente os autores, ou serem repostos no lugar de onde talvez nunca tenham efetivamente saído. Mas, como quem passa pelas raias da morte, o autor volta transformado – o que talvez se traduza nas palavras de Chartier (1994:34): o autor reaparece “dependente e reprimido”. Seja como for, o “falecido” está entre nós e não há como fugir dele. De minha parte, já que as intercalações o exigem, vou a seu encontro

¹¹ Em “Duas questões sobre a autoria” (2002), fiz uma análise mais específica dessas questões. Mas, neste momento, gostaria de retomar essa discussão para reorientá-la.

nesta perspectiva de renovação, precisamente na encruzilhada em que se inscrevem as pesquisas de Possenti.

Reportando-me a sua reflexão, partirei da idéia de que as intercalações podem ser interpretadas como possíveis indícios de constituição de autoria, no domínio do “como”, entre singularidade e posição, e buscarei, nas páginas seguintes, outros elementos para tornar mais precisa essa definição. De antemão, qualifico retrospectivamente a competência textual-discursiva (des)velada no trabalho do sujeito com as intercalações neste espaço que constitui como objeto o texto-discurso, tal como tratei no capítulo anterior, como um trabalho de constituição de autoria. Mas ali falei em termos genéricos. É hora de destrinchar melhor essa noção. É possível desarticular essa reflexão maior, discutindo mais especificamente as características que a definem.

4.1. Onde estariam, então, os autores?

Assumida essa concepção de autoria, vou trabalhá-la em três espaços limites onde as intercalações se realizam, para experimentar a validade da hipótese assumida e ampliá-la no interior da própria análise. Vou discutir a noção inicialmente na escrita infantil, para buscar a emergência da autoria em textos, e tentarei estender a reflexão de Possenti; após, experimentarei a noção em notas de comentadores e em textos da oralidade. Devo, antes de proceder à análise de dados, deixar mais claro o que já assumi anteriormente a respeito do papel do leitor nesta concepção de autoria. Ele é fundamental. Mas não abrirei a noção tratando em separado de autor e leitor. Como o autor não é senhor do sentido, apesar de seu trabalho e de sua intervenção, justamente porque o leitor intervém na construção do sentido, e como o leitor não é o senhor do sentido, porque o autor trabalha também em sua constituição, essa relação autor-leitor deve ser concebida num diálogo fundamental e constitutivo para ambos. Diante disso, direi que minha posição de analista será melhor caracterizada como analista-leitora. Assim, se destacarei o trabalho dos autores, será da posição de leitora que o farei.

4.1.1. A emergência da autoria nos textos infantis

Se as intercalações podem ser pensadas como indícios de uma competência textual-discursiva por meio da qual defino a autoria, podemos observar que os indícios do desenvolvimento dessa competência parecem começar a emergir já na fase de aquisição da linguagem, materializando-se na escrita nas primeiras tentativas de intercalar. Meninos e meninas intercalam, esboçando, nos primeiros ensaios de texto, os ensaios de uma performance que possivelmente os distinguirá na e pela linguagem, singularizando-os. Face a isso, desenvolvi uma pesquisa mais específica sobre as intercalações no texto infantil, para avaliar a possibilidade de conduzir uma discussão em termos de autoria. Nesses dados, há uma grande complexidade e riqueza que certamente possibilitariam uma análise voltada para a escrita infantil. Aqui, porém, privilegiarei apenas alguns aspectos para conduzir a discussão em torno da autoria (retomarei e intensificarei aspectos considerados em Barros, 2002).

Desde as primeiras observações sobre dados da fase de aquisição da escrita¹², detectei, como supunha, várias intercalações, já nas primeiras séries, efetuadas, inclusive, de acordo com suas reconhecidas exigências formais. Mas esses textos levaram-me além do que me propunha, inicialmente, analisar. Eu buscava, apenas, as primeiras intercalações, por assim dizer, mas encontrei também algo que parece anteceder-las e que – acredito – talvez nelas se transforme no decorrer dos anos. Faço essa suposição porque tenho fortes razões para crer que muitos dos balõezinhos, quadrinhos, nuvenzinhas, setinhas e tantos outros expedientes que permeiam os textos infantis como meros suportes para recadinhos e similares, são, na verdade, indícios das primeiras manifestações de uma necessidade de articular planos diferentes nos textos para separar dizeres específicos (não é isso que fazem as “intercalações adultas”?).

¹² O uso da expressão “aquisição da escrita” não é pacífico, haja vista algumas pesquisas terem-na recusado. Reconheço e respeito as razões que levam os pesquisadores a essa recusa, embora não tenha ainda compreendido como eles considerariam o que chamo “aquisição da escrita” pela criança na perspectiva em que trabalham. Mantenho a expressão e não vejo razão em não utilizá-la, ainda mais no contexto desta discussão e tendo por material de análise dados como os que apresentarei.

Para propor uma categorização das muitas “intercalações infantis” encontradas e com os variados aspectos que elas permitem *decifrar*¹³, considerarei inicialmente o que estou propondo designar como **intercalações potenciais** (ou pré-intercalações, como me sugeriu Raquel Fiad) – aspectos que, mesmo não se constituindo formalmente como intercalações, seriam, tanto pelo propósito enunciativo do que se insere quanto pela exposição diferenciada no texto, potenciais ou futuras intercalações –, deixando para apresentar nos próximos subtópicos as intercalações efetivas.¹⁴

4.1.1.1. Organizando o texto

Os aspectos que vou destacar nos dados a seguir são indícios diversos de tentativas de organização diferenciada do texto, rastros de um trabalho do sujeito. Eis um primeiro dado:

(1)



¹³ Durante toda esta análise, me utilizarei do termo “decifrar”, porque é uma metáfora interessante para a análise de indícios, mas o termo não deve levar à idéia de sentido único no texto – não se esqueça que leitores e autores trabalham na co-construção dos sentidos.

¹⁴ Talvez caiba aqui uma menção aos trabalhos de *Crítica Genética*. Mas não vou enveredar por esta perspectiva, embora não desconheça que tais estudos poderiam ser compatibilizados com a análise que desenvolverei. Poderia ser também explorada, por via da *Semiótica*, a complexa relação texto/imagem.

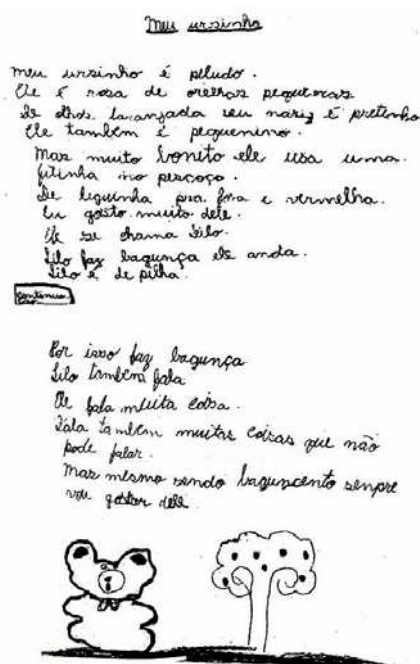
Nesse texto¹⁵, há um trabalho de exposição diferenciada do dizer, organizando aspectos dispersos, de modo a constituir espaços próprios para o texto verbal, o não-verbal e a identificação. Características como essas apontadas no texto de Sandra (1ª série) são tão comuns e aparentemente sem segredos que não causam mais “perplexidade” (para usarmos um termo – muito significativo – de Abaurre¹⁶) aos analistas. Contudo, mais que constatar aí um modo infantil de escrever, chamo a atenção para uma explícita coerência na disposição desse texto: além da separação em blocos, que, por sua vez, tomam espaços diferentes, há coerência entre o verbal e o não-verbal, pois, tanto numa linguagem como na outra, trata-se de uma família feliz e unida (as mulheres, unidas até nos modelos dos vestidinhos e dos penteados...).

Essa separação de espaços vai assumindo contornos mais objetivos e deixando ainda mais clara a intervenção do sujeito. Não apenas se percebe que ele está no texto por meio de orientações mais indiretas, como no caso anterior, mas por orientações explícitas, como no dado a seguir. Luciana (2ª série), ao ter de seccionar o texto por limitações de espaço, materializa sua preocupação com o leitor, no sentido de indicar que os sucessos do Ursinho Lilo continuam na página seguinte. Ela escreve CONTINUAÇÃO, sendo tal orientação alocada no espaço além-margem, que, no original, é pintado de vermelho (como a “liguinha pra fora e vermelha” do ursinho...). Há uma “saída” do que se vinha tratando para acrescentar um dizer que é de outra natureza. O sujeito, que assume outra posição enunciativa, põe-se num outro lugar textual, e, de lá, fala ao leitor.

¹⁵ Esse texto e todos os demais contarão ampliados em anexo. Trata-se de textos do banco de dados do Projeto Integrado CNPq, o qual se constitui de milhares de textos, organizados em *corpora* diferentes, como, por exemplo, dois longitudinais com a escrita de sujeitos particulares, além de um terceiro *corpus* com dados variados, que proporciona estudos de caso, pesquisas transversais, além de outras. Agradeço a Abaurre, Fiad, Mayrink-Sabinson o acesso tranqüilo e esses preciosos dados.

¹⁶ É claro que o termo “perplexidade” não é um apanágio de Abaurre. Certamente, não. Mas tem em suas pesquisas uma força destacável e talvez esteja mesmo ligado a suas questões teórico-metodológicas: parece ter a ver com suas interrogações, com o tipo de fatos de linguagem que lhe despertam interesse e com o modo de proceder à análise desses mesmos dados. O termo aparece em momentos cruciais de seus textos, revelando o que talvez a defina como pesquisadora, o que a leva, como ela mesma diz, a “defender, para os lingüistas, uma atitude de constante perplexidade diante dos dados, por mais episódicos que possam ser” (Abaurre, 1996:124).

(2)¹⁷



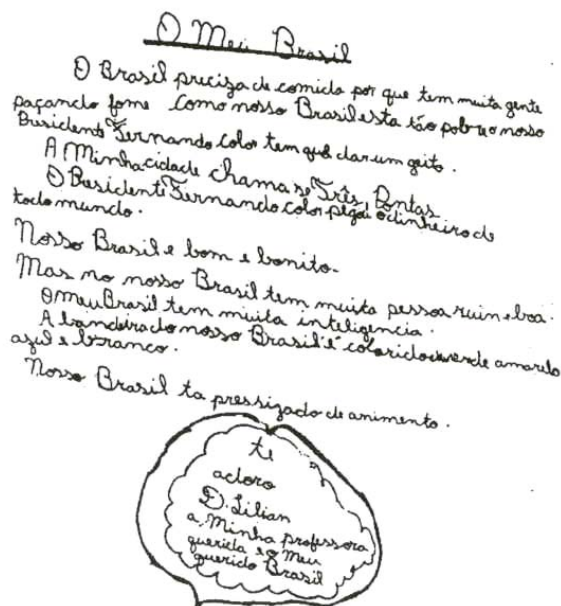
Isso faz pensar nos mecanismos de coesão que Koch (1997) denomina *sinalizadores textuais*, ao mesmo tempo em que reforça a idéia de distinção entre planos enunciativos. Os pequenos sujeitos dão indicações dos diferentes propósitos a que suas intervenções se destinam. Essa sinalização parece marcar uma exigência do próprio texto, ligada a seu apelo de progressão de sentido, e constitui um propósito diferente (alocado, inclusive, num lugar diferente). Mas, frente a esta pressão, o sujeito trabalha, pois as formas de marcação desse mesmo propósito são variadas: há dados em que são usadas setas simplesmente, há outros em que se verifica apenas o uso da expressão **VIRE**, e há ainda

¹⁷ Realizei uma montagem, juntando as duas partes deste texto, para destacar a intervenção do sujeito, mas no original o texto estava em páginas diferentes. Ainda sobre esse texto, gostaria de destacar que a orientação *continuação* e muitas outras feitas por crianças e adultos, como *abaixo*, *acima*, *na página anterior*, *no parágrafo seguinte* são reconhecidas também como “didascálias”. Pode-se ler sobre isso em Lima (2003). Neste mesmo texto, a autora estuda fenômenos como os que aqui denomino intercalações como recursos de expansão do texto, tomando por critério de análise a natureza da operação cognitiva (definições, justificativas, exemplificações) e procedendo a uma caracterização dos tipos de enunciados intercalados em um texto – onde se incluem muitas das manifestações que chamei formas metaenunciativas. Trata-se de um texto de incontestável importância direcionado ao ensino, que não comunga com os discutidos no Capítulo II da censura, implícita ou explícita, às intercalações, mas que também não os supera em termos de proposta explicativa, inclusive porque a autora não se propõe a explicar as intercalações, mas a descrever alguns aspectos a elas relacionados, como forma de sugerir propostas de trabalho com a redação.

dados em que são acumuladas as indicações não-verbal e verbal, assim: → **VIRE**, além de outras possibilidades, é claro.

E as interposições dos sujeitos em meio ao que enunciam não se resumem a marcações mais indiretas ou orientações com propósitos didáticos. Vejamos.

(3)

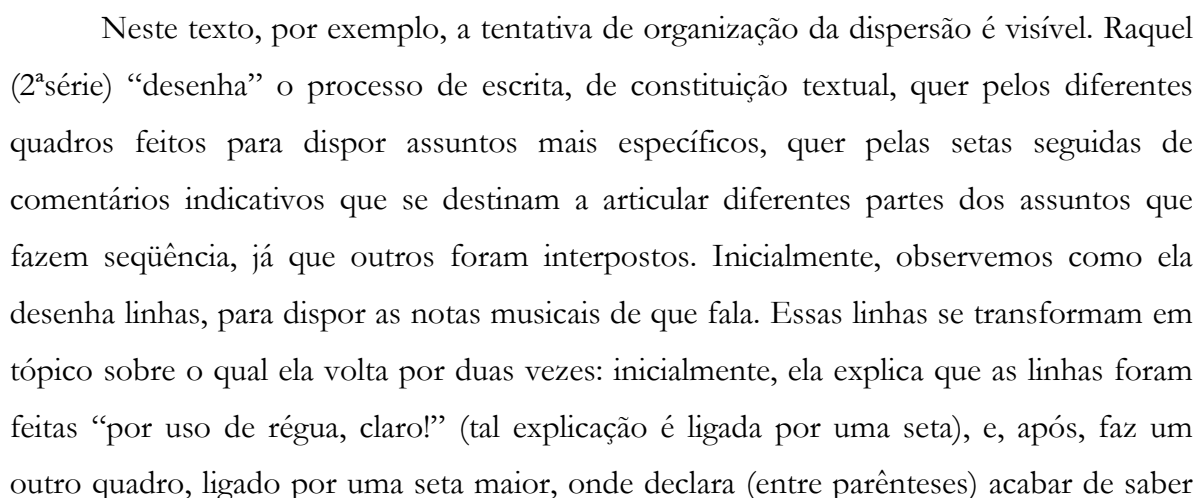


Já nessa fase e ainda por meio dessas soluções meio “artesaniais”, os dizeres específicos parecem ir muito além. Há, explicitamente, a interposição de formas metaenunciativas, cuja natureza revela propósitos de ordem cognitiva, ou afetiva. Deise Aparecida (2ª série) não apenas dirige-se à professora após o texto solicitado, numa declaração de amor, como também separa esse dizer numa nuvem, que, por sua vez, está dentro de um coração (dizem que o coração leva às nuvens...). É um outro lugar de enunciação e um outro propósito e isso toma uma forma diferente, na perigrafia.

Os diferentes aspectos destacados revelam que, mesmo antes de fazerem intercalações efetivas, meninos¹⁸ e meninas já fazem uma separação multilinear de sua enunciação. Eles estratificam (de forma não-oficial) o dizer, contendo/denunciando a

¹⁸ Agora percebo que não incluí dados dos meninos, mas eles intercalam (e muito...). Para uma apreciação de suas proezas, sugiro a leitura de um texto de minha autoria que já foi citado. Além disso, no capítulo anterior, mostrei dados deles – meninos grandes, é verdade, mas, como se diz, “não há grande sem pequeno”.

(4)



que “o nome daquilo é pauta”. Como a menina não tem ainda domínio dos recursos lingüísticos por meio dos quais se estabelece a coesão textual¹⁹, faz a seqüenciação por meio de setas – a coesão não-verbal de que falei no capítulo anterior. Isso se torna necessário porque, paralelamente, foram interpostos dois outros blocos: um quadro mais independente, com assinatura inclusive (um bilhete dentro da carta?), onde Raquel afirma que sempre quisera conhecer o destinatário de sua carta; e um quadrinho espremido na lateral da página, onde ela suspira, em fonte menor, “gosto de um guri chamado Vladimir! Ui-ai♥♥”. Por conta disso, tem lugar um outro quadrinho, no qual ela insiste para que o destinatário não conte a ninguém, fazendo-o assumir um compromisso (observar as opções de sim e não a serem assinaladas)²⁰. Essas idas e vindas de Raquel parecem dar conta de uma tentativa de organização dos diversos propósitos de seu heterogêneo texto (que lembra, a seu modo, o hipertexto). Essa parece uma hipótese defensável, pois, além dos indícios destacados, parece haver uma prova²¹ interna ao texto, deslocada por uma linha divisória, onde a escrevente explicita essa preocupação: “Você agora conseguiu olhar direito a minha carta? Espero que sim!”.

Raquel interpõe-se para conter a desorganização passível de instalar-se pela emergência da dispersão, constituída neste caso por dizeres mais específicos e deixa, por meio do “como” (como organizou o dizer), os rastros da “micro-história” que constitui seu texto e da gênese de sua própria história com a escrita. Como toda carta, há vários subtópicos. Talvez por um desconhecimento da configuração do tema desse gênero, Raquel vê-se obrigada a separar e destacar esses dizeres, fazendo a perigrafia entrar no

¹⁹ Mas, conforme argumentei no capítulo anterior, essa coesão não-lingüística não é apenas uma opção de quem não conhece os recursos coesivos; é uma outra possibilidade de coesão.

²⁰ Não espalho o segredo de Raquel; ela autorizou-me a fazê-lo, dizendo que “Isso hoje é besteira”.

²¹ Ginzburg, em *Relação de forças* (2000), faz uma discussão específica sobre a noção de *prova*, defendendo a posição segundo a qual é possível trabalhar com provas em história. Com isso, ele não apenas objetiva desviar-se do que denomina *relativismo cético*, como intensifica suas discussões a respeito de rigor nas ciências humanas (de um *rigor flexível*), questão que ele persegue em outros textos. Nesta discussão sobre prova, Ginzburg desenvolve, sobretudo em seus exercícios de análise, a noção de *prova interna* ao texto e não apenas de testemunhos exteriores trazidos para uma análise.

continuum e vice-versa. Ela explicita o processo de escrita e não reescreve a carta, pois este dado foi conseguido com o destinatário, cabe mencionar!²².

Muitos outros dados poderiam ser analisados aqui, mas acredito que esses são suficientes para experimentar a hipótese de partida, segundo a qual assumi que, mesmo antes de intercalarem de fato, os sujeitos fazem o que estou interpretando como intercalações potenciais ou pré-intercalações, pelo argumento de que comungam de características semelhantes às das intercalações efetivas – antes de constituírem intercalações diversas, os sujeitos já se intercalam. E esse trabalho do sujeito indicia tanto a assunção de si quanto a consideração, direta ou indireta, da alteridade em suas relações com a linguagem escrita. Em meio à textualização disso, destacam-se os primeiros e bons ensaios de produção textual. São textos, possivelmente julgados como coerentes, coesos a seu modo, inscritos historicamente. Não se eleva ainda uma grande instituição com dispositivos explícitos: o outro é a professora, é o leitor que devem considerar, é o outro modo de dizer, é a forma do texto escolar a que eles têm (?) de se adequar; mas, mesmo assim, deixam rastros de intervenções em meio a pressões. Embora não se rebelem no espaço do outro, constituem como seu espaço a perigrafia.

Talvez já se façam sentir, em todos esses aspectos destacados, as pressões da unidade textual, obrigando-os a configurar o tópico e a relevância, que os orienta a organizar o dizer disperso que emerge. É interessante destacar essas questões lá onde o texto está ainda emergindo, porque o problema de olhar “textos prontos”, bem feitos, é esquecer-se de que há um processo, complexo, em curso, não apenas na trajetória de escrita de um sujeito, mas também em cada texto particular, por mais bem acabado que pareça. Antes mesmo de intercalarem, dão indícios de uma competência em relação à necessidade de **organização do texto** (que, não será demais lembrar, não apaga a dispersão por isso) – **o que destaco como uma primeira característica da autoria.**

²² Adiante retomarei esta questão relativa à explicitude dos textos de Raquel, pois será interessante observar se isso recorrerá em outros dados e se esse procedimento pode ter a ver com estilo individual.

4.1.1.2. Entrando pelos gêneros

Se, ao efetuarem intercalações potenciais, os sujeitos já revelam intuições em relação à textualização de propósitos enunciativos, especialmente no que toca à exposição diferenciada e ordenada desses propósitos no texto, mais abundantes e ressaltados se tornam os indícios dessa competência/necessidade quando efetuam intercalações efetivas. Mais que um modo artesanal de intercalar, verifica-se uma exploração sistemática das intercalações várias, pois usam – e com sofisticação – parênteses, vírgulas, e, até mesmo, intercalações deslocadas (simpáticas notinhas de rodapé). Assim, eles não apenas deixam seus rastros no texto, pela estratificação que fazem, ou não apenas dependuram-se, antecipam-se ou anexam-se de modos vários na perigrafia textual, como também entram efetivamente no *continuum* quando intercalam, delimitando um terreno que é do sujeito: é deles – sujeitos escreventes de textos. E, assim, continuam a constituir-se na e pela linguagem não só porque dizem “eu”, mas porque inscrevem, em cada gesto de intercalar, um “eu estou aqui” – uma dêixis, triádica, que funda a singularidade no tempo-espço único de cada enunciação.

Abordarei essa questão passando rapidamente por alguns textos das primeiras séries do Ensino Fundamental. Sujeitos na mesma idade escolar dos que escreveram os textos mostrados no subtópico anterior realizam intercalações várias, tal como o fazem os assim nomeados escritores proficientes. Essas intercalações servem a propósitos variados e, como tais, indiciam questões diferentes. Às vezes, parecem cumprir funções mais burocráticas, digamos, como abaixo.

(5)

Olá amigos e amigas amor. sobre o governador
Portugal exigia mais. E em 1512 Rico
(hoje Curia Rica) começou uma revolta da
qual pretendiam libertar o Brasil e toda
colônia de Portugal.
Essa revolta veio num dia que era
coincidência o amplexo atestado.
Somos uma parte guaquim José da Silva
Carin Capela (Liações) e outros.
Um de meus amigos perdeu uma vida
e ele se tornou o colosso sua vida.

Nesse caso, o sujeito dá explicações entre parênteses, dando voz a já-ditos sobre a questão da Inconfidência Mineira (parágrafos 1 e 3). Mas não parece haver aqui uma grande intervenção do sujeito, pois tanto do ponto de vista informacional há muito do que dizem os textos do livro didático como as próprias intercalações reproduzem fragmentos desses livros, tal como lá se encontram (também não parece destacar-se um “como”). Não é raro encontrarem-se, nos textos dos livros de Estudos Sociais (se é que ainda se chama assim essa disciplina...), frases feitas como esta que aí está: “Tomaram parte Joaquim José da Silva Xavier (apelido Tiradentes) e outros”. Mas, se isso não mostra uma “inovação”, digamos assim, do ponto de vista da escrita, revela a inserção na posição de leitor e da incorporação de modos de intercalar a partir da leitura do texto de outros, porque, como parecem ser fenômenos tipicamente enunciativos, não fazem parte de nenhuma “gramática”, digamos (embora tenham sua gramática particular) e, se não são ensinados, muito menos nesta fase, o domínio parece começar a advir da leitura.

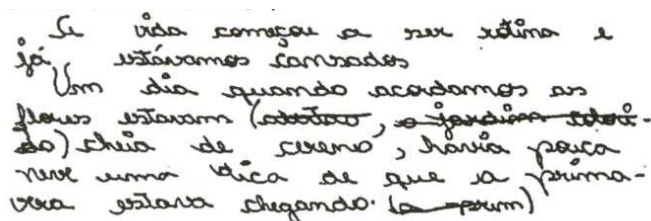
Semelhante “conotação burocrática” pode ser percebida nos dados a seguir:

(6)

Em uma certa noite, eu estava saindo do cinema. Tinha acabado de assistir ao filme “O predador”. Era (o)ze) onze da noite. Buzia a rua. De repente. Todas as luzes se apagam. Comecei a ouvir ruídos estranhos, e também passos, Como se alguém me seguisse. Quando olhei para trás... ninguém. Estava ventando forte. As ruas desertas. Estava só eu na meio daquela escuridão. Talvez não só eu. Pois eu sentia que ~~alguém~~ estava sendo perseguido. Ou será que era apenas minha imaginação?

Nesse caso, a parentetização de “(oze)”, linha 3, serve claramente a uma correção motivada pelo escorregão ortográfico, tanto que o vocábulo em grafia correta é reescrito a seguir. O parêntese equivale ao risco duplo utilizado na antepenúltima linha do texto para anular o vocábulo “~~ainda~~”. É, aliás, muito comum nos textos escolares o uso de parênteses com função de correção, como forma de anular ou de separar o que não vai ser lido. Às vezes, é usado o risco para anular esses parênteses

(7)²³



como nesse dado; mas, em alguns casos, como o destacado anteriormente, nem essa preocupação há. O elemento entre parênteses é remetido para um outro plano, o que pode indiciar que os sujeitos já percebem a não-linearidade tópica. Mas parece também haver uma crença de que o que está entre parênteses não vai ser lido – indício talvez de uma consequência da visão denunciada nos estudos gramaticais de que as intercalações seriam irrelevantes. Esse gesto dos alunos é, em muitos casos, induzido pelos professores, que orientam para que se ponha o erro entre parênteses.

Além de mostrar que as intercalações podem cumprir funções mais burocráticas, esses mesmos dados servem também para explicar a idéia de indício, pois uma intercalação destas, sozinha, nada quer dizer, além de mostrar as técnicas de organização dos textos escolares, e, por isso, certamente, seriam eliminadas numa possível reescrita. Nesses casos, anular-se é sua razão de ser. Não quero afirmar com isso que tais intercalações não têm importância para o texto; especialmente esta última está diretamente relacionada à reestruturação do parágrafo, deixando-o mais coerente com o título do texto, que é “Um dia de inverno”. Mas é interessante chamar a atenção para dados assim, para alertar que, ao avistar-se um parêntese, não se veja imediatamente um autor: a autoria não é assim gratuita. Intercalações são lugares de constituição da subjetividade, mas tanto quanto podem explicitar intervenções, podem ser lugares onde ficam claros processos de assujeitamento (não é à toa que as pesquisas em AD o afirmaram em uníssono) – e sua análise deve explorar justamente essa ambiguidade. Portanto, não podem ser tratadas como marcas, mas devem ser consideradas como indícios de outras competências relacionadas ao trabalho do sujeito com a linguagem, e a análise da autoria não pode, portanto, prescindir da análise do texto-discurso.

²³ Os três últimos textos são do Ensino Fundamental; não foi possível identificar seus autores e as séries.

E é justamente a análise do texto que permitirá entender que, além de mostrarem uma vinculação com a organização textual em termos mais gerais, as intercalações parecem ter uma vinculação mais específica com as diferentes “espécies” de texto, com o gênero, numa palavra, no sentido de inserção, de incorporação de suas características constitutivas, e também de diálogo. A hipótese de que a emergência e o funcionamento das intercalações pode ter a ver com o estilo dos gêneros foi introduzida no capítulo anterior, na seção 3.2., onde busquei justificar as variações das intercalações de acordo com o tipo, a frequência, a localização, as formas de marcação. Aqui, retomarei aquela hipótese, para aprofundá-la, vinculando-a com mais precisão à subjetividade.

As intercalações que emergem nos textos infantis, escolares ou espontâneos, permitem visualizar uma grande variação não apenas quanto aos propósitos, mas também quanto às formas de intercalar. Nos dois dados a seguir, destacarei o uso de parênteses.

(8)

A família as avesos

Para uma vez uma cidade muito distante, nela existia uma família chamada Trocatel.

Esta família era diferente das outras famílias, por que ela tinha uma maneira de falar e de viver muito esquisita, por exemplo: o pai chamava a mulher de ba, e irmão chamava a irmão de moia etc.

Certo dia a tal família saiu para comer lá fora, chegando no restaurante o pai resolveu pedir a comida:

— Garçon gostaria de 4 procan (picanha) 1 burata patel datatata frita) garoto e furgão (arroz e feijão).

Mais tarde o garçon trouxe: porção, água gelada, garoto e um furgão e foi trouxe a conta que tinha dado 15037.800, ao pai chegou do furgão e o pai se emocionou e disse:

Bonvou braga (não vou pagar).

Aí o garçon ficou os olhos e ficou esperando eles pagarem, mas não a bracha dele no fim para fora do restaurante.

Fim

Há quatro intercalações marcadas por parênteses no corpo do texto, todas com o mesmo propósito enunciativo: efetuar uma aposição ou tradução de termos. Quando Lia

(4ª série) fala na “língua” da curiosa família, imediatamente traduz, apondo o correspondente em língua portuguesa. Mas, veja o leitor como ela não repete a parentetização quando, no quinto parágrafo, elenca os itens que o “gravon” (garçom) trouxe à mesa. Lia explora sistematicamente o recurso, para cumprir uma exigência básica e localizada de seu texto, desfazendo-se dele quando percebe que a explicitude está garantida.

No texto de Raquel (2ª série), a seguir, é semelhante a adequação do uso dos parênteses. Há muitos outros aspectos que podem ser destacados, como o uso das aspas, o uso de caixa alta para destacar termos, as onomatopéias, além da explicação das decisões tomadas quanto ao texto. Mas destacaria apenas esse marcador, em dois momentos.

(9)²⁴

A vida no campo...

Um dia, Roberto e Clara, foram ao campo, pois eles eram da cidade. Uma terça-feira, eu fui ao mesmo lugar que eles. Então, me pareceu, primeiro: eu vi uma mulher, de lá, tirando leite de uma de suas vacas. Embora ela tivesse tantas vacas fedorentas... Live que entrou. O nome dessa moça é dona Anita. E a esposa dela se chama Sr. Reinaldo. A gente ali mora lá, só que, é claro, em parte local. Mas é a Roberto e a Clara? - Não, não a gente vai ver, já já! Então, Roberto, andou com o seu cavalo fazendo ~~ruído~~ não é tá? é isso que vem agora! ~~poeta~~ ... É sabe por que tantos "poeta?"

É por causa que Roberto andou ~~muuuuuu~~ muito longe. Agora eu vou dar uma de computador: **PAUSE** ... É então? Cehen a história engraçada? Agora eu vou "despausar"! É, então Carla foi com Roberto, tomaram café e fim. ~~1.000~~

Observando-se as funções desempenhadas pelas formas metaenunciativas constituídas, pode ser observado como os propósitos enunciativos, que, em textos de

²⁴ Esses textos estão identificados, com autorização dos autores, porque isso é importante no contexto de uma discussão sobre estilo.

outros sujeitos ou em textos anteriores desse mesmo sujeito, possivelmente constariam na perigrafia (em balões e quadros), tomam espaços no *continuum* e cumprem as exigências previstas para tal: uso de marcação, coerência no texto, no parágrafo e no período. As interposições “artesaniais” dão lugar a formas metaenunciativas mais complexas, tal qual ocorrem nos textos de adultos.

É o que se pode observar no texto a seguir, onde há metaenunciações marcadas por travessões, o que é raríssimo nos textos da escrita inicial, talvez porque se trate justamente de uma notação mais complexa. Não é um marcador desconhecido, é claro (basta lembrarmos da grande quantidade de travessões nas narrativas dialogadas que meninos e meninas lêem e escrevem nesta fase), mas este uso é mais complexo e, como se vê, a menina parece haver descoberto a possibilidade e, vez por outra, curiosamente, ele aparece em seus textos desta fase.

(10)

I meu pai é o máximo... I meu pai é legal...
 I meu pai é - As vezes - chato... É de que adianta ser
 chato se o pai de toda mundo é as vezes legal e
 as vezes chato? De ele é chato, e eu,
 peguei minha em escrever, então eu apaga!
 I meu pai é - As vezes - chato... Agora eu vou
 escrever que o meu pai é... é... é... hum... já sei!
 I meu pai é:

P
A
I

 adoroso...

A
B
O
T
A

 *

I

 mpressionante!
 Há, há, há, há... Gostaram? Pais... Pais... Tomara porque
 quem está escrevendo esta história sou eu... Eu
 filha do pai... Bem, tem gente que tá pedindo
 para mim terminar a história... Então eu
 termina! De é assim... Tchau... Quero dizer... fim!

Embora se possa utilizar a vírgula nestes casos, às vezes privilegia-se o travessão, por questões de ênfase. E parece ser o caso: após dizer que o pai é legal, que o pai é o máximo, Raquel (2ª série) só poderia dizer que, apenas às vezes, ele é chato – o que pode

justificar a ênfase dada pelos travessões. Ainda assim, essa caracterização parece causar-lhe incômodo, pois arruma uma interessante estratégia para nem isso ter que dizer de seu pai, afastando-se, por tabela, de uma forma comum de texto onde se fala de qualidades e defeitos: se todos os pais são às vezes legais e às vezes chatos, é “mico” repetir isso (como ela diz), sendo melhor apagar. E apaga, explicita a correção dessa afirmação, desenhando uma borracha em movimento do fim para o começo da frase, para dizer o que seu pai realmente é, num acróstico. Essa explicitude de Raquel é mostrada também pelas hesitações, reticências, a seta vertical, que indica a seqüência do texto, e outros meios que “desenham” a reflexão e as soluções da menina. Mas isso ainda não é tudo: a última linha desse texto contém uma forma metaenunciativa conhecida, “quer dizer”, que ela personaliza e usa para fechar seu texto: “Tchau... quero dizer... fim!”²⁵. Isso parece muito coerente porque se trata de uma “despedida” num texto dissertativo e não numa carta ou numa conversação mais casual. Se faz sentido decifrar nisso indícios de uma inscrição no estilo dos gêneros (que exerce pressões e condicionamentos), faz mais ainda notar como isso tem uma relação próxima com a intercalação. Poderia conduzir uma análise apenas para destacar a competência de Raquel no uso das intercalações, desde muito cedo; mas, como isso ficará claro, conduzirei a análise para algo mais específico – a emergência do gênero e os indícios de reconhecimento de seus elementos definidores.

Vejamos outros subtipos de intercalações. No texto a seguir, emerge uma intercalação deslocada, com asteriscos duplos, inter-referenciais. Trata-se de um dos muitos livros escritos por Raquel (ou melhor, um fragmento retirado de um livro), em que emergem notas preferencialmente. Esse gênero dá vazão a intercalações diversas no *continuum* e na perigrafia textual, e Raquel parece começar a entender isso. Num texto que, por natureza, já é uma forma metaenunciativa de antecipação, como propus anteriormente, pois se trata de uma introdução, Raquel desloca uma intercalação. Na verdade, há uma interposição dentro de outra, pois no *continuum* ela já intercala, entre vírgulas, que se trata de “um sumário, que não é sumário*, sacô?”.

²⁵ É muito comum em outros textos de Raquel, o uso dessa mesma forma metaenunciativa, quando ela diz, por exemplo “É hora de dizer... quero dizer... de escrever fim”.

(11)

Introdução

Uh! Como estou emocionada, em publicar este livro!

Bom, não é um livro publicado
né, mas, agora já foi!...

Isto que eu estou escrevendo é
um sumário, que não é sumário,^{*} né;
[...]^{*} É uma "segunda Dedicatória".
Ela dedica o que eu quero ao
mundo, e, o que eu realmente quero
ao mundo é...

... Paz mundial!

* Desculpe, "sumário" não, é intro-
dução...

Se essa nota pode ser interpretada como uma prova interna da inserção do sujeito no estilo do gêneros, o dado a seguir pode ser considerado uma prova externa para reforçar essa hipótese, pois, num bilhete, Raquel (4ª série) usa PS – um acréscimo e não um encaixe. Aqui é necessário considerar que a inserção no estilo dos gêneros pode ser sentida em vários aspectos, não apenas por meio das intercalações, como as abreviações, reticências, sinais gráficos no lugar de palavras, variações lingüísticas mais informais e outros que dariam conta do coloquial no texto. Na verdade, é mais que adequação ao estilo bilhete, pois parece haver uma transposição do e-mail ao bilhete – é um bilhete heterogêneo. Essa influência do e-mail, que é o bilhete eletrônico, na missiva tradicional mexe com o gênero por dentro, ao inserir-se em seu estilo. E os dois PS no final provam isso de forma mais clara²⁶.

²⁶ O PS não é uma exclusividade da carta, ela é um de seus espaços privilegiados. Não é porque emerge um PS que é carta, mas, porque é carta, emerge um PS e não uma nota. Mas, como se sabe, os gêneros são apenas "relativamente estáveis", podendo é claro, haver intervenções e mudanças.

(12)

! Oi Alyne!!! E AÊ, Alyne!! =) !
Eu gostaria de ~~te~~ dizer que eu ainda ã re-
cebi o e-mail que tu mandô. Eu ã desco-
bri ~~porque~~ ~~isso~~ aconteceu. Te poderia, mas
menos, tentar descobrir pq, te ã ocha?! C
te ã descobrir, então, te vai ter que "fazer"
de novo, tá??
Um beijo, um abraço e um Topinho
nas costas!!! ...
Raquel
P.S.: Me manda + e-mail, tá?!
Outra vez outro P.S.: Esqueci de "perguntas", te "dixen-
se", ã é?!
Assunto: Eu de novo, a Raquel!!!

Raquel faz um PS e não uma nota de rodapé, recurso lingüístico que não tem como seu espaço privilegiado de materialização esses gêneros, e, após, diz que vai fazer outro, quando podia simplesmente fazer. Aqui recorre um traço já destacado em relação à explicitude da escrita de Raquel. Mesmo num texto em que aparenta querer ser sintética, dados os meios de que se utiliza, Raquel (4ª série) se prolonga em PS e repete a explicitude “ah, outra vez, um outro PS”. Possivelmente, outro sujeito faria o PS, mas não o anunciaria, não comentaria o que já é um comentário. Adiante voltarei a isso.

Essa diferenciação entre notas e PS e a adequação aos gêneros em que emergem serve para reforçar a distinção proposta entre encaixes e antecipações ou acréscimos, no capítulo anterior. Perceba o leitor que, no caso do PS, não se trata de uma nota efetiva, tanto porque não tem marcação remissiva ao texto, como porque não se direciona a um ponto específico: trata-se de algo, que, embora tenha a ver com o texto todo, é, como se diria, um adendo, *post scriptum*. Isso interessa para pensar nos muitos autores que – de diferentes lugares teóricos! – chamam notas de rodapé de “acrécimos contingentes”, “adjunções de conteúdos descentrados”. A nota não é acrescida ao texto, nem mesmo a

chamada nota de fim de capítulo, posto que se origina em um ponto específico e, portanto, remete a esse mesmo ponto – a nota (como as outras intercalações) é uma especificação de um ponto do texto; já o PS pode ser lido como acrescido, não devendo esse acréscimo ser julgado *a priori* como contingente²⁷.

E é curioso observar que os sujeitos parecem começar a perceber essa diferença já nesta fase. Não sendo ensinadas as intercalações, resta pensar que as incorporam como leitores – como hiper-leitores... O que merece destaque aqui é que, dada certa sensibilidade para este tipo de fenômeno, alguns sujeitos despertam muito cedo e passam a fazer uso dele tão logo percebem a importância, enquanto em outros, e pude ver isso em diferentes textos, é mais escasso e menos versátil, digamos assim, o trabalho com as intercalações. Mesmo tendo em conta que elas emergem e exigem ser textualizadas, nem todos se mostram aptos a atender a este apelo nas primeiras escritas (uma imagem do que é a escrita, porque, como as intercalações são da enunciação, emergem em diferentes manifestações, de acordo com as restrições e possibilidades de tais manifestações).

Continuemos com a discussão sobre o gênero. O interesse principal neste momento é mostrar como as intercalações indiciam a emergência do gênero na fase de aquisição e a inserção dos sujeitos em seus condicionamentos. Há indícios suficientes para defender a hipótese e prová-la no interior da própria análise. Mas, além dos indícios destacados, é possível mobilizar também uma prova externa para reforçá-la. Poderia somar a este argumento o resultado obtido numa pesquisa particular, onde observei, sob outro ponto de vista, a relação das intercalações com o estilo dos gêneros. Ao realizar uma abordagem quantitativa das intercalações que emergem, tentei explicar alguns desníveis em relação ao número de intercalações presentes nos textos de acordo com as séries. Dois aspectos sobressaíram: um número grande de intercalações presentes, marcadas por travessões, na segunda série do Ensino Fundamental e a ausência total de intercalações deslocadas em redações do terceiro ano do Ensino Médio. Isso era um desnível em relação às séries vizinhas: no caso dos dados da segunda série, era um salto em relação à

²⁷ Não estou dizendo que a nota não possa ser inserida após uma re-leitura, após o texto haver sido escrito. O que contesto é ela ser tida como mero adendo. Como mostra o dado de Raquel, a nota surge de um ponto e se volta sobre esse ponto, especificando-o. Considerá-la adendo despenca rapidinho para acessório, irrelevante...

primeira, tendência que não fora continuada na terceira; no caso do 3º ano, era uma queda em relação ao primeiro e ao segundo, em que havia intercalações deslocadas sim. Minha interpretação foi que a explicação para os dois desníveis viria dos condicionamentos do estilo dos gêneros em que os alunos escrevem: as narrativas dialogadas das séries iniciais estão permeadas de travessões para inserir a fala de personagens diferentes; as redações do terceiro ano são condicionadas por exames como Enem e vestibular, que, ao retirarem a avaliação das mãos da escola, retiram igualmente o currículo, sendo o estilo do dito gênero redação do vestibular, que, com raras exceções, prevê a dita escrita certinha (o que desfavorece o uso de intercalações deslocadas), que orienta a escrita de textos nesta fase. Isso pode ser mais um argumento a favor da hipótese de que a emergência das intercalações é condicionada também pelo estilo dos gêneros e que os sujeitos dão indícios desde muito cedo dessa competência/construção.

Isso fica claro nos dados de Raquel. E mais: essa possível sensibilidade de Raquel para o gênero parece estar além da inscrição em seu estilo, da incorporação de suas características constitutivas. Também o diálogo com o gênero é explicitado, como a seguir.

(13)

SUMÁRIO
~~SUMÁRIO~~
 Não! Nesta história, sumário não entra
 É tudo numa paulada só.  que
 Hã? Ah! Vocês devem estar se pergun-
 tando: "Que história?" né?! Pois, vou conta-
 desde o princípio.
 Era uma vez... não! As histórias
 SEMPRE começam assim! Vai de novo:
 Em 200N (dois mil e nunca), Blume-
 nal, SC, (quanta vírgula!) moravam Cecília
 e Arthur. Cecília e Arthur eram
 vizinhos desde 200QN (dois mil, quase nun-
 ça).
 Teve uma vez que ambos recebe-
 ram um telegrama. Lá estava escrito:
 Venham! Venham procurar
 por um tesouro na floresta
 mágica! Venham! casapareinho

Nesse texto, Raquel (4ª série) continua sua briga com a idéia de “sumário”. Uma hipótese, mas não é a única, é a de que ela escreve SUMÁRIO, abaixo reescreve ~~SUMÁRIO~~, como que mostrando a desistência do termo.²⁸ Ela risca sumário porque reconhece que naquela história essa parte não entra, pois, como ela mesma diz, “é tudo numa paulada só”. Essa, no entanto, não é sua única questão. Mal descarta o sumário como um possível modo de organização de seu texto, dialogando com a estrutura composicional do gênero, começa outro conflito, desta vez, com o clássico “Era uma vez...”, que também é desprezado, porque “as histórias SEMPRE começam assim!”. Um aspecto do estilo lingüístico, uma forma verbal privilegiada para iniciar este gênero é contestada. Neste caso, talvez se possa fazer uma relação com o que diz Possenti a respeito de “evitar a mesmice” como um dos indícios de autoria. Raquel evita a mesmice do “Era uma vez...”, com uma solução tão inteligente quanto engraçada: “Em 200N (dois mil e nunca)”, personagens que são vizinhas desde “200QN (dois mil, quase nunca)” fazem umas coisas... Essa “briga” com o gênero parece ser a questão de seu texto, pois a história não progride, não sai disso, tem um desfecho rápido demais. Ou o propósito do texto era este, ou, dado o inconformismo diante das formas de dizer, passa a ser o tópico.

O gesto metaenunciativo, o retorno sobre o próprio dizer, conduz suas inquietações e as intercalações traduzem suas soluções – são meios privilegiados de fazê-lo. Ela interfere no interior do gênero; mas diria que não chega a sair dele, a configurar outro: inova dentro do próprio gênero. Raquel demonstra sensibilidade para o tema dos gêneros (rever dado em que escreve uma carta), para seu estilo e para sua estrutura composicional e em tudo isso recorre sua explicitude: o que talvez queira dizer, num diálogo com Bakhtin²⁹, que é no interior do gênero que começam a emergir as intervenções que culminarão em estilo individual, pois, se se pode destacar como um

²⁸ Mas isso permanece lá: ela não se contenta em apagar de fato e deixar apenas o que vale, digamos; deixa sempre o processo explicitado. O curioso de tudo isso é que ela não reescreve, parece um traço de sua escrita essa explicitação das opções, das decisões, das correções, do processo, enfim...

²⁹ É preciso deixar claro que estou falando de gênero em sua emergência, enquanto constituição ainda, pois o conceito não está configurado para as crianças, nem o domínio é total, nem em adultos. Trata-se da emergência do gênero, assim como da autoria. Talvez devesse considerar as inúmeras pesquisas sobre gêneros desenvolvidas em diferentes lugares, mas, para meus interesses, as considerações de Bakhtin e seus desenvolvimentos realizados pelas pesquisadoras do referido Projeto Integrado CNPq são suficientes.

possível traço do estilo em construção de Raquel a explicitude, ela pode ser desvelada na sensibilidade para as três características por ele propostas.

Embora a questão central aqui seja o interesse pelos gêneros, como um dos fatores levados em conta para explicar a autoria, é possível, em função de um certo jeito de escrever detectado nos dados de Raquel, perscrutar sobre a possibilidade de formular uma hipótese sobre seu estilo. Poderia, então, fazer a hipótese de que Raquel possivelmente terá como um traço estilístico a explicitude (em relação ao processo de escrita, mas talvez não só) e que as intercalações o acompanham de perto. Isso, no entanto, ainda não pode ser assumido como hipótese definitiva, porque essas tentativas de busca de uma “escrita sua” podem mudar de direção, já que se trata de dados da aquisição, de uma escrita em processo ainda (bem entendido, toda escrita está, de certo modo, em processo, mas, no caso da aquisição, essa “plasticidade”, como diz Abaurre, é mais explícita)³⁰. De qualquer modo, há uma explicitude premente em seus textos, em grande parte desvelada por meio das intercalações. A explicitude fica, então, como uma hipótese explicativa para as peripécias de Raquel e como hipótese de trabalho para quem queira prová-la (ou re-prová-la...) longitudinalmente. Aqui, quero apenas propor **a inscrição e o diálogo com os gêneros como uma segunda característica da constituição da autoria.**

4.1.1.3. (Sobre)saindo pelo estilo³¹

Bakhtin (1979), conforme já antecipei no capítulo anterior, vincula a constituição do estilo à natureza do enunciado, ao gênero, – não apenas do estilo lingüístico, mas do

³⁰ Estou deixando muitos aspectos sem comentar, pois, se o fizer, direciono o capítulo aos dados de Raquel e há outros textos e, com eles, outros aspectos, a comentar. Além disso, a escrita de Raquel é tema específico de outra pesquisa, com a qual esta pretende apenas dialogar. Trata-se de tese de Doutorado de Rosana Koerner, defendida em dezembro de 2003. Agradeço a Rosana por haver-me cedido os dados de seu sujeito de pesquisa, para que eu “disse algo sobre as intercalações”. Espero não a ter decepcionado – por ter dito de menos de dados tão loquazes ou por ter dito demais de dados onde eu deveria olhar só as intercalações. Nos dois casos, a culpa não será minha, mas da riqueza da escrita de Raquel. A propósito, para saber mais sobre este sujeito, sugiro a leitura da tese de Koerner, onde sua escrita é foco principal.

³¹ Dedico esta seção a Abaurre, porque, não apenas disponibilizou todo o material referente a seu sujeito de pesquisa, como também acompanhou, com atenção, boa vontade e muita generosidade intelectual, minhas hipóteses sobre a rica escrita de Lúcia.

individual . “A definição de um estilo em geral e de um estilo individual em particular requer um estudo aprofundado da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros do discurso” (ibidem, p. 283).

Indo além das restrições bakhtinianas, no que se refere a uns gêneros serem mais propícios do que outros para a expressão do estilo pessoal, as recentes pesquisas do Projeto Integrado (cf. Abaurre, Fiad & Mayrink-Sabinson, 2003) vêm mostrando a possibilidade de construção transgenérica do estilo – ao menos na fase de aquisição, onde os traços estilísticos emergem de modo ainda pouco sistemático: antes que se defina um estilo na possível predominância de um gênero. Vou discutir a construção do estilo individual como a terceira característica da autoria. Sujeitos na mesma idade escolar dos que fazem pré-intercalações (mostrando suas tentativas de organização do texto), ou intercalações efetivas (fazendo, além da organização textual, sua inserção e diálogo no/com o gênero), já mostram, no domínio de seu trabalho com as intercalações e do que isso pode indicar, uma possível definição de seu estilo – o que os singulariza.

Na escrita de Raquel parecem escapar indícios da gênese de um traço estilístico ligado à explicitude que recorre em seus dados, mas trata-se de um percurso ainda em fase muito preliminar, de modo que não é possível fechar uma hipótese, sendo mais prudente deixá-la em aberto. Há, no entanto, um outro sujeito, Lúcia, cujo percurso, embora também ainda em construção de certo modo, permite que se acompanhe um percurso maior, posto que existe, no referido banco de dados do Projeto Integrado, um *corpus* com seus dados que contempla desde suas “primeiras garatujas” até a redação do vestibular e outros. Além disso, há documentos e outras análises anteriores que podem servir de fontes indiretas para minha análise.

O estilo de Lúcia tem sido tema das pesquisas de Abaurre, no interior do Projeto Integrado³². Abaurre discute questões relativas à ironia como traço definidor do estilo desse sujeito³³. Os indícios que configuraram esta hipótese foram decifrados no trabalho

³² O nome deste sujeito é Maria Lúcia, mas chamarei apenas Lúcia. Há, dentre as pesquisas orientadas por Abaurre, algumas cujo foco se voltam para a análise de seus dados. Uma delas é a de Maria Lygia Camargo Barros (1998).

³³ Para uma apreciação mais detalhada das pesquisas de Abaurre sobre esse tema, conferir Abaurre, Fiad e Mayrink-Sabinson (1997), pelo menos.

que este sujeito, desde seus primeiros escritos, faz com a linguagem, nos mais diversos níveis (fonologia, sintaxe, semântica) e nos mais diversos gêneros. Aqui me interessa retomar essa hipótese para torná-la mais específica pela mobilização de provas internas e externas, e, a partir disso, tratar Lúcia como autora, na concepção de autoria aqui perseguida.

Acredito não ser necessário fazer uma discussão específica sobre a ironia, porque não é meu objeto de discussão e também porque trabalho no interior de uma hipótese já configurada, no interior de uma perspectiva com a qual os pressupostos gerais desta tese se harmonizam. De todo modo, não posso deixar de mencionar a leitura recente de Brait (1996), um texto em que encontrei muitos pontos de contato com o modo de reflexão levado a efeito aqui, porque a autora objetiva justamente uma definição discursiva da ironia, “como forma particular de interdiscurso” (p.13), um traço de linguagem e não uma marca de poucos produtores, como ela mesma afirma. Concebo a ironia como um processo discursivo, inclusive porque tomo como indício para analisá-la a metaenunciação. Mas, como empreendo sua análise no interior de uma discussão sobre estilo, não deixo de relacioná-la à singularidade de um sujeito (definido discursivamente), não para fazer da ironia um apanágio dele, mas para observar como se constitui esse processo e para observar a configuração mais específica da ironia, pois isso leva a singularidade, mesmo que muitos sujeitos sejam irônicos. Se a ironia é um processo regular de linguagem, de muitos, portanto; igualmente, pode tomar contornos específicos em cada um.

Tomando, então, – como ponto de partida – a hipótese proposta por Abaurre, farei uma análise mais específica das intercalações de Lúcia, para ver o que isso pode dizer a título de provar esta hipótese ou de ampliá-la, vendo, portanto, as intercalações como indícios da emergência do estilo. Pelo que tenho observado nos dados deste sujeito, parece haver, na gênese de seu estilo irônico, uma competência metaenunciativa, cujos indícios começam a materializar-se na escrita já na fase de aquisição, quando do contato com os primeiros textos, e espalha-se pelos mais variados gêneros. Vejamos como isso começa a emergir em seus textos.

Ainda na 2ª série, Lúcia faz uma simpática intercalação deslocada. Esse texto³⁴ constitui-se em um dado raro. Não encontrei (mas talvez seja possível encontrar em outros lugares), notas de rodapé, efetuadas de modo sistemático, com indicação remissiva – o asterisco repetido –, na segunda série do Ensino Fundamental (a notinha de Raquel, antes destacada, é já da 4ª série).

(14)

O homem envergonhado
Era um lindo dia quando eu vi
um cara. Perguntei o seu nome ele
virou a cara e me disse: tchau ai
eu disse: Ei mas você não me respon-
deu. E ele foi em hora mas se sabe
para onde ai eu fiquei sem graça.

—*—

O homem foi embora por que ele
tem vergonha

Esse dado causa perplexidade tanto pela adequação em termos do propósito enunciativo como pela sofisticação formal – que, certamente, é raríssima nessa idade escolar (ou neste estágio da escrita)³⁵. Aqui, a notinha aponta para uma questão específica – qual seja, a justificativa para o homem ter ido embora (“O homem foi embora porque ele tem vergonha”), direcionada precisamente ao ponto do texto em que ela narra a fuga desse mesmo homem. Lúcia desloca-se do próprio texto, volta-se como leitora, e fala de fora. Longe estamos de um “defeito textual”; e longíssimo de um “conteúdo sem relação” – pois, nesse sentido, há não só a articulação precisa a um ponto do texto, como também

³⁴ Esse texto foi analisado por Abaurre (1997) e muito do que dele direi já fora tratado por esta pesquisadora.

³⁵ Não estou querendo dizer que ela já saiba da sintaxe, da semântica e da pragmática de um texto; estou dizendo mais: ela sabe texto. E, claro, as intercalações de seus textos não caem do céu; é uma leitora, não apenas escrevente, e, aos poucos (ou aos muitos?), vai internalizando a “gramática da intercalação” e desenvolvendo sua “competência” para usá-la apropriadamente em lugares igualmente apropriados.

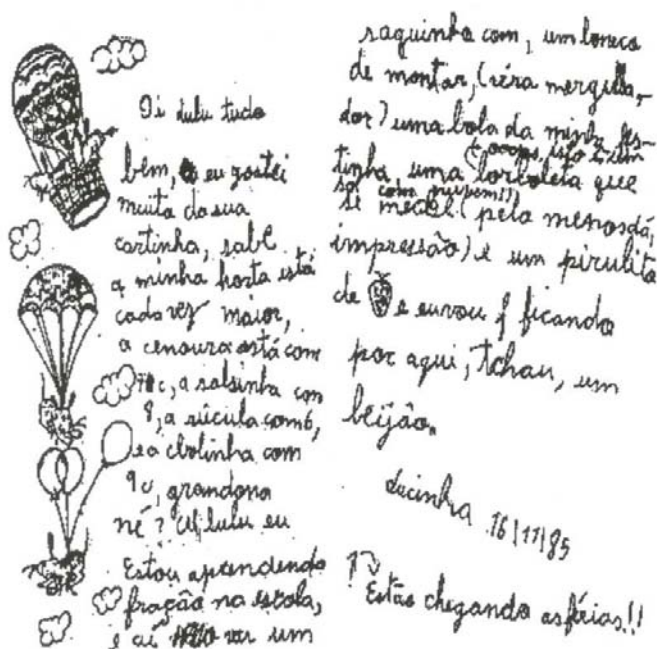
uma explícita coerência com seu título – a nota justifica o título. Não me furtaria a admitir que, para o leitor adulto (e buscador de essências...), essa intercalação pudesse ter um efeito acessório, justamente por conta do título; mas, para a (então) menina que a efetua, a nota certamente resolve uma necessidade de explicitude (motivada por uma pressão do próprio tópico), não sendo, de modo algum, “um acréscimo contingente”. Maingueneau (1987) já reconhece que o metadiscorso [é assim que ele o chama] inscreve-se numa interação rigorosa, não sendo, de modo algum, gratuito; ademais, se o dialogismo é fundante (no caso, o diálogo autor/leitor) e a coerência contextualizável, não se pode, por um lado, excluir um dos pares da relação – o leitor – e julgar o fenômeno previamente como acessório; e, por outro, conceber um suposto leitor único, que dispensaria a nota para a compreensão do texto, e dizer que é desnecessária.

O mesmo não se pode afirmar em relação ao texto a seguir. Lúcia, agora na 3ª série, faz intercalações presentes no *continuum* e acréscimos deslocados – um *Post Scriptum*. Lúcia faz três intercalações no corpo do texto, todas limitadas por parênteses. Vejamos as formas metaenunciativas constituídas. A primeira explica que o boneco de montar vira mergulhador; a segunda faz uma paráfrase do conceito de borboleta, quando a escrevente parece dar-se por conta (“ooops”...) – posteriormente, pois os parênteses estão sobrepostos –, que se trata de “um sol com nuvem” (talvez a borboleta tenha sido desenhada a partir da junção de um sol e de nuvens, mas não dá para saber ao certo; só se pode saber que ela faz uma reformulação retórica e não uma correção: Lúcia não apaga, não exclui a borboleta, deixando que se leiam simultaneamente as duas idéias)³⁶; a terceira (única ocorrência desse ato de fala nessa série em todo o corpus pesquisado) é uma ressalva – “pelo menos dá impressão” (de que a ambígua borboleta se mexe...). Se em todas as intercalações ela dá indícios de que mantém distância do que diz, pelo simples ato de metaenunciar, aqui ela o faz também pela forma metaenunciativa constituída – uma ressalva – possivelmente por não estar certa da afirmação que acaba de fazer;

³⁶ Basta que o leitor observe o caso, já analisado por Abaurre (1997), da substituição “vai/vão”, onde Lúcia efetivamente corrige, substituindo uma forma pela outra. Aqui, as idéias de borboleta e sol com nuvem sobrepõem-se – literalmente!

descompromete-se por meio da intercalação. Afasta-se e fala de um plano metaenunciativo, sai do plano enunciativo.

(15)



Veja-se que há ainda um PS na carta, tal qual ocorre nos dados de Raquel, diferentemente da nota que ocorre no dado anterior. Além disso, desvela-se a coerência em torno de um tema naquele dado, a ponto de encaixar uma notinha para justificá-lo, e a variedade de assuntos na carta, com o que ela parece já lidar bem.

Será redundante alongar-me em dados que mostrem o desenvolvimento da competência deste sujeito no que tange à organização textual e sua inserção nos gêneros. Gostaria apenas de enfatizar que Lúcia, com estes gestos, dá testemunhos preciosos de que as intercalações emergem de acordo com as necessidades e condicionamentos da própria enunciação (e o trabalho do sujeito dá-se neste domínio), desde as primeiras escritas e justificam sempre sua razão de ser (mas, nem sempre os sujeitos fazem a alocação adequada no texto, podendo haver misturas de propósitos).

Longe de serem defeitos textuais, dados como estes podem estar indiciando como os sujeitos começam a gerir seu trabalho com a linguagem, em meio às pressões e

heterogeneidades que emergem. Ao começarem a tomar pé diante da dispersão e da pluralidade, começam a guiar o processo de escrita – às vezes, dando indícios, já nesta fase, de um percurso mais particular, de um estilo próprio. Observemos então os indícios dessa competência, abordando a pluralidade das formas de intercalar, inclusive quanto aos espaços textuais mobilizados e aos gêneros privilegiados por Lúcia.

Um primeiro dado será a intercalação deslocada constante numa lista de palavras, por meio da qual Lúcia (4ª série) traduz o sentido de um termo, além de explicar, entre parênteses, que a erva cura se estiver “(ama-çada)”.

(16)

Vocabulário

erva servigais = jeito similde
 permite = passar a noite
 canastra = brai
 reverenciando = cumprimento*
 touceira = grandes mechas
 altoce = arrogancia
 Ervas mestradas = Ervas que curam a fuma.
 (-çada)
 convivia = convidados
 * (cumprimento de fala)

No caso da nota, não dá para saber se a aluna brinca com a homofonia (?) dos termos “cumprimento/comprimento” (o que não estaria fora de cogitação...), ou se, de fato, ela desconhece a variação ortográfica e cuida em precisar o sentido do termo. Isso não importa muito. O importante aqui é que ela metaenuncia; ela toma distância do texto, assume a palavra e “dirige-se” a seu leitor, de um outro espaço textual, num outro plano de enunciação, sobre um aspecto específico e num gênero onde não é muito comum a presença desse subtipo de intercalação, sendo privilegiados os acréscimos. A nota talvez

possa ser justificada por tratar-se de uma lista de palavras para estudo do vocabulário, daí a feição mais escolar dada ao gênero.

Essa familiaridade de Lúcia com as intercalações desvela-se também no dado a seguir (4ª série). Trata-se de uma tarefa de sala de aula, manuscrita, onde ela, ou seguindo orientação da professora, ou por uma conclusão particular, simultânea ao que escrevia, desloca uma intercalação para observar que os verbos devem ser conjugados “Todos no presente!”, relacionando três asteriscos a uma mesma intercalação deslocada³⁷.

(17)

4 Nós assistimos TV todos os dias.	Eu gosto de cantar.
5 Eu durmo todos os dias.	João foi acampar.
6 O lobo corre atrás de chapeuzinho.	3 frases com verbos terminando em ar *
7 Muitas crianças na escola usam tênis.	Eu queria saber.
8 Roberto sente medo quando passa no ~~lê~~ .	Para de me latir.
9 Você sempre comeaça na almooça?	Você consegue ver.
10 Os meninos sempre jogam bola no recreio.	3 frases com verbos terminando em in *
11 Minha tia adora chocolate.	Para de rir.
12 Ele bebe leite toda manhã.	Para de dormir.
3 frases com verbos terminando em ar *	Você não entende.
Eu gosto de brincar.	

* Todos no presente!

Para meus interesses, não importa se a conclusão deslocada para a perigrafia foi dela, ou se foi um lembrete dado pela professora. O que importa é o modo como materializa essa observação – numa forma metaenunciativa (até porque, se foi uma sugestão dada pela professora, possivelmente, outros alunos da mesma turma não

³⁷ Relaciona três asteriscos a uma notinha – indiciando talvez o que já era destacado nos relatórios de suas professoras das primeiras séries: uma capacidade de ver o todo e de sintetizar seus aspectos principais.

procederam da mesma forma)³⁸. É como se a capacidade já estivesse internalizada, e, nesta fase, a intercalação deslocada é até mais recorrente que as formas presentes no *continuum* (é a expressão literal de um modo de falar de fora...). Diferentemente do que transparecia nos dados de Raquel, os de Lúcia não parecem dar lugar a “brigas” com o estilo dos gêneros, pois ela destaca-se dentro deles, ou desloca-se em seu interior.

Vejamos um outro dado em que a competência metaenunciativa de Lúcia (s.d.) transparece num espaço curioso.

(18)



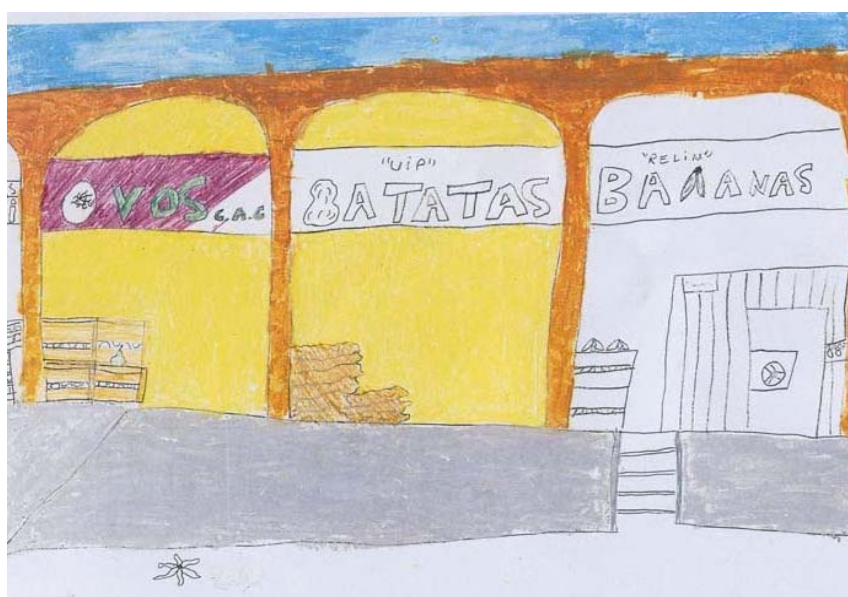
Num desenho livre, espontâneo, fora do espaço escolar, como a denunciar sua familiaridade (e preferência?) pela metaenunciação, eis mais uma intercalação deslocada. Uma de suas cômicas personagens pasma diante de uma ambigüidade: “OH!!!!!!!, UM FORMIFUGO...”, e após, traduz: “MISTURA DE FORMIGA COM VERMÍFUGO”. Sua personagem metaenuncia de dentro de um balão. Ou seria Lúcia que entra como tradutora, comentadora da fala de sua personagem? Não apenas se põe como leitora e comentadora de seus próprios enunciados, desdobrando-se entre os planos enunciativo e metaenunciativo, mas também desdobra-se ainda em outro nível, como comentadora dos

³⁸ Aliás, comparando-se textos escritos por Lúcia com os de outros colegas da mesma turma, pode-se notar uma diferença quanto ao domínio do texto, em relação aos textos produzidos por ela e pelos colegas. Seu amadurecimento é visível e não só em relação às intercalações.

enunciados de suas personagens – observe-se que há uma mudança de cor e de tamanho da fonte. As duas hipóteses são plausíveis. Eu aposto na última, ou seja: ela se põe como comentadora da fala da personagem, porque parece ser característico da postura de Lúcia essa capacidade de deslocar-se, de ver em dobro – a propósito, veja-se como a ambigüidade entre a formiga e o vermífugo é caracterizada com perfeição também em linguagem não-verbal, quando ela desenha, com evidente cuidado, o “formifugo” (metade formiga, metade vermífugo)³⁹.

Mais um dado pode ser indiciador dessa incontestável capacidade meta, a qual transparece não apenas no *continuum* de gêneros e, a partir deles, em espaços textuais diferentes e de formas também variadas, mas parece realizar-se também em linguagens diferentes. Vejamos se é possível sustentar isso no dado abaixo.

(19)



Ao escrever as etiquetas de produtos à venda em uma quitanda, Lúcia (4ª série) aproveita a morfologia de algumas letras das palavras para desenhar o próprio produto (o

³⁹ A riqueza dos desenhos de Lúcia é também questão importante nas pesquisas de Abaurre. Atualmente, há um trabalho específico sobre este ponto, sob sua orientação. Trata-se da pesquisa de Iniciação Científica de Adriana de Paula, cujo título é: *A exploração do desenho na construção da ironia: emergência e evolução de um traço estilístico*.

“o” é um ovo, o “b” é uma batata, e o “n” é uma dupla de bananinhas). Trata-se de um “oportunismo”, digamos por falta de um termo mais preciso, inegável. Esse, porém, não é um gesto desconhecido, especialmente em anúncios profissionais, e aqui Lúcia também o faz. Pode ser que tenha visto em algum lugar e o reproduza (não repete, é criativa, o faz em relação a outras coisas), mas pode ser que não. Pode tratar-se de mais um indício de sua capacidade de cumular menção e uso, como é característico de muitas das formas metaenunciativas, até mesmo com a linguagem não-verbal⁴⁰, inclusive porque isso já se anunciara no dado anterior (desenho ambíguo do “formífugo”) e, antes disso (onde Lúcia desenha um moranguinho no lugar da palavra). Usa a linguagem e fala dela ao mesmo tempo (em alguns dados, por meio das aspas, ou da ironia não marcada, digamos).

De qualquer forma, são conjecturas, porque, mesmo diante de dados tão surpreendentes, isento-me de fazer afirmações categóricas com base apenas no produto escrito, preferindo elaborar hipóteses em função de um processo que observo ao longo de vários dados; além disso, não é de bom tom psicologizar esse sujeito, ainda mais nesta idade, porque são indícios de uma competência que se repete em dados de naturezas diferentes, apenas⁴¹. E não parece haver apenas essas variações; há dados que demonstram essa capacidade de outros modos. Mas não antecipemos essa discussão ainda, porque, a partir da variedade de aspectos considerados, gostaria de retomar a hipótese de partida sobre os dados de Lúcia, para clarear a direção desta análise.

⁴⁰ Authier-Revuz, ao considerar as formas metaenunciativas, trata com especificidade daquelas que cumulam menção e uso.

⁴¹ Falo de trabalho, rastros de um trabalho, por meio do qual são indiciadas coisas diferentes. Mas jamais falei de consciência, e outras dessas veleidades. Quando afirmo uma competência textual-discursiva em desenvolvimento, não deixo de ressaltar que isso tem a ver com um desdobramento do sujeito diante da exterioridade, em tudo o que ele implica. Em dados da aquisição, especialmente, é preciso ter cuidado para não transformar indício em marca, porque assim se psicologiza, mais do que o desejável, a análise. Meu cuidado em antecipar esse contra-argumento é também um modo de me posicionar, já que acato a perspectiva assumida no Projeto Integrado a articulo-a aos fundamentos mais gerais dessa tese, em relação a críticas feitas aos estudos de aquisição da escrita em que me baseio. Um exemplo dessa postura é o trabalho conjunto de Calil e Filipeto (2000). Neste texto, os autores questionam o poder explicativo de trabalhos como os de Fabre e Abaurre, acusando-os de *circularidade, psicologismo, descrição sem explicação, perda de generalização* e outros simulacros correntes, em defesa de fundamentos lacanianos, que permitiriam “buscar o que falta” nesse tipo de dado. Nada contra a entender “o que falta” – no domínio onde se tem formação e instrumentos para fazê-lo. Como não é o meu caso, opto neste momento por fazer apelo apenas a um sentido não especializado do termo “falta”, para considerar que “faltaria” entender que talvez essa reivindicação não tenha espaço no trabalho em questão, sendo assim um equívoco, porque as pesquisas às quais o nome de Abaurre pode ser relacionado não se comprometem com essa discussão.

As considerações feitas nesta seção até o momento permitem retomar a discussão sobre o estilo de Lúcia. O que os aspectos destacados nos dados anteriores têm a ver com ironia? Tudo, embora não tenha mencionado nada sobre isso. Sem negar que esses dados possam dar lugar a ironias, tentei observar o que estaria por trás, na gênese do estilo de Lúcia. A ironia é uma capacidade de dizer duplamente, caracterizando, portanto, um desdobramento do sujeito que a enuncia, o qual desdobra o próprio enunciado, mesmo que não se ponham aspas, ou reticências – enfim, a percepção de uma ironia abre o sentido, instaurando uma ambivalência do enunciado e uma duplicidade da própria enunciação. Destacar a competência metaenunciativa de Lúcia permite, portanto, ampliar ou re-localizar esta hipótese sobre a ironia, defendendo que se trata, antes, de uma capacidade de olhar de fora, a qual torna possível a ironia (como também o humor, a crítica e, em tudo isso, um tom sutil). Aliás, “ironia é uma forma clássica de distanciamento (...); ela supõe uma hierarquia, um olhar lançado de cima” (Perrone-Moisés, 1978:57). Esses dados e muitos dos outros observados por Abaurre certamente permitem encontrar, além de ironias efetivas, uma competência que a funda (não se leia “que afunda...”). Assim, re-formularia a hipótese, propondo que **o traço mais geral do estilo de Lúcia é uma capacidade de olhar de fora e de falar de fora – deslocar-se, numa palavra**. Daí a preferência por formas metaenunciativas deslocadas, ao menos nesta fase. Se isso procede, talvez possamos dizer que a metaenunciação, quer seja antecipação, acréscimo ou encaixe (a intercalação), parece ser mais do que um recurso de que ela lança mão, sendo um modo de dizer – o seu modo de dizer.

Continuarei a análise em função desta hipótese, cujos testemunhos advêm de fontes diferentes. Vejamos alguns outros dados, pois, a seguir, comentarei outras “fontes”. O dado a seguir talvez deixe transparecer todos os aspectos destacados nesta hipótese ao mesmo tempo. Trata-se de um texto de sua adolescência (s.d.), também produzido espontaneamente.

(20) Às vezes me dá uma certa vontade de escrever algumas coisas, só que eu não sei se aquilo que eu tenho a dizer já foi dito por alguém, nem sei se isso tem fundamento, no fundo mesmo acho que tem um pouco, mas sei lá, às vezes eu acho que tudo isso só serve para treinar a minha letra de

forma. Pô meu, tem tanta coisa a ser dita na sociedade em que vivemos, a começar pela própria definição de sociedade, mas a coisa mais difícil é as pessoas analisarem a si mesmas e questionarem as regras e modelos que sempre lhes **(que palavra estranha é lhe)** foram impostas. Afinal não é muito mais fácil assistir a novela das 8:00 do que pensar em questões como a divisão do mundo em dois blocos totalmente desenvolvidos, por países desenvolvidos para manipular os países subdesenvolvidos? O mais fácil não é, mas depois que a gente começa não para mais... Sobre utopia?... não se espante, utopia não é a nova ministra da economia, muito pelo contrário. Utopia não é um craque de futebol, não é uma pessoa: utopia é simplesmente o ideal. O ser humano sempre perdeu seu tempo querendo chegar à utopia, mas nem sempre se interessou muito no que era a utopia. Para chegar à utopia várias pessoas já sugeriram várias formas. Talvez em função da utopia, a sociedade em que o ser humano exerce plenamente todas as suas potencialidades, **(a sociedade em que todos são iguais)** o mundo esteja cada vez mais afundado na mizéria **(ou seria na mizéria?)** Movimentos como o comunismo, o socialismo, o anarquismo tiveram seus fundamentos nas idéias de chegar a famosa sociedade perfeita. Cada um desses movimentos sugeriu uma forma diferente **(pô meu, perai, depois eu falo disso)**. bom, vamos ser curtos e grossos, eu acho que utopia não depende de grandes revoluções armadas, mas sim intelectuais. Quem sabe a utopia não passa de um estado de espírito?

Esse texto, apesar de engatar a discussão sobre questões ditas sérias, é todo ele atravessado por um forte tom lúdico. Lúcia já começa de modo aparentemente descontraído (há figuras de preterição, ou uma desconfiança bakhtiniana...) e há pontos em que seu senso de humor é acentuado – por acaso, algumas dessas “brincadeiras” extravasam o plano enunciativo, configurando a intercalação, como no ponto em que ela corta a enunciação (e a estrutura sintática verbo+complemento, que está invertida por conta da exigência de próclise) para comentar a estranheza do clítico (“que palavra estranha é lhe”).

Mais que propósitos apenas humorísticos, há intercalações com efeitos claramente irônicos. A que comentarei agora está na culminância de uma ironia, a qual vem se insinuando desde o ponto em que a escrevente alerta que “utopia não é a ministra da economia”. Após supostas tentativas de definir a utopia, Lúcia hipotetiza que seja ela a razão pela qual o “mundo esteja cada vez mais afundado na mizéria”, numa ironia fina, que toma a forma de um chiste (a então adolescente encontra um chiste, num oportunismo raro: pela simples troca de sons, que ela sublinha para destacar); com isso, é

estabelecido um paralelo irônico entre o nome da então ministra da economia Zélia e do termo “mizéria” – mizélia/mizéria – e, após, entre parênteses, comenta, por assim dizer, sua ironia ao perguntar (“ou seria mizéria?”). A ironia, que vaza por meio da intercalação, consiste em uma duplicidade de sentidos, em que parece ser afirmado também o oposto do que se afirma. Se isso procede, quando Lúcia diz que a “utopia não é a ministra da economia, muito pelo contrário”, talvez esteja querendo dizer exatamente o contrário disso (mas se tivesse dito assim não teria graça – nem elegância!). A sutileza desvelada nesta ironia talvez leve a pensar, e com base em muitos outros indícios, numa ironia mais específica que estaria para o sutil-cômico (embora crítica) e não para o sarcástico-agressivo, como se vê muito comumente – é o tom específico da ironia de Lúcia. Se em Raquel destacava-se como um possível traço de seu estilo em emergência a explicitude, em Lúcia talvez se tenha que falar em sutileza. Nem sempre suas ironias aparecem assim comentadas entre parênteses, mas é uma combinação bastante comum, em seus textos, servindo os parênteses para a brincadeira, o comentário, ou a reiteração da ironia feita. Mas não é a única forma, há tantas ironias em seus textos quantas formas de marcação e de materialização.⁴² Há ainda duas outras intercalações neste mesmo dado: Lúcia faz uma tradução do termo sociedade, precisando-lhe o sentido e marcando sua posição em relação ao conceito de sociedade desejada “(a sociedade em que todos são iguais)”. E, numa outra, preocupa-se com a progressão do texto “(pó meu, perai depois eu falo disso)”, indiciando domínio de todas as competências por meio das quais proponho a análise da autoria.

Sobre sua singularização, essa capacidade de olhar de fora manifesta-se de formas diferentes, que vão além da metaenunciação típica. Lúcia dá indícios de que reconhece o outro e o encaixa, “dá voz a outros”, como diz Possenti. Vejamos o dado abaixo (3ª série). Trata-se de um fragmento de uma história em quadrinhos em que ela tematiza a escravidão no Brasil. Ao tratar da exploração e do massacre dos africanos, a então menina

⁴² Mas há sujeitos em que se pode perceber com nitidez a escolha de um recurso lingüístico na materialização de seu estilo. Este é o caso, por exemplo, de Abaurre. Dona de uma finíssima ironia, na qual se destaca a sutileza como tom, há uma recorrência sistemática da ironia entre parênteses, seguida ou de reticências, ou de exclamações. Muitos outros sujeitos fazem uso dessa combinação, mas nela é sistemático. No plano enunciativo e também no metaenunciativo. Em uma observação em vários textos seus, pude ver que este traço é sistemático.

balão a voz do outro, no caso, um ursinho, sua personagem preferida, Lúcia põe-se no lugar dele, desvelando sua referida capacidade de deslocar-se, ver o outro como diferente (e, portanto, sendo tratado como desigual) e, ao denunciá-lo, ao destacá-lo, destaca-se simultaneamente, pois a intercalação é o lugar de onde o sujeito fala, mesmo que seja com a fala do outro...

(22)



Mesmo não sendo mais a época da caça não-autorizada e do chicote, o castigo por falar diferente se aplica em doses pequenas e muito eficazes: reprovação, evasão escolar, desemprego, miséria e tudo mais que este preconceito gera – aliás, é assim que Lúcia conduz e conclui a história de onde retirei este fragmento, pois o nordestino aí retratado termina por passar fome na cidade com a família. Teoriza-se muito sobre exercício de poder pela linguagem – eis Lúcia fazendo a sua parte. Destacaria nestes dois últimos dados, como indício de sua autoria em constituição “dar voz a outro”, um deslocamento diferente, onde a menina autora sai de cena (e, com isso, entra em cena...). Ao dar voz a outro, fala em nome dele.⁴³

Essa capacidade de ver o outro vai fazê-la não apenas lhe dar voz, citá-lo, de certo modo, mas falar como ele, falar com a voz dele. É o que ocorre em *O desbarato total da*

⁴³ Há outros dados de Lúcia em que se pode observar essa mesma questão. Um que merece destaque é um texto sobre um sábio chinês – o grande Deus Oxim. Quando o curandeiro tem a palavra, é em “chinês”, digamos, que ele fala.

existência: Cartas ao abismo (1998), um livro publicado por Lúcia⁴⁴, em que sua personagem escreve cartas diferentes a várias personalidades, como Clarice Lispector e outras. Nestes textos, já em fase mais amadurecida de sua escrita, Lúcia fala no estilo do outro – interpreta-lhe o estilo e não lhe dá voz explicitamente, mas sobrepõe-se, embora o diálogo se faça perceber. Não é cópia, nem plágio, mas uma interpretação e assimilação do outro. Assim, ela não só mantém distância do próprio texto, fazendo-se outro, como também fala com a voz do outro, fazendo-se mesmo. Assim, mesmo que não metaenuncie explicitamente, não materializando os dois planos de enunciação, é possível perceber que fala “duplamente” e com a sutileza que lhe parece característica.

A sensibilidade de Lúcia para questões sociais, que certamente tem a ver com seu estilo, levou análises anteriores, como a de Lygia Barros (1998), a direcionarem sua ironia para o social e há de fato muitos dados que testemunham essa preocupação – talvez até mesmo o fato de haver-se formado em História. Mas, para a hipótese que estou tentando provar, é mais interessante dizer não apenas que ela se formou em história, mas que ela exerce hoje a atividade de **crítica** em história. A competência metaenunciativa de Lúcia, demonstrada em todos os seus dados e de formas variadas, às vezes tão sutil que mal se percebe, termina por transformar-se numa **postura metaenunciativa**. Vira estilo, e, como tal, dá o tom a sua atividade e aparece em todos os temas aos quais ela se volta.

Tentei formular e provar essa hipótese em sua escrita, mas essa tendência de Lúcia possivelmente se mostrará em seu modo de falar, de agir, configurando um *ethos*⁴⁵ (talvez seja relevante mencionar neste ponto que Abaurre já destacara sobre esse sujeito, um afastamento no gestual, como se “saísse de cena enquanto fala” (vai para o rodapé?) ou como se “se evidenciasse” (saltando entre parênteses?). Essa postura vai além da escrita e, aliás, parece ter emergido antes mesmo dela, pois foi curioso ler coisas assim nos relatórios que as professoras faziam sobre Lúcia. Talvez esteja tão envolvida com esta hipótese que começo a ver coisas onde não as há. De qualquer modo, compartilharei com o leitor

⁴⁴ Trata-se de um livro com o qual Lúcia, aos 22 anos, venceu um concurso de literatura.

⁴⁵ Maingueneau desenvolve o conceito de *ethos* em textos diferentes, como os de 1984, 1993. Esse conceito é trabalho também na análise de Discini, 2003.

algumas descobertas sobre Lúcia, para que avaliemos juntos a possibilidade de considerar tais curiosidades como antecedentes de seu estilo.

São documentos que relatam o comportamento, o desenvolvimento, em vários aspectos, da então menina, de antes do pré-escolar (antes dos três anos) até a 3ª série. Valeria a pena considerar esses documentos, mesmo que fosse apenas para fazer valer o fato de eles terem sido colhidos e guardados, sem nenhum propósito específico, sem nenhum recorte prévio, sem nenhum objetivo teórico explícito (talvez essa espontaneidade sirva como um dos argumentos mais fortes para as hipóteses sobre Lúcia). Mas, para esta hipótese, sua importância parece ir além. Não faltam observações entre aspas feitas pelas professoras para fazer avaliações sobre Lúcia, cujo conteúdo e cuja recorrência parecem indiciar a gênese de sua postura metaenunciativa.

Vejamos alguns fragmentos de suas observações. “Sinto a Lucinha um pouco medrosa ultimamente, e quando acontece algo que ela não queira, ela diz que **vai para um outro planeta, onde é escuro e ela pode ver todo mundo**” (Maternalzinho, 2º bimestre, 1981; grifos meus, em todos). “Percebi que ela estava mais observando tudo do que participando...” (Maternalzinho, setembro/outubro de 1981). Esse estar de fora, às vezes alheia, deslocada, é destacado em praticamente todos os relatórios e não é julgado como um fator negativo, pois a mesma professora não deixa de reconhecer que “Mesmo quando afastada, a Lucinha faz muitos comentários importantes, e sempre capta o conteúdo central...” (ibidem). E ainda, “Mesmo quando não participa, geralmente ela auxilia fazendo comentários dos jogos” (ibidem). Estariam aí se insinuando a capacidade de olhar de fora e o comentário? Nos relatórios do pré-escolar, uma outra professora não deixa de fazer a mesma observação ao comentar as “ausências” de Lúcia: “Às vezes, sinto que Lucinha **cria seu mundo e desliga-se do grupo, ficando nele...**”. O que igualmente não escapa à professora da primeira série. “... está muito distraída ultimamente, tenho sempre que chamá-la à nossa realidade...”. Mais curioso que estas observações é considerar que elas dividem espaço com muitos elogios ao desenvolvimento e ao comportamento da aluna, que é, em muitos relatórios, destacada como muito aplicada, cuidadosa, educada, solidária como os colegas, etc. Mais que isso, suas professoras já

admitem certa singularidade nesta fase e, até mesmo os coleguinhas, não o deixam passar despercebido: **“Dona de um jeitinho todo especial de se expressar escrita e oralmente** ela é para o grupo aquela que sabe escrever bem. Há criança que diz: “Ela sempre escreve diferente” (1ª série, 1983). Estariam essas professoras (e estes alunos) detectando, ainda tão precocemente, o que hoje pode ser considerado como a gênese de uma postura que singulariza este sujeito? Como analista/leitora, não deixo de conceber essa possibilidade e acho mesmo que Lúcia tem um jeito seu, tem um “como”. Por que, então, não pensar “como” e “quando” isso pode ter começado?

Não desejo que se pense que estou falando de uma postura inata, nem que estou psicologizando Lúcia, afirmando ou sugerindo que ela sabe o que faz (muito menos nesta fase). Diferentemente, apenas quero deixar claro, ao considerar como domínios onde se podem buscar a singularidade de um sujeito também o gestual e a oralidade, que a constituição do sujeito começa muito antes da escola, muito antes da escrita, e está além dela. Somos sujeitos históricos antes e independentemente de sermos sujeitos letrados, sujeitos escolares (ou escolarizados...). E por que com estilo seria diferente?

Lúcia tem como estilo a capacidade de distanciamento, de olhar de fora, que se traduz textualmente por uma postura metaenunciativa, a qual autoriza a ironia, o humor e a crítica – tudo isso num tom muito sutil; os indícios e as provas se mostram na fala e na escrita, no gestual, no verbal e no não-verbal, antes e depois da escola. As intercalações são indícios privilegiados para decifrar essa postura, inclusive para mostrar que o apelo a formas metaenunciativas diversas não é indício de que ela trate a metaenunciação apenas como recurso, mas de que desenvolve uma postura meta – a sua escolha privilegiada define seu estilo, singulariza-a. Assim, concluo minhas (não muito breves) considerações sobre o que considero **a terceira característica da autoria: a singularização, a constituição do estilo.**

Poder-se-ia dizer que um caso, um sujeito, é pouco para discutir estilo. Poderia encorpar essa análise com dados de outros sujeitos, mas não o farei. E justifico. Aqui, o *Unus testis nullus testis* (Um testemunho é nulo testemunho) que isentava os ditos hereges da fogueira na idade média, não se aplica; um único testemunho depõe na qualidade de

indício a ser interpretado como singularidade.⁴⁶ Também não é o caso de apostar no *In dubio pro reo* (Em caso de dúvida, a justiça se pronuncia a favor do réu): não se trata de depor a favor das intercalações (ou do estilo, ou de Lúcia); não se trata de inventar análises para salvar dados esporádicos (e nem são esporádicos) e dar-lhes estatuto de primeira grandeza – mas de tentar um modo de pensar por abdução, segundo o qual indícios mais intuições e fundamentos dos pesquisadores podem render tanto quanto ou tanto mais que estatísticas milimetricamente calculadas. Até porque o mero cálculo – para questões de subjetividade – seria sempre impreciso (o que não quer dizer inútil).

Isso claro, volto à concepção de autoria proposta por Possenti. Por tudo o que afirmei, reafirmo a idéia de índice como “porta de entrada” para a análise da autoria. Mas complemento essa reflexão com duas características – organização textual e inserção nos gêneros e diálogo com sua estrutura – e desenvolvo uma terceira já apontada pelo autor – a singularização – que justamente dão conta de três competências (e de três possibilidades de análise com o texto-discurso) que, a meu ver, definem a autoria e tornam mais específica a sua análise. Os indícios de autoria são indícios dessas três competências, pois as intercalações, por si sós, não são ainda indícios de autoria (é como um pronome solto na língua, não é coesivo, tendo-se que pensar em relações coesivas no texto).

Possenti não apenas concebe a singularidade (ao lado de tomada de posição) como o que define a autoria, como deixa bem claro, em “Enunciação, Autoria e Estilo” (2001) que essas três noções podem ser compatibilizadas entre si e com a Análise do Discurso. Além disso, em *Discurso, estilo e subjetividade* (1988), o Autor realiza uma discussão sobre estilo, comentando e continuando a reflexão de Granger (1968), na qual é destacada a noção de “escolha” como um dos traços definidores do estilo. Fui cuidadosa com o uso do termo “escolha” nas páginas anteriores, porque entendo que, dado o que esta noção implica em termos de competência e de inscrição ao mesmo tempo, não pode ser utilizada a todo tempo com dados da aquisição. Mas, apesar do cuidado com o termo, voltei-me,

⁴⁶ Um enunciado de Ginzburg (1986) reforça a idéia: “A proposta de um método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano (...)”. (p. 149-150).

em muitos pontos, para a discussão de aspectos que talvez dêem conta do desenvolvimento desta noção, de sua gênese.

Assim, reafirmo a noção de escolha, como traço para se pensar estilo, mas insisto que, em dados da aquisição especialmente, se trata de um espaço privilegiado para estudar emergência, insinuações, simpatias e até preferências, mas não ainda definições, escolhas sistemáticas e justificadas (pela própria “natureza cambiante” desses dados, como diz Abaurre). Mas, ao reafirmar esta noção, o faço em relação ao gênero e não em relação à língua. É no interior dos gêneros e dos recursos verbais que sua configuração disponibiliza e que seus condicionamentos pressionam que se processam as escolhas. E, aqui, reitero o diálogo com as considerações bakhtinianas:

Assim, portanto, tanto os estilos individuais como os que pertencem à língua tendem para os gêneros do discurso. Um estudo mais ou menos profundo e extenso dos gêneros do discurso é absolutamente indispensável para a elaboração produtiva de todos os problemas de estilística (1979: 268).

Essa posição de Bakhtin é desenvolvida também no referido Projeto Integrado, onde as pesquisadoras também circunscrevem a noção de escolha aos gêneros.

Definida em função das três características propostas, a autoria é um conceito fundamental para explicar o trabalho do sujeito com as intercalações. Ou as intercalações, para serem analisadas, exigem um conceito de autoria que contemple essas três características. Mas, é preciso deixar claro que não se trata de uma relação bilateral: já que a autoria serve para explicar a intercalação, onde há uma intercalação, haveria autoria. Não é assim. **A intercalação não deve reenviar diretamente à autoria; ela é apenas indício a ser analisado.** Isso estando claro, passarei a algumas conclusões sobre este capítulo, para, a seguir, considerar manifestações mais específicas das intercalações.

4.2. O que generalizar a partir da discussão sobre autoria?

Após as várias questões abordadas neste capítulo e as soluções propostas para tais questões, gostaria de retomar alguns pontos, a título de melhor relacioná-los e, assim, sistematizar a concepção de autoria aqui desenvolvida, já que, além de retomadas, fiz algumas interferências e extensões no conceito.

Concluo – a partir da análise das intercalações – que **o autor define-se como uma função que o sujeito preenche, ao trabalhar numa zona de intersecção entre textualidade e discursividade, no domínio do texto-discurso, materializando os indícios de sua inscrição e de sua intervenção – os indícios de sua autoria**. Desse modo, o conceito compreende tanto a idéia de singularidade como a de tomada de posição – tal qual proposto por Possenti.

Esse trabalho do sujeito que o converte em autor pode ser analisado de forma mais específica, buscando-se as competências por meio das quais se pode observar a emergência e a constituição da autoria – **a organização do texto, a inscrição e o diálogo com os gêneros e a singularização**; daí ser-me imprescindível a contigüidade entre os termos **texto, gênero, estilo e autoria** –, competências estas que deixam mais explícitas as contrapartes textuais e discursivas da autoria. Por considerar, nessas três características, simultaneamente, a intervenção do sujeito e os condicionamentos daquilo que, diante dele, de formas diferentes, faz-se alteridade, deixo explícitos, como traços que definem a autoria, **tanto o trabalho, como a responsabilidade**, podendo haver ênfase – mas não exclusividade! – de um ou de outro, em certos momentos. Sendo, enfim, a autoria, uma exigência do texto-discurso, os indícios por meio dos quais um autor se configura em sua relação com a escrita a ponto de constituir-se como singularidade podem materializar-se nas mais variadas manifestações enunciativas (e as intercalações são indícios privilegiados para defendê-lo), tendo espaço ainda o extra-lingüístico, especialmente quando se trata da análise da singularidade.

Contemplando, na análise da autoria, o texto, o gênero e o estilo, algumas consequências importantes, e que mostram um ganho considerável, em termos teóricos e analíticos, sobressaem.

1. **Há possibilidades diferentes de análise da autoria:** pode-se observar um princípio de autoria configurando-se em função do trabalho com o texto e com os gêneros, o que não impede que sejam destacados efeitos estilísticos, gestos singulares; pode-se estudar, além disso, a singularidade de um autor, análise que se serviria não apenas de um “princípio de autoria” – que, enquanto princípio de escritura, pressupõe e exige um “princípio de leitura” –, mas da singularidade em termos de um estilo. Essas duas modalidades de pesquisa têm uma relação direta com o modo de análise aqui empreendido e com as perspectivas que esse modo de análise autoriza: podem-se fazer análises prospectivas, fazendo hipóteses a serem acompanhadas no futuro (o que autorizaram os dados de Raquel); pode-se fazer análise de um percurso em curso, mas já com algum amadurecimento, situando-se no presente para projetar a análise em retrospectão ou em prospecção (o que talvez possa ser exemplificado com a análise dos dados de Lúcia); e pode-se partir dos indícios e fazer-se a análise retrospectiva ou não em busca de provas (o que sugerirei, adiante) – pois, segundo Ginzburg (1986), o paradigma indiciário pode ser mobilizado em relação ao presente, ao passado e ao futuro.

2. **Há uma articulação mais clara entre estudos de texto e de gênero,** porque, conquanto se deva reconhecer que são pesquisas diferentes, em tese, essas duas incursões estão encampadas por um mesmo horizonte de reflexões. Além disso, a Lingüística Textual não só nunca desconheceu a problemática dos gêneros, como tem-se voltado a ela, incorporando a seu vasto horizonte de preocupações as discussões de autores franco-suiços como Bronckart, Schneuwly, Dolz e outros que têm retomado essa pesquisa à luz das reflexões bakhtinianas; e, por outro lado, as análises de gênero servem-se, em grande medida de categorias instituídas pela Lingüística Textual, mesmo que isso não seja sempre assumido. Penso que, respeitadas as diferenças e motivações específicas, pode-se ver a Lingüística Textual como uma teoria maior que engloba as discussões sobre os gêneros. Nada disso certamente é novidade para o campo, mas, ao falar deste modo, penso nos

estudos específicos de gêneros de discurso desenvolvidos atualmente, que, para destacarem-se em relação a carências dos estudos de texto, têm dado tanta ênfase a suas especificidades que, em alguns casos, insinuam-se como rupturas em relação à Lingüística Textual. É claro que esses estudos têm diferenças nas bases, mas se, por um lado, uma teoria do texto prevê em seu horizonte de preocupações uma abordagem das diferentes espécies de texto (e das espécies de manifestações sociais mais específicas que historicamente os fundam e dão forma, ou gêneros do discurso), por outro, uma abordagem específica dos gêneros não pode, a meu ver, desvincular-se de uma teoria do texto, que dá conta dos processos gerais de organização enunciativa e de suas manifestações específicas.

3. Os estudos de Lingüística Textual ganham em abordar, do modo como estou propondo, a historicidade no texto, que impõe restrições diversas e condicionamentos discursivos mais amplos, muitos dos quais são veiculados por meio dos gêneros. Pode haver ganhos também em proceder à análise do estilo e da autoria como uma forma de análise do texto, porque a Lingüística Textual é um espaço que se define, também, por conceber a intervenção do sujeito. Por isso, defendo um deslocamento sutil segundo o qual o que faz de um texto um texto é, não exatamente as condições de textualidade, mas a autoria – que não se constitui sem um diálogo, fundador para ambos, com o leitor –, pois é o sujeito que mobiliza, dentro de condicionamentos vários, os requisitos de textualidade, mas não apenas. Inserindo-me na discussão de Beaugrande (1997) a respeito de uma re-significação dos fatores de textualidade, proponho que se desloque a ênfase deste princípio maior, pensando-se em **um trabalho de textualização**⁴⁷, que tem na base a autoria. Tendo em vista o que rediscuti sobre coesão, coerência, tópico e relevância no capítulo anterior, agora reorientaria esse conceito mais amplo afirmando que **um texto não é o que tem textualidade, mas o que tem autoria.**

4. Da parte dos estudos de discurso, o maior ganho é assumir-se efetivamente o texto como processo de materialização (e, portanto, como a materialidade) do discurso e os gêneros como formas de condicionamentos e

⁴⁷ O termo “textualização” não é novo, figura em discussões diversas, dentre elas, em alguns textos recentes de Marcuschi, Koch, Orlandi e outros.

possibilidades mais específicas. Porque, apesar das exceções destacadas, a idéia de que o discurso tem no texto a sua materialidade não passa de uma assunção teórica, pois o texto não é considerado nas análises. No que diz respeito à incorporação do estudo dos gêneros pela Análise do Discurso, tem-se incorrido na mesma falha, destacando-se excessivamente o caráter de historicidade, sem mostrar que essa historicidade passa também pelas formas de materialização, pelos aspectos textuais envolvidos, disponibilizados, transformados, enfim.

Essas possibilidades, que atenderiam diferentemente a carências dos estudos de texto e de discurso, são conjugadas e dão corpo – um corpo ambíguo e complexo, decerto – a esta análise, onde reafirmo que **textualidade não se faz sem discursividade e vice-versa**, o que pode ser traduzido por um título, para mim, inolvidável de Possenti: *O discurso não é uma camada*; o texto, também não. Justamente por situar a análise neste espaço, concebo a autoria, tal como o texto, como **um conceito que se faz de dois princípios contraditórios, mas que se reclamam mutuamente: a unidade e a dispersão**. Assim, após ter-me deslocado para uma outra perspectiva de reflexão, volto alusivamente a Foucault, para retomar duas noções, que, embora aqui sejam, de certo modo, re-significadas, continuam paralelas às do Autor: de um lado, não posso perder de vista a idéia de autoria como foco de coerência do discurso, como em Foucault (1971), embora a entenda como “coerência textual-discursiva” e não como unidade em torno de um grande projeto estético-filosófico, como está em sua reflexão, já que me interessa a idéia de efeito de unidade textual (e por aí pensarei unidade estilística, que o próprio Foucault, ao retomar São Jerônimo, não deixa de mencionar como uma das características da autoria); e, de outro lado, a idéia de que o autor é ele mesmo disperso (Foucault, 1969) – embora seja foco de coerência, é disperso –, pois me interessa pensar a questão não só recorrendo à maneira dispersa de constituição de um autor (como mostrei nos dados anteriores), mas também amarrar essa dispersão ao gênero, ou seja, quero pensar essa dispersão da autoria em função dos gêneros do discurso. A autoria é, enfim, unidade e dispersão, tem a ver com uma necessidade de fechamento, ao mesmo tempo em que não prescinde de uma abertura. A autoria, assim como o texto, estaria assentada num ponto de

vista ético (das realidades abertas, em se fazendo) e estético (das realidades que têm necessidade de fechamento), simultaneamente.

Assim, encerro, de certo modo, as considerações deste capítulo. Este exercício de análise não pretende ser mais que uma leitura (embora, a partir dela, eu proponha generalizações...). Como analista, não estive além de uma leitora no sentido de Ginzburg (2000): daquela que decifra pistas, que transforma o real, no caso, o real da linguagem, em enigma, vendo-o nos seus detalhes singulares, idiossincráticos, às vezes até residuais (com os instrumentos que recebe não estaticamente e sua época), como um conjunto de “espelhos deformantes” e não como fontes objetivas. O conceito de autoria que busquei não se reflete em marcas, mas se “refrata” (este termo é de Bakhtin) por indícios. Portanto, esta leitura, como toda leitura, não deixa de ser um discurso – mas sem o descompromisso, o anti-referencialismo e o anti-realismo a que têm levado relativismos recentes. Por isso, mesmo sendo um discurso, tentei provar, na medida do possível (e na concepção de verdade que aqui caberia), as hipóteses elaboradas, ou, ao menos, apontar o caminho por onde poderiam ser provadas. Acredito que apenas assim é possível sustentar, a partir da análise do trabalho dos sujeitos com a linguagem e dos argumentos dos pesquisadores com quem dialoguei, por aproximação ou por afastamento, uma concepção de autoria (ou qualquer outra). Essa concepção visa a complementar a perspectiva aberta para a configuração de um novo conceito de autoria, como mencionei no início deste capítulo (e, igualmente, não deixa de lançar elementos que podem contribuir com as discussões sobre ensino de língua, já que o conceito de autoria é discutido neste domínio).

APÊNDICE I

A eloqüência da *marginalia*

Além das manifestações metaenunciativas analisadas nos capítulos anteriores, gostaria ainda de discutir outros tipos, não só pelo que permitem observar em termos das variações e possibilidades de intercalar, como porque, após a discussão anterior, põem questões sobre a autoria. Aqui, então, discutirei uma forma de metaenunciação específica, cuja origem é diferente, porque não é feita pelo autor, mas por outros – as notas de comentadores em geral⁴⁸. Essa forma específica de metaenunciar me chamou atenção recentemente e me vi diante de tantas interrogações quanto aquelas a que me levaram as demais intercalações. A primeira delas é quanto ao fato mesmo de considerá-las metaenunciação; mas, quanto a isso, já mobilizei critérios no Capítulo III que permitem afirmá-lo. Além disso, essas manifestações põem questionamentos sobre a autoria. Se defendo que as intercalações podem ser tomadas como possíveis indícios de autoria, como devo interpretar os casos em que o outro é que metaenuncia no texto do eu? Que confirmam a heterogeneidade do texto, firmando-o como um “hipertexto”, parece não haver dúvidas; que podem ser caracterizadas como formas metaenunciativas, pelo caráter de reflexividade sobre o dizer, pela duplicidade que caracterizam, instaurando planos enunciativos diferentes e níveis específicos, por ser um lugar de trabalho do sujeito (outro sujeito), parece não haver dúvidas também. A diferença é que seriam gestos metaenunciativos de origem diferente. Mas, mesmo afirmando seu pertencimento à categoria de metaenunciação, no que diz respeito à autoria, devo perguntar se essas interposições podem também ser tomadas como possíveis indícios de autoria? E se configurarem essa possibilidade, remetem à autoria de quem: do que escreve ou do que comenta? Ou seriam indícios de co-autoria, já que ambos escrevem num “mesmo” texto?”

⁴⁸ Devo alertar de partida, que estou chamando comentadores a todos os que se manifestam em todas as instâncias que emergem na perigrafia – tradutores, comentadores efetivos, revisores e outros. Embora vá tratá-los em separado, num ponto mais descritivo da análise, considerarei todos como comentadores pelo fato de estar considerando que entram por meio da metaenunciação, do comentário que realizam sobre o texto de outros.

Sendo o texto como um “hipertexto”, as notas de rodapé são como que *links* criados pelo autor primeiro e as notas de comentadores seriam *links* criados pelos outros que escrevem em seu texto. Haveria não só *hiper-links* estabelecidos pelo autor, mas outros criados pelo comentador e isso, como afirmei no fim do capítulo anterior, parece ter implicações para a questão da autoria. O texto, que é – também por isto – um hipertexto, permite a constituição de autores primeiros e de comentadores em geral (cujo trabalho é segundo, mas não exatamente secundário!). Essa intervenção de tradutores no texto de outros cria um espaço de multiplicidade e (aparentes) dissensões da autoria. E assim inserem-se personagens diferentes na perigrafia textual. Além de tradutores, comentadores e editores, há lugar, até mesmo, para revisores que deixam as marcas de seu trabalho no texto do outro e, desta forma, efetuam uma “assinatura”. Inscrevendo-se ali para efetuar “comentários”, para prestar um serviço ao outro, digamos, terminam por reivindicar um lugar, e assinam uma inscrição naquele texto.⁴⁹

Tratarei da exposição de alguns dados que mostram uma multiplicidade de vozes de comentadores tomando espaço na página dos primeiros. Há os casos mais comuns de retirada das notas feitas pelo primeiro do pé da página para serem alocadas no fim do texto, ficando neste espaço as notas dos comentadores. Vejamos a seguir.

⁴⁹ Esses dados dão margem a outras discussões relacionadas à edição de textos, à própria história da escrita e da leitura, tal como se pode ler em Chartier, Compagnon e outros. Mas, aqui, tentarei centrar a discussão apenas na questão da autoria, tendo como pano de fundo a afirmação do pertencimento dessas intercalações ao fenômeno da metaenunciação.

(1)⁵⁰

Temos também a especificação de um e do outro sentido *X* nos dois sentidos *p* e *q*:

- (43) A criação de uma aristocracia intelectual, porque a aristocracia social é, no sentido próprio e figurado, “decapitada” (Oral universitário, nov. 1983).
- (44) As primeiras sílabas [...] mensagem auditiva símbolo de nosso nascimento, sinônimo do presente, no duplo sentido de atual e de dom que é o viver efetivo para essa criança, que, de ser imaginária para os pais, passa a ser realidade (F. Dolto, *L’image inconsciente du corps*).
- (45) Trata-se de um código, no duplo sentido da palavra (de interpretação e penal): aquele do marxismo-leninismo oficial (R. Debray, *Lettre aux communistes*, p. 81).
- (46) Meu objetivo é [...] contribuir para o estudo das vias (nas suas duas ortografias, via e voz) e meios (as mídias textuais) pelos quais se significa essa ideologia (H. Mitterand, *La production du sens...*, Coll. de Cerisy, 1975, p. 126).
- (47) Esse filme se funda sobre o princípio da balada, nos dois sentidos do termo” (*Télérama*, n° 2101, abril 1990, p. 146).

A abertura para uma pluralidade de sentidos em *X* faz-se também, com igual frequência, sem especificar os sentidos solicitados, através de duas formas diferentes: *nos dois sentidos da palavra* e *em todos os sentidos da palavra*, que se revelam, interpretativamente, como quase equivalentes. Para a primeira forma temos as ocorrências que seguem (interessa observar que, em oposição à sua frequência, não encontrei nenhuma ocorrência de *nos três sentidos da palavra*):

- (48) A língua é um código com um certo jogo dentro do código. [...] Ai está sua “economia” nos dois sentidos do termo (J. Bastuji, *Modèles linguistiques*, v. 2, 1983, p. 90).

* N. T.: em francês “Mon objectif est [...] contribuer à l’étude des voies (dans les deux orthographes, voie et voix) et moyens (les médias textuels) par lesquels se signifie cette idéologie”; *voie* = caminho, via e *voix* = voz.

** N. T.: em francês “Ce film est fondé sur le principe de la bal(l)ade, aux deux sens du terme”; *ballade* = balada e *balade* = passeio.

Conquanto não se possa negar que essa mudança pode ser definida por editoras e por organizadores de publicações, sem que haja uma decisão particular do tradutor, não se pode negar também que a interferência pode mesmo partir dele (até porque, em termos práticos, é ele quem, no mais das vezes, a executa) e não se pode negar, principalmente, a intervenção feita, venha ela de onde vier. Longe de querer insinuar aqui que não se pode mexer no texto de outros (o que é o movimento de notas, tendo-se em vista os deslocamentos de sentido resultantes da variedade, às vezes inapropriada, de interpretações?), quero, em relação a este caso específico, chamar atenção para possíveis efeitos que esta mudança poder vir a ter. Mesmo sem tratar o autor como dono de algo “imexível”, do ponto de vista do funcionamento discursivo, nota de pé de página é uma coisa e nota de fim é outra (se não, não haveria as duas possibilidades). E isso fica muito

⁵⁰AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas*. (1998). *As não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp. p.44. Trad. (da seção de onde foi retirada esta página). Mônica Zoppi-Fontana.

claro quando ambas são feitas pelo primeiro autor: pode haver diferenças na forma de acabamento e nos tópicos selecionados para “comentar”. A interferência pode mudar o funcionamento e com isso o modo de leitura proposto pelo primeiro.

Além dessa interferência de deslocar as notas do primeiro autor para o fim do texto e de interpor notas suas na página, há casos em que o comentador disputa o mesmo espaço. No dado a seguir, o tradutor não só entra no texto do outro, como também enuncia do mesmo lugar.

(2)⁵¹

*yendo por una calle alzó los ojos don Quijote y vio escrito sobre una puerta, con letras muy grandes: 'Aquí se imprimen libros', de lo que se contentó mucho, porque hasta entonces no había visto emprenta alguna y debía saber cómo fuese”¹ (Cervantes, 1998, p.1142-6). Não é a primeira vez que a tipografia é o cenário de um local ficcional desde a década de 1550, quando William Baldwin a usou como local para histórias chamadas “by the fire” (“ao pé do fogo”) em *Beware the Cat* (1963, p.25-63).² Porém, no romance de Cervantes a presença da tipografia é mais do que um simples cenário para o enredo. Ela inscreve no próprio livro o lugar e o processo que torna possível sua publicação. Se o trabalho executado dentro de uma tipografia verdadeira é uma condição para dar realidade às ilusões da narrativa, no romance de Cervantes os termos viraram de ponta-cabeça, já que o mundo prosaico da oficina se tornou um lugar fictício em que a narrativa imaginária une, como escreveu Borges (1952), “lo objetivo y lo subjetivo, el mundo del lector y el mundo del libro”³ (p.74-9). Nesse sentido, a visita de Dom Quixote à tipografia, em Barcelona, é uma dessas “magias parciales” que inquietam pro-*

1 “Ele e Sancho saíram para passear. Aconteceu então que, indo por uma rua, Dom Quixote levantou os olhos e viu escrito sobre uma porta, com letras muito grandes: ‘Aquí se imprimen libros’, o que muito o satisfez porque até então não vira nenhuma tipografia e desejava saber como era.” (N. T.)

2 Agradeço a Joshua Phillips por ter chamado minha atenção para esse texto.

3 “o objetivo e o subjetivo, o mundo do leitor e o mundo do livro”. (N. T.)

Nesse caso, a segunda instância junta-se à primeira e ambos co-habitam um mesmo ponto da perigrafia textual, e, embora haja a indicação (NT), há uma indiferenciação de espaços, podendo vir a confundir as vozes que aí emergem. Trata-se de um fenômeno interessante, porque, conquanto não se retire as notas do primeiro do lugar, talvez se proceda a uma intromissão tão séria quanto a primeira, pela imposição de uma simultaneidade de vozes

⁵¹ CHARTIER, R. (2002). *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da Unesp p.34. Trad.: Fulvia M. L. Moretto.

que não coincidem. Não se trata da heterogeneidade fundante que se materializa a cada enunciação (inconscientemente ou quando o “eu dá voz ao outro”); trata-se de duas instâncias diferentes intervindo: dois sujeitos, que escrevem em tempos diferentes um “mesmo” texto, ou hipertexto. São figuras diferentes, aproximadas depois, e passam a co-habitar.

E a loquacidade da perigrafia não se resume às falas de autores e de tradutores: há outras personagens que emergem nesse espaço e deixam sua assinatura no texto do primeiro. É o que ocorre no caso a seguir, onde pode ser encontrada a nota de tradutor e a de revisor.

(3)⁵²

seus companheiros o vejam largar as armas e desertar, jamais desejaria que o seu amado o visse fugir, e a isso preferia a morte; além disso, ninguém é tão covarde que sucumba ao medo, fuja e não auxilie o seu amado, abandonando-o nos perigos! Eros inspira coragem a seus adeptos e os torna semelhantes aos que por natureza são bravíssimos.

É, aliás, o que Homero diz: “O deus insuflou coragem a alguns dos heróis”. Eis o que faz Eros com os amantes!

Morrer um pelo outro, bem o sabeis, só o fazem os que verdadeiramente amam — e não só os homens, mas também as mulheres. Para os gregos basta como exemplo o caso de Alceste,¹⁷ a filha de Pélias, que foi a única que se prontificou a morrer em lugar

de seu marido e a dar a vida por ele, que ainda tinha pai e mãe. Ultrapassou assim, no amor, o pai e a mãe, a tal ponto que, em relação a ela, estes parecem simples estranhos, ligados apenas pelo nome.

Alceste fez o que prometera, e seu ato transfigurou-se em heroísmo, não só aos olhos dos homens, mas também perante os deuses. Estes, que haviam recompensado o heroísmo de outras criaturas, permitindo que suas almas saíssem do Hades,¹⁸ concederam igualmente que a alma dessa mulher de lá voltasse, como prêmio ao seu heroísmo.

Os deuses sancionam o esforço e a coragem nascidos do amor! Mas os deuses não

¹⁷ Alceste é célebre figura da lenda grega. Admeto, seu esposo, estava condenado à morte, mas poderia continuar a viver se alguém se oferecesse para morrer em seu lugar. A única pessoa que para tal sacrifício se ofereceu foi Alceste. Eurípedes dramatizou esta narrativa em uma de suas tragédias. (n.t.)

¹⁸ O Hades, a morada do deus Plutão, é o Inferno da mitologia grega, a morada dos mortos. É um país tenebroso onde a luz do sol nunca penetra. Ali caminham as sombras daqueles que se foram deste mundo. Nada mais conhecendo do presente, essas sombras guardam lembrança do passado. Homero descreve o Hades na *Odisseia* (XI). Interessante é, também, a descrição que Virgílio dá do mesmo na *Eneida* (liv. VI). (n.r.)

Embora não seja muito comum, não é de todo estranho que o revisor assuma a palavra no texto, pois é de praxe que ele seja referido na perigrafia, mas na parte em que antecede o chamado texto principal – nas antecipações, ou metatextos. O curioso é que

⁵² PLATÃO. *Apologia de Sócrates e Banquete*. São Paulo: Martin Claret, 2000. p.104. Revisão. Antônio Carlos Marques. O nome do tradutor não consta na obra.

aqui ele não é mencionado pelo outro, mas assume a palavra. Conquanto mantenha-se ainda nas margens, avança para o texto maior e insere-se no espaço do outro. Em síntese, não se trata de uma menção a seu nome; aqui, o revisor faz uso da palavra.

Tão variadas quanto as personagens são as formas de inscrição. Até aqui, todas as manifestações destacadas situavam-se nas posições de rodapé e de fim de texto, após deslocamentos ou não. Ainda no que respeita a esse espaço dito marginal (marginal porque é posto à margem e porque é deixado “à margem”), há outras possibilidades, podendo a inscrição dar-se, por exemplo, nas laterais do texto, como a seguir.

(4)⁵³

La petite ville d'autrefois

Marguerite Duras se rappelle la petite ville du centre de la France
qui se confond avec son enfance et son adolescence,
petite ville qui, sans l'imagination, aurait pu devenir une prison.

NEVERS où je suis née, dans mon souvenir, est indistinct de moi-même.
C'est une ville dont un enfant peut faire le tour.
5 Délimitée d'une part par la Loire, d'autre part par les remparts.
Au-delà des remparts il y a la forêt.
Nevers peut être mesurée au pas d'un enfant.
12 Nevers « se passe » entre les remparts, le fleuve, la forêt, la campagne. Les remparts sont imposants¹. Le fleuve est le plus large de France, le plus renommé, le plus beau.
Nevers est donc délimitée comme une capitale.
15 tale.
Quand j'étais une petite fille et que j'en faisais le tour, je la croyais immense. Son ombre, dans la Loire, tremblait, l'agrandissant encore.
20 Cette illusion sur l'immensité de Nevers je

1. muraille qui entoure une ville

2. majestueux

J'ai gardée longtemps, jusqu'au moment où j'ai atteint l'âge d'une jeune fille.
Alors Nevers s'est fermée sur elle-même.
Elle a grandi comme on grandit. Je ne savais rien des autres villes. J'avais besoin d'une ville à la taille de l'amour même. Je l'ai trouvée dans Nevers même.
Dire de Nevers qu'elle est une petite ville est une erreur du cœur et de l'esprit. Nevers fut immense pour moi.
12 Le blé est à ses portes. La forêt est à ses fenêtres. La nuit, des chouettes³ en arrivent jusque dans les jardins. Aussi faut-il s'y défendre d'y avoir peur.
15 L'amour y est surveillé comme nulle part ailleurs.
Des gens seuls y attendent leur mort. Aucune autre aventure que celle-là ne pourra faire dévier leur attente.
22 Dans ces rues tortueuses⁴ se vit donc la ligne droite de l'attente de la mort.
L'amour y est impardonnable. La faute, à Nevers, est d'amour. Le crime, à Nevers, est le bonheur. L'ennui y est une vertu tolérée.
25 Des tous circulent dans ces faubourgs. Des bohèmes. Des chiens. Et l'amour.
Dire du mal de Nevers serait également une erreur de l'esprit et du cœur.

3. oiseaux de nuit

4. qui ne vont pas droits, anguleux

Extrait de : *Hiroshima mon amour*; Gallimard, 1960.

Neste texto sobre a vida de Marguerite Duras, o comentador insere notinhas laterais, retomando pontos da enunciação. As notinhas são escritas igualmente em francês, porque não se trata de tradução, mas de comentário feito num texto que constará em um livro didático. Além da particularidade de estar nas laterais do texto, há uma coincidência no que respeita à indicação remissiva feita pela numeração e à disposição da nota correspondente, pois são postas lado a lado. Essa disposição lembra a forma de leitura de

⁵³ Extraído de: *Hiroshima mon amour*. Gallimard, 1960. s.p.

notas de rodapé na tela do computador (destacado no capítulo anterior). Embora não se sobreponha, como no computador, aqui a nota está paralela à indicação.

Este fato é diferente do que ocorre no texto de que foi retirado o fragmento a seguir, onde as notas são posicionadas livremente no espaço lateral, sem obrigatoriedade de coincidência com o ponto da indicação. Há a indicação num extremo da página e a nota é posta em outro. É interessante porque vem com a sigla NT, mas o lugar não é aquele em que comumente aparece a nota de tradutor. Trata-se uma outra possibilidade de intercalar-se na perigrafia.

(5)⁵⁴

aplicaria a outros. Os diálogos de Platão mostram Sócrates como homem de vivo senso de humor e espírito mordaz. Era famoso e temido pela sua ironia. O sentido literal da palavra "ironia", que é um termo grego, é algo semelhante ao da palavra inglesa *understatement*¹. Assim, quando Sócrates diz que só sabe que nada sabe está sendo irônico, embora, como sempre, sob a camada superior do gracejo se oculte uma questão séria. Sem dúvida, Sócrates conhecia as realizações de todos os pensadores, escritores e artistas da Grécia. Porém o que sabemos é pouco, nada, comparado com a infinita vastidão do desconhecido. Quando percebemos isto, podemos dizer verdadeiramente que nada sabemos.

O melhor retrato de Sócrates em ação é a *Apologia*, que descreve o seu julgamento. Trata-se do seu discurso de defesa própria, ou melhor, o que Platão mais tarde lembrou do que Sócrates dissera. Não é um relato literal, mas algo do que Sócrates poderia ou teria dito. Esse "relatar" não era incomum: Tucídides, o historiador, faz isso abertamente. A *Apologia*, portanto, é uma peça de caráter histórico.

Sócrates foi acusado de inconformismo com a religião oficial e de corromper os jovens com os seus ensinamentos. A acusação era falsa. O que o governo tinha contra ele era a sua ligação com o partido aristocrata, ao qual pertenciam muitos dos seus amigos e discípulos. Mas, como houvera uma anistia, o tribunal não podia imputar essa culpa. Os acusadores formais foram Anyto, político democrático; Meleto, poeta trágico, e Licão, mestre de retórica.

Desde o início, Sócrates dá rédea solta à sua ironia. Diz que os seus perseguidores são culpados de eloquência e que pronunciam discursos belamente ornamentados. Como chegara aos setenta anos de idade sem jamais comparecer perante um tribunal, pede aos juízes que tolerem o seu linguajar pouco jurídico. Menciona então uma classe de acusadores mais velhos e mais perigosos, porque mais ardilosos. Refere-se aos que falam dele como de "um sábio, que especulava sobre os céus lá em cima, investigava a terra aqui embaixo, e fazia o pior parecer

¹ Narração incompleta, exposição atenuada ou incompleta de uma ocorrência. (N. dos T.)

⁵⁴ RUSSELL, B. *História do pensamento ocidental*. A aventura das idéias dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 70. Trad.: Laura Alves e Aurélio Rebelo.

Após destacar que os comentadores saem do rodapé e se intercalam em diferentes pontos da perigrafia textual, mostrarei como entram no *continuum* textual. Conquanto parecesse que a intercalação feita por outros é restrita às margens, os dados mostram que eles interpõem-se também no corpo do texto: intercalações presentes no *continuum* não são apanágio dos primeiros. Eis um primeiro dado para discutir essa questão⁵⁵.

(6)⁵⁶

característica adquirida, devemos todos fazer o possível para educarmos a nossa mente visando a concepção de grandes idéias, impregnando-a permanente, se assim se pode dizer, com uma nobre inspiração. Como, perguntarás, faremos isso? A esse respeito, escrevi algures: "A sublimidade é o eco de um nobre espírito". Assim, mesmo sem ser falada, uma simples idéia às vezes por si mesma despertará admiração pelo simples motivo da grandeza espiritual que expressa; como, por exemplo, o silêncio de Ajax na "Convocação dos Espíritos", (42) é grandioso, mais sublime do que seriam palavras.

Em primeiro lugar, portanto, é absolutamente necessário indicar a fonte desse poder, e mostrar que o homem verdadeiramente eloquente deve ter um espírito que não seja mesquinho ou vil. Não é possível, com efeito, que, aqueles que durante toda a vida tiveram pensamentos e objetivos baixos e servís, cheguem a algo notável, algo digno da imortalidade da fama; não, a grandiosidade das palavras é apanágio daqueles cujos pensamentos são profundos, e as expressões majestosas vêm, naturalmente, dos homens de mentalidade superior. A resposta de Alexandre a Parmênio, quando ele lhe disse: "Eu me contentaria..."

(Aqui faltam seis laudas do manuscrito.)

...a distância da Terra ao céu; e poder-se-ia dizer que essa é a estatura de Homero, tanto quanto do Conflito.

Muito diferente é a descrição da Calamidade por Hesfodo, se, na verdade, "O Escudo" deve ser atribuído a Hesfodo: (43)

Catarro lhe escorria das narinas.

A imagem apresentada não é forte, mas ofensiva. Vejamos, porém, como Homero exalta os poderes celestes:

"Tão longe quanto um homem pode ver com os seus olhos na nevoenta distância, quando se coloca no pico de uma montanha e contempla o mar cor de vinho, tão longe alcança o passo dos fogosos corcéis dos deuses." (44)

Ele mede os passos dos animais em termos de distâncias cósmicas. Não se pode exaltar, diante da suprema grandiosi-

Trata-se de uma interposição, no mínimo, curiosa, porque tal como nas notas de rodapé alocadas no espaço perigráfico juntamente com as do autor, aqui a intervenção de um mistura-se de novo à do outro e naquele espaço que, como supostamente se pensaria, é do primeiro. No texto acima, o tradutor do tratado sobre "O sublime" abre parênteses

⁵⁵ No geral, fragmentos perdidos são indicados assim, no corpo do texto.

⁵⁶ ARISTÓTELES, ORÁCIO & LONGINUS. *Crítica e Teoria Literária na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1989. p. 92. Trad.: David Jardim Júnior.

no *continuum* textual para informar que fragmentos foram perdidos. Isso acontece várias vezes no texto e constitui uma intervenção incomum, se se pensar que o esperado seria o deslocamento para o rodapé e não a abertura de parênteses, principalmente de parênteses sem a indicação NT. Esta escolha de posição torna mais linear a leitura, mas não se pode negar a intervenção de um no espaço que se pensaria do outro.

Intervenção semelhante – mas de particularidade destacável – é a do texto a seguir, em que há efetivas notas de tradutores no *continuum* textual (com as devidas indicações, como pode ser conferido) e o curioso é não só o efeito de controle, pois a tradutora – Ingedore Koch – assume que faz uma nota ao indicá-la, mas também o fato de que, no veículo em que este texto foi publicado, todas as demais notas são postas no fim. É uma coerção imposta pela revista, digamos; mas ela não acata essa exigência, escolhendo essa possibilidade, que não é comum (mas talvez seja justificável, tratando-se dela, veremos).

(7)

A coerência textual-semântica é, aqui, de ordem temporal e causal; e deve ser reconstituída pelo leitor através da sequência linear dos verbos. A sequência específica destes fragmentos oracionais, isto é, a linearização dos conceitos aqui efetuada deve, portanto, ser mantida na tradução para o italiano (N.T.: e também para o português); por exemplo, uma troca de *salito* e *caduto* seria impossível. Mas esta inscrição é completada, ainda, por uma quinta linha:

Gelobt sei die heilige Dreifaltigkeit.

(Louvada seja a Santíssima Trindade).

A conexão, a sua coerência com as linhas precedentes, é de natureza textual-pragmática, isto é, está ligada à situação comunicativa e seus pressupostos no antigo Tirol do Sul, dominado por profunda religiosidade.

Faltam, contudo, a esta inscrição todos os meios de coesão, isto é, de conexão textual-sintática: faltam conjunções como *e*, *depois*, *por isso*, ou pronomes como *ele*, *este*. Na tradução italiana, pelo menos a desinência verbal -o em *salito*, *caduto*, *morto* indica que se trata de um homem (no singular). No original alemão, até isso deve ser inferido. Enquanto isso, o alemão utiliza mais pronomes e partículas que o italiano, cf. a tradução italiana de *Reigen*, de Arthur Schnitzler (apud G. Held 1983: 323):

Stoss mich doch nicht immer weg!	Non allontanarmi sempre,
Ich tu dir ja nichts!	Non ti faccio nulla!
	(Não me rechace sempre!
	Não te faço nada!)

Nem o pronome *ich* (eu), nem as partículas modais *doch*, já possuem correspondentes lexicais formais em italiano (N.T.: o mesmo ocorre em português, com relação a partículas como *ja*, *doch*, *nur* etc.), isto é, o leitor da tradução italiana tem necessidade de proceder a uma reconstrução maior em termos de coerência.

Em traduções do italiano para o alemão, muitas vezes, os pronomes e partículas são recuperados, como por exemplo:

Le nozze de Figaro V6	Figaros Hochzeit V6
Che brutto ceffo!	Welch finstere Miene!
Sembri un cospirator.	Du siehst ja aus wie ein Verschworener
	(Que cara tenebrosa!
	Pareces um conspirador)

Esse dado chama a atenção porque oferece a possibilidade de discutir não apenas o estatuto das interposições de comentadores em geral, se podem (ou não) ser interpretadas, tal qual as demais intercalações, como indícios de autoria e da autoria de quem, mas também porque se trata de contrariar um estilo que fora determinado pela revista, intercalando de outra forma (não quero destacar aqui a transgressão, mas a escolha). Talvez seja um indício, a ser analisado em maiores detalhes, de uma escolha que revela uma preferência da tradutora por intercalações no *continuum*, mesmo que escreva em textos de outros. Retomarei esta questão adiante. Terminemos com os modos de inscrição dos tradutores no *continuum*.

Após mostrar esse tipo de inscrição, com sutis parênteses e com “atrevidas” notas, resta destacar casos em que o comentador toma conta da página inteira. Mais que tomarem pequenos espaços na página do outro, dividem o espaço em condições iguais.

(8)⁵⁷

62 “Vita brevis.”

63 A citação continua assim em *Confissões* IV,2: “Com esta união experimentei pessoalmente a diferença entre o laço conjugal instituído em vista da procriação, e uma ligação baseada apenas na paixão sensual, da qual podem nascer filhos sem serem desejados, embora uma vez nascidos se imponham ao amor dos pais”. Está claro que Flória não deu importância alguma a esse trecho, não se dando ao trabalho de comentá-lo. Sua ênfase é sobre a experiência oposta, ou seja, que viveram juntos como esposos.

Não foi também por causa disso que ela foi correndo a Milão, querendo-te casado?
Livro Sexto! E não foi pela mesma razão que escolheste a Continência, quando nada saiu do casamento planejado?

Depois de cruzarmos o rio Arno, paraste-me com um toque afetuoso no ombro e perguntaste se podias cheirar meus cabelos. “A vida é tão curta”,⁶² disseste. Por que disseste isso, Aureli? E por que querias cheirar meus cabelos? O que querias selar?

É só no começo do Livro Quarto que me mencionas pela primeira vez. Escreves:

“Durante esses anos, eu vivia em companhia de uma mulher, a quem não estava unido por legítimo matrimônio, mas que a imprudência de uma paixão inquieta me fez encontrar. Era, porém, uma só, e eu lhe era fiel”.⁶³

Quando li esse trecho sobre tua paixão inquieta e imprudente, tive de rir em voz alta, pois eu achava que tua paixão era tranqüila e prudente, realmente achava. Ademais, era constante, embora por vezes ardesse com menos chamas. Como tu mesmo confessas, vivíamos como um casal casado — com a

⁵⁷ Gaarder, J.(1996). *Vita Brevis*. A carta de Flória Emília a Santo Agostinho. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.95. Trad.: Pedro Maia Soares.

O primeiro autor fica com uma página e o segundo com outra (não sei se é justo, mas é interessante). Não posso deixar de mencionar que se trata aqui de um texto literário e na Literatura os autores exploram ao máximo as possibilidades que as intercalações oferecem (isso, aliás, é matéria para um outro estudo). Mas, embora jamais tenha me deparado com gestos assim, não sei se é prudente afirmar com segurança que tal não aconteceria num texto acadêmico (adiante, mostrarei um dado semelhante na escrita acadêmica). Intercalação, venha de que instância vier, é uma questão de enunciação e de subjetividade e esses dois conceitos definem-se por inscrição, mas também por singularidade, devendo ser cuidadosa (mas não impossível!) qualquer generalização. Assim, não posso nem devo assumir que o texto acadêmico não o admitiria, fiando-me no fato de que os gêneros que aí emergem têm constrictões peculiares que o vetariam, porque os autores, também na academia, inovam o estilo dos gêneros com insinuações estilísticas particulares – os comentadores não poderiam fazer coisas semelhantes?

Voltando ao dado. O tradutor (digo tradutor porque Jostein Gaarder assume/insinua estar traduzindo um manuscrito de Flória, ex-amada eterna de Santo Agostinho) deixa uma pista interessantíssima a ser mobilizada no estabelecimento da coerência do texto, que é a recuperação de um modo de escrita comum entre os copistas medievais. É claro que se trata de uma estratégia do narrador: Gaarder não é tradutor, embora seu narrador assuma essa perspectiva; mas o tradutor efetivo (Pedro Maia Soares) faz uma opção cujo efeito estilístico é inegável. Tendo o primeiro escrito sobre um “caso” medieval, é de extrema coerência que opte, dentre as possibilidades mostradas de efetuar notas de tradutor, por uma prática comum naquela época, que consistia em escrever “o texto” nas páginas pares e as notas nas páginas ímpares.⁵⁸ É de absoluta coerência que escolha um *modus faciendi* comum entre os copistas medievais. Voltarei a isso.

Embora talvez ocorram outras possibilidades, encerrarei essas considerações, pois os dados apresentados são suficientes para introduzir a discussão sobre as variadas formas de intercalar e, com isso, inscrever-se no texto “alheio”. No capítulo 3, mostrei como as formas de remeter a si e ao outro usadas pelo autor podiam ser variadas. Aqui, a variação

⁵⁸ Aqui deve ser destacada mais uma vez a importância do leitor: um leitor sem este conhecimento não perceberia o indício.

dá-se nas formas de inscrição, por meio de notas, de tradutores, comentadores e revisores no texto do primeiro.

Mas esse trabalho e essa variação nas formas de trabalhar são suficientes para que os comentadores sejam considerados autores ou co-autores dos textos que escrevem? Penso que ainda não. Por esses gestos, eles são apenas comentadores, cuja inscrição é segunda em relação à do primeiro autor; suas notas ancoram-se no texto do primeiro para funcionar (são formas metaenunciativas e não metatextos). As notas não seriam ainda indícios de autoria, porque, no meu entender, não se faz um autor de notas soltas, mesmo no domínio do “como”, mas analisa-se o que a nota pode indiciar em termos de competências que definem a autoria – além disso, em minha análise, o texto é fundamental –; e, mesmo que se ancorem no texto do outro, não são ainda co-autores, só porque se interpõem com notas. As notas não funcionam por si. Embora, em alguns casos, sejam lidas após a leitura do texto; elas fundam-se em necessidades do texto e é em relação a ele que significam. De modo inverso, o autor do texto se “apossa” posteriormente das notas do comentador (uma apropriação atribuída pelo leitor...), porque o texto é o texto com as notas do outro.

Trata-se de uma confirmação claríssima de um efeito de unidade textual em meio à dispersão e à heterogeneidade. Trata-se, ainda, de reafirmar que o texto avança, literalmente, para muito além de sua mancha de página. Isso permite afirmar apenas um dialogismo na forma de constituição da autoria, entre autores e comentadores, e, portanto, não atribuiria autoria aos últimos. E uma posição assim não deve significar depreciação do trabalho de comentadores. Se há uma prática incômoda e improcedente que combato é a hierarquização de certos aspectos num texto (uns são essenciais, outros contingentes; uns são principais, outros secundários; uns são centrais, outros marginais). Neste caso, prefiro pensar que se trata apenas de um modo de constituição da autoria em que autores não apenas distribuem falas com outras posições enunciativas, mas dividem espaços com comentadores (as orquídeas nascem sobre outras plantas e nem por isso são inferiores ou parasitárias – mas não são as outras plantas...).

Mas, há outros aspectos relacionados à inscrição dos comentadores que repõem as perguntas iniciais. Autores e comentadores permanecem juntos, mas podem responder em separado, se houver necessidade disso (o mesmo leitor que os junta, os separa). A princípio, ninguém os trata como instâncias separadas, no sentido de que se leria primeiro o trabalho de um e depois o do outro. Mas, em alguns casos, as assinaturas chamam a atenção, pois há tradutores cujo nome é sinal de credibilidade; e há outros cujo nome tem efeito contrário. E se o trabalho não for bem feito, a dimensão da atribuição se põe, pois o tradutor é chamado à responsabilidade, como forma de atribuir a falha ao trabalho do segundo e isentar o primeiro. No funcionamento da autoria nesta perspectiva de interface em que assento a reflexão, embora às vezes sutilmente, estão sempre em jogo os dois traços, mas, em alguns casos, pode haver predominância de um sobre o outro – neste caso, sobrepõe-se a responsabilidade ao trabalho. Se *traduttore* pode ser chamado *tradittore*, não se pode negar a necessidade de se considerar também o traço da responsabilidade ao lado do trabalho que eles fazem.

Há outro aspecto que parece reivindicar autoria para os comentadores. Vejamos. Ao longo deste capítulo, venho enfatizando o trabalho do sujeito, o qual especifiquei na seção anterior como escolhas entre possibilidades, ancorando-me nas reflexões de Granger e de Possenti. Para entrar nesta questão, gostaria de destacar alguns aspectos que, embora expostos nesta seção, não foram comentados. Tais aspectos dizem respeito aos gêneros do discurso, e eu destacaria inicialmente o que é quase óbvio: as interposições destacadas emergem em gêneros vários do discurso acadêmico e, de forma ou de outra, são condicionadas pelas possibilidades e constrictões peculiares a esses gêneros. Em relação a isso, destacaria alguns aspectos: embora haja uma variação entre a perigrafia e o *continuum*, no que respeita às formas de disposição, no que se refere às formas de marcação, por outro lado, as interposições dos comentadores restringem-se a notas e parênteses, não havendo outras possibilidades como travessões, vírgulas, PS (*Post Scriptum*), excursões maiores, quadros laterais e outras formas de intercalar que possivelmente caberiam em outros gêneros e mesmo nestes, quando são feitas pelo primeiro autor.

Isso tudo parece óbvio, mas, no que respeita às intercalações, tenho aprendido que o primeiro passo para trabalhar com elas é libertar-se da ingenuidade e não se pautar nas aparências, pois a eloquência desses fenômenos ditos marginais está nos detalhes supostamente negligenciáveis. Neste caso, é interessante ver que as formas de interposição dos comentadores dão-se dentro de possibilidades que o texto acadêmico autoriza, e a atuação deles – que não é igual – efetiva-se aí. E sobre as formas de marcar, é curioso, embora não de todo estranho, que não se possa intercalar com travessões e vírgulas ou excursões no *continuum* textual. Venho tentando refletir sobre a especificidade dos parênteses⁵⁹ e já talvez possa mencionar dois indícios para propor uma diferenciação no funcionamento destes sinais em relação a outros: quando se pensa a relação entre as intercalações e a atividade de reescrita, por exemplo, os marcadores usados para destacar o retorno do sujeito sobre sua escrita são justamente os parênteses (isso pode ser conferido em dados da segunda seção deste mesmo capítulo), não havendo possibilidade de se corrigir erros entre vírgulas ou travessões; aqui, a idiossincrasia se repete, pois, embora a interposição no corpo do texto alheio seja possível, não se pode fazer isso sem ser com os parênteses. Tal pode ser entendido como uma pressão exercida pelo funcionamento da autoria do primeiro, pois vírgulas e travessões tornariam indistintas as vozes, já que se trata de sinais que estabelecem um vínculo sintático muito mais forte, e não seriam suficientes para efetuar a separação em planos que as intercalações, sobretudo as de comentadores, exigem.

Essas pressões quanto aos lugares de interposição e quanto às formas de marcação podem contribuir para a definição dos traços que constituiriam o estilo desses gêneros, e, como tais, impõem restrições aos comentadores. As marcações dos mais diversos tipos são aceitas quanto efetuadas pelo primeiro autor, mas o comentador não tem, neste sentido, a mesma liberdade. No entanto, apesar disso, eles parecem intervir e escolher. Além de inscreverem-se nas restrições dos gêneros em que escrevem e nas restrições que a autoria do primeiro impõe (o que não significa apenas submissão!), os comentadores

⁵⁹ Conferir Fiad e Barros (2003), em que há uma proposta de redimensionar a relação entre os parênteses e a atividade de reescrita, tomando por base o estudo das intercalações, por um lado, e a discussão sobre metaenunciação, por outro.

parecem dar a entender, por tais intervenções, insinuações de escolhas, que, por si sós, têm efeitos estilísticos. Vale reiterar que tanto as pressões quanto as possíveis intervenções dão-se no interior dos gêneros. Bakhtin (1979) reconhece que “Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua, sem ter sido longamente testado e passado pelo acabamento do estilo-gênero” (p.285).

Mas, mesmo quando parecem escolher, isso autorizaria a pensar em sua singularidade? Retomemos os dois casos destacados anteriormente – a NT feita por Koch no *continuum* textual, entre parênteses, e as notas de rodapé nas páginas ímpares feitas pelo tradutor de *Vita Brevis*. No caso do texto de Jostein Gaarder, que se assume como tradutor de um manuscrito medieval, onde o tradutor efetivo faz notas nas páginas ímpares do texto, recuperando um modo de escrita comum na idade média, há um efeito estilístico inegável. O fato de não se tratar do narrador e sim do tradutor não nega este efeito estilístico causado pela coerência entre falar da idade média e usar notas tal como faziam os copistas medievais. Na verdade, ainda se as notas não fossem de Gaarder, nem do tradutor, sendo do editor, o efeito estilístico não seria negado ainda, porque tem a ver com uma intervenção no estilo do gênero de modo a estabelecer a coerência com um modo de escrita comum ao momento tematizado no livro (tratar-se-ia de articulação entre forma e conteúdo?). Mas, sobre a singularidade, mesmo que fossem de Gaarder, não seria possível afirmá-lo com certeza, porque isso é um gesto isolado, não recorrente em seus outros textos conhecidos.

No caso de Koch, seu gesto parece indiciar a recorrência de uma escolha atestável em sua produção escrita: a preferência por intercalações no *continuum* – o que pode justificar o gesto de contrariar o estilo adotado pela revista em que traduz, onde todos os demais deslocaram as notas de tradutores para o fim dos capítulos. Por acompanhar, há certo tempo, a produção escrita desta pesquisadora e por já ter prestado atenção em sua despreferência por notas de rodapé e principalmente notas de fim de capítulo ou de texto, o gesto parece a recorrência de um modo particular de ela “usar” essa possibilidade de interpor-se no texto, que, em sua escrita, é predominantemente realizada no *continuum* textual. É um indício que recorre, de modo que talvez possa configurar uma hipótese a ser

confirmada. Mas, com os elementos disponíveis, essa ocorrência leva à interpretação de um gesto singular apenas, ao menos até que se proceda a uma análise para confirmá-lo.

Assim, além do gesto singular, que pode ter efeito estilístico, acredito que para falar em estilo enquanto traço da singularidade de um autor deve-se levar em conta a idéia de recorrência, uma *regularidade*, como diz Granger (1968) e retoma Possenti (1988). Indícios devem, na medida do possível, ser provados. Assim, por mais que pareçam, esses comentadores não devem ser tratados como autores na concepção de autoria aqui desenvolvida (embora sejam Autores, não é isso o que estou discutindo) apenas porque escrevem notas e com certa particularidade, em alguns casos – aliás, mesmo quando analisei dados da aquisição anteriormente, não afirmei, em momento algum, que uma intercalação envia diretamente para a autoria. Tratei-as como indícios a ser analisados. Se, em qualquer um dos casos apresentados, se quiser buscar indícios de traços da autoria dos comentadores, esses indícios devem apontar para fora dos textos em que escrevem (para sua produção escrita) e não serem tomados objetivamente, constituindo-os autores de notas, ou co-autores dos textos de outros porque fazem notas. Se intercalações podem ser tomadas como possíveis indícios de autoria, igualmente se deve ter claro como tratar um indício, do mesmo modo que se reafirma a necessidade de provas. Para que se *passse dos sintomas aos signos*, como propusera Peirce, indícios precisam ser ancorados em hipóteses e, na medida do possível, provados.

Em suma, trata-se de um funcionamento sem dúvida interessante das intercalações, mas, por si só, e o mesmo se pode dizer de qualquer intercalação, não garante autoria. A concepção de autoria buscada nesta análise não é assim gratuita, porque pode perder a produtividade. Para finalizar esta seção, talvez possa afirmar, juntamente com Compagnon (1979), ao falar da perigrafia de um texto:

La périgraphie est une zone intermédiaire entre le hors et le text. Il faut passer pour accéder au text. (...) C'est une scénographie qui met le text [eu diria, o *continuum*, já que concebo ambos como espaços textuais e não como texto e periferia] en perspective, et l'auteur en est le centre” (p.328).⁶⁰

⁶⁰ “A perigrafia é uma zona intermediária entre o fora do texto e o texto. É preciso passar por ela para chegar-se ao texto. (...). É uma cenografia que põe o texto em perspectiva, cujo centro é o autor”.

APÊNDICE II

Sobre a autoria na oralidade

Há uma manifestação específica das intercalações, há uma outra que merece algum destaque, não porque necessite ser incluída no conceito de metaenunciação, mas porque põe questões sobre a autoria e porque pode baratear o conceito, se for tomada ingenuamente como marca de autor no texto – as intercalações que emergem em manifestações enunciativas orais. Diante dessas manifestações metaenunciativas, não pude deixar de questionar-me sobre a possibilidade de tratar intercalações orais como possíveis indícios de autoria. Mas, como já afirmei, esse conceito tem sido relacionado tradicionalmente à escrita.

Pesquisas como as de Foucault, Orlandi, Possenti e outras mencionadas anteriormente afirmam ou implicam essa posição. Tendo considerado pertinente problematizar essa restrição, dei voz a posições teóricas, por um lado, e a dados, por outro, em momentos anteriores desta reflexão, para avaliar a possibilidade de defender ou não a posição inversa. Do lugar teórico de onde me encontro, mobilizei conceitos como *continuum* entre fala e escrita, gênero, e letramento, que, de modos diferentes, reafirmam as relações entre as duas modalidades. Mas, além de tais posições, ou mesmo antes de tomar conhecimento mais detalhado sobre essas importantes discussões, as intercalações já me colocavam a questão pelo fato de materializarem-se também na oralidade. Por motivações teóricas e instigada pelos dados, em síntese, propus a hipótese (como hipótese de trabalho, já que se tratava de pontos de uma reflexão em curso) de que se poderia analisar a autoria na oralidade⁶¹. Mas, com o aprofundamento desta reflexão, vejo-me obrigada a abrir mão de tal reivindicação e denunciar as falhas que, em meu raciocínio anterior, me conduziram a este equívoco. Os mesmos dados que me levaram à hipótese fazem-me agora desconfiar dela.

⁶¹ Sobre isso, falei em dois encontros: Congresso Internacional da Abralín (2003) e Seminário Internacional de Análise do Discurso (2002).

Mesmo tendo feito apelo a posições teóricas, meu principal argumento para defender a hipótese era a emergência de intercalações na oralidade⁶². Considerando que intercalações podem ser indícios de autoria, é possível tratar da mesma forma as intercalações que emergem em manifestações enunciativas orais? O que há na literatura a este respeito? Quais as implicações de assumir uma hipótese assim? Pensava essas interrogações de modo mais intuitivo, mas a leitura de textos de Tfouni, que defende esta hipótese, fez com que se configurasse, de modo mais claro, a necessidade de discutir a questão. Adiante, retornarei aos trabalhos de Tfouni.

Começemos pela primeira interrogação. As formas específicas de metaenunciação que estou considerando como indícios de autoria ocorrem, com importantes variações, tanto na fala quanto na escrita. Embora ocorram mudanças de acordo com os diferentes gêneros ao longo do *continuum* e também pelas condições de produção específicas de cada gênero, as funções dos segmentos interpostos são, grosso modo, as mesmas. Isso não apenas estreita os laços entre as duas modalidades, mas também reafirma que se trata apenas de manifestações enunciativas diferentes e que o sujeito que tem domínio das duas, manifesta-se e constitui-se por meio de ambas. Isso, em princípio, não quer dizer que porque há uma intercalação na fala, há autoria na oralidade. Intercalações são fenômenos enunciativos que emergem nos mais diversos gêneros, mas, se podem ser interpretadas como indícios de autoria é o que discutirei.

De todo modo, passemos à observação de alguns dados. Destacarei a recorrência de intercalações na produção de um sujeito, cuja competência metaenunciativa é destacável. Trata-se de um sujeito adulto, professor universitário – Carlos Franchi. Vejamos, inicialmente, como sua fala é permeada de intercalações diversas. Em conferência, Franchi interpõe muitas vezes no curso de sua enunciação, como pode ser observado nos fragmentos abaixo.

(1) Pierce dizia que, provavelmente, nós estamos dotados (ele não falava geneticamente, mas eu vou usar o termo), nós estamos dotados de alguma forma geneticamente, para, observando o

⁶² Quando concebi a hipótese de analisar a autoria na oralidade, porque as intercalações lá emergem, foi como indício a ser analisado que as tratei e não como marca objetiva que validaria a análise *a priori*.

mundo, ser capaz de correlacionar idéias, correlacionar intuições e produzir, a partir disso, alguma proposição, que, sem saber se faz sentido, é a proposição que faz sentido no momento para o processo de pesquisa.⁶³

(2) Proposições “tornam” (**vamos por entre aspas, mas é o que Pierce diz**) tornam de repente natural a explicação daquele fenômeno com o qual eu me surpreendia.

Nesses casos, como é muito comum de ocorrer com intercalações na oralidade, há uma repetição de termos demarcando o começo e o fim da intercalação. O termo ou expressão a partir do qual a enunciação é suspensa, por efeito da interposição metaenunciativa, é repetido após o comentário, configurando, desse modo, o encaixe, com os marcadores que o destacam.

E isso não se faz apenas com as curtas intercalações. No caso a seguir, há uma longa intercalação sobre a qual o sujeito demonstra controle, pois delimita-a, conduzindo adequadamente a progressão textual e a organização tópica.

(3) Primeiro é que essas representações, que constituem a maneira pela qual eu manifesto as minhas primeiras hipóteses a respeito do objeto, elas tem que ser, elas mesmas, para produzir um objeto chamado conhecimento, elas precisam, elas mesmas, ser, intrinsecamente primeiro, relacionadas e correlacionadas entre si, de forma harmônica e sem contradição. **VOU LANÇAR UM EXEMPLO.** Suponha que de repente eu tenha um insight. Eu observo que, quando eu falo, as pessoas, cada uma, cada uma das pessoas que aqui estão, podem me entender de uma forma completamente diferente. No final, elas podem me dizer: esse é um formalista. Ou outros podem dizer: esse é um terrível *dematé* inacreditável do conhecimento científico, etc etc. Outros podem dizer: que interessante, ele conseguiu reproduzir um processo. Por que isso ocorre? Isso ocorre porque obviamente as representações não são em si mesmas formas de conhecimento. Elas só se interpretam na medida que elas são conjugadas ao conhecimento do outro, às representações que o outro

⁶³ Esses dados foram transcritos a partir de uma produção oral em vídeo, e tanto a pontuação como a parentetização foram feitas por mim, pois, mesmo nos casos onde não há a marcação dada pela repetição ou por outros marcadores verbais, a intercalação é identificada pelo ritmo, pela entonação e ainda pelo gestual. É preciso dizer ainda que este material entrou nesta discussão inicialmente como material teórico, mas a escrita do autor chamou a atenção como dado e então tem essas duas funções nesta tese.

tem ao fato de que o outro observou a sua própria experiência. Ora, isso cria um segundo momento de absoluta insegurança. O primeiro momento é aquele em que a partir de não sei onde eu tenho um insight abduativo. O segundo momento é quando, transformando em representações esse meu objeto, eu submeto essas representações à interpretação do outro. E nessa hora eu posso dizer então, fazendo uma hipótese forte sobre o sentido, que o sentido se constrói exclusivamente no contexto da interlocução. E, ao lado, suponham que quando eu tenho um outro insight. Logo, dada a história de cada um, o sentido é histórico e antropológicamente constituído. E, nesse momento, eu me coloco numa terrível contradição. A primeira hipótese, que suporta fortemente a idéia de uma compreensão contextual e imediata das minhas representações. Aliás perfeitas. A segunda hipótese diz que nós somos seres históricos mas a hipótese de que todo sentido se construiu naquele momento é anti-histórica. Porque nós não somos nós mesmos a não ser pela nossa própria história; isto é, por uma longa e enorme transição, que, de longa data, vem, constituindo para cada um desses termos aquilo que a gente poderia chamar uma certa regionalidade do sentido. **VAMOS VOLTAR, ESSE FOI SÓ UM EXEMPLO. NÃO SEI SE FOI O MELHOR; MAS SERVE.** A idéia é, e para mim é importante, que não basta ter *insights* e hipóteses para constituir o patamar do trabalho científico. Não para a ciência. Nós estamos aqui falando desses programas de pesquisa (...)

Uma longa interposição dá corpo a uma forma enunciativa mais específica – uma exemplificação –, a qual é devidamente ressaltada por marcadores verbais: **VOU DAR UM EXEMPLO; VAMOS VOLTAR, ESSE FOI SÓ UM EXEMPLO.**

A abundância das intercalações de Franchi na oralidade não se resume às interposições com marcação verbal. Não havendo parênteses e travessões e outros sinais gráficos, a marcação não-verbal é feita por recursos como a entonação, o ritmo, e o gestual, os quais contribuíram para identificar as intercalações abaixo.

(4) Uma certa ocasião eu tive que fazer uma tese de doutorado **(muitos tiveram que fazer e todos sabem qual é o sofrimento de fechar a tese de doutorado)**, e nesse momento me passou pela leitura, num livro sobre o entendimento de Leibniz, uma frase que me consolou **(o problema é que me consolou)**. Mas é preciso prestar bem atenção nessa palavra, porque ela é perigosa no trabalho científico...

(5) A abdução é uma parte de um longo processo pelo qual se constrói o patamar de um programa científico. O segundo passo pelo qual, pelo menos segundo Peirce e na forma que ele escreve **(e a gente pode até modular e completar certas informações de Pierce porque é ele muito linear, e eu não acho que as coisas sejam tão lineares como Pierce diria, mas são dialéticas)**, é que, assumidas essas proposições ou tomados esses *insights* iniciais como ponto de partida da ciência, eu não posso parar aí. Isto é, há um problema de divisão de trabalho.

(6) O outro é como essas hipóteses são submetíveis ao raciocínio lógico, e para Pierce, eu também, não há forma de raciocínio a não ser o matemático. **(Não é à toa que o pai dele era um grande professor de matemática)**. Não importa que seja só matemático. Mas importa que algum processo de Pierce tenha alguma lógica...

Além de tratar-se de uma mudança de propósito, da interposição de um dizer específico em relação ao que se diz, o comentário intercalado é acompanhado por aspectos não-verbais que o identificam.

Diante desses dados, será redundante discutir questões relacionadas à organização textual, no texto oral, pois isso pode ser percebido não apenas no trabalho de intercalar, mas nos recursos usados para destacar as intercalações, articulando-as adequadamente no curso de sua exposição. Sobre gênero, não se pode ver aí, pelas intercalações que emergem ou pelo tipo, uma característica particular de um deles, porque, como já destaquei (aliás, como já foi destacado por Clélia Jubran em seus muitos trabalhos sobre os parentéticos), a oralidade é um domínio muito profícuo para a emergência das intercalações diversas. De qualquer forma, o fato de tratar-se de uma palestra, numa mesma redonda, com tema e tempo marcados, parece justificar, não exatamente a emergência, mas o cuidado com a seqüenciação textual, indiciado, em muitos casos (além dos discutidos), pelo cuidado com a marcação, para que se cumpram tema e tempo de acordo com as expectativas (mas há sujeitos que fazem isso nas conversações mais espontâneas, digamos assim). De todo modo, o efeito de controle observado nos dados orais de Franchi não quer dizer que é por aí que se define sua autoria; talvez se possa dizer que ele leva para a fala um controle característico de sua escrita. Vejamos.

Uma breve observação de dados de sua escrita tornará possível a observação não só da simpatia, digamos, de Franchi por intercalações, como um controle, mais óbvio na escrita, em relação a isso. Sua preferência pode ser observada nas duas manifestações enunciativas. No dado a seguir, retirado de sua tese de doutorado, há um gesto curioso que merece destaque. O autor faz notas de rodapé, indicadas como tais (*Nota 1*, por exemplo), mas no corpo do texto, destacadas com *itálico*, em fonte menor, na linha de parágrafo.

(7)⁶⁴

que procuram levar até as últimas consequências. Sugerimos, ainda, que o modelo de Chomsky, no fundamental, constitui uma representação formal das informações dessa descrição estrutural das orações em termos de propriedades sintáticas e morfológicas e de propriedades lexicais. Tomaremos, por isso, Chomsky como interlocutor privilegiado neste parágrafo. Começaremos pela apresentação sumária de um quadro panorâmico de sua concepção da gramática, para que a discussão de alguns de seus aspectos específicos possa ser 'localizada' no esquema coerente de sua teoria.

Nota 1

Embora para Bloomfield as formas linguísticas "não possam separar-se de seus significados", pelo que seria pouco interessante "estudar apenas o som da língua sem considerá-la, de alguma maneira, o 'significado'" (Bloomfield, "Meaning", *Notas da 11ª Reunião da Associação Americana de Linguística*, 1933, p. 301), essa afirmação se reduz muito por estar ligada a uma concepção de significação em termos de um behaviorismo ainda empobrecido, como a "situação em que o locutor a 7 enuncia e a resposta que provoca do parte do ouvinte" (Bloomfield, 1933, p. 32 e segs.) e por depender do princípio geral / ou postulado básico de toda descrição gramatical: "As formas / gramaticais não fogem exceção ao princípio geral - a que naturalmente deveríamos chamar um 'postulado' - segundo o qual a língua não pode transmitir senão os sentidos que são ligados a alguns traços formais". Esses traços formais são, no entanto, certas características fonológicas, mas ainda a disponibilidade dessas formas fonéticas (cf. obra citada, p. 31). Por isso, toda oração "pode ser totalmente descrita em termos de formas gramaticais" (fonológicas e distribucionais) enquanto a significação deve ser considerada independentemente, em termos de outras ciências, e não nos termos próprios a linguística (cf. obra citada, p. 33; p. 158-159).

Não nega o mesmo postulado bloomfieldiano: "o sistema linguístico não pode ser descrito isolado de suas formas e de suas distribuições... Não existe significado separado da forma" ("A system for the description of semantic elements", *ibid.*, 7, p. 1-14), apud Elson e Pichetti, 1962, p. 30).

Porém, que leva sempre ao excesso as sugestões de Bloomfield, tendo na análise sintática quanto nas considerações das propriedades de significação, vemos uma relação entre a estrutura sintática (definida em termos distribucionais) e a estrutura semântica (considerada como independente da linguagem, uma organização "da experiência subjetiva", ou um "modo subjetivo de significação" "necessárias da atividade geral do homem e de suas respostas" em situações concretas). Se se pode generalizar em um "modo linguístico" de determinação do sentido, seria preciso um enfoque de uma "responsabilidade distribucional" uma aproximação entre as propriedades sintáticas e as propriedades semânticas em função de relações distribucionais necessárias (cf. particularmente, Horrocks, 1954, p. 20-28). Chomsky, em "Estruturas Sintáticas" (Chomsky, 1957, p. 1,

não pensa de modo muito diferente. "É impossível, evidentemente, provar que noções semânticas não têm nenhuma utilidade em gramática, da mesma forma que é impossível provar a não pertinência de toda outra conjunção de noções dadas. Mas o estudo de tais relações condiz, parece, inevitavelmente a conclusão / de que sobre uma base puramente formal pode oferecer apoio / segundo e fornecido para a elaboração de uma teoria gramatical". Essa base puramente "formal" se conhece também "formal" ou / dois sentidos, que Chomsky, por acaso consideramos, confunde e assimila; contrastando a noção de "intuitivo", "não explicável", mas também contrastando as noções de caráter semântico. Veja-se por exemplo, a passagem: "Essas correspondências / entre traços semânticos e formais" / devem ser estudadas no quadro de uma teoria mais geral que compreendesse, como sub-partes componentes, uma teoria da forma linguística e uma teoria da utilização da linguagem". "Tudo determinado a estrutura sintática da língua, podemos estudar o modo pelo qual essa estrutura se utiliza no funcionamento real da língua". "Em certos termos, nos gostaríamos que o quadro sintático da língua, isolado e esclarecido pela gramática, pudesse servir de base a descrição semântica", e naturalmente especificamos mais que uma teoria da estrutura formal que conduziria a construção de gramáticas, satisfizessem mais completamente essa exigência. A estrutura sintagmática e a estrutura transformacional parecem fornecer os principais mecanismos que oferecem a língua para a produção e interpretação do conteúdo" (obra citada, p. 11-12). Não sabemos, na crítica a noção de "sentido estacional" Chomsky vai mais longe, na direção da distribucionalidade, reconhecendo a aceitar que qualquer tipo de "relação semântica" possa servir a determinação de categorias sintagmáticas. Em geral, diz - ele - quando distribuímos uma sequência de morfemas em uma sequência de posições da "frase" / estruturalmente disponíveis, / limitamos a escolha dos elementos que podem inserir-se nelas, para formar uma frase gramatical. As diferenças, quaisquer sejam, entre as morfemas, no que respecta a essa propriedade, se evidenciam melhor por meio de papéis gramaticais, como predição, liberdade de combinação, extensão da classe de substituição, do que por meio de qualquer traço prescrito de significação" (p. 15, na obra citada).

Chomsky, a partir da versão da sua teoria que no 16 em "Aspectos da teoria sintática" (Chomsky, 1965), inclui na gramática três diferentes componentes - o sintático, o fonológico, o fonológico. É caracterizada pela centralidade do componente sintático, que fornecerá o base à representação semântica e fonológica das orações, na linha de seus estudos anteriores (cf. nota 1 acima). Vem afirmando tal noção, apesar de inexistências críticas, até seus últimos escritos. Trata-se para Chomsky de uma prioridade teórica e metodológica, embora procure justificar sua escolha com argumentos da natureza empírica dos dados linguísticos, como os derivados da observação do caráter genético, relativas ao processo de aprendizagem da língua.

Não há notas na perigrafia, quer seja a chamada posição de rodapé ou o fim do capítulo ou do texto; todas estão deslocadas para o *continuum*. Isso é curioso, porque as intercalações que, tipicamente, emergem no *continuum* são deslocadas para a perigrafia; aqui, típicas intercalações de perigrafia, assumidas como tais, inclusive porque são chamadas "notas", são deslocadas para o *continuum*, cravando um espaço no domínio que

⁶⁴ Franchi, C. (1976). *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. p.76-77

seria apenas das intercalações presentes no contínuo (que, aliás, são muitas, delimitadas por parênteses, travessões, vírgulas e outras). Eis aí um caso em que uma mesma nota toma praticamente duas páginas do texto. E este não é o único caso – há muitas notas –, nem a única forma – há várias notas juntas numa mesma página, há notas curtas, apenas com indicação de referência –, mas todas lá, no *continuum* textual.⁶⁵ É necessário considerar que este texto foi datilografado, não havendo o recurso do *Windows Word* para efetuarem-se intercalações deslocadas. Mas, justamente por isso, havia a prática de deslocar as intercalações para o fim dos capítulos e/ou do texto. Franchi não opta por essas possibilidades, fazendo uma escolha que, por si só, tem um efeito estilístico interessante, pois traz a perigrafia para o *continuum* de um gênero tradicionalmente mais rígido, cujo estilo, excluiria, em princípio, essa intervenção.

[illegible]

* Apesar da insistência de Chomsky em afirmar que não acredita na existência de uma "estrutura profunda", ele não nega que a gramática seja um sistema de regras. Segundo ele, a gramática é um sistema de regras que se organiza em níveis hierárquicos. A primeira gramática, a mais profunda, é a que define a estrutura básica da sentença. As outras gramáticas são derivadas desta primeira, e vão definindo a estrutura da sentença à medida que se vai acrescentando palavras e frases. Chomsky afirma que a gramática é um sistema de regras que se organiza em níveis hierárquicos, e que a primeira gramática, a mais profunda, é a que define a estrutura básica da sentença. As outras gramáticas são derivadas desta primeira, e vão definindo a estrutura da sentença à medida que se vai acrescentando palavras e frases.

[illegible]

seguintes, mas a concepção de *semântica* não é unívoca e a expressão "semântica" pode ser usada para designar qualquer disciplina que se ocupe de aspectos semânticos das línguas. De fato, há, no campo da linguística, no mínimo de trinta disciplinas que se ocupam da semântica (ver, por exemplo, *Handbook of Semantics*, 1973, pp. 31-3). A semântica, porém, propriamente dita, é a disciplina que estuda os aspectos da semântica da linguagem do falante e a concepção da significação dos enunciados como unidade de análise (isto é, da significação dos elementos que os compõem, a nível de apreensão das estruturas do princípio de composicionalidade (*compositionalism*) de Frege-Nagel (ver, por exemplo, Lakoff, 1970) ou como parte do *deep structure* de Chomsky, construção, de *deep structure* (pelo princípio da *composicionalidade*) aplica-se não mais que às relações definidas sobre essas frases que se devem produzir sobre o plano sintático, replicando-se assim a concepção de como se combinam as peças linguísticas para a formação da significação das expressões complexas. Explicando-se mais (Nagel 1972, p. 112), a *semântica* propriamente dita é, porém, de fato, uma ciência da estrutura, as informações necessárias para a compreensão da significação das frases e das partes estruturais composicionais são utilizadas para inferências semânticas. De modo semelhante, porém, aderir bem assim à ideia de que uma ciência *revelativa*, como a epistemologia ou a dialética, tenha a *semântica* estruturalmente uma *semântica "teórica"*, que é bem aquilo que se discute a propósito da *composicionalidade* de Frege.

[illegible]

Uma obra maciça de testes define a "forma longitudinal" pode destruir-se muito mais facilmente que as formas maciças apertadas, no nível da

⁶⁵ Gesto semelhante foi destacado no capítulo anterior sobre a escrita de Possenti, onde não há notas também, mas tudo que seria reconhecido como conteúdo de nota está no *continuum*, entre parênteses.

Em um artigo científico do mesmo autor, e num momento em que os recursos da tecnologia eletrônica permitem deslocar a intercalação para a perigrafia da mesma página, o autor faz uso dos recursos disponíveis e seu texto é permeado de intercalações deslocadas, como as páginas que seguem. Em praticamente 90% das páginas, há notas, em sua grande maioria, extensas, e, em muitos casos, mais de uma em cada página.

Franchi demonstra domínio notável e raro do texto, independentemente da enunciação ser oral ou escrita; e domínio dos gêneros, a ponto de inserir-se e dialogar, causando, só por isso, um efeito estilístico. Como tudo isso é indiciado por meio de sua preferência e competência com as intercalações, fica a hipótese, formulada a partir de indícios que emergem na escrita e na oralidade, de que a singularidade do estilo de Franchi poderá/poderia ser desvelada por meio do trabalho com as intercalações. Mas, quanto às intercalações, isso talvez queira dizer apenas que possíveis indícios por meio dos quais se analisaria sua autoria, que se constituiria na escrita, resvalam em enunciações orais.

As considerações feitas até o momento apontam para a refutação da hipótese. Mas, para não ficarmos apenas com o resultado de uma análise mal-sucedida (bem sucedida) como argumento contrário à autoria na oralidade, passemos à análise da proposta de Tfouni, para observar se essa tendência se confirma, ou se, diferentemente, a hipótese pode ser salva. Em trabalhos diferentes, Tfouni persegue esta hipótese, desde 1995, tomando por base o conceito de letramento e como fonte básica de análise os dados de uma senhora, analfabeta, contadora de histórias. Seus trabalhos situam-se na Análise do Discurso e na Psicanálise lacaniana e, neste horizonte, ela define a autoria a partir de indícios que confirmam a deriva e a dispersão do sujeito (o autor não estaria onde se dá a organização textual, mas sua dispersão, ou melhor, onde a desorganização textual evidencia a dispersão do discurso).

Essa ousada proposta apresenta, no entanto, alguns problemas, que merecem uma discussão mínima. Inicialmente, talvez caiba chamar a atenção para o fato de que se trata de uma definição de autoria em que o “autor” se mistura, talvez mais que o desejável, com o “sujeito de discurso”. Além dessa imprecisão quanto à própria especificidade da noção de autor frente à de sujeito, talvez seja possível questionar se Tfouni trata realmente de

autoria na oralidade, porque suas considerações parecem retornar, indiretamente, à escrita. Independentemente de ser incontestável não apenas a anterioridade cronológica, mas, especialmente, a primeiridade (no sentido de Peirce) da reflexão de Tfouni em relação a qualquer outra pesquisa que acate essa hipótese, é possível afirmar que ela empreende o gesto, mas sua análise ainda não configura um tratamento que garanta a autoria na oralidade – mesmo que trabalhe com dados oralizados. Faço essa afirmação porque em seus textos recorrem vários indícios de que a análise não se afasta da escrita, apesar de todo seu empenho em criticar uma “Teoria da grande divisa”, na qual haveria um primado da escrita. Assim, deve ser reconhecido seu gesto teórico, seu intuito, a abertura de uma possível perspectiva, mas o quadro no interior do qual ela reivindica autoria ainda é o da escrita.

Se os indícios para esta hipótese podem ser percebidos nas análises de dados por ela feitas, esses mesmos indícios podem ser confirmados por suas próprias afirmações, em momentos conclusivos de seus textos, como os seguintes: “Mostrando que existe a autoria presente no discurso oral de dona Madalena, estarei evidenciando nele **características estruturantes do discurso narrativo escrito**” (1995:52-53, grifos meus). Ou “Centrando-me no conceito de autoria, procurarei mostrar que o **seu discurso oral está perpassado pelo discurso escrito** (1995:55, grifos meus)”. É como se a autoria fosse uma coisa da escrita e se reproduzisse na fala. E, para observarmos como esta posição não mudou, vejamos o que é dito no texto de 2001:

A meu ver, o que se pode observar aí são gestos de autoria em ato, **ou seja, uma réplica de produção de textos escritos** sem a perda de retificações e correções que, na forma escrita, desaparecem para o leitor, porque são eliminados no produto final (p.91, grifo meu).

Não é dito que há um traço de autoria que recorre na fala e na escrita, mas que haveria autoria na fala porque se reproduzem nela características da escrita; há aspectos no texto oral que o fazem uma réplica do texto escrito, como ela diz, e nisso consistiria a autoria. Como se vê, trata-se de uma retomada da concepção de autoria na escrita, mesmo que se passe por dados da oralidade. A concepção de autoria é ainda a da escrita, ou melhor, se

aceitamos que dispersão e deriva definem um autor, devemos dizer que essa sua concepção de autoria ainda não diz respeito à oralidade.

Para ir ao extremo dessa posição, comprometendo-se, é claro, com as consequências, a análise da autoria na oralidade deveria ser sustentada lá, sem apelo à escrita. Ou melhor, mesmo que se fizesse apelo à escrita, quando isso for possível e necessário, uma concepção de autoria baseada na oralidade, para sustentar-se, deveria buscar seus elementos na fala, mesmo onde não emergem gêneros escritos, como nas sociedades ágrafas; ou, mesmo que se tratasse de sociedades letradas, deveria ser possível observar produções textuais orais de sujeitos não-escolarizados, sem necessário apelo à escrita – um sujeito como D. Madalena, sujeito de Tfouni, cuja “autoria” advém de traços da escrita que perpassam suas produções orais (o modelo de texto escrito é que atribui autoria à fala de D. Madalena).

Por tudo isso, argumentaria que Tfouni não fala ainda de autoria na oralidade; mas de letramento. Ela mostra que, em sociedades letradas, mesmo os analfabetos têm a fala permeada de marcas de escrita. O conceito de autoria mobilizado confirma uma certa concepção de letramento. Assim, tendo reconhecido seu pioneirismo quanto ao gesto, ao propósito, tenho de dizer que não saímos disso, de um propósito. Afirmar que autoria na oralidade é o que é porque se reafirmam características da escrita, é, no limite, reafirmar a autoria na escrita. Diante disso, talvez se tenha que dar razão a autores como Scholles & Kelog (1977, apud Tfouni), por exemplo, que têm afirmado que o discurso narrativo composto oralmente não tem autor; tem apenas *performer*.⁶⁷ Por mais que a afirmação pareça politicamente incorreta, a autoria se constitui na escrita, não na fala. No caso da contadora de histórias, cuja produção é analisada por Tfouni, haveria apenas performance no modo “como” ela conta histórias alheias e no modo “como” ela supõe inventar novas histórias dentro de *frames* antiquíssimos.

Entendo que dados como os analisados por mim e por Tfouni possam levar a confusões quanto à idéia de autoria. Seria até compreensível pensar a autoria como uma possibilidade nas narrativas orais (como faz Tfouni), de colóquios, de sermões, de

⁶⁷ Para outra leitura sobre performance, conferir COHEN, R. (2002).

pronunciamentos, de aulas expositivas (como fiz eu), mas como pensar a autoria em textos dialogados (bem dialogados), com quatro ou cinco interactantes, por exemplo? Que isso é um texto, a Lingüística Textual (através dos estudos de conversação) já afirmou⁶⁸, mas como dizer que é um texto de autor? Quem seria o autor? Haveria co-autores, então? Não estaríamos, no limite, confundindo a noção de autor com a de sujeito, independentemente de como nos posicionemos quanto a este conceito? Não estaríamos talvez barateando o conceito, por alargá-lo demais, e tornando-o improdutivo? Perde-se a produtividade do conceito, porque ele se descaracteriza, tornando-se muito amplo. De todo modo, não esqueçamos a hipótese de Tfouni.

Mas voltemos às intercalações. A hipótese de autoria na oralidade parece não se sustentar, porque retorna à escrita. Ou melhor, a busca de autoria na oralidade confirma, pelo menos no caso analisado, que essa categoria se constitui nas práticas de escrita. Os mesmos dados que servem de indício à configuração da hipótese, quando explorados, apontam em outro sentido. Assim, a emergência de intercalações na oralidade prova apenas que elas são fenômenos enunciativos que emergem em manifestações variadas e que os sujeitos que se expressam oralmente e por escrito tenderão a lhes dar vazão ao enunciar. Como manifestações tipicamente enunciativas como parecem ser, é natural que sua emergência se dê em todos os gêneros, com as restrições e possibilidades que lhe são características. O fato de emergirem na oralidade tem a ver, portanto, com sua natureza enunciativa e não com a autoria – reitero.

⁶⁸ Marcuschi, citado por Koch, 1997, já tratara de “co-produção discursiva”.

PARTE III

Capítulo V

CONCLUINDO COM UMA PERSPECTIVA

Talvez não seja utópico imaginar um universo acadêmico mais humano e menos competitivo, onde seja possível sonhar com um diálogo verdadeiro entre várias disciplinas e com uma visão complementar de teorias e pesquisas (Abaurre, 1996: 158).

5. Por uma lingüística textual-discursiva

Como afirmado anteriormente, farei aqui um arremate teórico, no sentido não apenas de reafirmar conceitos mobilizados e relações estabelecidas, mas, principalmente, de continuá-los. A partir do modo de análise e da articulação teórica exercitada, as conclusões parciais advindas das análises dos dados permitem retomar as duas perspectivas teóricas consideradas do ponto de vista de sua continuidade, mais que de sua reafirmação. Essa articulação exercitada entre os estudos de texto e de discurso permite, então, explorar conclusões no sentido de considerar aspectos de interface entre os dois campos.

Ciente das diferenças de interesse e de fundamentos dessas duas áreas e ciente da constitutiva polêmica (constitutiva para ambos os lados) que define as relações entre os dois campos, arrisquei-me a descobrir os pontos de contato entre eles. Situando-me nas fronteiras não exploradas por conta dos riscos de invasão de terreno e de influência recíproca, assentei minha reflexão nessa linha limite – onde o discurso e o texto, enquanto objetos teóricos, negam-se (mesmo que se afirmem), para poder (a)firmarem-se. Essa tentativa de interface não foi mera deliberação, mas fruto de uma atitude de ouvir os dados, de dialogar com os dados, de deixar que falem as intercalações (e não que falem às intercalações...), de atentar para sua eloquência, silenciada pelo estatuto marginal que lhes fora atribuído pela tradição de estudos lingüísticos. Ouvir seus murmúrios no pé da página, no fim dos textos, nessa linha da marginalidade – de uma marginalidade que, mesmo quando ascende ao *continuum* textual, não é de fato ouvida: é um parêntese. E

neste ouvir as intercalações é possível ver como são fenômenos, ambíguos, situáveis teoricamente entre o que se chamaria textualidade e discursividade e exigem, portanto, a interface entre as duas áreas. Qual Artemis, Deusa das fronteiras, a intercalação põe-se nas margens entre uma perspectiva e outra, num ponto que, por marcar o desencontro, reafirma a possibilidade do encontro.

Isso significa retomar questões que foram, de certo modo, assumidas, ou, ao menos, questões que se põem pelo horizonte aberto pela *Linguística Textual* e pela *Análise do Discurso*, mas que não foram ainda suficientemente trabalhadas, porque cria-se um desencontro entre os dois campos, a partir dos recortes teóricos por eles efetuados. Pode ser afirmado, de um modo geral e sem considerar ainda trabalhos cuja especificidade será destacada adiante, que a pertinência de uma posição de interface entre esses dois campos justifica-se basicamente pelo que segue. **A Análise do Discurso afirma que o texto é a “materialidade” do discurso, mas o texto não é considerado nas análises (ou é com o pressuposto de algo pronto, um produto, que serve de passagem ao encontro do discurso) – exceto, até onde é do meu conhecimento (e não à toa), em pesquisas como as de Possenti e de Maingueneau (no caso de Possenti, com uma possibilidade mais concreta de trabalho com textos específicos). A Linguística Textual, especialmente nos últimos anos, cada vez mais afirma as relações entre texto e discurso, mas o discurso, na acepção que aqui interessa, não é considerado nas análises. Não se deixa de conceber um exterior que engloba a enunciação específica, que justifica a intertextualidade, os conhecimentos enciclopédicos e outros, mas esse exterior é visto como algo que complementa e ancora, sem que a idéia de pressão, de peso e injunção da historicidade sobre atos particulares de produção textual seja levada em conta nas análises (é claro, aqui se assumem pressupostos que fazem os conceitos de sujeito, discurso e outros serem definidos de modo diferente).** Em função dessa tese propus a análise de interface, pois a possibilidade de encontro funda-se, em parte, nos pontos de desencontro.

Esse gesto pode dar a entender que meu propósito é “cutucar as áreas com vara curta”, cobrando-lhes questões que, de certo modo, assumiram, mas que não resolveram

(e talvez eu não tenha como sustar esse efeito de sentido). Mas, na verdade, meu interesse maior é apenas trabalhar no domínio das questões que, a meu ver, sobram, que ficam nos limites. Esse trabalho na linha-limite entre texto e discurso só é possível forçando uma área e outra, para efetuar um olhar de interface, para pôr, a serviço de um mesmo interesse, posições que, sob certo olhar, possivelmente não se compatibilizariam. Para dar conta dessa análise do que excede, foi necessário, como mostrei, encarar uma resignificação de conceitos e a afirmação de um ponto de vista contraditório, situado num espaço onde epistemologicamente tomam forma as aporias e incompatibilidades, não apenas para reafirmá-las ou resolvê-las, mas para indagar se é possível trabalhar nelas.

Essa proposta se constituiu, ao longo deste texto, como uma solução mais imediata, atendendo a uma reivindicação das intercalações. Mas, como fiz comentários mais gerais em alguns pontos, justamente porque as carências que detectei no tratamento desses fenômenos eram devidas ao modo como se têm estabelecido (ou como não se têm estabelecido...) as relações entre os conceitos de texto e de discurso, vale a pena, a partir de agora, circunscrever a discussão à relação entre os dois campos, porque, ao mesmo tempo em que isso justificaria o que desenvolvi a respeito das intercalações, instaura uma possibilidade de análise (ou de re-análise) de outros fenômenos textuais-discursivos, que, por ventura, apresentem o mesmo tipo de inquietação.

Na tentativa, então, de arrematar discussões iniciadas ao longo das páginas anteriores e de estabelecer algumas generalizações nesse sentido, avaliarei a pertinência de fazer breves confrontos entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso, pois isso permitirá explicitar com mais clareza uma proposta de trabalho específica nas fronteiras desses dois campos. Não posso deixar de considerar, inicialmente, que muitos trabalhos já atravessaram esses limites entre texto e discurso, respectivamente, no sentido de resignificar conceitos, fazer menções indiretas – o que talvez possa ser lido como uma influência recíproca, mas não sempre explicitada, entre os campos. Contudo, indo além de mencionar esses quase-contatos ou contatos indiretos, posso circunscrever a relação buscada ao interior do que interpreto como sendo um movimento progressivo das duas áreas no que diz respeito a possíveis “encontros” em torno de conceitos de texto e de

discurso. As próprias áreas, para ser mais objetiva, apontariam, por movimentos diferentes, numa certa convergência entre alguns pontos. Para desenvolver essa hipótese, tomarei cada campo em separado, reafirmando alguns conceitos de interesse, numa seqüência que justifica a inter-relação afirmada. Iniciemos com a Lingüística Textual.

Os princípios e unidades de análise que re-afirmaram a Lingüística Textual como uma proposta específica de estudos do texto e como um campo específico dos estudos lingüísticos, mesmo antes de passarem por re-significações na década de noventa¹, já eram definidos, conforme influência dos estudos pragmático-enunciativos dos anos setenta e oitenta, em termos muito além do lingüístico, haja vista a situação enunciativa ser afirmada como imprescindível e indissociável do enunciado em si, para falar simplificadamente. Se tal vínculo do lingüístico com seu exterior evidenciava-se com muita clareza já nesse momento, mais fortemente imbricado é o texto à situação discursiva atualmente, quando, num processo de inovação teórica impulsionado pelas pesquisas sócio-cognitivas, são ampliados os limites de atuação e intensificados os relacionamentos interdisciplinares que sempre deram o tom a esses estudos.

Nessa perspectiva, a Lingüística Textual foi reafirmada como um subdomínio inter e transdisciplinar dos estudos lingüísticos e redefinida como uma Teoria do “texto-discurso” (Beaugrande, 1997), cujos interesses seriam parte dos fins de uma Ciência Geral da Evolução do Conhecimento (Antos, 1997). Dentro dessa fundamentação, são abordadas muitas questões com as quais esta análise estabeleceu relações diretas, tais como os gêneros de discurso, re-vistos à luz das reflexões bakhtinianas, as idéias de texto como um processo constante (Marcuschi, em vários artigos), texto como uma estação intermediária entre textos passados e futuros (Antos, op.cit.) e ainda texto como hipertexto (Koch, 2002), esta última postulação de especial interesse, posto que é a metáfora adequada para caracterizar um texto com suas múltiplas possibilidades de intercalações. Essas questões são tratadas numa concepção de texto como “texto-discurso”, como assume Koch (2002). Por isso, talvez se possa afirmar, e de forma extremamente positiva, que, dentro da Lingüística Textual, não se separa mais texto de

¹ Beaugrande (1997) retoma essa discussão reorientando os princípios de textualidade em termos de *condições* e não *princípios*.

discurso: “hoje a Linguística do texto é provavelmente melhor definida como um subdomínio lingüístico de uma teoria transdisciplinar do texto e do discurso” (Beaugrande, 1997, apud Koch, 2002:154).

E, de fato, o texto é tratado como um evento dialógico

Estas convicções me levam a subscrever a definição de texto proposta por Beaugrande (1997: 10): “evento comunicativo no qual convergem ações lingüísticas, cognitivas e sociais”. Trata-se, necessariamente, de um evento dialógico (Bakhtin), de interação entre sujeitos sociais – contemporâneos ou não, co-presentes ou não, do mesmo grupo social ou não, mas em diálogo constante. (Koch, 2002:20).²

Mas, tanto quanto se pode afirmar uma noção de discurso nesses estudos, pode ser notado que essa abertura da Linguística Textual é feita de um ponto de vista sócio-cognitivo

De uma disciplina de inclinação primeiramente gramatical (análise transfrástica, gramáticas textuais), depois pragmático-enunciativa, ela transformou-se em disciplina com forte *inclinação sociocognitivista*: as questões que ela se coloca, no final do século, são as relacionadas com o *processamento sociocognitivo* dos textos escritos e falados. (Koch, 2002:153, grifos meus).

Por mais força que se dê ao “sócio”, isso é diferente da noção de “histórico”, e de como o conceito de história é visto nos estudos do discurso. Talvez fosse o caso de intensificar a discussão sobre esses dois termos, porque parece que as diferenças entre os dois campos podem também ser estabelecidas tomando-se como via de análise as sutilezas de sentido que diferenciam “social” de “histórico” (nesses campos, porque em outros lugares parecem equivaler-se).

² Essa definição está em consonância com as concepções de sujeito e de língua assumidas pela autora. “Já na concepção interacional (dialógica) de língua, na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio lugar dessa interação e os interlocutores, como sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e são construídos. Desta forma, há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação.”(Koch, 2002:17).

Mas, por outro lado, enfatizar em que se baseia a noção de discurso da Lingüística Textual não significa dizer que este campo não tenha sido afetado pela Análise do Discurso ao longo desses anos de convivências e polêmicas. Ou seja, não é que não se reconheça, que não tenha havido algum afetamento. Observemos, por exemplo, um fragmento retirado de um texto em que Marcuschi discute as questões de referenciação³, tema muito profícuo no interior dos estudos de texto atualmente, como uma atividade de construção de objetos de discurso e não como uma etiquetagem de objetos do mundo.

Não se pense que estou reduzindo a significação às práticas interativas. Pois isso me conduziria a um relativismo de difícil sustentação. *Também convém alertar para o fato de que não estou esquecendo a complexa questão levantada pela Análise do Discurso em relação à noção de sujeito aqui implicada.* Seria ingênuo postular que os sujeitos em seus encontros sociais estariam determinando os sentidos *ab ovo*, como se fossem os primeiros a dizerem determinados conteúdos. Quando digo que a interação é a base para os processos referenciais, proponho que se veja a interação como ponto de convergências para a construção de referentes ou de sentidos, mas não a fonte do sentido. É claro que existem bastidores interessantes nessa “arena” interativa, tal como a história, a cultura, a sociedade, as crenças e assim por diante, que se sobrepõem aos indivíduos de carne e osso (Marcuschi, 2001: 42-43, grifos meus).

Um enunciado como este indica que não apenas há um conceito de discurso nos estudos de texto, como também se pode observar que não se desconhece o conceito de discurso da Análise do Discurso. Se não é uma citação, é um testemunho de que a noção de discurso e a noção correlata de sujeito discursivo tocam a área – os autores da LT não são indiferentes às críticas da AD (e vice-versa...). Ou seja, embora os estudos de discurso não sejam compatibilizados, afetam as afirmações da Lingüística Textual, obrigando os

³ Conforme síntese de Xavier (2001:168), sobre as pesquisas de referenciação: “trata-se de lingüistas da Universidade de Freiburg (Alain Berrendonner, Marie-José Reichler-Béguelin, Françoise Zay, Denis Apotheloz, Laurence Benetti, Catherine Chanet e Jöel Gapany), que entre os anos de 1991 e 1994 desenvolveu projeto de pesquisa sobre referenciação, tendo mantido estreito contato com o projeto “A anáfora e seu Tratamento” realizado pelo *Rèseau Cognisciences Est*, do qual participaram Michel Charolles e Georges Kleiber. Com a mesma orientação trabalham Laurence Kister, Lorenza Mondada e Danière Dubois. Todos esses pesquisadores tiveram os resultados de seus trabalhos de pesquisa publicados no livro *Du Syntagme Nominal aux Objets-de-Discours* organizado por Berrendonner & Reichler-Béguelin (1995)”. No Brasil, essas pesquisas têm sido desenvolvidas por Marcuschi e Koch, além de muitos outros.

enunciadores a fazerem ressalvas. A Lingüística Textual é tocada pelo discurso da Análise do Discurso.

De todo modo, e a despeito de coisas assim, é possível re-afirmar que a concepção de discurso adotada na área e lá trabalhada é outra, o efeito de sentido é outro, além de (ou justamente por) o objeto teórico ser o texto. Assim, mesmo nesses casos de aparente abertura, de explícito afetamento, não há um diálogo oficial, digamos assim, com o campo, porque, ao se dizer discurso, não se está falando da mesma coisa.⁴ É muito complexo escrever sobre isso, porque é um ponto em que é e não é, em que não se pode dizer que é nem que não é – esse espaço é aporético. Isso obriga a ler através do que se diz, além do que se diz e, às vezes, à revelia do que se diz.

Voltarei a esta discussão oportunamente, pois, no momento, o que interessa é apenas deixar claro que um necessário vínculo do texto com a exterioridade define a Lingüística Textual atualmente. Eu reafirmo este vínculo, mas com o diferencial de que considero esse exterior não sob ótica dos estudos de base etnometodológica ou socio-cognitivista, mas a partir de fundamentos que definem o discurso a partir da conjunção entre Lingüística, Psicanálise e Marxismo (uma certa lingüística e uma certa leitura do marxismo) – sem esquecer a influência de Foucault e Bakhtin, em momentos diferentes, nesta perspectiva de estudos; ou seja, interessa-me afirmar, juntamente com a Lingüística Textual, o discurso, mas tentando dar a este termo o sentido que ele assume na Análise do Discurso, fazendo-o funcionar mais especificamente com o efeito de sentido ligado ao que ele tem de injunção da exterioridade, de posição – o que não deixa de ser reconhecido nas pesquisas de Koch.

Já deixei claro, porém, que os fios precisos para costurar essa interface com os estudos de discurso foram puxados das pesquisas de autores específicos, porque um núcleo da Análise do Discurso deixa a desejar em relação ao texto, embora seu estatuto seja discutido no interior dessas pesquisas. Esses estudos não apenas têm o texto (não

⁴ Quando afirmo que é difícil falar sobre isso é porque, se lemos os fundamentos, parece não haver problemas; houve uma abertura em termos das considerações feitas que supostamente tornaria impertinentes as minhas reivindicações. Mas, se quisermos sair dessa ilusão, voltemos sempre aos dados, lembremos a carência nos estudos das intercalações e pensemos, a partir dessa discussão, se muitas outras questões, abordados por um campo ou por outro, não teriam uma possibilidade de análise semelhante.

exatamente o enunciado ou a língua, como se pôde ver afirmado em momentos anteriores)⁵ como a materialidade do discurso, como também, especialmente em trabalhos recentes, o estatuto do texto é repensado, discutindo-se sua pertinência, seu lugar neste campo. E, nesse sentido, há discussões expressivas sobre “texto”, “textualização”, “formulação”, “autoria”⁶, mas o texto continua, o que é compreensível – aliás, a ser definido como *objeto de análise*, porque o objeto teórico é o discurso e é sobre ele, em última instância, que se fala. O texto em si não interessa, a não ser como porta de entrada para o discurso. Na própria afirmação, há a negação ou, ao menos, a negação do sentido que eu precisaria que fosse afirmado.

Quando lemos afirmações do tipo “O objetivo da análise é então compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, sendo ele um objeto lingüístico histórico. É apreender sua historicidade” (Orlandi, 2001: 88), podemos ter a impressão de que as minhas reivindicações não fazem sentido, porque aquilo que pleiteio já é claro no interior desses estudos. Aqui se tem afirmada a exterioridade não como um acréscimo, digamos, mas como a fundação mesma do texto. No entanto, afirmações assim não devem iludir porque, conquanto não se deixe de reconhecer que o texto é assim, **não se analisa o texto assim**, haja vista a **materialidade** reduzir-se (ou ter-se reduzido em muitas dessas pesquisas) ao produto textual (mesmo que se diga analisar o processo discursivo), sem que se tenha interesse pelo **processo de materialização, nem mesmo de textualização**. Isso fica muito explícito quando o texto é reafirmado como um objeto de análise. Vejamos mais um enunciado de Orlandi.

Não é objeto de nosso interesse, nessa perspectiva, a organização do texto. O que interessa é como o texto manifesta concretamente a ordem do discurso com sua materialidade. O texto representa um

⁵ Não vou fazer uma longa resenha, porque corro o risco de me fazer redundante. Primeiro, porque essas questões são largamente sabidas, ninguém tem dúvidas de que as coisas foram e em algumas pesquisas continuam assim; por outro, porque os textos de Orlandi e outros nela inspirados, são um bom farol para observar os rumos dos estudos de discurso que optaram por esta perspectiva. As pesquisas comentadas no primeiro capítulo indiciam esse tratamento, sendo necessário aqui, apenas reforçar aquelas hipóteses como os enunciados específicos sobre o texto. Em Possenti (2003), são retomados momentos e razões em função das quais os conceitos de texto e de discurso cruzaram-se no interior da Análise do Discurso. Não vou resenhar esse texto, sugerindo a leitura direta na fonte.

⁶ É o que pode ser lido nas pesquisas recentes de Orlandi, como 1999, 2001.

conjunto de relações significativas individualizadas em sua unidade. Portanto, na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas em suas diferenças é elemento fundamental que constitui o que estamos chamando historicidade do texto. *Se assim é, podemos dizer que à Análise do Discurso não interessa o texto como objeto final de sua explicação mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso.* O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto (...).

O texto é parte de um processo discursivo mais abrangente. *Com os resultados da análise não é sobre o texto que fala o analista, mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é o que faz o texto funcionar, o texto, ou os textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo* do qual eles – e outros que nem mesmo conhecemos – são parte. (...) Eles são matéria provisória de análise. Também isso indica a abertura do simbólico e a incompletude da linguagem. (Orlandi, 2001: 88-89, grifos meus).

A unidade de partida não é o enunciado e sim o texto, mas essa materialidade continua sendo tratada do mesmo modo – como *instrumento de análise*, porta de entrada para o objeto teórico, que é o discurso.

Ao posicionar-me desse modo, não estou cobrando da Análise do discurso uma análise do texto nos mesmos termos da Lingüística Textual, mas aceno para a possibilidade (porque existe e alguns autores são atentos a ela) de dar-se um tratamento mínimo ao **processo de materialização do intradiscurso** – porque, convém dizer *en passant*, essa Análise de Discurso não se preocupou em desenvolver sua teoria do intradiscurso. Uma postura assim poderia significar ver o texto como mais do que um lugar em que o discurso manifesta sua materialidade. É claro que o meu interesse é o texto como objeto a explicar e não posso exigir esse objetivo dos analistas de discurso para poder fazer cobranças em cima do que eles não se propuseram; e asseguro não ser isso o que estou fazendo: meu objetivo principal aqui é deixar claros esses pontos, porque isso justifica, a meu ver, uma postura de pesquisa na interface.

Tomando os dois campos conjuntamente, não se pode negar que os estudos do discurso têm reafirmado com mais força o texto como sua materialidade, ao mesmo tempo em que há uma reafirmação cada vez mais do discurso como exterioridade, por parte dos estudos de texto. Mas é claro (claríssimo!) que a Lingüística Textual não trata o

discurso no sentido da Análise do Discurso – apesar de alguns gestos independentes – e que a Análise do Discurso não trata o texto no sentido da Linguística Textual – apesar de alguns gestos independentes. Os termos “texto” e “discurso” têm efeitos de sentido diferentes, conforme sejam mobilizados num campo ou noutro e isso não apenas muda as análises, mas também cria um espaço de desencontro para quem queira observar as duas perspectivas trabalhando conjuntamente.

Nada mais óbvio. Mas, quando faço essa explicitação de concepções e posições, não desejo informar à comunidade linguística que as coisas são assim, porque isso é largamente sabido (ou, ao menos, ninguém tomaria como novo nada do que estou afirmando), por um lado; nem quero sugerir que esses campos deversem ter-se juntado simplesmente, tornando-se uma só coisa, por outro (não discuto uma aproximação total das duas áreas, porque, inclusive, isso não seria possível – a não ser pela negação total dos fundamentos de uma delas –; e nem proveitoso – já que ambas têm respondido com sucesso a uma série de questões importantes, cada uma a seu modo). Meu intuito é explicitar esses pontos para bem caracterizar os campos, justificando o que digo, porque não desejo que meus comentários, dos primeiros capítulos principalmente, sejam vistos como um simulacro ou uma crítica infundada. E se faço a leitura dessas diferenças como carências, esse é, em síntese, apenas um modo de justificar a pertinência do que pretendo fazer, pois, certamente, há dados (e eles são argumentos veementes...) cuja explicação exige uma articulação dos conceitos de texto e de discurso (e isso significa articular as áreas). No caso das intercalações, como discuti no final do primeiro capítulo, essa diferença vira desencontro e gera carências.

Situando-me, então, naquilo que sobra de uma área e de outra e, portanto, no que falta em uma área e em outra, explícito o que os conceitos silenciam ao serem afirmados, o que é (des)velado na quase homonímia que se cria entre os dois usos dos termos texto e discurso, conforme se esteja na Linguística Textual ou na Análise do Discurso. Se retirarmos o véu da familiaridade que amortece, “surpreenderemos” (para usar um termo privilegiado por Beth Brait em seus textos) um desencontro, apesar de aparentes encontros. O recorte feito, esconde/nega uma contraparte necessária, embora ela seja

mostrada/afirmada. E minha pesquisa consiste numa explicitação/articulação do que é encoberto/separado por esses termos, nas diferenças de sentido, ou nos efeitos de sentido que os distiguem ao serem mobilizados num campo ou noutro. Pretendo tratar o texto de outra forma, ou, dependendo de que prisma se olhe, tratar o discurso de outra forma. E, para tanto, tomo como argumento inicial essas carências, mas igualmente busco respaldo nas pesquisas já mencionadas de Possenti e de Maingueneau.⁷

Esses dois autores, embora assumam fundamentos de base e atuem efetivamente como analistas de discurso, promovem importantes inovações teóricas, ao discutirem pressupostos como o do assujeitamento, abrindo novas possibilidades de trabalho com o texto. Não afirmando que sejam lingüistas do texto, ou que tenham deixado de afirmar o discurso como objeto teórico, as posições por eles assumidas quanto à subjetividade fizeram com que se processasse uma sutil e importante mudança na forma de olhar o texto no interior da Análise do Discurso, abrindo, assim, uma fenda para a marcação de um ponto de vista mais específico no interior dessa perspectiva e instaurando um modo diferente de fazer Análise de Discurso – o que já destaquei anteriormente (tão sensíveis são os deslocamentos que efetuam no interior deste campo que há inclusive um apelo interno para que sejam considerados pragmaticistas...). Basta, para prová-lo, que se leiam análises de ambos em que o texto se põe como questão pertinente. Além de mencionar como o conceito de metaenunciação passa nas pesquisas dos dois autores, como já o fiz no terceiro capítulo, poderia destacar ainda que a coesão é analisada em função de aspectos discursivos e textuais simultaneamente e é tratada por ambos no interior de suas teses de doutorado⁸. A abertura efetuada quanto ao modo de consideração do sujeito permite tratar o texto como algo mais que um produto, mesmo que suas análises não se

⁷ É claro que não desconheço que esta hipótese tem influência de muitos outros pesquisadores que, mesmo não se definindo como lingüistas do texto ou analistas de discurso nas duas perspectivas consideradas, tratam o texto e o discurso de uma forma com a qual esta análise poderia perfeitamente dialogar. A exemplo, no Brasil, há os estudos de discurso de linha Bakhtiniana, muitos dos estudos de escrita, as pesquisas ligadas à Análise do Discurso Crítica. Não excluo a possibilidade de diálogo, embora não busque os elos nem os explicito. E justifico: essa hipótese surgiu de uma busca no interior destas duas áreas e a interface é fruto de um interesse que tenho por posições assumidas numa e noutra. Seu espaço é lá, entre um campo e outro, porque quero contribuir com ambos.

⁸ A propósito disso, ver Maingueneau, 1984:102-106 e Possenti, 1988:91-112.

voltem para o texto como o objeto a explicar, convém deixar claro também.⁹ As questões delineadas nestes dois trabalhos marcantes, e retomadas em muitos artigos e ensaios subsequentes, permitiu tratar esses dois autores como balizas para uma posição de interface e, ao mesmo tempo, como interlocutores de um diálogo constante, inclusive porque, sobre isso, suas posições não mudaram, mas se acentuam. No caso de Possenti, o cruzamento dos conceitos de texto e de discurso não apenas é visível em suas análises, como também essa discussão é retomada em pontos diferentes de suas pesquisas. Vejamos um testemunho disso.

Pessoalmente, estou empenhado neste debate há algum tempo, movido pela certeza de que a pragmática (e as teorias de texto a ela associadas) perdem poder explicativo ao atribuir todas as manobras textuais a uma sagacidade talvez excessiva dos locutores, por um lado, e que a AD também perde ao deixar de levar em conta certos ingredientes que lhe parecem irrelevantes por serem de tipo “circunstancial”. (Possenti, 2002:96-97).

Deixadas claras a motivação para a pesquisa feita (o fato de as intercalações “exigirem”, por um lado; e o fato de os campos não darem conta, por outro) e a possibilidade de interface (pelos gestos de continuidade de alguns autores, por um lado; e pela análise das intercalações levada a efeito, por outro), resta afirmar que a relação que busquei estabelecer e que aqui gostaria de reafirmar não se inscreve no ponto onde falaram os fundadores, ou no que eles permitem repetir, mas nos desenvolvimentos atuais,

⁹ Já que me permiti contar episódios da história desta tese, vou retomar um episódio decisivo em minha vida acadêmica. Um dia ganhei de Virgínia Leal o livro *Os humores da língua*, de Sírio Possenti, com a seguinte dedicatória “uma pausa ‘séria’ para você que nunca desliga o piloto automático” (porque ela sabia que eu iria estudar de qualquer jeito durante as férias). Por gostar muito dos temas e da escrita do autor, interrompi a leitura e fui ler *Discurso, estilo e subjetividade*. E essa excursão mudou sensivelmente as minhas pretensões, pôs lenha na fogueira, no que dizia respeito às minhas inquietações em relação à Linguística Textual e, basicamente naquele ponto, “Discurso no texto, alguns exemplos”, dei nome ao que eu queria, defini um lugar de trabalho. Por isso, apesar de ter problemas neste texto pelos quais não posso responsabilizar o Sírio Possenti de modo nenhum; por outro lado, não posso deixar de reconhecer que esta tese cabe inteira naquele título. Eu acho que mais do que acatar as coisas que ele diz ali e em outros lugares, me influenciei por ou me identifiquei com um “um jeito de olhar” para os fatos de linguagem. Quando vejo a minha escrita e as minhas posições, percebo nitidamente que devo a Inge a paixão pelos textos e ao Sírio o fato de gostar de um certo modo dos textos. Aos dois, dedico o melhor deste trabalho...

justamente pela forma como se têm aproximado as áreas em torno dos conceitos de texto e de discurso, respectivamente, pelas análises mais que pelas afirmações.

E aí, no flagrante de um desencontro, por um lado, e nos gestos de continuidade de alguns autores, por outro, é possível entrar para trabalhar de outra forma – com o “texto-discurso” – que comunga, de certo modo, dos **objetos teóricos** da Análise do Discurso e da Lingüística Textual. Assim, inspirando-me no movimento de alguns analistas de discurso em direção a uma incorporação de problemas antes relegados à Pragmática, efetuo o movimento inverso, da Lingüística Textual à Análise do Discurso (e não deixo de reconhecer o que já destaquei nas páginas anteriores: a contribuição de Koch neste sentido), situando a reflexão numa articulação de conceitos das duas áreas. Isso não significa, penso, somar análises diferentes, mas propor uma única análise, articulando pontos de vista diferentes (mas que não necessariamente seriam incomensuráveis).

Assim sendo, **minha posição, que é uma consequência desta análise, é a de que discurso e texto são co-constitutivos, co-dependentes em termos teórico-práticos** (muito longe de negar as duas áreas, essa proposta reafirma sua força e suas possibilidades analíticas). Portando, a diferença que eu desejo marcar em relação às pesquisas que, como afirmei, já atravessaram, às vezes mais às vezes menos silenciosamente, essas fronteiras, fazendo encontros fortuitos, ou de outras que terminam por sugerir a aproximação, pelo fato de incorporarem problemas, é quanto **a assumir o encontro entre os dois campos de estudo, propondo isso como uma linha específica de trabalho**, uma forma de trabalho, e explorar essa articulação para a análise de outras questões. Esse olhar interfere, a meu ver, na definição do próprio objeto teórico e permitiria a constituição de um outro objeto e a reivindicação de um espaço específico de trabalho nas fronteiras que separam/juntam os dois campos.

Para promover esse diálogo, já reconhecido e até exercitado por alguns autores, entre texto e discurso, co-constitutivo para ambos, que, em minha análise, culmina com um diálogo entre as duas áreas, busquei respaldo no princípio do *dialogismo* bakhtiniano

(deslocado¹⁰, ampliado, mas sem perder suas nuances identificadoras). Diálogo, neste caso, resultante de minha situação num terreno minado, transformando em tema de discussão uma cisão/juntura nem sempre tematizada, explicitando o que se sabe, mas que não se discute, justamente porque é um ponto passível de instauração de uma polêmica. Meu intuito foi de fazer com que alteridades possam interagir e não que o um afugente o outro, fazer com que posições diferentes se ponham em possibilidade de diálogo. Com isso, não desejei neutralizar a polêmica que será sempre salutar à preservação da identidade dos dois campos, nem busquei dirimir as diferenças, porque gostaria de pensar que a alteridade é constitutiva como alteridade e não necessariamente como redução ao mesmo, como outro reduzido ao mesmo. Tentei re-afirmar uma possibilidade de diálogo num espaço de possíveis polêmicas. Diálogo com o diferente, que se mantém diferente, mas diferente de fato, ou seja, não é o mesmo diferente. Esse é um espaço a ser explorado, inclusive epistemologicamente.

Como os fluxos e refluxos do pensamento ocidental se dão tradicionalmente entre pólos dicotômicos, não se explorou ainda uma face de seu pensamento que põe em xeque não apenas o pólo em refluxo, mas a própria polarização dicotômica como um todo. Se o que importa são as fronteiras, as tensões heteroglóticas e heterocronotópicas, as interanimações, não basta que se estacione no reconhecimento da pluralidade, da multivocalidade, da ambivalência; fica ainda por enfrentar os pontos de encontro, de contato, de conflito, de entrecruzamento, de dialogia (em suma) das semioses que compõem qualquer realidade humana (Faraco, 2001:35).

Foi essa a posição que tentei defender ao longo das páginas anteriores. E sei que a questão não é tranqüila. Mesmo depois de muitos anos de discussão sobre a temática do Outro, não seria estranho que, diante de uma afirmação como a de Faraco, se elevassem

¹⁰ O conceito de dialogismo foi proposto por Bakhtin no âmbito de suas reflexões no interior da literatura e a filosofia e, daí, fora trazido para os estudos da linguagem. Aqui, desloco-o no sentido de propor um diálogo entre campos de estudos, explorando sua produtividade também no domínio da epistemologia. Aliás, uma boa forma de observar-se a profundidade do pensamento bakhtiniano é ler “Observações sobre a Epistemologia das Ciências Humanas” publicado em *Estética da Criação Verbal* (1979), onde o autor trata essas ciências como ciências do texto, nas quais haveria um diálogo entre um eu analista e um tu analisado, uma relação entre sujeitos, portanto, e não uma relação entre sujeito e objeto. Um comentário muito bom deste texto de Bakhtin é feito por Faraco (2001). É fundamentando-se basicamente nesta reflexão de Bakhtin que Amorim (2001) “propõe” (ou reafirma) o caráter dialógico das ciências humanas.

questionamentos como os que seguem: “Como encontrar o outro, como fazê-lo falar, como se fazer ouvir, como compreendê-lo, como traduzi-lo, como influenciá-lo ou como deixar-se influenciar por ele...” (Amorim, 2001:31). Ou, ainda:

Mas existe, então, alguma probabilidade de encontrar o Outro, alguma possibilidade a oferecermos a este ser-outro do Outro, sem devorá-lo imediatamente, sem reconstruí-lo ou petrificá-lo (...)? Desejaremos algum dia suspender nossos princípios de identificação, de visão, de hierarquização e classificação? Poderemos? Saberemos? (Placer, 2001:88).

A questionamentos como estes responderiam teorias da intradutibilidade, que, assumindo a impossibilidade de compreensão entre diferentes, falam em incomensuralidade, redução do outro pelas categorias do mesmo, impossibilidade de diálogo.¹¹ Mas responderiam também teorias que concebem a possibilidade de um encontro entre diferentes. Isso, no entanto, não é simples e, como propõe o mesmo Placer a respeito de possíveis saídas para a consideração da alteridade: “Talvez, para sentir o outro, se tenha de contribuir a desgastar este nosso mundo, permitindo que *se abram lugares de silêncios inesgotáveis e de palavras* – que não são necessariamente conceitos – reveladoras” (p.89, grifos meus). É preciso e possível dialogar, mesmo com o concorrente imediato. Abrir espaços de silêncio não significa polarizar no sentido inverso e atribuir supremacia ao outro; significa não prefigurá-lo, abrir espaços de silêncio para o diálogo, para as possibilidades de respeitar a diferença e não a anular, de complementar pontos de vista e não intensificar rivalidades. O mesmo está sempre em constituição, sempre cindido, com fissuras que só se complementam com a alteridade (daí a ser definido justamente por seu não acabamento no mundo da ética). Se assim é o sujeito de discurso, o são também o sujeito pesquisador e a perspectiva de uma pesquisa. Assim é, ainda, o ponto de vista de uma pesquisa em ciências humanas.

¹¹ Kuhn, Feyerabend e outros.

5.1. Um ponto de vista ético (-estético)

Não se deve esperar de uma ciência precisão maior do que a admitida pelo assunto de que ela trata (...) (Aristóteles: Ética, Livro 3, p.18).

Um ponto de vista assim implica uma discussão em termos de postura dos pesquisadores e implica igualmente uma concepção quanto aos modos de conceber os elementos de uma pesquisa, tanto teóricos quanto metodológicos. Trata-se de um modo de pensar ético.¹² E é o sentido do termo que desejo explorar neste subtópico. Pensar num sujeito em constituição, autor/efeito e correlato de uma linguagem em se re-fazendo, é inscrever-se num domínio da ética, das realidades inacabadas, cujo fechamento é precário; trabalhar neste domínio implica uma postura metodológica que, além de orientar a análise, permita re-constituir os objetos de pesquisa, quando isso se fizer necessário.

Como se vê, de acordo com o princípio geral de Aristóteles, o método que ele segue é definido em função do objeto. Isso nos interessa sobretudo para compreender, segundo o exposto por Aristóteles em sua Ética, a relação entre o ser ético e o saber ético. (Gadamer, 1958: 49).

Aristóteles não falava de ética apenas no sentido moral, mas esse sentido está incluso na idéia de um pensar ético, que caracteriza o modo de reflexão de quem atua no domínio das realidades não acabadas, como as históricas e humanas, de forma geral. Por essa reflexão é possível articular teoria e metodologia.

¹² Nesse domínio de reflexão, noções como sujeito, autoria e texto comungam da característica de não poderem ser fechadas, mas terem necessidade de fechamento; comungam de um modo de ser que eu chamaria ético-estético, simultaneamente. Essa observação faz pensar em Geraldi (2003), quando o autor, apoiando-se na discussão de Bakhtin (1979), sobre a problemática do autor e do herói, para fundamentar suas discussões sobre cidadania, afirma que “o mundo da vida é um mundo ético, embora a vida possa ser vivida esteticamente” (p.19). Assim, podemos pensar que, conquanto o mundo da linguagem seja ético, pode-se vivê-lo esteticamente, por meio dos textos, por exemplo, que precisam de um “fechamento”, para então “abrirem-se” ao trabalho de interpretação.

Essa reflexão no âmbito do “em se fazendo”, do “ainda (ou sempre!) por se fazer”, tem respaldo nas reflexões de Peirce¹³, particularmente em suas discussões sobre a abdução. Ao invés de falar de um terceiro “método científico”, concorrente, digamos assim, da dedução e da indução, conforme equívoco corrente, Peirce falava do antecientífico, de um estágio preliminar de reflexão. É nesse sentido que ele trata a abdução como “o primeiro degrau do raciocínio científico” (7.128). No que concerne ao método científico, de acordo com Peirce, a abdução é “meramente preparatória” ((7.218). (Apud Sebeok & Umiker-Sebeok, 1983:23). Uma excelente retomada das discussões de Peirce é feita por Franchi, num texto já mencionado, que serviu ao mesmo tempo como fundamento e como dado para minha reflexão. Neste texto, Franchi questiona justamente o equívoco de se tratar a abdução como um método científico.

A abdução não é um método científico. É ridículo, por exemplo, encontrar num trabalho qualquer uma afirmação do seguinte tipo: vou utilizar na minha pesquisa o método abduutivo. Não existe método científico abduutivo. Pierce não estava falando de um método científico. Estava falando do primeiro momento na construção das idéias iniciais para o trabalho científico. Não existe para Pierce, pelo menos, um método indiciário de ciência, o que existe são procedimentos específicos de pesquisa, e pesquisa não é ciência (...).¹⁴

Talvez se possa dizer frente a essa posição que a abdução não pode ser posta numa relação de opositiva com indução e dedução, mas de contigüidade; parece tratar-se de uma relação sintagmática e não paradigmática.

¹³ Farei aqui uma opção justificada de discutir a partir de Peirce, porque foi ele quem sistematizou pioneiramente esta reflexão, cravando seu lugar no interior da Epistemologia. Mas, certamente, há espaço aqui para nomes como o de Conan Doyle, Edgar Allan Poe, Freud e tantos outros que, ao exercitarem o “método”, contribuíram para a formalização de seus elementos constitutivos. Opto também por não fazer aquela resenha óbvia que parte do esquema dos feijões, do quantitativo versus qualitativo, preferindo outras duas questões que são, a meu ver, cruciais. Estou citando com apud, porque não é possível recuperar os manuscritos de Peirce. Para mais leituras sobre abdução, sugiro *Semiótica* (1977) e *Signo de três* (1983), pelo menos.

¹⁴ E Franchi continua : “É preciso distinguir a prática da pesquisa, que é uma prática ativa de um indivíduo interessado na produção do conhecimento, do resultado da produção desse conhecimento que constitui, digamos, uma representação relativamente orgânica, que se espera ser verdadeira, ou que se quer que seja verdadeira, a respeito de um certo fenômeno. Não existe método abduutivo em ciência, o que existe são processos pelos quais se passa quando se constrói a ciência, e a abdução é o primeiro passo” (Franchi, 1997).

Antes da ciência propriamente dita, portanto, antes dos métodos científicos entrarem em ação, há um “método” que está na base dos *insights* por meio dos quais se relacionam indícios e configuram hipóteses. Este foi o lugar de reflexão de onde Peirce falou sobre a abdução; o lugar, tido por uma ciência positivista como o antecientífico, como o estágio preliminar da reflexão científica, um primeiro estágio que se completa com a dedução e a indução.¹⁵ Por ser esse o lugar onde começam a se configurar as idéias, a abdução é relacionada ao espaço da criação, da inovação teórica. E é tida como o “único tipo de argumento que inicia uma nova idéia” (2.97), ou “Argumento Originário” (2.96); “sua única justificativa é que, se pretendemos entender as coisas, seja como for, tem de ser por esta via” (5.145).¹⁶ (Peirce, apud Sebeok & Umiker-Sebeok, op. cit. p.23).

Essa vocação criadora da abdução faz com que ela se caracterize mais especificamente por permitir a passagem do sintoma ao signo (“A abdução é, literalmente, a base necessária que antecede a codificação de um signo”. (Harrowitz, 1983:205.)). E é isso que caracteriza a investigação detetivesca, a análise dos psicanalistas, os gestos dos caçadores agachados na lama, em busca das pistas, dos indícios, dos sintomas que geram as hipóteses e, assim, configuram os objetos simbólicos. Por essa mesma via, a abdução é entendida no domínio das reflexões teórico-científicas:

(...) o que resulta do processo abduutivo é, ou não, um objeto simbólico. Proposições, termos, subcategorizações, classificações, organização racional do pensamento, tudo isso se manifesta na forma de representações. Esta passagem é a mais específica passagem no processo abduutivo. (Franchi, 1997).

¹⁵ Peirce tratava da ciência matemática, como Franchi deixa claro nesta fala.

¹⁶ E continuam os comentários Sebeok & Umiker-Sebeok sobre as citações do texto de Peirce “Nem a dedução nem a indução podem acrescentar o menor elemento que seja ao dado da percepção, os simples perceptos não constituem qualquer conhecimento aplicável a qualquer uso prático ou teórico. Tudo que torna o conhecimento aplicável, nos chega *via* abdução (ms.692), é um instinto que confia uma percepção inconsciente de conexões entre os aspectos do mundo, ou usando um outro conjunto de termos, é uma comunicação subliminar de mensagens (p. 23). Essa posição relativa ao fato de apenas a abdução ser inovadora não é aceita pacificamente; há “polemiquinhas”, como diria Possenti, no interior dos textos que compõem *O signo de três*.

Uma formulação como esta, além de servir para caracterizar e especificar o poder criador do processo abduativo frente aos outros dois processos, serve igualmente para desmentir equívocos, frutos de julgamentos apressados, segundo os quais as análises que se baseiam na abdução estacionariam nos dados, ficariam presas na circularidade dos dados, sem poder algum de generalização. O processo abduativo possibilita o contato com generalidades e regularidades, embora trabalhe ou parta das singularidades e as explique, como discutirei adiante. Quanto ao fato de se dizer que a abdução se encerra nos dados, Peirce deixa muito claro que “A abdução persegue uma teoria (...). Na abdução, a consideração dos fatos sugere a hipótese (...)” (Peirce, 1965:7.218, apud Sebeok & Umiker-Sebeok, op.cit:32). O que é reforçado por uma posição interessante de Abaurre ao desenvolver os estudos de abdução no domínio das pesquisas em aquisição da linguagem escrita, recuperando dados episódicos, às vezes tratados como residuais.

Em primeiro lugar, cabe aqui deixar claro que, olhar com interesse para o singular, o variável, o idiossincrático, o *cambiante*, não implica necessariamente deixar de preocupar-se teoricamente também com o regular, o sistemático, o geral. (...) Não nego, portanto, a necessidade de conhecer, também, a totalidade. Pelo contrário: acredito que é a atribuição de estatuto teórico semelhante a questões relativas ao comportamento virtual de um sujeito universal e ao comportamento real (e sempre indiciário, em certo sentido) de sujeitos singulares da linguagem que permite desvelar as regularidades subjacentes e visualizar os contornos de um modelo teórico dialeticamente estruturado, em torno de um conjunto de problemas relevantes para a compreensão da complexidade da relação entre um sujeito e um objeto que estão continuamente a modificar-se nos movimentos mesmos dessa relação. (Abaurre, 1996:157-158).¹⁷.

Enfim, olhar dados, dados que são tomados como indícios, é um modo de não apenas investir na validação e na confirmação das teorias, mas de trabalhar numa perspectiva de seu desenvolvimento, em sua (re)constituição. A atenção para dados é uma possibilidade de, como se diz comumente, “não teorizar acima dos próprios pés” (um gesto em que coragem e inconsistência se confundem), sem ter elementos suficientes para

¹⁷ Pode ser explorado um diálogo entre essa posição e as de Ginzburg (1976), Bakhtin (1977) e Gadamer (1958), quando tratam do relacionamento entre o “pequeno” e o “grande”.

tal empreitada. Como já alertava Holmes: “É um erro capital teorizar antes de possuir os dados. Inadvertidamente, começa-se a distorcer os fatos para acompanhar as teorias, ao invés de as teorias seguirem-se aos fatos” (Sherlock Holmes apud Truzzi, 1983:68).

Fatos cujo escrutínio, por si só, não completam o processo reflexivo iniciado com a abdução. Ao caracterizar o espaço da abdução no interior da epistemologia (porque às vezes isso tem virado mera técnica...) e ao realçar sua vocação criadora, apresento apenas uma primeira e importante face desses estudos. Ao situá-la no domínio do que eu chamaria “ainda em vias de constituição”, precedendo as hipóteses, deixo de apresentar o que esse processo desencadeia depois de as hipóteses estarem configuradas. Assim, após circunscrever a abdução ao antes da ciência, é preciso deixar claro o que esse processo desencadeia na ciência: procedimentos de avaliação e de validação. A abdução exige, no modelo de ciência de que tratou Peirce, outros estágios que a completem, pois se trata de um raciocínio incompleto, ou de um “argumento incompleto”. A abdução põe em funcionamento, portanto, a dedução e a indução. E isso atende, precisamente, a um apelo de validação externa da hipótese. Nas palavras do próprio Peirce:

A retrodução¹⁸ não proporciona segurança. A hipótese deve ser testada. Este teste, para ser logicamente válido, deve começar, de forma honesta, não como começa a retrodução, com o escrutínio do fenômeno, mas como o exame da hipótese e uma revisão de todos os tipos de conseqüências condicionais e experienciais que se seguem de sua veracidade. Isso constitui o segundo estágio da investigação. (Peirce, 6.470).¹⁹

O círculo da abdução complementa-se com os procedimentos dedutivos e indutivos. A hipótese constituída pelo relacionamento dos indícios passa ao estatuto de regra ou de tese a ser validada por esses dois processos. Era nesse sentido que Peirce

¹⁸ *Retrodução* é um dos muitos termos que Peirce usa para a abdução. São também conhecidos os termos *argumento originário*, *método conjectural*, *hipótese* e outros. Exemplos dessa variedade os há nos vários artigos que compõem *O signo de três*.

¹⁹ Sobre isso, falam também outros autores. “As abduções, como as induções, e ao contrário das deduções, não são logicamente completas, e precisam ser validadas externamente”. (Sebeok & Umiker-Sebeok, op. cit. p. 79). “O corolário, diz Pierce, e ele pergunta toda a obra, o que consiste então em fazer as abduções, o que valida as minhas abduções, o que valida as minhas hipóteses, como garantir que meu *insight* é um *insight* razoável?” (Franchi, 1997).

aconselhava transformar a abdução em dedução (é neste sentido também que Umberto Eco fala em *meta-abdução*)²⁰. Não interessa alongar a discussão sobre esses dois investimentos teórico-metodológicos, porque, como ficou claro ao longo das páginas anteriores, não é neste domínio que se inscreveu minha reflexão. Embora inspirada por esta base mais geral, especialmente por essas duas características principais – o poder criativo, por um lado, e, por outro, a necessidade de validação, que constitui um retorno sobre a própria hipótese – respaldei essa última discussão tomando por eixo norteador as pesquisas de Ginzburg.

Retomei a questão referente a esta carência constitutiva, digamos assim, da abdução acompanhando o modo como ela tem sido suprida e discutida no interior de estudos que desenvolvem esta forma de raciocínio dentro de um outro modelo de ciência. E o elo para esta transição foi a idéia da validação da hipótese; em função disso, reorientei a discussão sobre a abdução deslocando-a deste lugar que pioneiramente foi sistematizado por Peirce, para situá-la em desenvolvimentos no interior dos estudos historiográficos, da micro-história, de onde tem sido trazida para o interior dos estudos da linguagem (o Projeto Integrado, já mencionado, por exemplo).

Carlo Ginzburg desenvolveu esses estudos numa outra perspectiva de reflexão, do ponto de vista do comentário, do exercício mesmo do “método” e, certamente, de seu desenvolvimento – neste último caso, por um deslocamento de lugares e pelo que este deslocamento permite mudar em relação ao modelo-base, dado o modo e ao contexto segundo os quais sua reflexão tem sido desenvolvida. Isso pode ser sentido tanto em seus textos de análise, como naqueles poucos em que teoriza explicitamente sobre o que ele denomina *Paradigma Indiciário*. Um desses textos é *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1986), no qual, dentre as muitas conclusões que se podem extrair, está a reafirmação de que esse “modelo epistemológico” tanto quanto tem de inovação, de possibilidade de configuração do “novo”, não deixa de sistematizar saberes antiquíssimos, como os procedimentos de descoberta de primitivos caçadores e antigos adivinhos mesopotâmicos. Trata-se da reconstituição de um gesto muito antigo de decifrar pistas, relacionando

²⁰ O conceito de *meta-abdução* é definido em Eco (1983).

indícios, o mesmo gesto que fará emergir, no interior das ciências humanas no final do século XIX, um modelo epistemológico fundado no detalhe. Esse modelo fundamenta a prática de detetives (o romance policial e a investigação detetivesca), médicos, críticos de arte, psicanalistas, como Conan Doyle, Giulio Mancini, Moreli, Freud e outros.

Ao puxar, assim, “os fios do tapete que constitui o paradigma indiciário”, mostrando o que esta prática tem de antiga e moderna, Ginzburg objetiva responder, como ele assume no prefácio da obra em que se inclui este texto, a um questionamento sobre o rigor de seu trabalho.

Pensava que gostaria de me dedicar a textos literários, subtraindo-me à aridez do racionalismo e aos pântanos do irracionalismo. Hoje tal projeto, é claro, parece-me ingenuamente ambicioso; mas não posso renegá-lo, estou enredado nele. (A contraposição entre racionalismo e irracionalismo reaparece no início de “Sinais”, ensaio que pode ser lido como uma tentativa de justificar em termos históricos e gerais um modo de fazer pesquisas) (Ginzburg, 1986:7).

Ginzburg começa e termina *Sinais* com uma discussão sobre o rigor nas ciências humanas, tanto porque esta parece ser uma questão de seu interesse, como porque precisa justificar-se diante de seus críticos. E ele defende, como forma de “subtrair-se aos pântanos do irracionalismo e à aridez do racionalismo”, a possibilidade de um “rigor flexível”.

Esse é o rigor com que ele trabalha no domínio da historiografia. E por assumir e exercitar esse tipo de rigor, Ginzburg tem se tornado uma referência nos estudos indiciários, um continuador desta pesquisa, um verdadeiro teórico do “método”.

O que caracteriza este saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experienciável diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observar de modo tal a dar lugar a uma seqüência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por lá”. (...) O caçador teria sido o primeiro a “narrar uma história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos. (Ginzburg, 1986, 152).

Neste fragmento, podem-se perceber alguns dos elementos que dão corpo a essa forma de pesquisa. Destaque-se o apreço pelo dado aparentemente residual, o *estranhamento* e a tomada de *distância*²¹, que, negando sua familiaridade, transforma-o em indício a ser decifrado, de modo a reconstituir uma história, uma série coerente de eventos. Abduzir é “ler” um texto possível” e (re)constituir um texto. Como bem diz Umberto Eco: “Penso que o mecanismo mais geral de abdução pode ser tornado claro apenas se assumirmos que estamos lidando com universos como se eles fossem textos, e com textos como se eles fossem universos” (Eco,1983:127). Com isso, Ginzburg faz pensar em autores como Bakhtin, Gadamer e outros que, ao tratarem da epistemologia das ciências humanas, não deixam de defini-las como ciências do texto. E uma hermenêutica das ciências humanas não é outra coisa além de uma postura interpretativa, de uma “decifração”.

Num nítido gesto de continuidade em relação a essa discussão de *Sinais* em que tematiza a idéia de rigor nas ciências humanas, e onde se pode perceber sua concepção de “real” como um texto a decifrar, Ginzburg investe recentemente numa discussão específica sobre a idéia de “prova” (provando que é possível provar em história...). Mais do que dizer que a história não é incompatível com a idéia de prova, o autor identifica, expõe e critica as instâncias produtoras desta visão. Como se trata de um livro recente, farei uma breve síntese de seu capítulo introdutório, retomando, quando necessário, aspectos de outros capítulos.

“História, Retórica, Prova: nessa seqüência, o termo menos óbvio hoje é o último”. É com estas palavras que Ginzburg abre *Relações de Força*²², no qual desenvolve – a partir da análise de diferentes casos – uma argumentação intensa (e não menos ousada) em defesa da hipótese segundo a qual a História não é incompatível com a idéia de prova. Desta posição, ele explicita e contesta o que diz ser a premissa implícita no argumento pós-moderno – justamente a descrença na contigüidade entre os três termos –, atacando de frente o que chama “relativismo céptico”, num diálogo aberto e provocador com as idéias de Nietzsche e dos que seriam seus predecessores (os sofistas e Platão) e continuadores (De Man e Derrida, além de outros).

²¹ Os conceitos de *estranhamento* e *distância* são temas de Ginzburg, em *Olhos de madeira* (1998).

²² *Relações de Força*. História, Retórica, Prova. (2000). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Além de reconstituir, dessa forma, as bases da visão anti-realista e anti-referencial de retórica com a qual a história moderna é equiparada, Ginzburg denuncia que tal posição é fruto de um silenciamento deliberado daquilo que constitui o eixo central (“único elemento essencial”, em suas palavras) da Retórica aristotélica – as provas –, por ser esta uma forma (cômoda...) de o Ocidente desculpar os próprios crimes²³ (tese, digo de passagem, brilhantemente antecipada no início do texto, quando ele refere a batalha entre mélios e atenienses e a contenda entre Sócrates e Cáicles, um dos oradores do Górgias – dois embates em que a justiça é, em nome de uma “lei natural”, equiparada ao direito do mais forte, explicitando, assim, a vocação anti-democrática e descompromissada da retórica céptica, desde sua gênese).

Como conseqüências dessa concepção “mais complexa de história”, Ginzburg destaca duas possibilidades: uma postura mais realista para historiadores, filósofos e outros estudiosos de metodologia da história – o que não significa negação total da idéia de construção, por um lado; nem crença no acesso direto às fontes, por outro, pois estas são vistas como “espelhos deformantes”, apenas²⁴; e a possibilidade de uma melhor compreensão das relações entre as culturas – cujas especificidades têm sido ou extremadas de modo a isolá-las e torná-las incomunicáveis, ou simplesmente desconsideradas, nos dois casos, segundo ele, por efeito do relativismo.²⁵

O alcance de sua reflexão, no entanto, vai mais além. Como conclusões imediatas, há a reafirmação da possibilidade de conhecimento (histórico, situado e dependente das relações de força); a ênfase na busca da verdade como tarefa precípua do historiador (sem

²³ É, segundo insinuações de Ginzburg, também uma forma de Nietzsche refutar a memória do pai, um pastor, e de desviar os valores religiosos em que fora criado numa direção radicalmente céptica. Com De Man, a avaliação não é diferente. O olho perspicaz e o evidente conhecimento biográfico que tem dos dois pensadores, aliados a sua fina ironia, sugerem que, por trás do desconcertante argumento pós-moderno, vê-se nada mais que “roupa suja não lavada em casa”, como se diz.

²⁴ “As fontes não são janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo”. (Ginzburg, 2000:44-45).

²⁵ Não vou discutir esse segundo objetivo do texto de Ginzburg. Mas é sem dúvida um ponto privilegiado para flagrar seu diálogo com Bakhtin, por via do conceito de dialogismo. Ele trata da possibilidade de diálogo entre culturas diferentes, num questionamento mesmo da idéia de desigualdade da qual tem sido investido ideologicamente o conceito de diferença. A propósito, mais um texto interessante sobre isso é o de Nuria Ferre (2001), que discute justamente a possibilidade de convivência entre diferentes e problematiza a transformação da diferença em desigualdade.

“universalismo”, por um lado; sem “etnocentrismo inocente”, por outro); a retomada da importância do “desejo de conhecer” (o que repõe, a meu ver, a intuição como componente imprescindível ao conhecimento); e a necessidade de uma postura ética (pois, quanto a isso, além de afirmar que o alcance do relativismo é, ao mesmo tempo, político, cognitivo e ético, abundam em seus textos, especialmente quando se refere a Nietzsche, testemunhos de omissão deliberada das fontes, silenciamento da tese central da retórica aristotélica, desvio proposital da verdade cristã numa direção radicalmente céptica)²⁶.

Num verdadeiro exercício do “método” que defende, Ginzburg parte de dados, discute indícios de modo a configurar suas hipóteses, e vai, na pista de testemunhos de natureza diferente, mobilizados muitas vezes numa direção retrospectiva (como é característico da abdução), “provando e confirmando” suas hipóteses. É o que ocorre, no tocante a temas diferentes, em cada um dos textos que compõem os capítulos deste seu livro; e, de forma mais geral, é o que faz com o tema principal do livro, pois ataca por dentro (numa tentativa de implodi-lo mesmo) o argumento pós-moderno, pela explicitação e contestação do que diz ser sua premissa fundamental não declarada – a incompatibilidade entre retórica e prova (um verdadeiro exercício abduutivo!). Ao posicionar-se dessa forma, Ginzburg projeta-se na contramão de discussões recentes e é necessário avaliar as implicações e os efeitos dessa posição, não só para historiadores, mas também para nós, lingüistas e outros.

Feita essa magra síntese das encarnadas (em todos os sentidos do termo) idéias de Ginzburg, para contextualizar sua hipótese sobre a noção de prova, gostaria de me deter um pouco mais nesta noção, para explicitar algumas questões de interesse para o trabalho efetivo com o paradigma indiciário. Ao retomar a idéia de prova da Retórica aristotélica, Ginzburg reafirma seu caráter de prova não-técnica, isto é, externa, entre as quais se incluíam o testemunho, os contratos e juramentos e a tortura; mas adverte que este último termo não deve confundir. Se nem o próprio Aristóteles confiava na verdade dos depoimentos sob tortura, e num momento em que tal prática era um instrumento legítimo, Ginzburg muito longe está de crer nisso, principalmente numa época em que a

²⁶ O curioso aqui é que ninguém tem falado mais de ética nos últimos tempos do que alguns teóricos que comungam desta visão desconstrucionista...

tortura não tem validade legal (embora subsista como forma de violência e de deturpação da verdade). Estando isso claro, ele reafirma que a Retórica se move no âmbito do provável, não no da verdade anterior ou sapiencial. Daí vem a noção de prova em história:

Provare (provar) significa, por um lado, “validar” e, por outro, “experimental”, como observou Montaigne falando de seus próprios *Ensaïos*. A linguagem da prova é a de quem submete os materiais de pesquisa a uma aferição constante: “provando e confirmando”, como rezava a famosa divisa da Academia (científica florentina) del Cimento. A fórmula correspondente em inglês moderno – *trial and error* – evoca na palavra *trial* a verificação (*test*) e a tentativa (*attempt*), o tribunal e a casa da moeda. (Ginzburg, 2000:11-12).²⁷

No entanto, não deixa de reconhecer que, como todo conhecimento histórico é parcial e seletivo, a avaliação das provas não deve ser feita independentemente das “relações de força” no interior das quais são produzidas, cabendo ao historiador (e acho que ao leitor de maneira geral) a tarefa de “escovar a história ao contrário”, avaliando os testemunhos numa direção inversa à intenção de quem os produziu.

Retomando as análises feitas por Ginzburg, ver-se-á que, de fato, é assim que ele trata as provas. Em alguns casos, elas são indícios iniciais que configuram as hipóteses e, a partir da soma, por assim dizer, de outros indícios e argumentos, são reconhecidas como testemunhos. Ou seja, indícios se elevam, a partir da análise, ao estatuto de testemunhos; indícios de partida são convertidos em prova por efeito da abstração. E, nesse sentido, as análises de Ginzburg levam sutilmente além suas próprias discussões, pois desenvolve, além do exercício de buscar *provas externas* aos textos que analisa (nos intertextos, no interdiscurso, num horizonte de relações possíveis), a idéia de *provas internas*, fazendo textos funcionarem como o real de outros textos, fazendo indícios funcionarem como

²⁷ Gadamer expressa uma posição semelhante sobre a compreensão, numa hermenêutica das ciências humanas. “Compreender “a coisa” que surge ali, diante de mim, não é outra coisa senão elaborar um primeiro projeto que se vai corrigindo, progressivamente, à medida que progride a decifração”.(p.61).

provas internas para hipóteses configuradas no interior deste mesmo espaço onde elas são buscadas²⁸.

Foi nesta visão de prova que me inspirei. Na solução dada por Ginzburg, no domínio do rigor flexível a que leva seu método, ao apelo de validação externa da hipótese, de que tratou Peirce. Trabalhei com a tentativa de exercitar as provas, fazendo o retorno sobre as hipóteses, ou indicando possíveis vias por onde poderiam ser confirmadas. Nesse sentido, tratei capítulos inteiros como a possibilidade de provar as hipóteses assumidas em capítulos anteriores; tratei dados, ou indícios, como provas para hipóteses que outros dados/indícios sugerem. Trata-se sem dúvida de uma noção produtiva e que requer especificações ulteriores, em função dos domínios em que for trabalhada. Como a noção de rigor é a de um “rigor flexível”, não no sentido de alargamento na direção da improdutividade, mas no sentido de fazer parte de um modelo de reflexão que, embora tenha elementos definidores e princípios gerais, abre a possibilidade de re-definir-se em função dos objetos para os quais se volta, haverá novas formas de se exercitar as provas e de se teorizar sobre esse apelo necessário à interdição da divagação²⁹.

Conquanto a noção de prova possa requerer ainda estudos e especificações ulteriores, é possível encerrar aqui essa discussão com uma retomada de questões antes mencionadas. Pelo modo como Ginzburg trata o paradigma indiciário e dados os domínios de reflexão aos quais ele os remete – à fundação e à prática da medicina, da psicanálise, da investigação detetivesca – o paradigma parece ser o “método” desses estudos, no sentido de um método teórico e não de uma técnica prévia (até porque se trabalha com o idiossincrático, com o acontecimento, com o qualitativo, com uma incorporação do residual e sua transformação em singular) e não o *a priori* teórico. **Assim,**

²⁸ Um interessante exemplo de prova interna para uma hipótese sobre um texto analisado é uma nota de rodapé que denuncia, digamos assim, a posição do autor, provando a hipótese de Ginzburg. Um outro caso curioso é um branco que serve para provar uma hipótese sobre o estilo de Flaubert.

²⁹ “A prova tomará pelo menos mais uma geração de esforço concentrado por equipes de competentes especialistas na labiríntica história da ciência do signo (cf. Pelc, 1977), da qual apenas o mais genérico esboço foi até agora delineado por aqueles poucos exploradores, os quais estão equipados para seguir as pistas expostas por Peirce, de longe o mais arrojado pioneiro, ou desbravador, nesta grande aventura” (Sekeok & Umiker-Sebeok, 1983:32).

após essa discussão, caberia defender que, mesmo não sendo possível chamar a abdução de método, no sentido de Peirce, como adverte Franchi, é possível concebê-la como um procedimento de relacionar indícios, configurar hipóteses e de prova-las; o modo de trabalho de pesquisas como as de Ginzburg, Freud, Moreli, Mancini, porque, nos domínios de reflexão em que eles trabalham, a abdução não é apenas o *a priori* teórico, mas o modo de levantar questões, de dar respostas. A abdução é “um processo inferencial distinto da indução e da dedução que está na base de uma metodologia de investigação em ciências humanas” (Abaurre, em conversa). O deslocamento de uma visão de ciência para outra torna possível observar que a abdução é um espaço de criação, de movimento (por isso é que ela está lá no ente-teórico), mesmo de teorias mais fechadas e é o modo de proceder desses estudos qualitativos. Isso permite concluir que esse raciocínio, conquanto mantenha seus elementos de base, molda-se em função dos campos em que é exercitado (ou molda os campos em que é exercitado?).

Foi essa a base que constituiu minha reflexão. Foi aí que busquei novos elementos para uma prática que, como já ficou claro nos capítulos anteriores, não é desconhecida nos estudos da linguagem. Discuti basicamente as pesquisas de Projeto Integrado e as de Possenti, porque são dois lugares onde se explicita a inspiração do paradigma indiciário para a configuração de conceitos como os de estilo e autoria. Mas não poderia deixar de mencionar a sugestão de Pêcheux para que se fizesse, em Análise de Discurso, uma “leitura sintomal” (e da influência da prática de análise da Psicanálise nesta perspectiva); não poderia deixar de mencionar a vocação dos estudos de Lingüística Textual³⁰, em que o

³⁰ O apreço pelo sintoma revela-se no conteúdo das muitas metáforas de que se lançou mão no interior da Lingüística Textual para definir o texto, ou o trabalho de análise textual. Quem não lembra da metáfora da cebola, mobilizada pelos estudiosos para referir às camadas de um texto, camadas essas que iam (des)velando níveis mais densos e aprofundados de significação, os quais eram acessáveis a partir das camadas superficiais, ou pelo que deles havia indiciado nas camadas superficiais? Não distante no sentido era metáfora está a do *iceberg*, que assumia, como material básico para a tarefa de construção dos sentidos, apenas a ponta do *iceberg*, a qual permitiria adentrar às zonas ainda mais profundas e submersas nas quais se escondiam os sentidos a serem descobertos (ou construídos). Mais recentemente, Koch sintetiza e reafirma toda essa sua simpatia pela pista, pelo indício, ao convidar os leitores de seu mais recente livro a *ajustar a lupa, levantar a ponta do véu e desvendar segredos no texto* (Koch, 2002). Essa caracterização do lingüista de texto como um detetive, ou da atividade de construção de sentidos como uma decifração de segredos, permite reiterar a pertinência de um raciocínio indiciário, no âmbito dos estudos de texto.

“método” não só é exercitado, como também vaza sua metalinguagem nas muitas análises de Koch, em que ela assume que o texto é um conjunto de pistas, indícios, para a construção dos sentidos; não poderia ainda deixar de mencionar um trabalho interessante de Neurolingüística em que Coudry faz nítido apelo ao paradigma para analisar dados de sujeitos afásicos. Certamente, há outros autores que poderiam ser citados aqui. Enfim, não apenas se tem uma assunção, mais explícita ou menos explícita, dessa forma de trabalho nos estudos da linguagem, como se tem o exercício do método, quer pelas perguntas feitas, quer pelos dados considerados, quer pelo modo de dar respostas. Como entrar em questões de autoria, de estilo, de sentidos de um texto, a não ser por indícios? Como dar respostas sobre dados da fase de aquisição, dados de sujeitos afásicos, a não ser por hipóteses explicativas? Como exercitar as provas nestes espaços limites? São questões que não se resolvem com esta breve síntese.

De todo modo, e para fechar esse tópico, é possível notar que, tal qual emergiu nas ciências humanas no fim do século XIX um modelo epistemológico fundado no detalhe, começamos a assistir à re-emergência desse paradigma no interior dos estudos enunciativos. Tem crescido, com muita clareza, no interior das subáreas da lingüística, o apreço pelo sintoma, pelo detalhe, pelo indício como possibilidade explicativa. O que concluiremos, que as análises de base enunciativa são indiciárias? Se concordarmos que a abdução é apenas a base para a formação de teorias, teremos que dizer que engatinhamos ainda em direção a uma “teoria” enunciativa. Mas, se pensarmos que a abdução é um gesto que está tanto na base da formação de teorias como no interior de toda e qualquer pesquisa como o espaço e o motor da inovação e do movimento, por sua vocação criadora, diremos que a enunciação, como qualquer ponto de vista, tem espaço para a abdução e, portanto, a porta aberta para o exercício conjectural. Mais que isso: no domínio da enunciação, lida-se com o acontecimento. Tanto pela natureza de certa forma indefinida ou multidefinida do campo como um todo, quanto pelos temas que aí emergem e pela forma como eles são trabalhados, no domínio do acontecimento, não se pode analisar os “fatos” (?) de linguagem, a não ser por indícios, para explicar sua singularidade,

não se pode concluir com mais do que hipóteses (que podem ascender ao estatuto de conclusão e serem tidas como ponto de partida ou prova para análises posteriores).

Mas, talvez em todos esses estudos caibam, a partir das discussões de Ginzburg, mais investimentos sobre a noção de prova, sobre a definição de procedimentos mais específicos em função das perguntas feitas. Não percamos de vista a inquietante interrogação de Peirce. “O que valida as minhas hipóteses?”. Como diz Ginzburg: A construção (...) não é incompatível com a idéia de prova; a projeção do desejo, sem a qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infringidos pelo princípio de realidade” (Ginzburg, 2000:44-45). Eu acrescentaria, tendo em vista a variedade de estudos em que a abdução tem sido desenvolvida: “Como validar nossas hipóteses?”.

O motor de toda essa discussão foi a intercalação – minha porta de entrada, desde sempre, para as questões de linguagem, meu indício para entrar nos pontos frágeis das teorias, meu argumento para fazer propostas, minha justificativa para expor os teóricos que me servem de apoio, já que não entramos no discurso (acadêmico, sobretudo) sem ancoragens. Esta aparente ingratidão é o resultado de um modo de fazer pesquisa e de um medo ao fazer pesquisa. É uma tentativa de deixar que dialoguem dados e teorias, embora não possa isentar-me de minha interferência (e talvez de minhas preferências...) ao fazer o papel de mediadora neste diálogo. Seja como for, a academia não se faz apenas de repetições, de confirmações, de aplicações; o exercício teórico não pode prescindir de alunos assim ingratos que se comprometam com os riscos de deixar falar dados assim inquietos. Que as propostas esboçadas no decorrer das páginas anteriores façam-me a justiça de colocar-me igualmente em insegurança, pois assim sei que esta reflexão será continuada.

Não vou realizar uma síntese de tudo o que foi discutido nos capítulos anteriores, porque apresentei os resultados parciais tão logo eles foram obtidos a partir das análises. Se o leitor deseja, ainda assim, retomar o que foi proposto, sugiro que, inspirando-se na idéia de retorno sobre as hipóteses, faça a leitura retrospectiva desta tese, reconstituindo e justificando as decisões tomadas, inclusive para confirmar se a escrita anterior constitui realmente uma tese, ou se faz sentido manter minha hesitação quanto a isso no prefácio.

Tome este capítulo final, que é, simultaneamente, causa e consequência da análise e, por sua ótica, leia o texto do fim para o começo. Pela perspectiva de uma abordagem textual-discursiva das intercalações, pensada a partir e em função dos estudos abduativos, reveja a hipótese de autoria formulada para explicar o trabalho do sujeito que atua na interface entre texto e discurso, e, assim, configura-se, ambigualmente, como autor e efeito de uma linguagem em se fazendo. Esse retorno, ao tempo em que possibilita re-encontrar a tradição, aponta para a possibilidade de novas análises e acena para a exploração de um terreno já avistado (antes de mim, certamente), mas com muito ainda a ser descoberto. Como bandeira demarcatória deste espaço, está a intercalação, agora, acredito, problematizada o suficiente para explicitar sua natureza contraditória – mas certamente ainda com muitos “segredos a desvendar”. Se o leitor aceitar a sugestão, estará também me poupando de fazer uma síntese do tipo: “No primeiro capítulo tratei disso...; no segundo..., porque, como diria Raquel, “as teses sempre terminam assim”...

De todo modo, o leitor tem liberdade para não acatar a sugestão, podendo escolher o modo de dialogar com este texto; se não o fizer em progressão, nem em retrospectão, faça-o aos saltos, ou escolha ainda outros movimentos de leitura, pois...

Há tantos diálogos

(...)

Escolhe o teu melhor diálogo

E

A tua melhor palavra

Ou

Teu melhor silêncio

Mesmo no silêncio e com o silêncio

Dialogamos.³¹

³¹ Fragmento de um poema de Drummond, trazido por Virgínia Leal para a defesa desta tese. Incluo-o aqui, como forma de fechar/abrir este texto, num último contato com meu leitor companheiro...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAURRE, M. B. M. A. (1996). “Os estudos lingüísticos e a aquisição da escrita”. In: CASTRO, M.F.P. (org). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp. p.11-163.
- ABAURRE, M. B. M., FIAD, R. S. & MAYRINK-SABINSON, M. L. T. (1997). *Cenas de aquisição da escrita: o trabalho do sujeito*. Campinas: Mercado de Letras/ALB.
- _____. (2003). “Considerações sobre a diferenciação de gêneros discursivos na escrita infantil”. In: ROCHA, G. & COSTA VAL, M. G. (orgs). *Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto*. O sujeito autor. Belo Horizonte: Autêntica. p.167-184.
- ABAURRE, M. B. M. & BARROS, J. S. “Considerações sobre o Paradigma Indiciário nos estudos da linguagem” (prelo).
- AGUSTINI, C. L. H. (2000). “Dobras interdiscursivas: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos”. *Sínteses: Revista dos cursos de pós-graduação*. Universidade Estadual de Campinas. Vol. V, 9-17.
- ALMEIDA, N. M. (1992). *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 38ª ed. São Paulo: Editora Saraiva.
- AMORIM, M. (2001). *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora.
- ANDRADE, M. L. (2001). *Relevância e Contexto: o uso de digressões na língua falada*. São Paulo: Humanitas. FFLCH/USP.
- ANTOS, G. (1997). “Textos como formas constitutivas do saber. Sobre algumas hipóteses para uma fundamentação da lingüística de texto à base de uma teoria evolucionária”. In: Antos, G/ TIETZ, H. *O futuro da lingüística de texto*. Tradições, transformações, tendências. Tübingen: Neimeyer. RGL 188.
- ARISTÓTELES (1985). *Ética a Nicômacos*. Trad. Mario Gama Kury. 2ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- _____. (s. d.). *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

- ASSIS, M. (1881). *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1980). “Paroles tenues a distance”. In: *Matérialités discursives*. Lille Presses Universitaires. Paris. p.127-141.
- _____. (1982). “Hétérogénéité montré et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours”. DRLAV, Paris: Centre de Recherche de l’Université de Paris, 26: 91-151.
- _____. (1990). “Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, IEL-Unicamp (19): 25-45, 1984 (trad. de Hétérogénéité(s) énonciative(s), 73, Paris Larousse, Langages).
- _____. (1995). *Ces mots qui ne vont pas de soi*. Boucles réflexives et non coïncidences du dire. Paris, Larousse. Tome 1.
- _____. (1995). *Ces mots qui ne vont pas de soi*. Boucles réflexives et non coïncidences du dire. Paris: Larousse. Tome 2
- _____. (1998). *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Cláudia R. C. Pfeiffer e outros. Campinas: Editora da Unicamp.
- BAKHTIN, M. (1972) [1952-1953]. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. Trad. Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1987). *A Cultura popular na idade média e no renascimento*. O contexto de François Rabelais. Trad. Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- _____. (1997) [1929]. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8ª ed. Trad. Michel Lahud Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec.
- BARROS, J. S. (2000) “Digressão: fragmentação ou estratégia discursiva?”. Maceió, 35p. (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, UFAL.
- _____. (2002a). “Duas questões sobre a autoria”. Resumo publicado no II Simpósio Internacional de Análise do Discurso”. UFMG.

- _____. (2002d) “Sobre a emergência e o funcionamento das intercalações: um olhar para a escrita in(d)icial”. Resumo publicado no IV Encontro de Língua Falada e Escrita. UFAL.
- BARROS, M. L. C. (2003) [1998]. “História de um percurso da aquisição da escrita”. In: ABAURRE, M. B.M. FIAD, R.S. & MAYRINK-SABINSOSN, M. L. T. (orgs). *Estilo e gênero na aquisição da escrita*. São Paulo: Komedi.
- BARTHES, R. (1968). “A morte do autor”. In: BARTHES, R. *O rumor da Língua*. Trad. Mario Laranjeira. São Paulo: Editora Brasiliense. p. 65-70.
- _____. (1977). *Aula*. 8ª ed. Trad. e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix.
- BASTOS, L. K. X.(1985). *Coesão e coerência em narrativas escolares escritas*. Campinas: Editora da Unicamp.
- BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W. (1981). *Intruduction to Textlinguistics*. Londres/New York, Longman.
- BEAUGRANDE, R. (1997). “Lingüística Textual: para novas margens?” In: ANTOS, G & TIETZ, H. *O futuro da lingüística de texto*. Tradições, transformações, tendências. Tübingen: Neimeyer. RGL 188.
- _____. (1997). *New Foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and freedom of access to knowledge and society*. Norwood, Alex.
- BECHARA, E. (1967). *Moderna Gramática do Português: cursos de 1º e 2º graus*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BONFANTINI, M. A. (1987). *La semiosi e l'abduzione*. Milano: Gruppo Editoriale Fabbri.
- BRAIT, B. (1996) *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2001) “Alteridade, dialogismo, heterogeneidade: nem sempre o outro é o mesmo”. In: BRAIT, B. (org). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes. p.7-25.
- BUENO, F. S. (1984). *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Abril.

- CALIL, E. & FELIPETO, S. C. (2000). “Rasuras e operações metalingüísticas: problematizações e avanços teóricos”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (39): 95-110, jul/dez.
- CARREIRA, A. F. (2000). *Subjetividade e autoria: o sujeito como vacilo do “eu”?* Ribeirão Preto, Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia e Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, USP.
- CEGALLA, P. (1970). *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, 11ª ed. (inteiramente revisada e melhorada). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CERTEAU, M. (1994). *A invenção do cotidiano*. 1. As artes do fazer. 6ª ed. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CERTEAU, M. & GIARD, L. & MAYOL, P. (1994). *A invenção do cotidiano* 2. Morar, cozinhar. 4ª ed. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHAROLES, M. (1978). “Introduction aux problèmes de la cohérence des texts”. *Langue Française* 38 . Paris: Larousse. p. 7-41.
- CHARTIER, R. (1994). *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª ed. Trad. Mary D. Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- _____. (2002). *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moreto. São Paulo: Editora Unesp.
- CHIBENI, S. C. (1996). “A inferência abdutiva e o realismo científico”. In: *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência – Unicamp. Série 3, v. 6, (1): 45-73, jan.-jun.
- COHEN, R.(2002). *Performance como linguagem*. Revisão: Plínio M. Filho. São Paulo: Perspectiva.
- COMPAGNON, A. (1979). *La seconde main ou le travail de la citation*. Paris: Éditions du Seuil.
- _____. (2001). “O autor”. In: COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Cap. 2.

- _____. (2001). “O estilo”. In: COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, Cap. 5.
- CORACINI, M. J. (org). (1999). *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático*. Campinas: Pontes.
- CORRÊA, M. L. G. (1997). *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. Campinas, Tese (Doutorado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- _____. (2001). “Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de português”. In: SIGNORINI, I. (org). *Investigando a relação oral/escrito*. São Paulo: Mercado de Letras. pp. 136-163.
- COUDRY, M. I. “O que é o dado em Neurolingüística?” In: CASTRO, M.F.P. (org). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp. p. 179-194.
- DASCAL, M. (1982) “Relevância Conversacional”. In: *Pragmática. problemas, críticas e perspectivas da Lingüística*. Pragmática. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp.
- DASCAL, M. & KATRIEL, T. (1979) “Digressions: a study in conversational coherence”. In: J. PETOFI. *Text vs. Sentence*, vol. 26.
- DISCINI, N. (2003). *O estilo nos textos*. São Paulo: Contexto.
- DUARTE, C. (1998). *Uma análise de procedimentos de leitura baseada no paradigma indiciário*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- DUBOIS, J. *et al.* (1970). *Retórica Geral*. Trad. Carlos F. Moisés e outros. São Paulo: Cultrix, 1974.
- DUCROT, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.
- ECO, U. (1977). *Como se faz uma tese*. 15ª ed. São Paulo: Perspectiva. 2000.
- _____. (1983) “Casco, chifres, canelas: Algumas hipóteses sobre os três tipos de abdução. In: ECO, U. & SEBEOK, T. A. (orgs). *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 219-243.
- _____. (1993) “Entre autor e texto”. In: ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. 3ª ed. Trad. MF. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- FARACO, C. A. (2001). "Bakhtin e os estudos enunciativos no Brasil". In: BRAIT, B. (org). (2001). *Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes. p. 27-38.
- FERRE, N. P. L. (2001). "Identidade, diferença, diversidade: manter viva a pergunta" In: LAROSSA, J. & SKLIAR, C. (orgs). *Habitantes de Babel*. Políticas e poéticas da diferença. Trad. Semiramis G. da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica.
- FIAD, R. S. & BARROS, J. S. (2003). "O papel da intercalação na reescrita". In: *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*. v.1.2003. UFMG. p.9-23.
- FOUCAULT, M. (1969). "O que é um autor?". In: *O que é um autor*. Garrido e Lino, 1992.
- _____. (1971). *L'Ordre du Discours*. Paris: Galimard.
- _____. (1971). *A Ordem do Discurso*. 5ª ed. Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (1972). *A arqueologia do saber*. 6ª ed. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FRANCHI, C. "Abdução nos paradigmas de investigação científica nas ciências da linguagem". *Seminário reflexões sobre aquisição da escrita*. Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/UNICAMP. 25 e 26 de setembro de 1997. (Promoção: PI/CNPq *A relevância teórica dos dados na aquisição da Linguagem Escrita*).
- _____. (1992) [1977]. "Linguagem - atividade constitutiva". *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: IEL/UNICAMP. (22):9-39.
- FULGÊNCIO, L & LIBERATO, Y. (1996). *A leitura na escola*. São Paulo: Contexto.
- GADAMER, H-G & FRUCHON, P. (orgs). (1996). *O problema da consciência histórica*. Trad. Paulo César D. Estrada. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1998.
- GALLO, S. L. (1992). *Discurso da escrita e do ensino*. Campinas: Editora da Unicamp.
- GARCIA, O. M. (1976). *Comunicação em prosa moderna*. 4º ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- GERALDI, J. W. (2003) "A linguagem nos processos sociais de constituição da subjetividade." In: ROCHA, G. & COSTA VAL, M.G. (orgs). *Reflexões sobre práticas escolares de produção de texto*. O sujeito autor. Belo Horizonte: Autêntica. p. 16-27.

- GINZBURG, C. (1976). *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 3ª ed. Trad. Maria B. Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. (1986). *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. 4ª ed. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. (1998). *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. Jônatas B. Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. (2000). *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas B. Neto. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.
- GIORA, R. (1985) "Notes towards a theory of text and coherence." *Poetics Today* 6(4).
- GRANGER, G. G.(1968). *Filosofia do estilo*. Trad. Scarlett Z. Marton. São Paulo: Perspectiva: Editora da universidade de São Paulo, 1974.
- GREGOLIN, M. R., BARONAS, R. (2001). (orgs). *Análise do Discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Editora Claraluz.
- GRICE, H. P. (1975). "Logic and conversation". In: COLE, P. & J. L. MORGAN (orgs). *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. Nova Iorque: Academic Press.
- HARROWITZ, N. (1983). "O arcabouço do modelo de detetive: Charles S.Peirce e Edgar Alan Poe". In: ECO, U. & SEBEOK, T. A. (orgs). *O signo de três*. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva. 1991. p. 199-218
- JUBRAN, C.C.A.S. (1991). "Parênteses: propriedades identificadoras." In: CASTILHO, A.T. *Gramática do Português Falado*. Vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. 411-420.
- _____. (1993). "Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica". In: *Gramática do Português Falado*. Vol. III. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. 61-74.
- _____. (1999). "Funções textuais interativas dos parênteses." In: NEVES, M. H. M. (org). *Gramática do Português Falado*. Vol. VII, Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. 131-158.

- JUBRAN, C. C. A.S. *et al* (1992). “Organização tópica da conversação”. In: ILARI, R. (org). *Gramática do Português Falado*. Vol.II. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp: 358-439.
- JURADO FILHO, L. C. (1996). *O ritmo da escrita: uma análise do vestibular Unicamp*. Campinas, Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- KOCH, I.G.V. (1989). *A coesão textual*. 17ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. (1997a). *O texto e a construção dos sentidos*. 2ªed. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. (1997b). “O texto e a (inevitável) presença do outro”. *Revista do mestrado de letras da UFMS*. Rio de Janeiro. p. 107-121.
- _____. (1990b). “A propósito: existem mesmo digressões?”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: Editora da Unicamp. (19):123-136.
- _____. (1999). “Digressão e Relevância Conversacional”. In: *Cadernos de Estudos lingüísticos*. Campinas, (37): 81-91, Jul./Dez.
- _____. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA, L. C. (1989). *Texto e coerência*. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 1993.
- _____. (1990). *A coerência textual*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- KOCH, I.G.V. *et al* (1992). “Organização tópica da conversação”. In: ILARI, R. (org). *Gramática do Português Falado*. Vol. II. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. p. 358-439.
- KURY, A. G. (1960). *Ortografia, pontuação e crase*. Rio de Janeiro: Ática.
- _____. (1985). *Novas lições de análise sintática*. Rio de Janeiro: Ática.
- LACATOS, I., MUSGRAVE, A. (orgs). (1979). *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. Trad. Octávio M. Cajado. São Paulo: Cultrix; Universidade de São Paulo.
- LAUFER, R. (1972). *Introdução à Textologia: Verificação, Estabelecimento, Edição de textos*. Trad. Leda T. da Mota. São Paulo: Perspectiva.
- LEITE, N. V. A. (2000). “Sobre a singularidade”. In: LEITE, N. V. A. (org). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas. (38): 39-49. jan./jun.

- LIMA, R. (1960). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores.
- LIMA, R. L. M. (2003). *O ensino da redação: expansão de textos por intercalação*. Maceió: Edufal.
- MAINGUENEAU, D. (1984). *Genèses du discours*. Bruxelas: Margada.
- _____. (1987). *Novas tendências em Análise do discurso*. 3ª ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. (1993) “O ethos”. In: MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária*. 2ª ed. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. (1996). *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. Márcio V. Barbosa; Marília E. A. T. Lima. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- _____. (1998). *Análise de textos de comunicação*. 2ª ed. Trad. Célia P. de Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCUSCHI, L. A. (1983). *Linguística do texto: o que é e como se faz*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- _____. (1991). “A ação dos verbos introdutórios de opinião”. In: *INTERCOM – Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, ano XIV, (64): 74-92, jan/jun.
- _____. (2001). “Atos de referenciação na interação face a face”. In: KOCH, I. G. V., MORATO, E. M. (orgs). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, (41):37-54, jul./dez.
- MARINHO, M. (2001). *A oficialização de novas concepções sobre o ensino de Português no Brasil*. Campinas, Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- MATEUS, M. H. M *et al.* (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Caminho.
- MELO, A. S. (s. d.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Portugal: Editora Domingos Barreira.
- MORELO, R. (1996). “Os meandros da alteridade. Marcas de dizer e indistincões de vozes no discurso”. In: *Revista Sínteses*. Vol. I. Universidade Estadual de Campinas. p.245-253.
- MOISÉS, M. (1974). *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix.

- ORLANDI, E. (1990 a). “Reimpressão do singular: um olhar francês sobre o Brasil”. In: *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1999). *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1999). *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3ª ed. Campinas: Pontes.
- _____. (2001) *Discurso e texto*. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes.
- PAIVA, J.R. (1999). *Funções metaenunciativas das inserções parentéticas*. Campinas, Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- PÊCHEUX, M. (1988). *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes. 1990.
- _____. (1975). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª ed. Trad. Eni P. Orlandi e outros. Campinas: Pontes, 1988.
- PECHEUX, M. & FUCHS, C. (1975). “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas”. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pecheux. Trad. Bethânia S. Mariani e outros. Campinas: Editora da Unicamp. 1997.
- PEIRCE, C. S. (1977). *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva.
- PERINI, M. A. (1995). *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática.
- PERRONE-MOISÉS, L. (1978) “Lição de casa” (posfácio). In: BARTHES, R. (1977). *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 8ª ed. São Paulo: Cultrix.
- PFEIFFER, C. R. C. (1995). *Que autor é este?*. Campinas, Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- PLACER, F.G. (2001) “O outro hoje: uma ausência permanentemente presente”. In: LAROSSA, J. & SKLIAR, C. (orgs). *Habitantes de Babel*. Políticas e poéticas da diferença. Trad. Semiramis G. da Veiga. Belo Horizonte: Autêntica. p.79-89.
- PLEBE, A & EMANUELE, P. (1992). *Manual de Retórica*. São Paulo: Martins Fontes.
- POSSENTI, S. (1988). *Discurso, estilo e subjetividade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- _____. (1996). “O dado *dado* e dado o **dado**”. In: CASTRO, M.F.P. (org). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp. p.195-207.

- _____. (1996). "O sujeito fora do arquivo". In: MAGALHÃES, I. (org.). *As múltiplas facetas da linguagem*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. p. 37-47.
- _____. (1997). "Por uma Análise do Discurso mais complexa". *Revista da ALED*. Caracas: Adriana Bolívar y Paola Bentivoglio Editoras. p. 267-272.
- _____. (1999). "O discurso não é uma camada". In: RODRIGUES, A. C. de S. *et al* (orgs). *1º Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas. p.157-166.
- _____. (2000). "Metaenunciação: uma questão de interdiscurso e de relevância". In: *Revista de Estudos da Linguagem*. v. 9. Belo Horizonte. p. 91-107.
- _____. (2001). "Enunciação, autoria e estilo". *Revista da Feeba*, ano 10, nº 15. jun/jul. Departamento de Educação – Universidade do Estado da Bahia - UNEB.
- _____. (2002). "Indícios de autoria". In: *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação*, 20 (1) (expressão da língua portuguesa e seu ensino). Florianópolis: Editora da UFSC. 105-124.
- _____. (2002). *Os Limites do Discurso*. Curitiba: Criar Edições.
- _____. (2003). "Observações esparsas sobre discurso e texto". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (44): 211-222, jan./jun.
- REBOUL, O. (1998). *Introdução à Retórica*. Trad. Ivone C. Beneditti. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REY-DEBOVE, J. (1977). *Le métalangage*. Étude linguistique du discours sur la langage. Paris: Armando Colin.
- SAID ALI. (1966). *Gramática secundária da língua Portuguesa*. 7ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- SAYEG-SIQUEIRA, J. H. (1990). *O texto: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação*. 4ª ed. São Paulo: Selinunte Editora, 1995.
- SAVIOLI, F. P. (1990). *Gramática em 44 lições*. 16º ed. São Paulo: Ática.
- SAUSSURE, F. (1916). *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José P. Paes e Izidoro Blickstein. São Paulo: Cultrix.
- SCHUTZ, Adolph. (1970). *Reflections on the problem of relevance*. New Haven, Yale University Press.

- SCHNEIDER, M. (1985). *Ladrões de palavras*. Trad. Luiz Fernando P. N. Franco. Campinas: Editora da Unicamp: 1990.
- SEBEEK, T. A. & UMIKER-SEBEEK, J. (1983). “Você conhece meu método”: uma justaposição entre Charles S. Peirce e Sherlock Holmes.” In: ECO, U. & SEBEEK, T. A. (orgs). *O signo de três*. Trad. S. Garcia. São Paulo: Perspectiva. 1991. p.13-88.
- SIGNORINI, I. (2001) Construindo com a escrita “outras cenas de fala”. In: SIGNORINI, I. (org). *Investigando a relação oral/escrito*. São Paulo: Mercado de Letras. p. 97-133.
- TENANI, L. E. (1996). *Análise prosódica das inserções parentéticas no corpus do projeto da gramática do português falado*. Campinas, Dissertação (Mestrado em Lingüística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.
- TFOUNI, L. V. (2001). “A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento”. In: SIGNORINI, I. *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do Letramento*. Campinas: Mercado de Letras.
- _____. (1995) “Autoria e letramento: análise de narrativas orais de ficção de uma mulher analfabeta”. In: TFOUNI, L. *Letramento e alfabetização*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- THOMAS, K. (1970). *A estrutura das revoluções científicas*. 6ª ed. Trad. B. Vianna e N. Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- TRUZZI, M. (1983). “Sherlock Holmes: psicólogo social aplicado.” In: ECO, U. & SEBEEK, T. A. (orgs). *O signo de três*. Trad. Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva. 59-88.
- XAVIER, A. C. (2001). Processos de referência no hipertexto. In: KOCH, I. G. V., MORATO, E. M. (orgs). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (41):165-176, Jul./Dez.
- ZOPPI-FONTANA, M G. Z. (1991). “Os sentidos marginais”. *Leitura: Teoria e Prática*, Porto Alegre: Mercado Aberto, n. 18.

ANEXO I

Referências dos dados

- ABAURRE, M. B. B. (1993). “Fonologia: a gramática dos sons”. In: *Revista Letras* (5). jan/jun. p.09-24.
- ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINUS (1989). *Crítica e Teoria Literária na Antiguidade*. Trad. David J. Júnior. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint.
- ASSIS, M. de. (1881). *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1997.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1998). *Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. Cláudia R. C. Pfeiffer e outros. Campinas: Editora da Unicamp.
- BAKHTIN, M. (1972) [1952-1953]. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. Trad. Maria E. G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.
- BARTHES, R. (1964). *Elementos de Semiologia*. 12ª ed. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- BARTHES, R. (1772). *Novos ensaios críticos. O grau zero da escritura*. 3ª ed. Trad. Heloysa de L. Dantas e outros. São Paulo: Cultrix.
- CHARTIER, R. (1994). *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª ed. Trad. Mary D. Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CHARTIER, R. (2002). *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moreto. São Paulo: Editora Unesp.
- CHOMSKY, N. & HALLE, M. (1965). “Algumas questões de controvérsia na teoria fonológica”. Trad. Marco A. de Oliveira. In: DASCAL, M. (Org.). 1981. *Fonologia e Sintaxe*. Vol. II. 106 (125).
- FRANCHI, C. (1976). *Hipóteses para uma teoria funcional da linguagem*. Campinas, Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Instituto de Filosofia, Ciências Sociais e História, UNICAMP.
- _____. (1992) [1977]. “Linguagem - atividade constitutiva”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (22): 9-39.

- _____. (1997). “Abdução nos paradigmas de investigação científica nas ciências da linguagem”. *Seminário reflexões sobre aquisição da escrita*. Instituto de Estudos da Linguagem (IEL)/UNICAMP. 25 e 26 de setembro de 1997. (Promoção: PI/CNPq *A relevância teórica dos dados na aquisição da Linguagem Escrita*).
- GAARDER, J. (1996). *Vita Brevis: a carta de Floria Emília para Aurélio Agostinho*. Trad. Pedro M. Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GNERRE, M. L. A. (1998). *O desbarato total da existência: cartas ao abismo*. São Paulo: Editora Cone Sul Ltda.
- JUBRAN, C. C. A. S. et al (1992). “Organização tópica da conversação”. In: ILARI, R. (org). *Gramática do Português Falado*. Vol. II. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp. p. 358-439.
- KOCH, I. G.V. (1999b). “A propósito: existem mesmo digressões?”. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas: Editora da Unicamp (19):123-136.
- KOCH, I.G.V; TRAVAGLIA, L.C. (1990). *A coerência textual*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- LEAL, V. (2000). “Feminino plural”. mimeo.
- LIMA, R. (1960). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores.
- MAINGUENEAU, D. (1984). *Genèses du discours*. Bruxelas: Margada.
- _____. (1987). *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.
- MELO, G. (2002). CPI não é palanque eleitoral. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 mai. 2002. Tendências e debates.
- NURQ. (DID. 161 – NURC/SP:351-357).
- ORLANDI, E. (1988). *Discurso e Leitura*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- PECHEUX, M. (1975). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª. ed. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Pontes, 2001.
- PERINI, M. A. (1995). *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática.

- PLATÃO. (2000). *Apologia de Sócrates/Banquete*. São Paulo: Martin Claret.
- POSSENTI, S. (2002). *Os Limites do Discurso*. Curitiba: Criar Edições.
- POSSENTI, S. (2001). “O que significa ‘o sentido depende da enunciação?’”. In: BRAIT, B. (org). *Estudos Enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas*. Campinas: Pontes. p. 187-199.
- REBOUL, O. (1998). *Introdução à Retórica*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2000.
- RELATÓRIOS ESCOLARES. Maternal à 1ª série. Banco de dados do Projeto Integrado CNPq. *A relevância teórica dos dados singulares na aquisição da aquisição da escrita*. IEL/UNICAMP.
- RUSSEL, B. *História do pensamento ocidental*. A aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. 5ª ed. Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- SCHANE, S. (1973). *Fonologia Gerativa*. Trad. Alzira S. da Rocha e outros. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

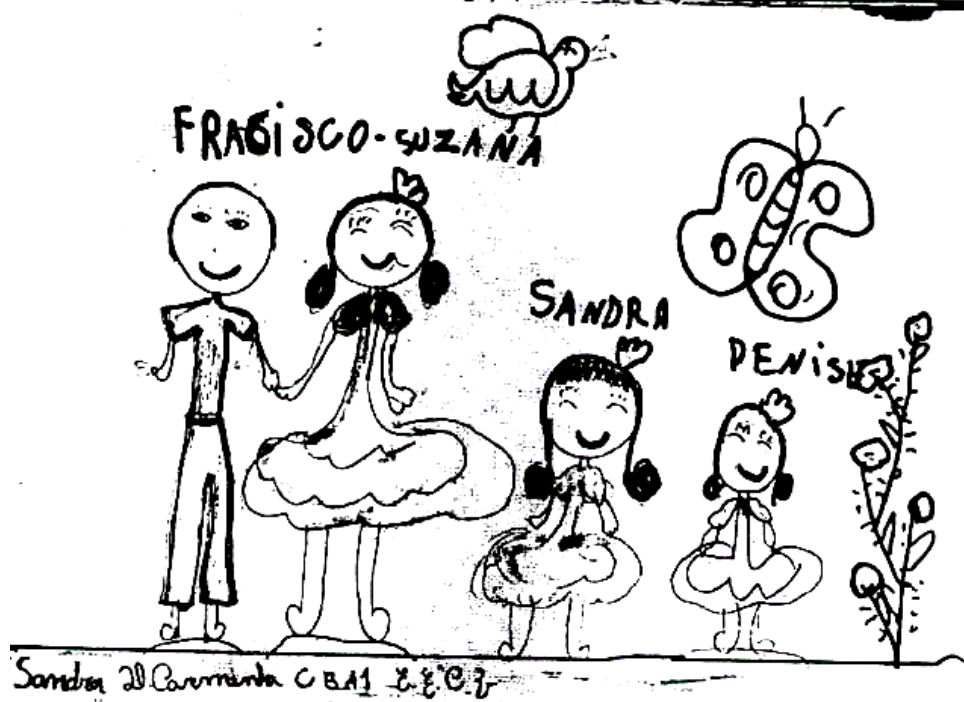
ANEXO II

Dados escaneados

Muito bonita

Na família todos trabalham o pai trabalha para sustentar
a família a mãe cuida dos filhos e do lar e os filhos ajudam
os pais e obedecem

A família deve ser unida e feliz,
havendo muito respeito
O que deve haver em uma família
amor, carinho, respeito, obediência, paz, união

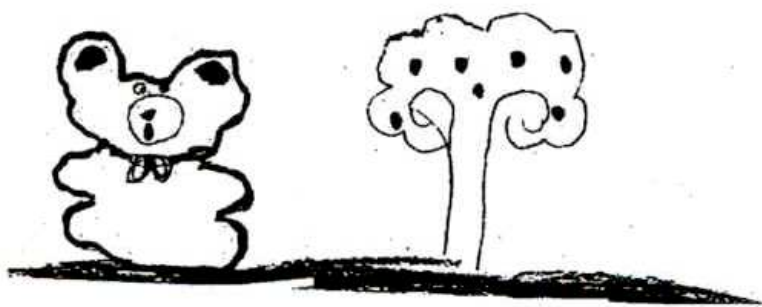


Meu ursinho

meu ursinho é peludo.
Ele é rosa de orelhas pequenas
de olhos laranja e seu nariz é preto.
Ele também é pequenino.
Mas muito bonito ele usa uma
fitinha no pescoço.
De liquinha pra fora e vermelha.
Eu gosto muito dele.
Ele se chama Lilo.
Lilo faz bagunça de anda.
Lilo é de pilha.

Continua

Por isso faz bagunça.
Lilo também fala.
Ele fala muita coisa.
Fala também muitas coisas que não
pode falar.
Mas mesmo sendo baguencento sempre
vou gostar dele.



O Meu Brasil

O Brasil precisa de comida por que tem muita gente
pagando fome. Como nosso Brasil esta tão pobre o nosso
Presidente Fernando Collor tem que dar um jeito.

A Minha cidade chama-se Três Pontas.

O Presidente Fernando Collor pegou o dinheiro de
todo mundo.

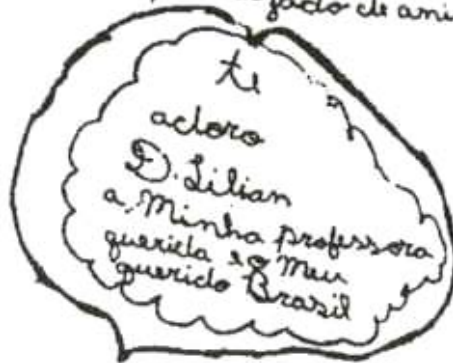
Nosso Brasil e bom e bonito.

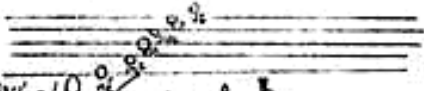
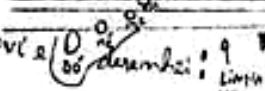
Mas no nosso Brasil tem muita pessoa ruim e boa.

O meu Brasil tem muita inteligencia.

A bandeira do nosso Brasil e colorida verde amarelo
azul e branco.

Nosso Brasil ta presigado de alimento.



Raquel solta: Eu sei ler denovo a te dar carta mas não sei que hoje (27/04/00) eu aprendi
 no auto de música, a chave de sol! Quer ver? V: $\text{C} \text{ G} \text{ F} \text{ a}$ a carta é clara. V:
 lado: $\text{F} \text{ G} \text{ F} \text{ a}$! E também eu aprendi, isto que eu não sei o nome, não sei que eu não,
 agora, desisto. eu lado:  legal, né? Bom, agora
 vejo as coisas que eu escrevi  desisto!                                    

Eu não sei
 ler denovo
 a te dar carta
 mas não sei
 que hoje (27/04/00)
 eu aprendi
 no auto de música,
 a chave de sol!
 Quer ver?
 V: $\text{C} \text{ G} \text{ F} \text{ a}$
 a carta é clara.
 V:
 lado: $\text{F} \text{ G} \text{ F} \text{ a}$!
 E também eu
 aprendi, isto que
 eu não sei o nome,
 não sei que eu não,
 agora, desisto.
 eu lado:

Você sabia que eu sempre
 quis te conhecer? Hoje
 eu consigo te conhecer,
 agora.

Assim Raquel da Silva

Limite para
 uso de
 música
 (lado)

(há... e o Eder acabou de
 me dizer a nome depois,
 é perfeito)

Responda a
 sim() ou não()
 não() de?

Você agora conseguiu achar direito a minha carta? Espero que sim!

João

Assim Raquel da Silva

(lado)

Há muitos e muitos anos atrás o governador
Portugues exigia mais. E em 1500 a Rica
(hoje Ouro Preto) começou uma revolta, da
qual pretendiam libertar o Brasil e toda
colônia de Portugal.

Essa revolta iria cair no dia que era
corrido o amplexo atestado.

Tomaram parte Joaquim José da Silva
Xavier Capelão (Lisboa) e outros:

Um de seus amigos perdeu o nome para
a lei do não. O colar de sua vida.

Em uma certa noite, eu estava saindo do cinema. Tinha acabado de assistir ao filme "O predador". Era (o)ze da noite. Cruzei a rua. De repente. Todas as luzes se apagam. Comecei a ouvir ruídos estranhos, e também passos, como se alguém me seguisse. Quando olhei para trás... ninguém. Estava ventando forte. As ruas desertas. Estava só eu no meio daquela escuridão. Talvez não só eu. Pois eu sentia que ~~alguém~~ estava sendo perseguido. Ou será que era apenas minha imaginação?

Se vida começa a ser eterna e
já estávamos cansados
Um dia quando acordamos as
flores estavam ~~adormecidas~~, ~~e jardins adormecidos~~
~~do~~ cheia de sereno, havia pouca
nem uma dica de que a primavera
estava chegando. (a ~~prim~~)

A família os cresos

Para uma vez uma cidade muito distante, nela existia uma família chamada Trocatel.

Esta família era diferente das outras famílias, porque ela tinha uma maneira de falar e de viver muito esquisita, por exemplo: o pai chamava a mulher de fia, o irmão chamava o irmão de moia, etc.

Certo dia a tal família saiu para comer lá fora, chegando ao restaurante o pai resolveu pedir a comida:

— Garçon gostaria de 4 porcam (ricanha) (burata patal tatatata frita) garos e furgão (arroz e feijão).

Mais tarde o garçon trouxe: porcam, água quente, garos e um furgão e foi trazer a conta que tinha dado 15037.800, 00 por causa do furgão, aí o pai se envergonhou e disse:

Bravo! braga (não vou pagar).

Aí o garçon ficou os olhos e ficou esperando as pagagens, então foi a família dele no fim para fora do restaurante.

Fim

O meu pai é o máximo... O meu pai é legal...
O meu pai é - às vezes - chato... É de que adianta ser
chato se o pai de todo mundo é, às vezes, legal e
às vezes chato? Se ele é chato, é eu,
paguei mico em escrever, então eu apago!
O meu pai é - às vezes - chato! Agora eu vou
escrever que o meu pai é... é... é... hum... já sei!
O meu pai é:

P
A
I

 poderoso!

*

A
M
A
D
O

 impressionante!

Há, há, há, há... Gostaram? Pois... Pois... Tomara porque
quem está escrevendo esta história sou eu... a
filha do pai... Bem, tem gente que tá pedindo
para não terminar a história... Então eu
termino! De é assim... Tchau... Quero dizer... fim!♥



Introdução

Uh! Como estou emocionada, em publicar este livro!

Bom, não é um livro publicado
nê, mas, agora já foi! ...

Isto que eu estou escrevendo é
um sumário*, que não é sumário*, não.
[...] É uma "Segunda Dedicatória".
Ela dedica o que eu quero ao mun-
do, e, o que eu realmente quero
ao mundo é...

... Paz mundial!

* Desculpe, "sumário" não, é intro-
dução...

Oi Alyne!!! E AÊ, alyne!! =)!

Eu gostaria de ~~de~~ dizer que eu ainda ã re-
cebi o e-mail que ~~te~~ mandô. Eu ã desco-
bri ~~porque~~ ~~isso~~ aconteceu. Você poderia, ~~mas~~
menos, tentar descobrir pq, vc ã ocha?! (
vc ã descobrir, então, vc vai ~~ter~~ que "fazer"
de novo, tá??

Um beijo, um abraço e um Topinho
nas costas!!!...

Raquel

P.S.: me manda + e-mail, tá?!

Outra vez outro P.S.: Esqueci de "perguntas", vc "dissem"
só, ã é?!

Assunto: Eu de novo, a Raquel!!!

SUMÁRIO

~~SUMÁRIO~~

Não! Nesta história, sumário não entra.
É tudo numa paulada só.  que
Hã? Ah! Vocês devem estar se pergun-
tando: "Que história?", né?! Pois, vou conta-
r desde o princípio.

Era uma vez... não! As histórias
SEMPRE começam assim! Vai de novo:

Em 200N (dois mil e nunca), Blume-
nal, SC, (quanta vírgula!) moravam Cecília
e Arthur. Cecília e Arthur eram
vizinhos desde 200QN (dois mil, quase nun-
ca).

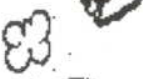
Teve uma vez que ambos recebe-
ram um telegrama. Lá estava escrito:

Venham! Venham procurar
por um tesouro, na floresta
mágica! Venham! GASPAREINHO

O homem envergonhado
Era um lindo dia quando eu vi
um cara. Perguntei o seu nome ele
virou a cara e me disse: tchau ai
eu disse: Ei mas você não me respon-
deu. Ei ele foi em hora mas se sabe
para onde ai eu fiquei sem graça.

—*

O homem foi em hora por que ele
tem vergonha



Oi lulu tudo

bem, eu gostei
muito da sua
cartinha, sabe
a minha festa está
cada vez maior,
a cenoura está com
a salsinha com
a rúcula com,
a cholinha com
a grândola
né? Ah lulu eu
Estou aprendendo
frança na escola,
e aí ~~está~~ em um

saquinho com, um boneco
de montar, (eira merquilha,
dor) uma bola da minha ^{(e oops, isso é um} festa
tinha uma ^{como que nem} lanchonete que
é ^{de metal (pelo menos dá} impressão) e um pirulito
de ^{de} e sorvou ficando
por aqui, tchau, um
beijão.

ducinha 16/11/85

!> Estás chegando as férias!!

Vocabulário

ares servigais = jeito umilde

pernoite = passar a noite

canastoa = laui

reverenciando = cumprimento^{*}

touceira = grandes moitas

altos = arrogancia

Erros mascarados = Erros que curam a alma.
(- cada)

convirco = convidado

* (cumprimento de fado)

- 4 Nós assistimos TV todos os dias.
- 5 Eu durmo todos os dias.
- 6 O lobo corre atrás de chapeuzinho.
- 7 Muitas crianças na escola usam tênis.
- 8 Rodrigo sente medo quando passa noite.
- 9 Você sempre comecei no almoço?
- 10 Os meninos sempre jogam bola no recreio.
- 11 Minha tia adora chocolate.
- 12 Ele bebe leite toda manhã.

3 frases com verbos terminando em *ir**

Eu gosto de brincar.

Eu gosto de cantar.

João foi comprar.

3 frases com verbos terminando em *er**

Eu quero saber.

Pare de me latir.

Você consegue ver.

3 frases com verbos terminando em *ir**

Pare de rir.

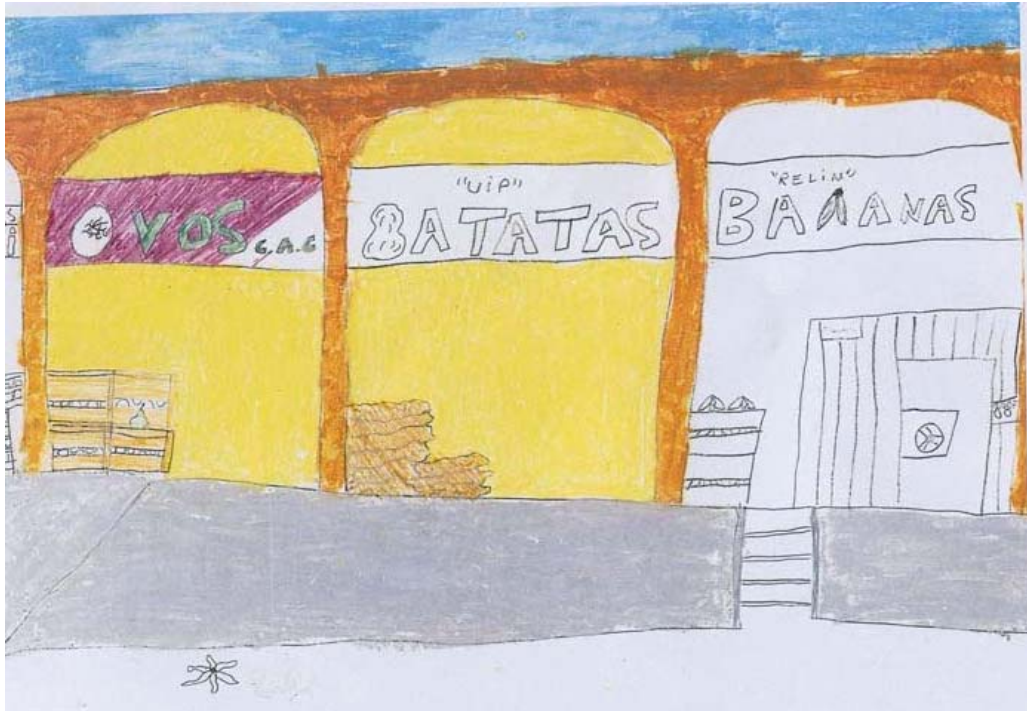
Pare de dormir.

Você não vai sentir.

* todos no presente!

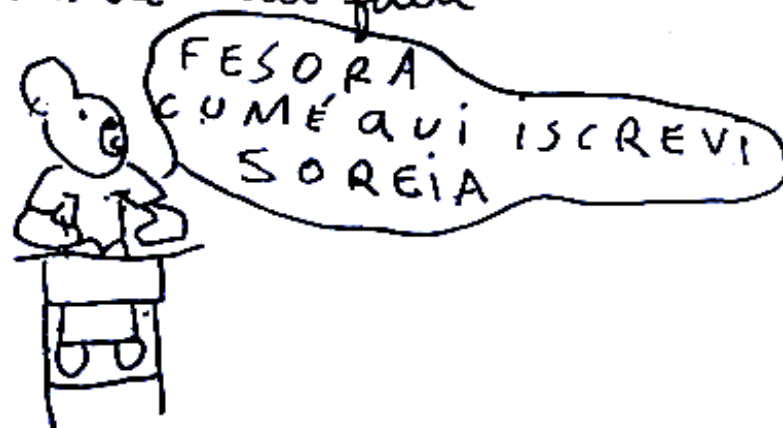


* MISTURA DE FORMIGA COM VERMIFUGO *





no 6 ano ele repetiu
por causa da fala



Temos também a especificação de um e do outro sentido *X* nos dois sentidos *p* e *q*:

- (43) A criação de uma aristocracia intelectual, porque a aristocracia social é, no sentido próprio e figurado, “decapitada” (Oral universitário, nov. 1983).
- (44) As primeiras sílabas [...] mensagem auditiva símbolo de nosso nascimento, sinônimo do presente, no duplo sentido de atual e de dom que é o viver efetivo para essa criança, que, de ser imaginária para os pais, passa a ser realidade (F. Dolto, *L'image inconsciente du corps*).
- (45) Trata-se de um código, no duplo sentido da palavra (de interpretação e penal): aquele do marxismo-leninismo oficial (R. Debray, *Lettre aux communistes*, p. 81).
- (46) Meu objetivo é [...] contribuir para o estudo das vias (nas suas duas ortografias, via e voz)* e meios (as mídias textuais) pelos quais se significa essa ideologia (H. Mitterand, *La production du sens...*, Coll. de Cerisy, 1975, p. 126).
- (47) Esse filme se funda sobre o princípio da balada, nos dois sentidos do termo** (*Télérama*, nº 2101, abril 1990, p. 146).

A abertura para uma pluralidade de sentidos em *X* faz-se também, com igual frequência, sem especificar os sentidos solicitados, através de duas formas diferentes: *nos dois sentidos da palavra* e *em todos os sentidos da palavra*, que se revelam, interpretativamente, como quase equivalentes. Para a primeira forma temos as ocorrências que seguem (interessa observar que, em oposição à sua frequência, não encontrei nenhuma ocorrência de *nos três sentidos da palavra*):

- (48) A língua é um código com um certo jogo dentro do código. [...] Aí está sua “economia” nos dois sentidos do termo (J. Bastuji, *Modèles linguistiques*, v. 2, 1983, p. 90).

* N. T.: em francês “Mon objectif est [...] contribuer à l'étude des voies (dans les deux orthographes, voie et voix) et moyens (les médias textuels) par lesquels se signifie cette idéologie”; *voie* = caminho, via e *voix* = voz.

** N. T.: em francês “Ce film est fondé sur le principe de la ballade, aux deux sens du terme”; *ballade* = balada e *balade* = passeio.

yendo por una calle alzó los ojos don Quijote y vio escrito sobre una puerta, com letras muy grandes: 'Aquí se imprimen libros', de lo que se contentó mucho, porque hasta entonces no había visto emprenta alguna y deaba saber cómo fuese"¹ (Cervantes, 1998, p.1142-6). Não é a primeira vez que a tipografia é o cenário de um local ficcional desde a década de 1550, quando William Baldwin a usou como local para histórias chamadas "by the fire" ("ao pé do fogo") em *Beware the Cat* (1963, p.25-63).² Porém, no romance de Cervantes a presença da tipografia é mais do que um simples cenário para o enredo. Ela inscreve no próprio livro o lugar e o processo que torna possível sua publicação. Se o trabalho executado dentro de uma tipografia verdadeira é uma condição para dar realidade às ilusões da narrativa, no romance de Cervantes os termos viraram de ponta-cabeça, já que o mundo prosaico da oficina se tornou um lugar fictício em que a narrativa imaginária une, como escreveu Borges (1952), "lo objetivo y lo subjetivo, el mundo del lector y el mundo del libro"³ (p.74-9). Nesse sentido, a visita de Dom Quixote à tipografia, em Barcelona, é uma dessas "magias parciales" que inquietam pro-

1 "Ele e Sancho saíram para passear. Aconteceu então que, indo por uma rua, Dom Quixote levantou os olhos e viu escrito sobre uma porta, com letras muito grandes: 'Aqui se imprimem livros', o que muito o satisfez porque até então não vira nenhuma tipografia e desejava saber como era." (N. T.)

2 Agradeço a Joshua Phillips por ter chamado minha atenção para esse texto.

3 "o objetivo e o subjetivo, o mundo do leitor e o mundo do livro". (N. T.)

seus companheiros o vejam largar as armas e desertar, jamais desejaria que o seu amado o visse fugir, e a isso preferia a morte; além disso, ninguém é tão covarde que sucumba ao medo, fuja e não auxilie o seu amado, abandonando-o nos perigos! Eros inspira coragem a seus adeptos e os torna semelhantes aos que por natureza são bravíssimos.

É, aliás, o que Homero diz: "O deus insuflou coragem a alguns dos heróis". Eis o que faz Eros com os amantes!

Morrer um pelo outro, bem o sabeis, só o fazem os que verdadeiramente amam — e não só os homens, mas também as mulheres. Para os gregos basta como exemplo o caso de Alceste,¹⁷ a filha de Pélias, que foi a única que se prontificou a morrer em lugar

de seu marido e a dar a vida por ele, que ainda tinha pai e mãe. Ultrapassou assim, no amor, o pai e a mãe, a tal ponto que, em relação a ela, estes parecem simples estranhos, ligados apenas pelo nome.

Alceste fez o que prometera, e seu ato transfigurou-se em heroísmo, não só aos olhos dos homens, mas também perante os deuses. Estes, que haviam recompensado o heroísmo de outras criaturas, permitindo que suas almas saíssem do Hades,¹⁸ concederam igualmente que a alma dessa mulher de lá voltasse, como prêmio ao seu heroísmo.

Os deuses sancionam o esforço e a coragem nascidos do amor! Mas os deuses não

¹⁷ Alceste é célebre figura da lenda grega. Admeto, seu esposo, estava condenado à morte, mas poderia continuar a viver se alguém se oferecesse para morrer em seu lugar. A única pessoa que para tal sacrifício se ofereceu foi Alceste. Eurípedes dramatizou esta narrativa em uma de suas tragédias. (n.t.)

¹⁸ O Hades, a morada do deus Plutão, é o Inferno da mitologia grega, a morada dos mortos. É um país tenebroso onde a luz do sol nunca penetra. Aí caminham as sombras daqueles que se foram deste mundo. Nada mais conhecendo do presente, essas sombras guardam lembrança do passado. Homero descreve o Hades na *Odisséia* (XI). Interessante é, também, a descrição que Virgílio dá do mesmo na *Eneida* (liv. VI). (n.r.)

La petite ville d'autrefois

Marguerite Duras se rappelle la petite ville du centre de la France qui se confond avec son enfance et son adolescence, petite ville qui, sans l'imagination, aurait pu devenir une prison.

NEVERS où je suis née, dans mon souvenir, est indistinct de moi-même. C'est une ville dont un enfant peut faire le tour.
9 Délimitée d'une part par la Loire, d'autre part par les remparts.
Au-delà des remparts il y a la forêt.
Nevers peut être mesurée au pas d'un enfant.
12 Nevers « se passe » entre les remparts, le fleuve, la forêt, la campagne. Les remparts sont imposants¹. Le fleuve est le plus large de France, le plus renommé, le plus beau.
Nevers est donc délimitée comme une capitale.
15 Quand j'étais une petite fille et que j'en faisais le tour, je la croyais immense. Son ombre, dans la Loire, tremblait, l'agrandissant encore.
20 Cette illusion sur l'immensité de Nevers je

1. muraille qui entoure une ville

2. majestueux

j'ai gardée longtemps, jusqu'au moment où j'ai atteint l'âge d'une jeune fille.

Alors Nevers s'est fermée sur elle-même. Elle a grandi comme on grandit. Je ne savais rien des autres villes. J'avais besoin d'une ville à la taille de l'amour même. Je l'ai trouvée dans Nevers même.

Dire de Nevers qu'elle est une petite ville est une erreur du cœur et de l'esprit. Nevers fut immense pour moi.

Le blé est à ses portes. La forêt est à ses fenêtres. La nuit, des chouettes³ en arrivent jusque dans les jardins. Aussi faut-il s'y défendre d'y avoir peur.

18 L'amour y est surveillé comme nulle part ailleurs.

Des gens seuls y attendent leur mort. Aucune autre aventure que celle-là ne pourra faire dévier leur attente.

22 Dans ces rues tortueuses⁴ se vit donc la ligne droite de l'attente de la mort.

L'amour y est impardonnable. La faute, à Nevers, est d'amour. Le crime, à Nevers, est le bonheur. L'ennui y est une vertu tolérée.

25 Des tous circulent dans ces faubourgs. Des bobémien. Des chiens. Et l'amour.

Dire du mal de Nevers serait également une erreur de l'esprit et du cœur.

3. oiseaux de nuit

4. qui ne sont pas droites, irrégulières

Extrait de : *Hiroshima mon amour*; Gallimard, 1963.

aplicaria a outros. Os diálogos de Platão mostram Sócrates como homem de vivo senso de humor e espírito mordaz. Era famoso e temido pela sua ironia. O sentido literal da palavra “ironia”, que é um termo grego, é algo semelhante ao da palavra inglesa *understatement*¹. Assim, quando Sócrates diz que só sabe que nada sabe está sendo irônico, embora, como sempre, sob a camada superior do gracejo se oculte uma questão séria. Sem dúvida, Sócrates conhecia as realizações de todos os pensadores, escritores e artistas da Grécia. Porém o que sabemos é pouco, nada, comparado com a infinita vastidão do desconhecido. Quando percebemos isto, podemos dizer verdadeiramente que nada sabemos.

O melhor retrato de Sócrates em ação é a *Apologia*, que descreve o seu julgamento. Trata-se do seu discurso de defesa própria, ou melhor, o que Platão mais tarde lembrou do que Sócrates dissera. Não é um relato literal, mas algo do que Sócrates poderia ou teria dito. Esse “relatar” não era incomum: Tucídides, o historiador, faz isso abertamente. A *Apologia*, portanto, é uma peça de caráter histórico.

Sócrates foi acusado de inconformismo com a religião oficial e de corromper os jovens com os seus ensinamentos. A acusação era falsa. O que o governo tinha contra ele era a sua ligação com o partido aristocrata, ao qual pertenciam muitos dos seus amigos e discípulos. Mas, como houvera uma anistia, o tribunal não podia imputar essa culpa. Os acusadores formais foram Anyto, político democrático; Meleto, poeta trágico, e Licão; mestre de retórica.

Desde o início, Sócrates dá rédea solta à sua ironia. Diz que os seus perseguidores são culpados de eloquência e que pronunciavam discursos belamente ornamentados. Como chegara aos setenta anos de idade sem jamais comparecer perante um tribunal, pede aos juízes que tolerem o seu linguajar pouco jurídico. Menciona então uma classe de acusadores mais velhos e mais perigosos, porque mais ardilosos. Refere-se aos que falam dele como de “um sábio, que especulava sobre os céus lá em cima, investigava a terra aqui embaixo, e fazia o pior parecer

¹ Narração incompleta, exposição atenuada ou incompleta de uma ocorrência. (N. dos T.)

característica adquirida, devemos todos fazer o possível para educarmos a nossa mente visando a concepção de grandes idéias, impregnando-a permanente, se assim se pode dizer, com uma nobre inspiração. Como, perguntarás, faremos isso? A esse respeito, escrevi algures: "A sublimidade é o eco de um nobre espírito". Assim, mesmo sem ser falada, uma simples idéia às vezes por si mesma despertará admiração pelo simples motivo da grandeza espiritual que expressa; como, por exemplo, o silêncio de Ajax na "Convocação dos Espíritos", (42) é grandioso, mais sublime do que seriam palavras.

Em primeiro lugar, portanto, é absolutamente necessário indicar a fonte desse poder, e mostrar que o homem verdadeiramente eloquente deve ter um espírito que não seja mesquinho ou vil. Não é possível, com efeito, que, aqueles que durante toda a vida tiveram pensamentos e objetivos baixos e servis, cheguem a algo notável, algo digno da imortalidade da fama; não, a grandiosidade das palavras é apanágio daqueles cujos pensamentos são profundos, e as expressões majestosas vêm, naturalmente, dos homens de mentalidade superior. A resposta de Alexandre a Parmênio, quando ele lhe disse: "Eu me contentaria..."

(Aqui faltam seis laudas do manuscrito.)

...a distância da Terra ao céu; e poder-se-ia dizer que essa é a estatura de Homero, tanto quanto do Conflito.

Muito diferente é a descrição da Calamidade por Hesfodo, se, na verdade, "O Escudo" deve ser atribuído a Hesfodo: (43)

Catarro lhe escorria das narinas.

A imagem apresentada não é forte, mas ofensiva. Vejamos, porém, como Homero exalta os poderes celestes:

"Tão longe quanto um homem pode ver com os seus olhos na nevoenta distância, quando se coloca no pico de uma montanha e contempla o mar cor de vinho, tão longe alcança o passo dos fogosos corcéis dos deuses." (44)

Ele mede os passos dos animais em termos de distâncias cósmicas. Não se pode exaltar, diante da suprema grandiosi-

A coerência textual-semântica é, aqui, de ordem temporal e causal, e deve ser reconstituída pelo leitor através da sequência linear dos verbos. A sequência específica destes fragmentos oracionais, isto é, a linearização dos conceitos aqui efetuada deve, portanto, ser mantida na tradução para o italiano (N.T.: e também para o português); por exemplo, uma troca de *salito* e *caduto* seria impossível. Mas esta inscrição é completada, ainda, por uma quinta linha:

Gelobt sei die heilige Dreifaltigkeit.

(Louvada seja a Santíssima Trindade).

A conexão, a sua coerência com as linhas precedentes, é de natureza textual-pragmática, isto é, está ligada à situação comunicativa e seus pressupostos no antigo Tirol do Sul, dominado por profunda religiosidade.

Faltam, contudo, a esta inscrição todos os meios de coesão, isto é, de conexão textual-sintática: faltam conjunções como *e*, *depois*, *por isso*, ou pronomes como *ele*, *este*. Na tradução italiana, pelo menos a desinência verbal -o em *salito*, *caduto*, *morto* indica que se trata de um homem (no singular). No original alemão, até isso deve ser inferido. Enquanto isso, o alemão utiliza mais pronomes e partículas que o italiano, cf. a tradução italiana de *Reigen*, de Arthur Schnitzler (apud G. Held 1983: 323):

Stoss mich **doch** nicht immer weg!
Ich tu dir ja nichts!

Non allontanarmi sempre,
Non ti faccio nulla!
(Não me rechace sempre!
Não te faço nada!)

Nem o pronome *ich* (eu), nem as partículas modais **doch**, já possuem correspondentes lexicais formais em italiano (N.T.: o mesmo ocorre em português, com relação a partículas como *ja*, **doch**, *nur* etc.), isto é, o leitor da tradução italiana tem necessidade de proceder a uma reconstrução maior em termos de coerência.

Em traduções do italiano para o alemão, muitas vezes, os pronomes e partículas são recuperados, como por exemplo:

Le nozze de Figaro V6

Che brutto ceffo!

Sembri un cospirator.

Figaros Hochzeit V6

Welch finstere Mien!

Du siehst ja aus wie ein Verschworener

(Que cara tenebrosa!

Pareces um conspirador)

62 "Vita brevis."

63 A citação continua assim em *Confissões* IV,2: "Com esta união experimentei pessoalmente a diferença entre o laço conjugal instituído em vista da procriação, e uma ligação baseada apenas na paixão sensual, da qual podem nascer filhos sem serem desejados, embora uma vez nascidos se imponham ao amor dos pais". Está claro que Flória não deu importância alguma a esse trecho, não se dando ao trabalho de comentá-lo. Sua ênfase é sobre a experiência oposta, ou seja, que viveram juntos como esposos.

Não foi também por causa disso que ela foi correndo a Milão, querendo-te casado?

Livro Sexto! E não foi pela mesma razão que escolheste a Continência, quando nada saiu do casamento planejado?

Depois de cruzarmos o rio Arno, paraste-me com um toque afetuoso no ombro e perguntaste se podias cheirar meus cabelos. "A vida é tão curta",⁶² disseste. Por que disseste isso, Aurel? E por que querias cheirar meus cabelos?

O que querias selar?

É só no começo do Livro Quarto que me mencionas pela primeira vez. Escreves:

"Durante esses anos, eu vivia em companhia de uma mulher, a quem não estava unido por legítimo matrimônio, mas que a imprudência de uma paixão inquieta me fez encontrar.

Era, porém, uma só, e eu lhe era fiel".⁶³

Quando li esse trecho sobre tua paixão inquieta e imprudente, tive de rir em voz alta, pois eu achava que tua paixão era tranqüila e prudente, realmente achava. Ademais, era constante, embora por vezes ardesse com menos chamas. Como tu mesmo confessas, vivíamos como um casal casado — com a

que procuram levar até às últimas consequências. Superamos, ainda, que o modelo de Chomsky, no fundamental, constitui uma representação formal das informações dessa descrição estrutural das orações em termos de propriedades sintáticas e morfológicas e de propriedades lexicais. Portanto, por isso, Chomsky como interlocutor privilegiado neste parágrafo. Começaremos pela apresentação sumária de um quadro panorâmico de sua concepção da gramática, para que a discussão de alguns de seus aspectos específicos possa ser 'localizada' no esquema coerente de sua teoria.

Nota 1

Embora para Bloomfield as formas linguísticas "não possam separar-se de seus significados", pelo que seria pouco interessante "estudar apenas o son da língua sem considerar, de alguma maneira, o significado" (Bloomfield, "Fleming", Monatshefte für Deutschen Unterricht, 35, ps. 101-106, apud Elton e Pickett, 1962, p. 30), essa afirmação se reduz muito por estar ligada a uma concepção de significação em termos de um behaviorismo ainda empobrecido, como a "situação em que o locutor a 7 enuncia e a resposta que provoca da parte do ouvinte" (Bloomfield, 1933, p. 132 e seq.) e por depender do princípio geral / ou postulado básico de toda descrição gramatical: "As formas / gramaticais não fazem exceção ao princípio geral - a que mais propriamente deveríamos chamar um 'postulado' - segundo o qual a língua não pode transmitir senão os sentidos que são ligados a alguns traços formais". Esses traços formais são nas seguintes certas características fonológicas, mas ainda a disponibilidade dessas formas fonéticas (cf. obra citada, p. 151). Por isso, toda oração "pode ser totalmente descrita em termos de formas gramaticais" (morfológicas e distribucionais) enquanto a significação deve ser considerada independentemente, em termos de outras ciências, e não nos termos próprios a linguística (cf. obra citada, ps. 133; ps. 158-159).

Bloomfield repete o mesmo postulado bloomfieldiano: "o sistema linguístico não pode ser descrito isolado de suas formas e de suas distribuições... Não existe significado separado da forma" ("A system for the description of semantic elements", Word, 7, ps. 1-14, apud Elton e Pickett, 1962, p. 30).

Harris, que leva sempre ao excesso as sugestões de Bloomfield, tanto na análise sintática quanto nas considerações dos problemas de significação, recorre uma relação entre a estrutura sintática (definida em termos distribucionais) e a estrutura semântica (considerada como independente da linguagem, uma organização "da experiência subjetiva", ou um "mundo subjetivo de significações" resultantes da atividade geral do homem e de suas 'respostas' em situações concretas). Se se pode pensar em um 'modo linguístico' de determinação do sentido, não sempre em função de uma regularidade distribucional; uma aproximação da estrutura semântica se fará, quando possível, estabelecendo certos aspectos semânticos em função de relações distribucionais mensuráveis (cf. particularmente, Harris, 1954, pp. 27-28). Chomsky, em "Estudos Sintáticos" (Chomsky, 1957, b,

não pensa de modo muito diferente. "É impossível, evidentemente, provar que noções semânticas não têm nenhuma utilidade em gramática, da mesma forma que é impossível provar a não pertinência de todo outro conjunto de noções dadas. Mas, o estado de tais sugestões conduzem, parece, invariavelmente à conclusão de que somente uma base puramente formal pode oferecer apoio / segundo o fecundo para a elaboração de uma teoria gramatical". Essa base puramente 'formal' se concebe tomando "formal" em / dois sentidos, que Chomsky, no trecho considerado, confunde e assimila; contraposto à noção de "intuitivo", "não explícito", mas também contraposto às noções de caráter semântico. Veja-se por exemplo, a passagem: "Essas correspondências (entre "traços semânticos e formais") devem ser estudadas no quadro de uma teoria mais geral que compreendesse, como sub-partes componentes, uma teoria da forma linguística e uma teoria da utilização da linguagem"... "Tendo determinado a estrutura sintática da língua, poderemos estudar o modo pelo qual essa estrutura se utiliza no funcionamento real da língua"... "Em outros termos, nos gostaríamos que o quadro sintático da língua, isolado e esclarecido pela gramática, pudesse servir de base à descrição semântica, e naturalmente apreciariamos mais que uma teoria da estrutura formal que conduzisse à construção de gramáticas, satisfizessem mais completamente essa exigência. A estrutura sintagmática e a estrutura transformacional possuem fornecem os principais mecanismos que oferecem à língua para organizar e organizar o conteúdo" (obra citada, ps. 21-22). Nos gráficos. Na crítica à noção de "sentido estrutural" Chomsky vai mais longe, na direção do distribucionalismo, reconhecendo a ociosidade que qualquer tipo de "relação semântica" possa permitir a determinação de categorias contextuais. "Em geral, diz - ele - quando distribuímos uma sequência de morfemas em uma sequência de posições (de "brancos") estruturais desenháveis, / limitamos a escolha dos elementos que podem inserir-se nelas, para formar uma frase gramatical. As diferenças, quaisquer sejam, entre os morfemas, no que respeita a essa propriedade, se explicam melhor por meio de noções gramaticais, como produtividade, liberdade de combinação, extensão da classe de substituição, do que por meio de qualquer traço presumido de significação" (p.115, na obra citada).

Chomsky, a partir da versão da sua teoria que se vê em "Aspectos da teoria sintática" (Chomsky, 1965), inclui na gramática três diferentes componentes - o sintático, o fonológico, e fonológico. E estabelece a centralidade do componente / sintático, que fornecerá a base à representação semântica e a fonológica das orações, na linha do seu estudo anterior (cf. nota 1 acima). Vem reafirmando tal decisão, apesar da inexistência críticas, até seus últimos escritos. Trata-se para / Chomsky de uma prioridade lógica e metodológica, embora procure justificar sua escolha com argumentos de natureza empírica, com sempre 'linguística', isto de derivados da observação do caráter genético, relativas ao processo de aquisição da língua.

© by Juliene da Silva Barros

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

B278i	Barros, Juliene da Silva.
	Intercalação, (meta)enunciação e autoria : uma análise textual-discursiva da interposição / Juliene da Silva Barros. - Campinas, SP : [s.n.], 2004.
	Orientador : Prof. Dr. Sírio Possenti.
	Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.
	1. Análise do discurso. 2. Lingüística textual. 3. Língua Portuguesa - Gênero. 4. Autoria. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.